AMM

Jornal Oficial dos Municípios

Associação Mato-grossense dos Municípios - Ano V - Nº 912 - Terça-feira 09 de Fevereiro de 2010

Poder Executivo Municipal

Prefeitura Municipal de Alto Araguaia

EDITAL Nº 001, DE 05/02/2010

CONVOCAÇÃO PARA A 4ª CONFERÊNCIA REGIONAL DAS CIDADES

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA (integrante do Pólo Rondonópolis-MT), no uso de suas atribuições legais e de acordo com o **Decreto Federal nº 5790**, de 25/05/2006 e a **RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 10**, **DE 30 DE JUNHO DE 2009**, que regulamentam a **4ª Conferência Nacional das Cidades** cujo Lema**: "Cidades para Todos e Todas com Gestão Democrática, Participativa e Controle Social"** e Tema: **"Avanços, Dificuldades e Desafios na Implementação da Política de Desenvolvimento Urbano",** RESOLVE divulgar a realização da Conferência Regional das Cidades no município de **Alto Araguaia – MT para o dia 12 de fevereiro do corrente ano**.

1 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 – Deverão participar representantes do Poder Público Municipal (Prefeitura e Câmara Municipais), movimentos sociais e populares, empresários, trabalhadores, ONG´s com atuação na região, entidades profissionais acadêmicas e conselhos federais.

2 – DA REALIZAÇÃO DAS CONFERÊNCIAS

2.1- As conferências regionais seguirão a regionalização adotada pela Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, conforme anexos IV e V Decreto Estadual nº 216, de 27 de abril de 2007, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 02 de maio de 2007 com a relação dos municípios e os respectivos pólos.

2.2 - Os municípios-pólo deverão constituir Comissão Organizadora, conforme os Regimentos Nacional e Estadual, com as seguintes atribuições:

2.2.1 – Elaborar o Regimento Regional, contendo os critérios de participação dos municípios, número de delegados para a Conferência Regional e Estadual, sua forma de eleição e de encaminhamento dos eleitos para o município-pólo;

2.2.2 – Definir data, local, temática e pauta da conferência;

2.3 – Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora Regional.

ALCIDES BATIST FILHO
Prefeito Municipal de Alto Araguaia-MT

Prefeitura Municipal de Alto Taquari

PORTARIA N.º 039/2010

"Designa Comissão de Sindicância e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Senhor Maurício Joel de Sá**, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 141 da Lei Complementar Municipal nº 001/2002, e, "**Art. 141 –** A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância, ou se for o caso diretamente por processo administrativo disciplinar, nesse caso é assegurada ao acusado, ampla defesa."

CONSIDERANDO os fatos narrados na sentença, referente aos autos judiciais nº 006/2008 – Código 17498, onde relata descumprimento por parte de servidores públicos desta municipalidade, culminando em multas e processo criminal por desobediência que tramita perante o Juizado especial Criminal da Comarca de Alto Taquari – MT.

CONSIDERANDO finalmente o conhecimento deste Alcaide sobre a dimensão dos fatos relatados em referida sentença e sobre o processo de desobediência que tramita perante o Juízo Criminal desta Comarca:

RESOLVE BAIXAR A SEGUINTE PORTARIA:

Artigo 1º - Fica instituída uma Comissão de Sindicância, composta pelos servidores efetivos deste município , conforme determina a Lei, nomear:

1º Dr. Carlos Cunha Junior (presidente)
2º Samela Luciana Camila Rodrigues (secretária)
3º Loisiene Maringolo (membro).
destinada á apurar:

a) Qual a pessoa (servidora) que deixou de cumprir o determinado pelo MM. Juiz de Direito desta comarca;

b) Quais foram as determinações **cumpridas** e quais as **não cumpridas**;
c) Deve a Comissão analisar todos os itens da sentença, bem como, solicitar através da Assessoria Jurídica xerocópias de todos os processos relacionados ao assunto. Ou seja:

I – Xerox do processo nº 006/2008 – cód. 17498.

II – Xerox do processo de desobediência que tramita perante o Juizado Especial Criminal desta comarca, tais processos servirá de guia para a comissão ouvir as pessoas envolvidas e melhor conhecimento dos fatos.**Artigo 2º** - A Comissão ora composta, terá o prazo de 30 (trinta) dias, para conclusão da Sindicância, nos termos do art. 143, parágrafo único da Lei Complementar nº 001/2002.

Artigo 3º - A Comissão deverá agir, observados os princípios básicos da Administração Pública, sem dolo e nem malícia, nos termos do art. 37, bem como os direitos do contraditório e ampla defesa, previsto no inciso LV, do artigo 5°, ambos da Carta Magna.

Artigo 4º - Ao final deverá ser lavrado um circunstanciado relatório, com as devidas conclusões, acerca da Sindicância em epígrafe.

Artigo 5°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

Alto Taquari – MT, 08 de Fevereiro de 2010.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Apiacás

DECRETO Nº 510/2010
SÚMULA: DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2010, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS.

SEBASTIÃO SILVA TRINDADE, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica homologado o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2010, da Prefeitura Municipal de Apiacás, conforme segue:

AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA – COLETOR DE LIXO

1º - JOSÉ ALBERTO R. DA LUZ PASSOS.	16	APROVADO
2º - JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES DA LUZ PASSOS	14	APROVADO
3º - JOSÉ FERNANDO R. DA LUZ PASSOS	14	APROVADO

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – SERVIÇOS GERAIS - ZONA RURAL

1º - MARIA APARECIDA NASCIMENTO PEREIRA	15	APROVADO
2º - NORMA RAIMUNDO DA SILVA.	13	APROVADO
3º - JEANNE DOS SANTOS PEREIRA	13	CLASSIFICADO

FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

1º - ROBSON BENTES DIEFENTHAELER	17	APROVADO
2º - DIORGENES C. BOTTEGO	16	APROVADO
3º - LUCAS MARTINS	14	CLASSIFICADO
4º - ELIETE GOMES DA SILVA	13	CLASSIFICADO
5º - KELLI CRISTINA TONDIN	13	CLASSIFICADO
6º - CLEVAIR MACHADO	13	CLASSIFICADO
7º - JOCEMIR DA SILVA	11	CLASSIFICADO
8º - MARCOS LEMES DE CASTRO	11	CLASSIFICADO
9º - CLAUDENIR FEITOZA FRACASSO	11	CLASSIFICADO
10º - FRANCINALVA TEIXEIRA	10	CLASSIFICADO
11º - SILVANA RIBEIRO FERREIRA SOUZA	10	CLASSIFICADO
12º - JOSÉ IVAN RODRIGUES DA LUZ PASSOS	10	CLASSIFICADO
13º - ERIAN MARTINS DA SILVA	10	CLASSIFICADO
14º - ROSINEIDE SOUZA DA SILVA	10	CLASSIFICADO
15º - ORLENO PEREIRA BATISTA	10	CLASSIFICADO

AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS – DAE

1º - UENDEL DE SOUZA DE CASTRO	19	APROVADO
2º - UELSON ARAUJO DE SOUZA	18	APROVADO
3º - RENATO DA SILVA ULRY	16	APROVADO
4º - ANDREIA APARECIDA MORETE	11	APROVADO

ESPECIALISTA DA SAÚDE ENFERMEIRO

1º - JOSIANE GONÇALVES	19	APROVADO
2º - PRISCILA DE OLIVEIRA COMBINATO	12	APROVADO

AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS – CASA DE ABRIGO.

1º - CLARICE JORGE	18	APROVADO
2º - ALESSANA R. DA SILVA	15	APROVADO
3º - VERA LUCIA SANTOS EVASTOEFL	14	APROVADO
4º - MARIA DE LORDES O. RAMOS FERREIRA	13	APROVADO
5º - FRANCIELE DOS SANTOS FERREIRA	13	APROVADO
6º - DALCILENE PEREIRA DOS SANTOS	13	CLASSIFICADO
7º - FRANCIELE COSTA JOAZEIRO	13	CLASSIFICADO
8º - EDILANDIA OLIVEIRA ARAUJO	13	CLASSIFICADO
9º - VALERIA PEREIRA DA SILVA	12	CLASSIFICADO
10º - DIEYNE SORAYA S. SILVA	11	CLASSIFICADO
11º - MARIA DE NASARÉ DA SILVA PEREIRA	10	CLASSIFICADO

AGENTE DE CONSERVAÇÃO – PEDREIRO

1º - JAIR CORDE DA SILVA	18	APROVADO
2º - CARLOS ROBERTO ZAGLI	17	APROVADO

AGENTE DE CONSERVAÇÃO – OPERADOR DE MOTOSSERRA.

1º - LAERCIO FRANQUIS	11	APROVADO
2º - ALEXANDRO RAIMUNDO DA SILVA	11	CLASSIFICADO
3º - VALDINEI GONÇALVES DA CUNHA	10	CLASSIFICADO

TÉCNICO DA SAÚDE

1º - VANESSA GERMANO DE SOUZA	17	APROVADO
2º - MARIA DA CONCEIÇÃO DA COSTA	16	APROVADO
3º - MARIA DOS ANJOS SILVA	13	APROVADO
4º - MARIA ALDENIZIA DA SILVA LIMA	13	CLASSIFICADO

APOIO ADMINISTRATIVO ZONA RURAL – MERENDEIRA

1º - ANTONIA DALVA BEZERRA DOS SANTOS	19	APROVADO
2º - ZÉLIA DA SILVA OLIVEIRA	15	APROVADO
3º - MARIA APARECIDA DOS SANTOS PEREIRA	15	CLASSIFICADO
4º - MARIA DAS DORES DA SILVA	15	CLASSIFICADO
5º - ROSELI TORO DA SILVA	14	CLASSIFICADO

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – ZONA URBANA – VIGIA

1º - JONATHAN DEDANATTI	17	APROVADO
2º - JHONATTAN CESAR BENETTI	15	APROVADO
3º - UILSON MOTA DA SILVA	14	APROVADO
4º - JOSÉ MARIO DA SILVA	14	APROVADO
5º - VANDERLICE APARECIDA SILVA SAMPAIO	13	CLASSIFCADO
6º - CLAUDINO BASSO	12	CLASSIFICADO
7º - EDMAR DOS SANTOS FRANÇA	11	CLASSIFICADO

AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA – COVEIRO

1º - LINDOMAR FERNANDES DE OLIVEIRA	14	APROVADO

ESPECIALISTA DA SAÚDE – NUTRICIONISTA

1º - LIDIA PITALUGA PEREIRA	15	APROVADO

AGENTE OPERACIONAL – MOTORISTA

1º - MARIO MIKOANSKI	17	APROVADO
2º - ANDERSON RIBEIRO DOS SANTOS	16	APROVADO
3º - EDNEI CAMPELO MACEDO	13	CLASSIFICADO
4º - DEVAIR DE OLIVEIRA SERRA	13	CLASSIFICADO
5º - AILTON J. GODI	12	CLASSIFICADO
6º - VANDECIR C. DE OLIVEIRA	12	CLASSIFICADO
7º - CHARLES AUGUSTO BUBANZ	12	CLASSIFICADO
8º - VALDECIR OISSA	12	CLASSIFICADO
9º - VANDERLEI JALES PINTO	11	CLASSIFICADO
10º - JOSÉ BERTI	11	CLASSIFICADO
11º - VALDIR ANGELO	10	CLASSIFICADO

PROFESSOR – NIVEL SUPERIOR - ZONA RURAL

1º - MADALENA LOPES DA SILVA	10	APROVADO

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – MERENDEIRA – ZONA URBANA.

1º - VERA M. CORTI DE OLIVEIRA	20	APROVADO
2º - LUZIA ELIENE CAMPOS DE SOUSA	20	APROVADO
3º - PATRICIA O. KLABUNDE	20	CLASSIFICADO
4º - ELIZABETE OLIVEIRA DE SOUSA	19	CLASSIFICADO
5º - JULIANE APARECIDA DOS SANTOS	18	CLASSIFICADO
6º - MARIA HELENA GOMES	18	CLASSIFICADO
7º - NILVA LUCIA SANTOS	17	CLASSIFICADO
8º - FRANCISCO LOPES SOUSA	17	CLASSIFICADO
9º - CLAUDETE AP. SANTANA MORETE	17	CLASSIFICADO
10º- CENIRA CAITANO DA SILVA	17	CLASSIFICADO
11º - FABIANA DE OLIVEIRA DE SOUZA	17	CLASSIFICADO
12º - IVONE UMBELINA DA SILVA	17	CLASSIFICADO
13º - VANIA SIQUEIRA COLODEL	17	CLASSIFICADO
14º- JOSINETE M. NASCIMENTO	16	CLASSIFICADO
15º - ELANIA RODRIGUES PEREIRA	14	CLASSIFICADO
16º - ROBVANIA PONTES FERNANDES	14	CLASSIFICADO
17º - SANDRA REGINA SOUSA DA SILVA	10	CLASSIFICADO

AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS – SERVIÇOS GERAIS - URBANISMO

1º- ANEGNIER FRANCIEL COENCA	17	APROVADO
2º - ADEILDO MANOEL UCELLO DA SILVA	17	APROVADO
3º - DIEMERSON CAMPOS DE SOUSA	17	APROVADO
4º - AILTON OLIVEIRA DE LIMA	15	APROVADO
5º- ALDANIRE JOSÉ DA SILVA	15	APROVADO

PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR – ZONA URBANA

1º - JUNIOR CARDOSO	16	APROVADO
2º - FRANCIANE MACEDO DE AMORIM	16	APROVADO
3º - ALCIR JOSÉ OISSA	15	APROVADO
4º - ERICON DIAS DA SILVA	15	APROVADO
5º - LEIDILENE MAMÉDIO ARAÚJO	14	APROVADO
6º - MESSIAS DOS SANTOS PEREIRA	12	APROVADO
7º - ANÉZIA ASSUNÇÃO MARQUES	12	APROVADO
8º - MÁRCIA CRISTINA MARTINS	11	APROVADO
9º - ORIENE DA SILVA JUSTO	11	APROVADO
10º - IVONETE JALES PINTO	10	APROVADO
11º - JULIANE RAQUEL SPILLER	10	APROVADO

AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS – SAÚDE

1º - JÉSSICA ALVES DA COSTA	16	APROVADO
2º - LUCILENE PEREIRA	12	APROVADO

OPERADOR DE MAQUINA RODOVIÁRIA

1º - GENIVALDO PEREIRA DE OLIVEIRA	17	APROVADO
2º - ORLANDIR ANTONIO VIEIRA	16	CLASSIFICADO
3º - DENYS SOUSA DO NASCIMENTO	15	CLASSIFICADO
4º - WANDERSON TEOTÔNIO SANTOS	14	CLASSIFICADO
5º - JEFFERSON GOMES	13	CLASSIFICADO
6º - JOCIALDO DO NASCIMENTO NUNES	12	CLASSIFICADO

ESPECIALISTA DA SAÚDE – FONOAUDIÓLOGA

1º - JAQUELINE DA SILVA ARAUJO	10	APROVADO

TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

1º - THAYANY APARECIDA PEREIRA BARBOS	19	APROVADO
2º - JOSE CARLOS INACIO	17	APROVADO
3º - SHERLES ALVES DA SILVA	16	APROVADO
4º - ALBERTO MESQUITA DE SOUSA	16	APROVADO
5º - DERLI FERNANDA CARVALHO BOTEGA	14	CLASSIFICADO
6º - CELINA ZUFINO DA SILVA	14	CLASSIFICADO
7º - PALOMA BATISTA ABREU	14	CLASSIFICADO
7º - VALMIR JOSKA	13	CLASSIFICADO
8º - NAIARA DA LUZ DIYENTHAELER	12	CLASSIFICADO
9º - FRANCISCA ALVES DA CUNHA	12	CLASSIFICADO
10º - PATRICIA ISTORKI	12	CLASSIFICADO
11º - ANDREIA DE MELLO LOPES	12	CLASSIFICADO
12º - NASILA GRACIELA M. QUINTANA DE SOUZA	12	CLASSIFICADO
13º - KEILA ALVES DA SILVA	11	CLASSIFICADO
14º - ADRIANA APARECIDA RIBEIRO	11	CLASSIFICADO
15º - MARIA DAS GRAÇAS SILVA EMMEL	11	CLASSIFICADO
16º - JOSEANE CASTRO MACIEL	11	CLASSIFICADO
17º - JOELSON EUSEBIO ARAUJO SILVA	11	CLASSIFICADO
18º - ARCELI ADRIANI P. SMANIOTTO	11	CLASSIFICADO
19º - WELLINGTON DA SILVA FLORENCIO	11	CLASSIFICADO
20º - DEBORA MARIA GUIDARINI	10	CLASSIFICADO
21º - MARCIA EMMEL NASCIMENTO	10	CLASSIFICADO
22º - MILENA ALVES DE OLIVEIRA	10	CLASSIFICADO
23º - CRISTIANE DA SILVA DE SOUZA	10	CLASSIFICADO
24º - FERNANDA CASTRO BATISTA	10	CLASSIFICADO
25º - KELLY DA CRUZ TOMAS	10	CLASSIFICADO
26º - LUIZ HENRIQUE ARAUJO DE SOUSA	10	CLASSIFICADO
27º - SILVANA ALVES DOS SANTOS	10	CLASSIFICADO
28º - SHEILA AUREA MACHADO	10	CLASSIFICADO

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – SERVIÇOS GERAIS - ZONA URBANA

1ª - CACILDA BRAGA BOTELHO	18	APROVADO
2º - ADRIANA DE ALMEIDA	18	APROVADO
3º - RUTE VIEIRA DA SILVA	17	CLASSIFICADO
4º - GENI ROSANE BAUMGART BUBANZ	17	CLASSIFICADO
5º - JAQUELINE VIEIRA DA SILVA	16	CLASSIFICADO
6º - CRISTIANE CORREIA LIMA	16	CLASSIFICADO
7º - BENEDITA VALDENICE RAMOS	15	CLASSIFICADO
8º - MARCIA DE SOUZA GONÇALVES	15	CLASSIFICADO
9º - MARIA APARECIDA DA SILVA	15	CLASSIFICADO
10º - ANA CAROLINA FLAUZINO	15	CLASSIFICADO
11º - DEUZANIRA NUNES DA SILVA	15	CLASSIFICADO
12º - WILDICY GLERCIA DA SILVA PEREIRA	15	CLASSIFICADO
13º - JOSENILDE DA SILVA TEXEIRA	15	CLASSIFICADO
14º - REJANE APARECIDA DE SOUZA C. DA SILVA	14	CLASSIFICADO
15º - ILZINETE MARTINS DE OLIVEIRA	14	CLASSIFICADO
16º - CLEONICE DOS SANTOS	14	CLASSIFICADO
17º - DANIELA CELINA DOS SANTOS RODRIGUES	14	CLASSIFICADO
18º - ALESSANDRA RODRIGUES DOS SANTOS	14	CLASSIFICADO
19º - ELIANE BUFFON	13	CLASSIFICADO
20º - IRANILDE DA SILA TEXEIRA	13	CLASSIFICADO
21º - FIDEL CUBA DE SOUZA	13	CLASSIFICADO
22º - MARIA APARECIDA C. S. JORGE	13	CLASSIFICADO
23º - FRANCIELE PEREIRA LIMA	12	CLASSIFICADO
24º - ROSELI NEVES DOS SANTOS FERREIRA	12	CLASSIFICADO
25º - JANAINE COLODEL	12	CLASSIFICADO
26º - MARIA ISABEL RAMOS	12	CLASSIFICADO
27º - MARCIA CUSTODIO CARNEIRO	12	CLASSIFICADO
28º - DANIELA ALVES MENDONÇA	12	CLASSIFICADO
29º - IRANI ALVES MARIANO	12	CLASSIFICADO
30º - ELIZABETE CRISTINA DE OLIVEIRA	11	CLASSIFICADO
31º - VERENE VITROSKI BASSO	10	CLASSIFICADO

PROFESSOR NIVEL MÉDIO – ZONA RURAL

1º - ARIANE RODRIGUES BACHIEGA	18	APROVADO
2º - JOVINO MARTINS NETTO	17	APROVADO
3º - JOSIELE NASCIMENTO PEREIRA	16	APROVADO
4º - PATRICIA TAVARES RODRIGUES	15	APROVADO
5º - LINEIA RADIN	15	APROVADO
6º - CICERO ROQUE DA SILVA	15	APROVADO
7º - MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA	14	APROVADO
8º - MARCELENE FERREIRA DA SILVA	14	APROVADO
9º - MARILZA DA SILVA	14	APROVADO
10º - ROSA BRUNO DA SILVA	13	APROVADO
11º - JOELSON DOS SANTOS PEREIRA	11	CLASSIFICADO
12º - LUCIANE SCHLICKNANN PAGNO	11	CLASSIFICADO

PROFESSOR NÍVEL MÉDIO - ZONA URBANA

1º - ANA MARIA DELGOLO ALLBACH	18	APROVADO

2º - KATIA REGINA HORN	17	APROVADO
3º - NOELI DE JESUS BOCARTH	16	APROVADO
4º - HELIDA DOS SANTOS	16	APROVADO
5º - MILEIDE VALQUIRIA PEREIRA	16	APROVADO
6º - LUCIA FOSCARIN	15	APROVADO
7º - M ARIA APª DOS S. A. E SILVA	14	APROVADO
8º - RITA GOMES DOS SANTOS	14	APROVADO
9º - ROSA VAREIRO CUENETE	14	APROVADO
10º - EDILIA MARIA GOMES	13	APROVADO
11º - TATIANE P. DOS SANTOS PEREIRA	13	CLASSIFICADO
12º - ROSANA C. M. OBAL	13	CLASSIFICADO
13º - ANA TIELE N. COSTA BRITO	13	CLASSIFICADO
14º - ELIANA JORGE B. NEVES	13	CLASSIFICADO
15º - ANAIRANE DE M. DE OLIVEIA	13	CLASSIFICADO
16º - TAIS GOMES DA SILVA	13	CLASSIFICADO
17º - GISLENE N.X.DA S. CORDEIRO	13	CLASSIFICADO
18º - KEIT NAIANNY DE S. SILVA	12	CLASSIFICADO
19º - WERLENE PIMENTEL	12	CLASSIFICADO
20º - EDER ACORDI	12	CLASSIFICADO
21º - MARGARIDA MAIA ALVES	12	CLASSIFICADO
22º - CATIA APª DE ARAUJO	12	CLASSIFICADO
23º - HELOISA QUESSADA JUSTINO	12	CLASSIFICADO
24º - ANDREIA DA C. SOUSA DA SILVA	12	CLASSIFICADO
25º - DIONILSON DO N. CARNEIRO	12	CLASSIFICADO
26º - ANAYARA SILVA OLIVEIRA MATOS	11	CLASSIFICADA
27º - SANDRA SARAIVA BRUNO	11	CLASSIFICADO
28º - LAZARO R. S. COSTA	11	CLASSIFICADO
29º - MARIA MALVINA	10	CLASSIFICADO
30º - ROSELI F. M. DA SILVA	10	CLASSIFICADO

APOIO ADMINISTRATIVO - VIGIA- ZONA RURAL

1ª - CLAUDINEI BEZERRA DE SOUZA	18	APROVADO
2º - WALDIR GONÇALVES DOS SANTOS	18	APROVADO
3º - INGUS LAVIO CARRILHO DA SILVA	18	APROVADO
4º - JAMILSON DOS SANTOS PEREIRA	18	APROVADO
5º - DOMINGOS CARDOSO GOMES	17	CLASSIFICADO
6º - IVONETE MARIA GONÇALVES	17	CLASSIFICADO
7º - CRISTIANO IAGO JORGE	17	CLASSIFICADO
8º - VAILSON FERREIRA DA SILVA	17	CLASSIFICADO
9º - EDEMILSON RODRIGUES DE OLIVEIRA	15	CLASSIFICADO
10º - ADAIR BARROS SILVA	11	CLASSIFICADO

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás-MT., 05 de Fevereiro de 2010.

SEBASTIÃO SILVA TRINDADE
-PREFEITO MUNICIPAL-

LEI MUNICIPAL Nº 630/2010
SÚMULA – "DECLARA FERIADO MUNICIPAL O DIA 03 DE JULHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A CÂMARA MUNICIPAL DE APIACÁS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, Sebastião Silva Trindade, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarado Feriado Municipal o dia 03 de Julho em comemoração ao Aniversário da Cidade de Apiacás.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS- MT,
Em 08 de Fevereiro de 2010.

SEBASTIÃO SILVA TRINDADE
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 002/2010

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, Nomeada pelo decreto nº 358/2009; torna público o resultado da sessão que realizou-se na data de **02/02/2010**, licitação na modalidade Pregão Presencial **002/2010**
OBJETO: **AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLAR**
Vencedor: DEL MORO E DEL MORO LTDA
VALOR – R$ 206.811,84 (duzentos e seis mil, oitocentos e onze reais e oitenta e quatro centavos)
A.A.S. DOS ANJOS LTDA-ME
Valor – R$ 25.593,75 (vinte e cinco mil, quinhentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos)

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 003/2010
A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, Nomeada pelo decreto nº 358/2009; torna público o resultado da sessão que realizou-se na data de **05/02/2010**, licitação na modalidade Pregão Presencial **003/2010**
OBJETO: **LOCAÇÃO DE CAMINHÕES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HORAS MÁQUINA**.
RESULTADO - LICITAÇÃO DESERTA, POR NÃO ACUDIREM INTERESSADOS AO CERTAME.

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 004/2010
A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, Nomeada pelo decreto nº 358/2009; torna público o resultado da sessão que realizou-se na data de **05/02/2010**, licitação na modalidade Pregão Presencial **004/2010**
OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR**
VENCEDORES:
V. J. DE SOUZA TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA , vencedor no item 01 e 03. Valor médio total R$ 129.060,00 (cento e vinte e nove mil e sessenta reais)
EDILSON DA HORA SILVA –ME - Vencedor no item 02, 04, 05 e 12. Valor médio total R$ 217.800,00 (duzentos e dezessete mil e oitocentos reais)
FRANCISCO DA LUZ SILVA-TRANSPORTES – Vencedor no item 06, 07 e 08. Valor médio total R$ 154.350,00 (cento e cinqüenta e quatro mil trezentos e cinqüenta)
ENIO JOSE WOTRICH – ME - Vencedor no item 09,10 e 11. Valor médio total R$ 173.250,00 (cento e setenta e três mil duzentos e cinqüenta reais).

LEI COMPLEMENTAR Nº 042 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2010 .

SÚMULA: "ALTERA AS LEIS COMPLEMENTARES Nº 012/2008, Nº 013/2008, Nº 014/2008, CORRIGINDO ERROS MATERIAIS E REESTRUTURANDO OS CARGOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE APIACÁS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, Sebastião Silva Trindade, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

PLANO DE CARGOS E CARREIRA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

Art. 1º - Fica alterado o Anexo I e o Anexo II, da Lei Complementar n.º 012/2008, compilando-se na mesma tabela tudo o que foi criado e ampliado pelas leis complementares seguintes, que passarão a ter a seguinte redação, revogando-se todas as disposições em contrário:

ANEXO I – QUANTIDADE DE CARGOS DO QUADRO EFETIVO

Cargo	Vagas Criadas / Existentes	Vagas Criadas / Ampliadas	Total de Vagas
Agente Administrativo	055	-	055
Agente de Conservação	032	002	034
Agente de Obras e Posturas	002	-	002
Agente de Vigilância Sanitária	002	003	005
Agente de Fiscalização Tributária	012	-	012
Agente de Limpeza Pública	020	-	020
Agente de Manutenção	020	-	020
Agente de Serviços Públicos	120	-	120
Agente de Vigilância	030	-	030
Agente Operacional	017	005	022
Coveiro	002	-	002
Técnico de Controle Interno	003	-	003
Técnico Nível Médio	028	-	028
Técnico Nível Superior	008	-	008
Totais.....	**351**	**010**	**361**

ANEXO II – QUADRO DE CARGOS TRANSFORMADOS

Nova Denominação	Cargo Atual	Quantidade
Agente Administrativo	Agente Administrativo	020
Agente Administrativo	Auxiliar Contábil	003
Agente Administrativo	Agente Administrativo I	020
Agente Administrativo	Assistente Administrativo	010
Agente Administrativo	Telefonista	002
Agente de Conservação	Operador de Motosserra	003
Agente de Conservação	Tratorista	006
Agente de Conservação	Auxiliar de Mecânico	002
Agente de Conservação	Carpinteiro	004
Agente de Conservação	Pedreiro	011
Agente de Conservação	Auxiliar de Carpinteiro	004
Agente de Conservação	Auxiliar de Pedreiro	003
Agente de Conservação	Técnico de Serviço de Apoio de Antena Parabólica	001
Agente de Obras e Posturas	Fiscal de Obras e Postura	002
Agente de Vigilância Sanitária	Fiscal Sanitarista	002
Agente de Vigilância Sanitária	Agente Sanitarista	003
Agente de Fiscalização Tributária	Fiscal de Tributos	010
Agente de Fiscalização Tributária	Agente Arrecadador	002
Agente de Limpeza Pública	Coletor de Lixo	020
Agente de Manutenção	Operador de Máquinas Pesadas	008
Agente de Manutenção	Operador de Máquinas Rodoviárias	010
Agente de Manutenção	Mecânico	002
Agente de Serviços Públicos	Auxiliar de Serviços Gerais	060
Agente de Serviços Públicos	Continuo	006
Agente de Serviços Públicos	Lavadeira	005
Agente de Serviços Públicos	Cozinheira	005
Agente de Serviços Públicos	Trabalhador Braçal	030
Agente de Serviços Públicos	Zeladora	014

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS
Gabinete do Prefeito
Gestão 2009 - 2012

Agente de Vigilância	Vigia	030
Agente Operacional	Motorista	022
Coveiro (criado pela LC n. 028/2009)		002
Técnico de Controle Interno (criado pela LC n. 028/2009)		003
Técnico Nível Médio	Técnico em Processamento de Dados	001
Técnico Nível Médio	Técnico Operacional de Sistemas	001
Técnico Nível Médio	Técnico Agrícola	005
Técnico Nível Médio	Topógrafo	002
Técnico Nível Médio	Desenhista	001
Técnico Nível Médio	Monitor de Informática	005
Técnico Nível Médio (Alterado pela LC n. 038/2009)	Técnico em Tributação e Finanças	001
Técnico Nível Médio (Alterado pela LC n. 028/2009)	Técnico em Administração Recursos Humanos	001
Técnico Nível Médio (Alterado pela LC n. 028/2009)	Técnico em Planejamento e Orçamento	001
Técnico Nível Médio (Alterado pela LC n. 028/2009)	Técnico Operacional em Assuntos Administrativos	010
Técnico Nível Superior	Advogado	001
Técnico Nível Superior	Engenheiro Civil	001
Técnico Nível Superior	Engenheiro Agrônomo	001
Técnico Nível Superior	Arquiteto	001
Técnico Nível Superior	Geógrafo	001
Técnico Nível Superior	Contador	001
Técnico Nível Superior	Economista	001
Técnico Nível Superior	Engenheiro Florestal	001
Totais.....		**361**

.....”

CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE APIACÁS

Art. 2º - Fica alterado o Anexo I e o Anexo II, da Lei Complementar n.º 013/2008, compilando-se na mesma tabela tudo o que foi criado e ampliado pelas

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS
Gabinete do Prefeito
Gestão 2009 - 2012

leis complementares seguintes, que passarão a ter a seguinte redação, revogando-se todas as disposições em contrário:

ANEXO I – QUANTIDADE DE CARGOS DO QUADRO EFETIVO

Cargo	Vagas criadas	Vagas Ampliadas	Total de Vagas
Auxiliar Técnico da Saúde	005	-	005
Especialista da Saúde	011	009	020
Médico	008	-	008
Técnico da Saúde	015	-	015
Técnico da Saúde – Readequado	016	-	016
Totais.....	**055**	**009**	**064**

ANEXO II – QUADRO DE CARGOS TRANSFORMADOS

Nova Denominação	Cargo Atual	Quantidade
Auxiliar Técnico da Saúde		005
Especialista da Saúde	Assistente Social	004
Especialista da Saúde	Odontólogo	002
Especialista da Saúde	Enfermeiro	007
Especialista da Saúde	Engenheiro Sanitarista	001
Especialista da Saúde	Fisioterapeuta	001
Especialista da Saúde	Nutricionista	002
Especialista da Saúde	Bioquímico	001
Especialista da Saúde	Psicólogo	002
Médico	Médico Clinico Geral	003
Médico	Medico Pediatria	001
Médico	Medico Obstetra	001
Médico	Medico Ortopedista	001
Médico	Medico Ginecologista/Obstetra	001
Médico	Medico Ofmatologista	001
Técnico da Saúde	Técnico em Higiene Dental	001
Técnico da Saúde	Técnico em Enfermagem	011
Técnico da Saúde	Técnico em Raio - X	003
Técnico da Saúde –	Auxiliar de Enfermagem	012

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS
AV. HIST. RUBENS DE MENDONÇA, 3.920 - CPA -TEL: (65)2123-1200 / FAX: (65)2123-1228 - CEP: 78.000-070 - CUIABÁ - MT
Portal: **www.amm.org.br** e-mail: **jornaloficial@amm.org.br**

Apoio Administrativo Educacional	Trabalhador Braçal	001
Professor	Professor – B	046
Professor	Professor – A Magistério	016
Professor	Professor Leigo	037
Professor	Professor de datilografia	001
Técnico Administrativo Educacional	Agente Administrativo – II	004
Técnico Administrativo Educacional	Monitor de Creche	020
Técnico Administrativo Educacional	Agente Administrativo – I	004
Totais.....		**172**

....."

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 4º - Fica o Executivo autorizado a proceder a reedição das Leis Complementares n.º 012/2008, n.º 013/2008 e n.º 014/2008, com as alterações da presente Lei.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS- MT,
em 08 de fevereiro de 2010.

SEBASTIÃO SILVA TRINDADE
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

RELATÓRIO DE ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO
(Inciso I, artigo 16, Lei Complementar nº 101/2000)

OBJETO DA DESPESA:
- Reestruturação do Plano de Cargos Geral, Saúde, Educação e Administração geral dos Servidores Públicos do Município de Apiacás/MT.

FONTE DE CUSTEIO:
- Dotações orçamentárias anuais consignadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS- MT,
em 08 de Fevereiro de 2010.

SEBASTIÃO SILVA TRINDADE
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRO
(Inciso II, artigo 16, Lei Complementar nº 101/2000)

OBJETO DA DESPESA:
- Reestruturação do Plano da Geral.

FONTE DE CUSTEIO:
- Dotações orçamentárias anuais, consignadas.

- Na qualidade de ordenador de "despesas" da Apiacás - MT, declaro, para os efeitos do inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa acima especificada possui adequação Orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, não afetando ao equilíbrio das contas públicas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS- MT,
em 08 de fevereiro de 2010.

SEBASTIÃO SILVA TRINDADE
PREFEITO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 044 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2010.

SÚMULA: "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N.º 011/2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE APIACÁS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, Sebastião Silva Trindade, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Altera o Art. 10 da Lei Complementar nº 011/2008, que passa a ter a seguinte redação:

"----------

Art. 10----------
----------.
C. ----------.
IV – Secretaria Municipal de Assistência Social;
V – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico Sustentável –SEMADES;
VI – Secretaria Municipal de Agricultura;
----------"

Art. 2º - Altera a nomenclatura da Seção IX e os artigos 35 e 36 da Lei Complementar nº 011/2008, que passam a ter a seguinte redação:

"----------

Seção IX
Da Secretaria Municipal de Assistência Social

Art. 35. A Secretaria Municipal de Assistência Social tem por tem por finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar os programas, projetos e atividades do Município vinculado o desenvolvimento social, habitacional e do trabalho, visando melhorar a qualidade de vida e garantir o bem-estar da população.

Art. 36. Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social:
----------"

Art. 3º - Altera a nomenclatura da Seção X e dos artigos 37 e 38 da Lei Complementar nº 011/2008, que passam a ter a seguinte redação:

"----------

Seção X
Da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico Sustentável –SEMADES

Art. 37. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico Sustentável –SEMADES, tem por tem por finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar os programas, projetos e atividades do Município visando o seu desenvolvimento do meio ambiente o desenvolvimento do turismo e do lazer.

Art. 38. Compete à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico Sustentável –SEMADES:
----------"

t. 4º - Altera a nomenclatura da Seção XI e dos artigos 39 e 40 da Lei Complementar nº 011/2008, que passam a ter a seguinte redação:

"----------

Seção XI
Da Secretaria Municipal de Agricultura

Art. 39. A Secretaria Municipal de Agricultura, tem por tem por finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar os programas, projetos e atividades do Município visando o seu desenvolvimento econômico sustentável e assunto fundiário.

Art. 40. Compete à Secretaria de Agricultura:
I. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as políticas, projetos e programas de atuação do Município nos setores de indústria, comércio e serviços, agricultura, pecuária, inspeção, empreendedorismo, agricultura familiar, assuntos fundiários e comunidade indígena;
----------"

Art. 5º - Altera o quadro do artigo 13 e o Anexo I, da Lei Complementar Municipal n.º 026/2009, que passarão a ter a seguinte redação:

"----------

Art. 13 - Integram a estrutura os seguintes órgãos do Poder Executivo:

	A - ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO	**VAGAS**
	01. Gabinete do Prefeito Municipal.	01

	05.12. Setor de Previdência Municipal	01
	05.13. Divisão de Tesouraria	01
	05.14. Setor de Convênios e Prestação de Contas	01
	05.15. Divisão de Compras	01
	05.16. Divisão de Recursos Humanos	01
	05.17. Setor de Arquivo	02
	05.18. Setor de Contabilidade	01
	05.19. Coordenador de Contabilidade	01
	05.20. Coordenador do APLIC	01
	05.21. Coordenador de Informática	01
	05.22. Setor de Tesouraria	01
	C - ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO ESPECÍFICA	
	6. Secretaria Municipal de Educação e Cultura	
	06.01. Secretário (a) Municipal de Educação e Cultura	01
	06.02. Assessor Pedagógico	01
	06.03.Assessor Administrativo	01
	06.04. Diretor Escolar	02
	06.05. Coordenador Pedagógico Escolas Urbanas	03
	06.06. Coordenador Pedagógico Escolas Rurais	01
	06.07. Orientador Pedagógico	02
	06.08.Secretário Escolar	02
	06.09. Departamento de Cultura	01
	06.10. Departamento de Transporte Escolar	01
	06.11. Divisão da Biblioteca Pública	02
	06.12. Divisão de Orientação e Supervisão	01
	06.13. Divisão de Transporte Escolar	01
	07. Secretaria Municipal de Esportes	

	07.01. Secretário (a) Municipal de Esportes	01
	07.02. Departamento de Esportes	01
	07.03. Divisão de Esportes	01
	07.04. Setor de Esportes	01
	08. Secretaria Municipal de Saúde	
	08.01. Secretário (a) Municipal de Saúde	01
	08.02. Departamento de Água e Esgoto	01
	08.03. Coordenadoria de Atenção Básica	01
	08.04. Coordenadoria de Saúde Coletiva e de Saneamento Básico	01
	08.05. Divisão de Saúde	01
	08.06. Setor de Vigilância Sanitária e Epidemiológica	01
	08.07. Setor de Regulação	01
	08.08. Hospital Municipal de Apiacás/MT	
	08.08.01. Direção Clínica	01
	08.08.02. Direção Administrativa	01
	9. Secretaria Municipal de Ação Social	
	09.01. Secretário (a) Municipal de Ação Social	01
	09.02. Assistente Geral	01
	09.03. Departamento de Ação Social	01
	09.04. Supervisor de Projetos	02
	09.05. Coordenador do CREAS/CRAS	02
	09.06. Divisão de Apoio Social	01
	09.07. Divisão de Projetos	03
	09.08. Setor de Apoio a Programas Especiais	01
	10. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico Sustentável	

	01.01. Prefeito Municipal.	01
	01.02. Vice-Prefeito Municipal.	01
	01.03. Chefe de Gabinete.	01
	01.05. Departamento de Serviço Militar.	01
	01.06. Divisão de Protocolo.	01
	01.07. Divisão de Imprensa.	01
	02. Controladoria do Município.	
	02.01. Controlador Interno.	04
	03. Procuradoria Geral do Município.	
	03.01. Procurador Jurídico.	01
	04. Assessoria Jurídica.	
	04.1. Assessor Jurídico.	01
	B - ÓRGÃOS AUXILIARES.	
	05. Secretaria Municipal de Administração e Finanças.	
	05.01. Secretário (a) Municipal de Administração e Finanças.	01
	05.02. Assistente Geral da Secretaria de Administração	01
	05.03. Assistente Geral da Secretaria de Finanças	01
	05.03. Pregoeiro	01
	05.04. Departamento de Recursos Humanos	01
	05.05. Departamento de Tributação e Fiscalização	01
	05.06. Departamento Tesouraria	01
	05.07. Departamento de Trânsito	01
	05.08. Departamento de Licitação	01
	05.09. Departamento de Patrimônio e Almoxarifado	01
	05.10. Departamento de Compras	01
	05.11. Setor de Fiscalização Tributária	01

	10.01. Secretário (a) Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico Sustentável.	01
	10.02. Departamento de Mineração	01
	10.03. Departamento de Turismo e Meio Ambiente	01
	10.04. Departamento de Industria e Comercio	01
	11. Secretaria Municipal de Agricultura	
	11.01. Secretário (a) Municipal de Agricultura	01
	11.02. Coordenador de Projetos	01
	11.03. Departamento de Agricultura	01
	11.04. Divisão de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	01
	12. Secretaria Municipal de Urbanismo	
	12.01. Secretário (a) Municipal de Urbanismo	01
	12.02. Departamento de Urbanismo	01
	12.03. Divisão de Serviços urbanos	01
	12.03. Divisão de Obras	01
	13. Secretaria Municipal de Infra-Estrutura	
	13.01. Secretário (a) Municipal de Infra-Estrutura	01
	13.02. Assistente de Obras	01
	13.03. Assistente de Manutenção de estradas	01
	13.04. Assistente de Manutenção de Pontes e Bueiros	01
	13.05. Coordenador de Serviços especiais	03
	13.06. Divisão de Infra-Estrutura	02
	13.07. Setor de Máquinas e Equipamentos	01
	D. Órgãos Consultivos.	
	4. Conselhos Municipais constituídos em Lei.	

Anexo I

Quadro Geral dos Cargos em Comissão da Estrutura Administrativa

Grupo de Direção Superior e Assessoramento

Cargos	Quantidade	Vencimento
Assessor Jurídico	001	4.000,00
Procurador Jurídico	001	4.000,00
Supervisor de Projetos	002	1.500,00
Assistente	005	1.920,00
Chefe de Gabinete	001	2.700,00
Assessor Pedagógico	001	1.667,00
Assessor Administrativo	001	1.667,00
Coordenador Pedagógico	004	1.393,00
Orientador Pedagógico	002	1.286,00
Diretor Escolar	002	1.667,00
Secretário Escolar	002	1.179,00
Diretor de Departamento	018	1.350,00
Diretor Clínico	001	1.350,00
Diretor Administrativo	001	1.350,00
Chefe de Divisão	018	900,00
Chefe de Setor	012	800,00
Controlador Interno	004	1.700,00
Coordenador	011	1.200,00
Pregoeiro	001	1.700,00
Secretário	009	Lei Específica
Prefeito	001	Lei Específica
Vice-Prefeito	001	Lei Específica

----------"

Art. 4º - Acrescenta o inciso II ao artigo 64 da Lei Complementar 011/2008, que passa a ter a seguinte redação:

"----------

Art. 64 ----------
II – para servidores ocupantes de cargos comissionados, por acumulação de tarefas não atribuídas ao cargo.
----------"

Art. 5º - Fica o Executivo autorizado a proceder a reedição da Lei Complementar Municipal n.º 011/2008, com as alterações da presente Lei.

Art. 6º - Esta Lei retroagirá seus efeitos a partir do dia 01 de Fevereiro de 2.010.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 08 de Fevereiro de 2010.

SEBASTIÃO SILVA TRINDADE
Prefeito Municipal

ANEXO I

RELATÓRIO DE ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO
(Inciso I, artigo 16, Lei Complementar nº 101/2000)

OBJETO DA DESPESA:
- Reestruturação do Plano de Cargos dos Servidores Públicos Comissionaodos do Município de Apiacás/MT.

FONTE DE CUSTEIO:
- Dotações orçamentárias anuais consignadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS- MT,
em 08 de Fevereiro de 2010.

SEBASTIÃO SILVA TRINDADE
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRO
(Inciso II, artigo 16, Lei Complementar nº 101/2000)

OBJETO DA DESPESA:
- Reestruturação do Plano da Geral dos cargos Comissionados.

FONTE DE CUSTEIO:
- Dotações orçamentárias anuais, consignadas.

- Na qualidade de ordenador de "despesas" da Apiacás - MT, declaro, para os efeitos do inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa acima especificada possui adequação Orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, não afetando ao equilíbrio das contas públicas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS- MT,
em 08 de Fevereiro de 2010.

SEBASTIÃO SILVA TRINDADE
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Araguaiana

Aviso de Resultado de Licitação
Tomada de Preço nº 001/2010 de 08/02/2010

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Araguaiana - MT torna publico que na Tomada de Preço n° 001/2010 do tipo **Menor Preço Global**, cujo objetivo foi: **"**Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte de pessoas para transportar alunos residentes na zona rural deste Município até as escolas de ensino regular (vice-versa)**, sagrou-se** vencedor o participante: **JOSÉ ANTÔNIO SANCHES TRANSPORTES CNPJ nº 07.731.294/0001-70**
Comissão permanente de Licitação, 08/02/2010

Márcia Cristina Fernandes Corrêa
Presidente da CPL

Maria Alves Fernandes
Relatora

Alexandre Rodrigues de Sousa
Membro

Prefeitura Municipal de Araputanga

PROCESSO SELETIVO 001/2010

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2010

O Srº Vano José Batista, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Processo Seletivo 001/2010, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados, para comparecer à Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Araputanga – MT, situada na Avenida Marechal Rondon nº 972, no prazo de 02 (dois) dias úteis, cumprindo-se no que couber os prazos previstos na Lei Municipal 699/2006, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga.

CARGO: Professor
1. Laudir Figueiredo Amaral (Educação Física)
2. Luciana de Oliveira Lima (Educação Física)
3. Antonio Quevedo (Educação Física)
4. Dione Cleiton Alves Gomes (Educação Física)
5. José Augusto Araújo Mendes (Educação Física)
6. Elenilda Maria da Silva (Educação Física)
7. Adenir Inácia de Souza (Pedagogia)
8. Maria Lúcia Toledo (Pedagogia)
9. Ismael Barbosa de Morais (Pedagogia)
10. Ana Paula Lima Botelho (História)

CARGO: Monitor de Creche
1. Teresinha Rodrigues Ferreira
2. Joana Darc Cardoso do Prado
3. Josiane Araújo de Vasconcelos
4. Valteir dos Santos Silva
5. Kelly Cristine da C. Soares
6. Liane Teodoro da Silva
7. Verônica Silva de Albuquerque
8. Graciele Maria Lemos
9. Stella Aparecida F. dos Santos
10. Ana Paula Ferreira Neves
11. Sheila Oliveira do Nascimento

CARGO: Nutricionista
1. Soraya Knorst

CARGO: Apoio Administrativo. Educacional

1. Iudemário Marques Gonçalves
2. Eliana Garcia Silva
3. Zilma Antunes de Souza
4. Denilssa Cardoso dos Santos
5. Taiza da Costa Figueiredo
6. Sonia Lima dos Santos
7. Madalena Álvares Menezes
8. Diana Rodrigues Rocha

VANO JOSÉ BATISTA
Prefeito Municipal

EUQUIRIA F. NOBOKITE GUIMARÃES
Presidente da COPS

Araputanga – MT, 09 de Fevereiro de 2010.

EXTRATO DE CONTRATOS - (Fund. Legal Geral da Lei 8.666/93 e suas Alterações)

Contrato nº 001/2010 -Data: 04/01/2010 - Contratado: O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO "COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL - Valor: R$ 17.410,70 - Objeto: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO "COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL - Vigência: 04/01/2010 A 31/12/2010.
Contrato nº 002/2010 -Data: 04/01/2010 - Contratado: CACILDO CARAVIER- Valor: R$ 7.950,00 - Objeto: LOCAÇAO DE IMOVEL PARA O CENTRO DE REABILITAÇAO - Vigência: 04/01/2010 A 31/12/2010.
Contrato nº 003/2010 -Data: 04/01*/2010 - Contratado: DIVINA ROSA VANA- Valor: R$ 6.120,00 - Objeto: LOCAÇAO DE IMOVEL PARA ALMOXIRIFADO DA PREFEITURA - Vigência: 04/801/2010 A 31/12/2010.
Contrato nº 004/2010 -Data: 04/01/2010 - Contratado: ROBERTO HENRIQUE- Valor: R$ 6.120,00 - Objeto: LOCAÇAO DE IMOVEL PARA ALMOXIRIFADO DA PREFEITURA - Vigência: 04/01/2010 A 31/12/2010.
Contrato nº 005/2010 -Data: 04/01/2010 - Contratado: ANTONIO MARCOS FERREIRA ROLON- Valor: R$ 8.000,00- Objeto: SERVIÇO DE ASSESSORIA DE IMPRENSA, INCLUINDO CONFECÇAO DE MATERIAS VINCULADAS NA MIDIA - Vigência: 04/01/2010 A 31/12/2010.
Contrato nº 006/2010 -Data: 04/01/2010 - Contratado: NECI PIMENTA RIBEIRO- Valor: R$ 7.980,00 - Objeto: LOCAÇAO DE IMOVEL PARA FUNDAÇAO NACIONAL DE SAUDE E AREA DE VIGILANCIA SANITARIA AMBIENTAL EPIDEMIOLOGICA - Vigência: 04/01/2010 A 31/12/2010.
Contrato nº 007/2010 -Data: 07/01/2010 - Contratado: VERA LUCIA TEIXEIRA- Valor: R$ 2.040,00 - Objeto: LOCAÇAO DE IMOVEL - Vigência: 15/01/2010 A 15/05/2010.
Contrato nº 008/2010 -Data: 07/01/2010 - Contratado: CELINA SILVERIO DOS SANTOS- Valor: R$ 2.040,00 - Objeto: LOCAÇAO DE IMOVEL - Vigência: 15/01/2010 A 15/05/2010.
Contrato nº 009/2010 -Data: 07/01/2010 - Contratado: FUNDAÇAO ARCO IRIS DE ARAPUTANGA- Valor: R$ 17.200,00 - Objeto: LOCAÇAO DE 04 QUATRO SALAS DE AULA - Vigência: 07/01/2010 A 07/05/2010.
Contrato nº 010/2010 -Data: 11/01/2010 - Contratado: JULIETE GONÇALVES REIS- Valor: R$ 7.000,00 - Objeto: SERVIÇO DE CONSULTA E ELABORAÇAO DO TRABALHO TECNICO SOCIAL DO PROGRAMA HABITACIONAL TO FELIZ - Vigência: 11/01/2010 A 11/08/2010.
Contrato nº 011/2010 -Data: 14/01/2010 - Contratado: DELICE DE JESUS CAMILO- Valor: R$ 7.200,00 - Objeto: LOCAÇAO DE IMOVEL - Vigência: 15/01/2010 A 15/01/2011.
Contrato nº 012/2010 -Data: 18/01/2010 - Contratado: JUSSEMAR REBULI PINTO -ME- Valor: R$ 75.000,00 - Objeto: LOCAÇOA E MANUTENÇAO DE SOFTWARE - Vigência: 18/01/2010 A 31/12/2010.
Contrato nº 013/2010 -Data: 20/01/2010 - Contratado: JOSE MARINHO DE ALENCAR- Valor: R$ 19.704,00 - Objeto: LOCAÇAO DE IMOVEL - Vigência: 20/01/2010 A 31/12/2010.
Contrato nº 0014/2010 -Data: 21/01/2010 - Contratado: AUTO POSTO BOLA SETE LTDA- Valor: R$ 329.560,00 - Objeto: AQ. DE 154.000 LITROS DE OLEO DIESEL - Vigência: 21/01/2010 A 31/12/2010.
Contrato nº 015/2010 -Data: 21/01/2010 - Contratado: AUTO POSTO ARAPUTANGA LTDA- Valor: R$ 165.721,20 - Objeto: AQ. 46.560 LITROS DE GASOLINA E 21.000 LITROS DE ALCOOL - Vigência: 21/01/2010 A 31/12/2010.
Contrato nº 016/2010 -Data: 21/01/2010 - Contratado: V. M. PIVETA & CIA LTDA- Valor: R$ 434.600,00 - Objeto: AQ. DE 205.000 LITRO DE OLEO DIESEL - Vigência: 21/01/2010 A 31/12/2010.
Contrato nº 017/2010 -Data: **/2010 - Contratado: LUIZ ANDRÉ FERNADES SILVA LEITE - Valor: R$ 4.000,00 - Objeto: Serviço De Monitor Da Escolinha Da Modalidade Esportiva Voleibol Feminino - Vigência: 21/012010 A 21/06/2010.
Contrato nº 018/2010 -Data: 29/01/2010 - Contratado: V. FERRI – PRODUÇÕES ARTISTICAS - Valor: R$ 30.000,00 Objeto: SHOW COM A BANDA NOVO THEMPO E BANDA INTERATIVA - Vigência: 13/02/2010 A 15/02/2010.
Contrato nº 019/2010 -Data: 29/01/2010 - Contratado: E. B. DE SOUZA – SHOW E EVENTOS - ME - Valor: R$ 12.000,00 - Objeto: SHOW COM A BANDA LEGISLATIVO - Vigência: 15/01/2010 A 16/01/2010.
Contrato nº 020/2010 -Data: 29/01/2010 - Contratado: EDINA DA COSTA CORTUNG - ME - Valor: R$ ** - Objeto: SHOW COM A BANDA APK - APOKALIPSE - Vigência: 16/01/2010 A 17/01/2010.

PORTARIA N.º 001/2010

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO E NOMEAÇÃO DA EQUIPE PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA/MT .
VANO JOSE BATISTA, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE:
Art. 1º - Designar e nomear a Equipe Pregoeira da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, sendo composta de servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT., responsáveis pelos pregões presenciais, os quais são os seguintes:
regoeiro: REGINALDO LUIZ SCHIAVINATO
Equipe de Apoio : RONALDO EDSON SCHIAVINATO
Equipe de Apoio : PAULO CESAR FERREIRA NEVES
Art. 1° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos 04 (quatro) dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e dez (2010).
VANO JOSÉ BATISTA - PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 002/2010

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO E NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.
VANO JOSÉ BATISTA, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE:
Art. 1º - Designar e nomear a Comissão Permanente de Licitação, nos termos da Lei nº 8.666/93, em seu artigo 51, sendo composta de servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT., responsáveis pelas licitações, os quais são os seguintes:
Presidente: ODILSON MAMEDES DA SILVA
Secretário : RONALDO EDSON SCHIAVINATO
Membro : PAULO CESAR FERREIRA NEVES
Art. 2° - Fica revogado a portaria nº. 052/2009 de 15/06/2009..
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos doze (04) dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e dez (2010). VANO JOSÉ BATISTA - PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Aripuanã

Errata, complementação do Edital 003/2010, publicado em 03/02/2010.

EDITAL DE SELEÇÃO Nº. 003/2010

O Prefeito Municipal de Aripuanã – MT, Sr. Carlos Roberto Torremocha, no uso de suas atribuições legais, torna público e comunica aos interessados que as inscrições constantes no ***ANEXO I,*** deste Edital, foram homologadas, por estarem em acordo com as exigências

estabelecidas no Edital de Seleção n°. 001/2010, e no ***ANEXO II*** as impugnadas por não cumprirem com as exigências estabelecidas no citado Edital.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias do mês de fevereiro de 2010.

CARLOS ROBERTO TORREMOCHA
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANEXO I

INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS DO PROCESSO SELETIVO N.º001/2010

Licenciatura em Letras:
Flavia Monteiro do Amaral
Estela Nascimento Duarte Lopes
Elder Belucik
Gisele Aparecida Ferreira Oliveira
Ruthe Bispo Sales

Licenciatura em Educação Física
Alison de Vargas Witcel
João Paulo Assumpção Reatti
Regiane da Silva Menezes
Rosimar Monteiro de Souza
Walter Luiz Vilar Seabra

Licenciatura em Matemática:
Bruno Soares de Figueiredo
Edemilson Botelho Rodrigues
Keilla Araujo
Mariana Alona Alvares Caíres

Licenciatura em Geografia:
Antonio Laércio Duarte da Silva
Fabiano Neves Lopes
Leandro Gianini
Leila Mara Martins

Licenciatura em História:
Adriana Vieira
Cássio Marcelo de Oliveira Alves

Licenciatura em Biologia:
Cristianny Moraes Silva e Borges
Márcio Mascon Côgo
Marli dos Santos Carvalho
Mauro Flavio de Souza

Licenciatura em Ciências Naturais e Matemática:
Celia Helena Sulzbach
Dorcelina Machado
Edna Salete Pinheiro Andrade
Manoel Xavier Filho

Licenciatura em Ciências Biológicas:
Ingrid da Silva

Licenciatura em Pedagogia:
Amelia dos Passos Feitosa
Ana Denise Wicisnesk
Auristela Xavier Viana
Carlos Roberto Fonseca
Donizete Junckes de Souza
Edesio Pedro Pires
Edna Simão de oliveira
Elika Oliveira de Lana
Elsa Colares de Oliveira
Eulália Sandra Zambiasi
Eunice Teste de Oliveira
Glicia de Oliveira Christo
Guiomar Luiz Lopes
Helena Leandro de Sousa
Hermes Pires
Ivan Pereira Lacombe
Izabel Cristina Fiuza
Josiani Ferreira Madalão
Lucilene Cabral Cunha
Lucilene Ferreira da Silva
Luzinete Rocha dos Santos
Magda Maria Vieira Barbosa Cabrita
Maria Zonita Rodrigues Xavier
Nessi Nilva Longoni
Neusabete San"Ana Freitas
Roligrei Santos silva
Ronei Raimundo de Souza
Silvia Leticia Silvia Paiva
Solange Antunes Karpinski
Valdicleide dos Santos Almeida
Valquires Silva e Silva
Venina Ferreira da Cruz
Vera Lucia das Dores
Vilma Guarnier Largura
Zenir Freire Vieira

Magistério:
Adenilson Rodrigues de Souza
Alderli Fidelis
Ailton Pereira dos Santos
Bento Ferreira da Cosa
Cristina Cavalcante de Lima
Dulcinéia Corrêa Menezes
Edna Dias Araujo
Isabel Cristina Machado
Jocelia de Sousa Silva
Juarez Candido de Marco
Katia Maria Pereira
Leonildes Piques Christ
Lucia Waltaman Martins
Luiz Laercio Sentechuck
Madalena Cavalcante de Oliveira
Marcia Antunes de Oliveira – PNE
Margarida Dutra dos Santos filha
Maria Adriana Kowalczuk. Oliveira
Maria Auxiliadora dos Santos ancelmo
Maria de Fátima de Souza
Maria Lucia da Silva
Maria Lucia Andrade Primo
Maria Lucia de Lima Andrade
Mary Lucia de Oliveira
Nilton Ferreira Rosa
Nivia Costa Vasconcelos Câmara
Osmarina Pinheiro da Silva
Rosa Martins Padilha
Rosinéia Ferreira da Silva
Sebastião José Damasceno Neto
Silbene Ferreira de arruda França
Silvanir Ferreira de Souza
Solange Fernandes dos Santos
Sônia Maria Ferreira de Souza
Teila Regina Franca de Castro
Vanderli Biehhl Tortor

Licenciados em outros cursos:
Fernanda Feliciano David
Jurandir Ribeiro de Souza

Ensino Médio:
Adilson Alves de Souza
Adriana de Oliveira Zelaya
Adriano da Costa Silva

Adriano Sulino dos Santos
Alessandra Andrade da Silva
Alexandro Moreira da Rocha
Alexsandra Maria da Rosa
Aline Ribeiro Arruda
Amazonildo Pereira dos Santos
Ancelmo Soares de Souza
Andréia Alves do Carmo
Angela Luci de Oliveira
Benedito Paes dos Santos
Camila Cieslik Araujo
Carme R. Ribeiro de Oliveira
Carmem Teresinha Ceolin
Cecilia Andrade de Oliveira
Claudinéia dos Santos
Cleidiane Thaynara da Silva
Cleidjane Gomes da Silva
Clenilda de Souza Santos
Conceição Aparecida de Souza Santana
Creusa Ofmann Fortunato
Daiane Alves Ramos
Daiane Nascimento de Souza
Daiane Nuara Moro
Daiane Ribeiro Rodrigues
Danielli Lee Siqueira Vicente
Débora Melatto Henrique
Digelsa Franciane Duarte da Rocha
Dolores Ferreira Paczcoski
Edelson Mendonça de Oliveira
Edinalva Maria Alves de Oliveira
Edson Meyer Esser
Eidi de Fatima Ferreira
Elaine Leite dos Santos
Elaine Marcelino da Silveira
Eleuza Paula de Souza
Eliane Thibes de Campos
Eliethe Maxir Pacheco
Elisangela Debacker
Erenilda Santos de Souza
Ester Soares da Silva
Eunice Jandrei Marques Garbugio
Evandro Carlos de Oliveira
Evani Venturini Mendes Taborda
Fabiola Correia de Souza
Fabíula Leite dos Santos
Fernanda Pereira Alves
Francinete dos Santos
Francisca Andrade Silva
Francisca Luzia da Silva Dutra
Gelsi Elisabete Moresco
Gilberto Fenski
Gilvane Gnoatto
Gislaine Marquezim Bento
Gleicianne Silva e Silva
Gracieli Maria Pauluk
Greice Kellen de Souza Fortunato
Greici Keli da Rosa
Islone Larson Gonçalves Silva
Ivani Alves dos Reis
Ivanilda Frederico
Jabes Ferreira Celestino Barboza
Jacy de Carvalho Xavier
Jairo Rogério Alves da Silva
Janaina Kotres Nonato Largura
Joanir de Abreu
João José da Silva
Jocielle de Oliveira
Joelma Mendes Farias Santana
José Aparecido da Silva - PNE
Josefa Marinho da Silva
Joseiane Ramos Coelho
Jucelda Chaves dos Santos
Jucilei Chaves dos Santos
Juciléia Aparecida dos Santos
Juliana de Lima Fernandes
Juliana Fenski
Juliano Brau
Juliano Jesus Pereira
Jussara Pimentel
Lair Eduardo do Nascimento
Larissa Tayana Soares Façanha
Lauriano Umbelino Martins
Leonice Maria da Silva Leite
Lilian Araujo Miller
Luana Luiza Cavidan Gomes
Luciana Alves da Silva
Luciana Cristina dos S Siqueira
Luciana Raimundo do Couto
Lucilene Alves Martins
Lucinei José Mendonça Ribeiro
Luzia de Oliveira Santos
Marcelo Fenski
Marcelo Mateus Alves
Marcia Cristina da Costa
Marcia Oliveira Nogueira
Marcia Tatiane Fischer
Marcielle de Linhares
Marcos Mateus Alves
Maria Aparecida da Silva
Maria Aparecida de Souza Gomes
Maria Auxiliadora Silva Alves
Maria das Dores Nunes
Maria de Fátima dos Santos
Maria do Carmo Ferreira Vieira
Maria Rufino da Silva Benício
Marineide Braga de Araujo
Marinett Rufino Batista
Mariza Donato
Marluce Aguiar Gomes
Maufrini Braun
Mauricio Inacio Nunes
Michele Bissoloti
Naira Rutzatz
Natalia Apolinário de Andrade
Neusa Inácio Alvez
Nide Cabral de Deus
Osiane Justino da silva
Ourany Rodrigues Nogueira
Ozania Borges da Silva
Ozeni Rodrigues Nogueira
Patrícia Gabldi Belém
Patrícia Inacio Vieira
Paula Medeiros de Lima
Rafael Fiuza Junior
Rafael Santos Neves
Regiane Rodrigues dos Santos
Renata pereira Carvalho
Rodrigo Camera da Silva
Rogélio Ramos Andrade
Rosalia Bueno Magalhães de Lima
Rosangela Correa Meyer
Roseli Berbel Cabrerizo Fernandes
Rosinei Aguiar Coutinho
Roziane de Fatima Pauluk
Said de Souza Pereira
Samara Brau
Sandra dos Reis Mandinga
Sandra Ferreira Candiotto
Sandra Machado dos Santos
Sandra Moreira da Silva de Paulo
Sandra Rodrigues dos Santos
Sandra Trombini Contadini
Sandreli Maria Mazurek
Sarah Aline de Paula Guaresi
Sarah de Souza Fortunato
Saula Cristina Pires da Silva

Shirlei Soares
Sidineia Furlan Barbosa Lacerda
Sidinéia Pinto da Cunha
Silmara Stein Ofmann
Silvana Cardoso Fagundes
Silvana da Conceição Pinto
Silvaneidi Pereira Silva
Simone Mazito Mota
Simone Terezinha Christ
Simone Vieira de Souza
Sirlei Pereira dos Santos
Siuclane Garcia de Souza
Solange aparecida Dalazen
Solange Miranda Souza
Sonia Funaiama Neto Tobias
Sueli Felisberto Ramos
Suellen Andrade de Oliveira Martins
Suzana Martins de oliveira
Suzete de Fátima Rex da Silva
Tânia Andreia Neves
Tania Pitol
Tarcila Valéria Alvin Guimarães
Valéria Regina Daniel
Vancléia Ribeiro
Vanda Bispo dos Santos
Vanessa Seles Moura
Vilma de Freitas Dias
Viviane de Aquino da Silva
Waldinéia Venancio de Oliveira
Waldinéia dos Santos Silva
Wanderly Ferreira da Santa Cruz
Wemerson Tax Mageswsck
Wesley Estevão dos Santos Sarmento

ANEXO II

IMPUGNADAS

Magistério:
Marilza Gonçalves da Silva

CARLOS ROBERTO TORREMOCHA
Prefeito Municipal

Errata, complementação do Edital 002/2010, publicado em 02/02/2010.
EDITAL 002/2010 RELAÇÃO DE INSCRITOS DO PROCESSO SELETIVO 001/2010

O Prefeito Municipal de Aripuanã – MT, Sr. **CARLOS ROBERTO TORREMOCHA**, no uso de suas atribuições legais, torna público no ***ANEXO I*** a relação dos inscritos para o Processo Seletivo Simplificado/ Professores 001/2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias do mês de Fevereiro de 2010.

CARLOS ROBERTO TORREMOCHA
Prefeito Municipal

Certidão de Publicação
Certifico para os devidos fins, nos termos do art. 81,III, da Lei Orgânica Municipal, que o presente Edital foi publicado no quadro de avisos da Prefeitura em 02/02/2010.

GREICE ELLY FRITSCH
Secretária Adj de Adm.e Planejamento
Port. n° 3.621/2009
Registre-se e publique-se
ANEXO I
RELAÇÃO DE INSCRITOS PARA O PROCESSO SELETIVO N.º001/2010
Licenciatura em Letras:
Flavia Monteiro do Amaral
Estela Nascimento Duarte Lopes
Elder Belucik
Gisele Aparecida Ferreira Oliveira
Ruthe Bispo Sales

Licenciatura em Educação Física
Alison de Vargas Witcel
João Paulo Assumpção Reatti
Regiane da Silva Menezes
Rosimar Monteiro de Souza
Walter Luiz Vilar Seabra

Licenciatura em Matemática:
Bruno Soares de Figueiredo
Edemilson Botelho Rodrigues
Keilla Araujo
Mariana Alona Alvares Caíres

Licenciatura em Geografia:
Antonio Laércio Duarte da Silva
Fabiano Neves Lopes
Leandro Gianini
Leila Mara Martins

Licenciatura em História:
Adriana Vieira
Cássio Marcelo de Oliveira Alves

Licenciatura em Biologia:
Cristianny Moraes Silva e Borges
Márcio Mascon Côgo
Marli dos Santos Carvalho
Mauro Flavio de Souza

Licenciatura em Ciências Naturais e Matemática:
Celia Helena Sulzbach
Dorcelina Machado
Edna Salete Pinheiro Andrade
Manoel Xavier Filho

Licenciatura em Ciências Biológicas:
Ingrid da Silva

Licenciatura em Pedagogia:
Amelia dos Passos Feitosa
Ana Denise Wicisnesk
Auristela Xavier Viana
Carlos Roberto Fonseca
Donizete Junckes de Souza
Edesio Pedro Pires
Edna Simão de oliveira
Elika Oliveira de Lana
Elsa Colares de Oliveira
Eulália Sandra Zambiasi
Eunice Teste de Oliveira
Glicia de Oliveira Christo
Guiomar Luiz Lopes
Helena Leandro de Sousa
Hermes Pires
Ivan Pereira Lacombe
Izabel Cristina Fiuza
Josiani Ferreira Madalão
Lucilene Cabral Cunha
Lucilene Ferreira da Silva
Luzinete Rocha dos Santos
Magda Maria Vieira Barbosa Cabrita
Maria Zonita Rodrigues Xavier
Nessi Nilva Longoni
Neusabete San"Ana Freitas
Roligrei Santos silva
Ronei Raimundo de Souza
Silvia Leticia Silvia Paiva
Solange Antunes Karpinski
Valdicleide dos Santos Almeida
Valquires Silva e Silva
Venina Ferreira da Cruz
Vera Lucia das Dores
Vilma Guarnier Largura
Zenir Freire Vieira

Magistério:
Adenilson Rodrigues de Souza

Ailton Pereira dos Santos
Alderli Fidelis
Bento Ferreira da Cosa
Cristina Cavalcante de Lima
Dulcinéia Corrêa Menezes
Edna Dias Araujo
Isabel Cristina Machado
Jocelia de Sousa Silva
Juarez Candido de Marco
Katia Maria Pereira
Leonildes Piques Christ
Lucia Waltaman Martins
Luiz Laercio Sentechuck
Madalena Cavalcante de Oliveira
Marcia Antunes de Oliveira – PNE
Margarida Dutra dos Santos filha
Maria Adriana Kowalczuk. Oliveira
Maria Auxiliadora dos Santos ancelmo
Maria de Fátima de Souza
Maria Lucia da Silva
Maria Lucia Andrade Primo
Maria Lucia de Lima Andrade
Marilza Gonçalves da Silva
Mary Lucia de Oliveira
Nilton Ferreira Rosa
Nivia Costa Vasconcelos Câmara
Osmarina Pinheiro da Silva
Rosa Martins Padilha
Rosinéia Ferreira da Silva
Sebastião José Damasceno Neto
Silbene Ferreira de arruda França
Silvanir Ferreira de Souza
Solange Fernandes dos Santos
Sônia Maria Ferreira de Souza
Teila Regina Franca de Castro
Vanderli Biehhl Tortor

Licenciados em outros cursos:
Fernanda Feliciano David
Jurandir Ribeiro de Souza

Ensino Médio:
Adilson Alves de Souza
Adriana de Oliveira Zelaya
Adriano da Costa Silva
Adriano Sulino dos Santos
Alessandra Andrade da Silva
Alexandro Moreira da Rocha
Alexsandra Maria da Rosa
Aline Ribeiro Arruda
Amazonildo Pereira dos Santos
Ancelmo Soares de Souza
Andréia Alves do Carmo
Angela Luci de Oliveira
Benedito Paes dos Santos
Camila Cieslik Araujo
Carme R. Ribeiro de Oliveira
Carmem Teresinha Ceolin
Cecilia Andrade de Oliveira
Claudinéia dos Santos
Cleidiane Thaynara da Silva
Cleidjane Gomes da Silva
Clenilda de Souza Santos
Conceição Aparecida de Souza Santana
Creusa Ofmann Fortunato
Daiane Alves Ramos
Daiane Nascimento de Souza
Daiane Nuara Moro
Daiane Ribeiro Rodrigues
Danielli Lee Siqueira Vicente
Débora Melatto Henrique
Digelsa Franciane Duarte da Rocha
Dolores Ferreira Paczcoski
Edelson Mendonça de Oliveira
Edinalva Maria Alves de Oliveira
Edson Meyer Esser
Eidi de Fatima Ferreira
Elaine Leite dos Santos
Elaine Marcelino da Silveira
Eleuza Paula de Souza
Eliane Thibes de Campos
Eliethe Maxir Pacheco
Elisangela Debacker
Erenilda Santos de Souza
Ester Soares da Silva
Eunice Jandrei Marques Garbugio
Evandro Carlos de Oliveira
Evani Venturini Mendes Taborda
Fabiola Correia de Souza
Fabíula Leite dos Santos
Fernanda Pereira Alves
Francinete dos Santos
Francisca Andrade Silva
Francisca Luzia da Silva Dutra
Gelsi Elisabete Moresco
Gilberto Fenski
Gilvane Gnoatto
Gislaine Marquezim Bento
Gleicianne Silva e Silva
Gracieli Maria Pauluk
Greice Kellen de Souza Fortunato
Greici Keli da Rosa
Islone Larson Gonçalves Silva
Ivani Alves dos Reis
Ivanilda Frederico
Jabes Ferreira Celestino Barboza
Jacy de Carvalho Xavier
Jairo Rogério Alves da Silva
Janaina Kotres Nonato Largura
Joanir de Abreu
João José da Silva
Jocielle de Oliveira
Joelma Mendes Farias Santana
José Aparecido da Silva - PNE
Josefa Marinho da Silva
Joseiane Ramos Coelho
Jucelda Chaves dos Santos
Jucilei Chaves dos Santos
Juciléia Aparecida dos Santos
Juliana de Lima Fernandes
Juliana Fenski
Juliano Brau
Juliano Jesus Pereira
Jussara Pimentel
Lair Eduardo do Nascimento
Larissa Tayana Soares Façanha
Lauriano Umbelino Martins
Leonice Maria da Silva Leite
Lilian Araujo Miller
Luana Luiza Cavidan Gomes
Luciana Alves da Silva
Luciana Cristina dos S Siqueira
Luciana Raimundo do Couto
Lucilene Alves Martins
Lucinei José Mendonça Ribeiro
Luzia de Oliveira Santos
Marcelo Fenski
Marcelo Mateus Alves
Marcia Cristina da Costa
Marcia Oliveira Nogueira
Marcia Tatiane Fischer
Marcielle de Linhares
Marcos Mateus Alves
Maria Aparecida da Silva
Maria Aparecida de Souza Gomes
Maria Auxiliadora Silva Alves
Maria das Dores Nunes
Maria de Fátima dos Santos
Maria do Carmo Ferreira Vieira
Maria Rufino da Silva Benício
Marineide Braga de Araujo
Marinett Rufino Batista
Mariza Donato
Marluce Aguiar Gomes
Maufrini Braun
Mauricio Inacio Nunes
Michele Bissoloti
Naira Rutzatz
Natalia Apolinário de Andrade
Neusa Inácio Alvez
Nide Cabral de Deus
Osiane Justino da silva
Ourany Rodrigues Nogueira
Ozania Borges da Silva
Ozeni Rodrigues Nogueira
Patrícia Gabldi Belém
Patrícia Inacio Vieira
Paula Medeiros de Lima
Rafael Fiuza Junior
Rafael Santos Neves
Regiane Rodrigues dos Santos
Renata pereira Carvalho
Rodrigo Camera da Silva

Rogélio Ramos Andrade
Rosalia Bueno Magalhães de Lima
Rosangela Correa Meyer
Roseli Berbel Cabrerizo Fernandes
Rosinei Aguiar Coutinho
Roziane de Fatima Pauluk
Said de Souza Pereira
Samara Brau
Sandra dos Reis Mandinga
Sandra Ferreira Candiotto
Sandra Machado dos Santos
Sandra Moreira da Silva de Paulo
Sandra Rodrigues dos Santos
Sandra Trombini Contadini
Sandreli Maria Mazurek
Sarah Aline de Paula Guaresi
Sarah de Souza Fortunato
Saula Cristina Pires da Silva
Shirlei Soares
Sidineia Furlan Barbosa Lacerda
Sidinéia Pinto da Cunha
Silmara Stein Ofmann
Silvana Cardoso Fagundes
Silvana da Conceição Pinto
Silvaneidi Pereira Silva
Simone Mazito Mota
Simone Terezinha Christ
Simone Vieira de Souza
Sirlei Pereira dos Santos
Siuclane Garcia de Souza
Solange aparecida Dalazen
Solange Miranda Souza
Sonia Funaiama Neto Tobias
Sueli Felisberto Ramos
Suellen Andrade de Oliveira Martins
Suzana Martins de oliveira
Suzete de Fátima Rex da Silva
Tânia Andreia Neves
Tania Pitol
Tarcila Valéria Alvin Guimarães
Valéria Regina Daniel
Vancléia Ribeiro
Vanda Bispo dos Santos
Vanessa Seles Moura
Vilma de Freitas Dias
Viviane de Aquino da Silva
Waldinéia Venancio de Oliveira
Waldinéia dos Santos Silva
Wanderly Ferreira da Santa Cruz
Wemerson Tax Mageswsck
Wesley Estevão dos Santos Sarmento

CARLOS ROBERTO TORREMOCHA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Barra do Bugres

DECRETO Nº 015/2010
Que dispõe sobre nomeação de candidatos aprovados em Concurso Público.

WILSON FRANCELINO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

CONSIDERANDO, o resultado do Concurso Público Municipal nº 001/2006, Homologado pelo Decreto n.º 009/2007 de 14 de fevereiro de 2007 e em conformidade com o Edital de Convocação nº 037/2010.

D/E/C/R/E/T/A:

Art.1º - Ficam nomeados os candidatos abaixo relacionados, para exercerem o cargo de Provimento Efetivo, conforme discriminação a seguir:

CARGO: ESCRITURÁRIO – NÍVEL 1 – 40 HS
§ ANGELA MARIA DIAS DE OLIVEIRA
§ GENERIS JOSÉ DA SILVA

CARGO: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – NÍVEL 1 – 40 HS
§ LEANDRO GOMES DALLAZEM

CARGO: MOTORISTA – CNH "D" – NÍVEL 1 – 40 HS
§ EDMAR LUIZ CHIARELLI
§ ERIVALDO DE SOUZA BEZERRA
§ ANDRE HENRIQUE VENZEL

CARGO: CONTADOR – NÍVEL 1 – 40 HS
§ LAÉRCIO JUAREZ MELZ

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL – NÍVEL 1 – 40 HS
§ PETERSON FELBER

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM – NÍVEL 1 – 40 HS
§ ALINE CORTEZ

CARGO: PROFESSOR ENS. FUND. 1º A 5º ANO – B. DO BUGRES – SEDE MUNICIPIO
§ MARIA PEREIRA DE MAGALHÃES

Art.2º - A validade das nomeações de que trata o presente Decreto, fica condicionado a não infringência do Artigo 195, Parágrafo Único da LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, bem como a fiel observância do Decreto 009/2007, que homologou o resultado do concurso.

Art.3º - Os candidatos nomeados por este Decreto deverão comparecer no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal para tomarem posse no prazo de 30 (trinta) dias, apresentando os documentos pessoais e necessários exigidos, para exercício do cargo.

Parágrafo Único – Serão exonerados os candidatos nomeados por este Decreto que não comparecerem no prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse do cargo, salvo os casos de solicitação de prorrogação pelo interessado, previsto no §4º do artigo 28 da Lei Complementar 001/2005.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 09 de fevereiro de 2010.

WILSON FRANCELINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria na data supra.

IANDRO RODRIGO MONTEIRO ALMICCI
Sec. Mun. Adm. e Finanças

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 037/2010

O Sr. **WILSON FRANCELINO DE OLIVEIRA**, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Concurso Público 001/2006, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados à comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres-MT, no Departamento Pessoal, sito à Praça Ângelo Masson, 1.000 - Centro, no prazo de 30 (trinta) dias, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme anexos I, II e III parte integrante deste Edital, sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga:

CARGO: ESCRITURÁRIO

CLASSIF.	INSCRIÇÃO	NOME
35	0268	ANGELA MARIA DIAS DE OLIVEIRA
36	1271	GENERIS JOSÉ DA SILVA

CARGO: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO

CLASSIF.	INSCRIÇÃO	NOME
8	2565	LEANDRO GOMES DALLAZEM

CARGO: MOTORISTA – CNH "D"

CLASSIF.	INSCRIÇÃO	NOME
24	2684	EDMAR LUIZ CHIARELLI
25	2753	ERIVALDO DE SOUZA BEZERRA
26	2762	ANDRE HENRIQUE VENZEL

CARGO: CONTADOR

CLASSIF.	INSCRIÇÃO	NOME
1	0777	LAÉRCIO JUAREZ MELZ

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL

CLASSIF.	INSCRIÇÃO	NOME
6	3039	PETERSON FELBER

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

CLASSIF.	INSCRIÇÃO	NOME
25	0068	ALINE CORTEZ

CARGO: PROFESSOR ENS. FUND. 1º A 5º ANO – B. DO BUGRES – SEDE MUNICIPÍO

CLASSIF.	INSCRIÇÃO	NOME

39 1435 MARIA PEREIRA DE MAGALHÃES

Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, 09 de fevereiro de 2010.

WILSON FRANCELINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ANEXO - I
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 037/2010

DOCUMENTOS A SEREM PROVIDENCIADOS:

Xerox Identidade (R.G) 02 cópias
Xerox C.P.F (**deve estar com a situação cadastral regular**) 02 cópias
Xerox Título de Eleitor com comprovante última votação. 02 cópias
Xerox Reservista ou Alistamento Militar (p/ sexo Masculino). 02 cópias
Xerox Certidão de Casamento/**CPF** (caso for casado(a) ou RG/**CPF** Amásio(a). 02 cópias
Xerox Certidão de Nascimento dos Filhos/**CPF** / Dependentes/**CPF** (menores 14 Anos) . 02 cópias
Xerox CNH – Carteira de Habilitação (para o Cargo que exigiu) . 02 cópias
Xerox Comprovante de Endereço Atual (Comprovante Água/Energia/ Telefone, etc) .02 cópias
Xerox Autenticada Documento de Escolaridade de acordo exigido/ cargo. 01 cópia

Original Declaração de não acúmulo de cargo/função pública (modelo anexo II)
Original Declaração de bens (modelo anexo III)
Original C.T.P.S. - Carteira de Trabalho e Previdência Social
Original PIS / PASEP (se for cadastrado)
Original Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (adquirir no Fórum da Comarca)

Original Atestado de Sanidade Física e Psicológico.
>>> Este exame será realizado pela Junta Médica Oficial nomeada pela Portaria Municipal Nº 241/2009.
>>> **Drª ELICENE BAMBARÉN DE YÁBAR** e **Drª SUSANA DAL ROSSO ARRAIS**:
Y & A MEDICINA DO TRABALHO
Av. Tancredo de Almeida Neves, 399W – Tangará da Serra – MT; Telefone (65) 3326-1472
Agendar data e horário do Exame Admissional.

>>> Levar na **CEF - Caixa Econômica Federal**, ***Xerox R.G., C.P.F. e de um Comprovante de Endereço Atual (Água, Energia, Telefone, etc), Comprovante de Renda (Depto Pessoal)***, para abertura de uma **Conta**, para recebimento de Salário, e trazer o número da Conta no Depto Pessoal. **(não precisa dinheiro para abrir a conta!!!!)**

>>> Após aprontar **"TODA"** a documentação, entregar no Departamento Pessoal.

ANEXO - II

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 037/2010

D E C L A R A Ç Ã O

Declaro para os devidos fins de direito que, eu _____
_____, portador(a) do C.P.F. Nº _____._____._____-____, na presente data, **não exerço outro cargo, emprego ou função pública remunerada da Administração direta ou em Autarquia, Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista ou ainda em Fundação Pública**, que venha caracterizar acúmulo de cargos vedado pelo Artigo 37, Inciso XVI, da Constituição Federal; e em conformidade com o Parágrafo 4º do Artigo 26, da Lei Complementar Nº 001/2005.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

_____, ____ de __ de 2010.

_____--_____
* assinatura *

ANEXO - III

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 037/2010

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, _____, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade R.G. N.º _____ e do C.P.F. Nº _____._____._____-____, residente e domiciliado(a) à_____, no município de _____/MT., Declaro para os devidos fins e efeitos legais, que nesta data possuo os seguintes bens:

1) BENS MÓVEIS

Item	Descrição do Bem	Valor – R$
01		
02		
03		
04		

2) BENS IMÓVEIS

Item	Descrição do Bem	Valor – R$
01		
02		
03		
04		

3) VALOR TOTAL DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

TOTAL GERAL – R$ _____

Declaro ainda, sob as penas da Lei, que as informações prestadas acima são verídicas.

_____, ____ de _____ de 2010.

_____--_____
* assinatura *

Prefeitura Municipal de Cáceres

PORTARIA Nº. 028
DE 01 DE FEVEREIRO DE 2010

Delega poderes administrativos a Sra. Vânia da Costa Sacramento, Secretária Municipal de Administração do Município de Cáceres, na forma que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII, e seu Parágrafo Único da Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

ART. 1º - Delegar poderes à Sra. **VÂNIA DA COSTA SACRAMENTO**, Secretária Municipal de Administração do Município de Cáceres, para praticar ato referente a Assinaturas de Cheques, pertinentes à Administração Pública Municipal, em substituição ao Senhor Aldo César da Silva Ortiz – Tesoureiro, no período de 08 a 22 de fevereiro de 2010.

ART. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de fevereiro de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito Municipal

Afixado em: 02.02.2010.

Prefeitura Municipal de Campos de Júlio

EDITAL COMPLEMENTAR 001/2010

Homologação das Inscrições Processo Seletivo Simplificado 001/2010

O Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado 001/2010, no uso de suas atribuições previstas na Lei que autoriza o processo seletivo simplificado, amparado na Portaria n° 008/2010, torna público a homologação das inscrições para os candidatos inscritos ao teste seletivo para provimento temporário dos cargos de Auxiliar de Serviços Gerais, Motoristas, Professor I magistério, Professor II-plena e Professor III – Plena com especialização.

Auxiliar de Serviços Gerais

1 Dejanira Fortes Andrades
2 Shirlei Maria de Almeida
3 Ana Rosa Gularte
4 Maria Oliveira da Silva
5 Nereu Antonio dos Reis
6 Marcia Oliveira de Mello
7 Rodrigo Luiz da Silva
8 Leude Sousa Silva
9 Rosangela Aparecida da Silva
10 Francisca Janaina Alves Nepomuceno
11 Maria Cardoso dos Santos
12 Elissandra Neves da Silva
13 Maria Aparecida Nogueira da Silva
14 Veroneide Santana
15 Lucia Aparecida Andretta
16 Glória Justino
17 Elieni Leite da Silva
18 Geize Rodrigues de Miranda
19 Rosa Maria de Siqueira
20 Deisiane Temistocles da Silva
21 Jefferson Magno Martins Couto
22 Ilda Vieira França
23 Gleiciane Costa da Cruz
24 Suellen Andressa Aparecida de Camargo
25 Luciana da Silva
26 Marcio Garcia Júnior
27 Rute Oliveira Santos
28 Josimar da Silva
29 Ide Martins dos Santos
30 Elisangela Rogerio dos Santos
31 Ivani Pereira da Silva
32 Aozemira Oliveira Antonio Guimarães
33 Herminia Silva Maia
34 Marizete de Fatima Veloso
35 Eldemar Rosa dos Santos
36 Queli Priscila Santos de Lima
37 Carla Aparecida Santos Lima
38 Leontina Portes Torrente
39 Crislaine Melayne dos Santos Silva
40 Rene Felix de Souza
41 Maria do Socorro Nascimento Luna
42 Indiara Ribeiro de Oliveira
43 Viviane Ribas Siqueira
44 Ivanilda da Silva Arruda
45 Romilde Cassol
46 Luzia Aparecida da Silva
47 Katia Cristina Ruiz
48 Kelly Cristina Ruiz
49 Luciano da Silva
50 Rosiane Mariano da Silva
51 Elizandro Cesar Mazutti
52 Silvania Aparecida Von Stein
53 Luciene Bento da Silva
54 Deriene da Silva Santana
55 Maria de Lourdes Freitas dos Santos
56 Antonio Marcos Xavier Silva
57 Loreni Terezinha da Silva
58 Maria da Silva
59 Leocir José da Silva
60 Dianaléia Schmitz Pereira
61 Charlayne Camargo de Abreu
62 Dirley Maria Velozo
63 Nair Vieira da Silva
64 Daniela Moraes Lara
65 Maria Sonia Ferreira de Sousa
66 Marcia Cristina Lins dos Santos
67 Glaci Afanio
68 Ezilda Ribeiro dos Santos Ricardo
69 Josefa Rodrigues de Brito Ascoli
70 Teresinha Loreci de Quadros
71 Grazietti da Costa Martins
72 Andréia da Costa Martins
73 Rosenilda Aparecida de Oliveira
74 Jaqueline Aparecida da Silva
75 Dalvani Pereira do Carmo Almeida
76 Josivaldo dos Santos Oliveira
77 Jose Nestor Moreira
78 Augusto Francisco da Silva
79 Katiane Alves da Conceição
80 Luiz Carlos de Mello Junior
81 Adilio Ascoli
82 Tereza Oliveira Silva
83 Nisonita Bezerra
84 Ana Maria do Nascimento
85 Cezar da Silva Correa
86 Francilaine de Matos
87 Janete Weirich
88 Ana Heli dos Passos Almeida
89 Renata Fontino

Motorista Veículo Especial
1 Acidino Perchim Rangel
2 Edilson Antonio de Miranda
3 Hilton Alves de Souza
4 Caio Souza Chaves
5 Valdemar Manoel Simão
6 José Vilson Marques dos Santos
7 Vitor Alves da Silva
8 Adair Caetano
9 Leandro Jorge da Silva
10 Joabes Oliveira da Fonseca
11 Kleber Alves Nogueira Cardoso
12 Josias Pinto Maciel
13 Eder Oliveira de Camargo
14 José Ferreira de Camargo
15 Laurecimar Goldino da Silva

Professor I Magistério
1 Elisabete Siedschlay Vieira
2 Mailson da Conceição Sousa
3 Marines Filippi Tomé da Silva

Professor II - Plena
1 Claúdia Simone Marques Moysés
2 Evanir Costa Comiran
3 Fabio Ribeiro de Souza
4 Claudia Ines Kaim Pieniz
5 Gessimar Feliciano de Assis
6 Michelle Karoline Modesto
7 Elina Luiza Ferreira
8 Ednalva Aparecida Ferreira Militão
9 Diane Marcia Borges Chagas
10 Queila Matheus
11 Ariane Antunes dos Santos
12 Berenice Margarete de Jesus Fischer
13 Paulo Victor da Rosa
14 Leidiana Castelans Vieira
15 Rosiane Alves da Silva

Professor III – Plena com Especialização
1 Iracema de Souza Lopes
2 Juliana Simon
3 Simone Maria Ferreira
4 Alice Ramos de Melo
5 Rosilene Reni Alessi
6 Márcia Cristina Fassbinder Zonatto
7 Marilda Salete Comiran Gessi
8 Juliana Ferreira de Castro
9 Eliandra Giseli Muller Pohlman

Campos de Júlio, 08 de Fevereiro de 2010

JEAN PAULO VIEIRA
Presidente da Comissão Teste Seletivo 001/2010
008/2010

MAURO CELSO BARBIERO
Secretário Municipal de Administração

Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte

DECRETO N.º 283 /2010. DE: 12/01/2010

"DISPÕE SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO DENOMINADA PREGÃO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, A QUE SE REFERE À LEI FEDERAL N. 10.520 DE 17 DE JULHO DE 2002, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LOURIVAL MARTINS ARAUJO, Prefeito Municipal de **CANABRAVA DO NORTE-MT**, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e com fundamento no disposto na **Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002**, **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993** e suas alterações e a **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**, institui o presente Regulamento para a modalidade de licitação denominada Pregão.

DECRETA:

Art. 1º O procedimento estabelecido na **Lei federal nº 10.520**, de 17 de **Julho de 2002**, a ser realizado por licitação do tipo menor preço, destina-se à aquisição de bens e à prestação de serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação, em que a disputa é feita por meio de propostas e lances sucessivos em sessão pública.

Art. 2º Este Decreto estabelece regras para a realização do procedimento da licitação na modalidade Pregão, destinada à aquisição de bens e à prestação de serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação.

§ 1º Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais no mercado.

§ 2º Excluem-se da modalidade Pregão as contratações de obras e serviços de engenharia, bem como as locações imobiliárias.

Art. 3º A Administração adotará, preferencialmente, a modalidade Pregão para a aquisição de bens ou a prestação de serviços comuns.

Parágrafo único. A eventual impossibilidade da adoção do Pregão deverá ser justificada nos autos do respectivo processo pela autoridade responsável para autorizar a abertura da licitação.

Art. 4º Ao Pregão aplicam-se os princípios básicos da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Igualdade, Publicidade, Eficiência, Probidade Administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, e os correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço e seletividade.

§ 1º As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidades entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

§ 2º Sempre que possível deverá ser ampliada a divulgação do certame, com o envio, por meio eletrônico, de cópias dos instrumentos convocatórios, ou avisos resumidos, às Micro e Pequenas Empresas de **CANABRAVA DO NORTE-MT,** comprovando-se nos autos do processo.

Art. 5º Todos quantos participem do Pregão têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento criado pela **Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,** podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

Art. 6º Compete ao Ordenador de despesas:

I - autorizar a abertura da licitação, considerando as justificativas da necessidade da contratação apresentada pelo órgão requisitante e ratificada pela Secretaria Municipal de Administração, desde que definido o objeto do certame, de forma clara, concisa e objetiva, e estabelecido:

a) as exigências da habilitação;

b) os critérios de aceitabilidade dos preços, observado o inciso X, do Art. 40, da Lei 8.666/93;

c) as sanções por inadimplemento, previstas neste regulamento;

d) os prazos e condições da contratação;

e) o prazo de validade das propostas;

f) em sendo o caso, a redução mínima admissível entre os lances sucessivos;

g) o critério de encerramento da etapa de lances;

II - fixar as condições de prestação de garantia de execução do contrato ou dispensá-la, se for o caso;

III - indicar o Pregoeiro e os membros de sua equipe de apoio, designados por portaria;

IV - decidir os recursos interpostos contra ato do Pregoeiro;

V - adjudicar o objeto da licitação quando houver recurso, após a sua decisão;

VI - revogar, anular ou homologar o procedimento licitatório.

Art. 7º Somente poderá atuar como Pregoeiro, o servidor que tenha realizado capacitação específica para exercer essa atribuição.

Art. 8º Os membros da equipe de apoio serão, preferencialmente, servidores efetivos.

Art. 9º As atribuições do Pregoeiro incluem:

I - a coordenação dos trabalhos da equipe de apoio e a condução do procedimento licitatório;

II - o credenciamento dos interessados, mediante a verificação dos documentos que comprovem a existência de poderes para formulação de propostas, e os demais atos inerentes ao certame;

III - o recebimento da declaração dos licitantes do pleno atendimento aos requisitos de habilitação, bem como dos envelopes-proposta de preços e dos envelopes-documentos de habilitação;

IV - a abertura dos envelopes-proposta, a análise e desclassificação das propostas cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados no edital;

V - a seleção e a ordenação das propostas não desclassificadas, observado o disposto nos incisos VIII e IX, do **Artigo 4º, da Lei nº 10.520/2002;**

VI – a classificação das ofertas, conjugadas as propostas e os lances, e a decisão motivada a respeito da aceitabilidade do menor preço;

VII - a negociação do preço com vistas à sua redução;

VIII - a análise dos documentos de habilitação do autor da oferta de melhor preço;

IX - a adjudicação do objeto ao licitante vencedor, se não tiver havido manifestação de recorrer por parte de algum licitante, nos termos do inciso **XVII, do Artigo 12**, deste decreto;

X - a elaboração da ata da sessão pública, que conterá, sem prejuízo de outros elementos, o registro:

a) do credenciamento dos representantes dos proponentes presentes na sessão;

b) das propostas apresentadas, das desclassificadas e das selecionadas para a etapa de lances;

c) dos lances e da classificação das ofertas;

d) da decisão a respeito da aceitabilidade do menor preço;

e) da negociação de preço;

f) da análise dos documentos de habilitação;

g) da manifestação de intenção do licitante interessado em recorrer, se houver, com a correspondente motivação;

XI - o encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade competente, visando à homologação do certame e à contratação;

XII - propor a revogação ou anulação do processo licitatório à autoridade competente.

Art. 10º A fase preparatória do Pregão será iniciada com a abertura do processo no qual constará:

I - a deliberação de que trata o art. 6º deste regulamento;

II - os indispensáveis elementos técnicos atinentes ao objeto licitado;

III - a planilha de orçamento com os quantitativos e os valores unitários e total, elaborada a partir da composição de todos os custos unitários, no caso de serviços, e pesquisa de preços, no caso de compras;

IV - o cronograma físico-financeiro, quando for o caso;

V - o edital, nos termos do Art. 11 deste decreto;

VI - a minuta de contrato, quando for o caso;

VII - a indicação de disponibilidade de recursos orçamentários;

VIII - a aprovação das minutas de edital e de contrato, pela Procuradoria Jurídica.

Art. 11º O edital do Pregão observará, no que couber, o disposto no artigo 40, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, e conterá:

a) a descrição do objeto conforme padrões de qualidade e desempenho usuais no mercado, vedadas as especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

b) os critérios de seleção das propostas, nos termos estabelecidos nos incisos VIII e IX, do artigo 4º, da Lei nº 10.520/2002;

c) em sendo o caso, a redução mínima admissível entre os lances sucessivos;

d) os critérios de encerramento da etapa de lances;

e) os critérios de aceitabilidade dos preços definidos pela autoridade competente;

f) o critério de julgamento, adotando-se o de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições necessárias;

g) as exigências de habilitação;

h) a menção de que será regido pela Lei federal nº 10.520/2002, por este decreto e, subsidiariamente, pela Lei federal nº 8.666-93, e suas alterações posteriores.

§ 1º O edital fixará prazo não inferior a 8 (oito) dias úteis para apresentação das propostas, contados da publicação do aviso.

§ 2º Cópias do edital e do respectivo aviso serão colocadas à disposição dos interessados para consulta, inclusive através da Internet.

Art. 12º A fase externa do Pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará o quanto segue:

I - publicação de aviso no Diário Oficial, no Mural Prefeitura e divulgação na Internet, assim como observado o disposto no § 2º, do artigo 4º, deste decreto, quando o valor estimado para a contratação for inferior a R$ 160.000,00;

II - publicação de aviso no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, divulgação na Internet, e publicação em jornal de grande circulação local, assim como observada a sistemática prevista no § 2º, do artigo 4º, deste decreto, com ampliação, quando possível, **do rol das entidades destinatárias**, quando o valor estimado para a contratação for igual ou superior a R$ 160.000,00;

III - do aviso constarão à descrição do objeto, a modalidade da licitação, o dia, o horário e o local da realização da sessão, a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital;

IV - no dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento dos envelopes - propostas e dos envelopes - documentos de habilitação, devendo o interessado, por si ou por representante legal, proceder ao respectivo credenciamento, mediante documento que o habilite para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

V - aberta à sessão, serão entregues ao Pregoeiro a declaração do licitante de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação;

VI - o Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, desclassificará aquelas cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados no edital, selecionará a de menor preço e as demais com preços até 10% superiores àquela;

VII - não havendo, pelo menos, 3 (três) propostas na condição definida no inciso anterior serão selecionados os melhores preços, até o máximo de 3 (três), e os seus autores convidados a participar da etapa de lances;

VIII - o Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços;

IX - os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima admitida entre eles, em sendo o caso;

X - declarada encerrada a etapa de lances e classificadas as ofertas na ordem crescente de valor, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito;

XI - considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor, sendo-lhe facultado o saneamento de falhas formais relativas à documentação na própria sessão;

XII - constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor;

XIII - se a oferta não for aceitável, ou se o licitante desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subseqüente de menor preço, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação de seu autor, e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor;

XIV - a manifestação motivada da intenção de interpor recurso será feita no final da sessão, podendo os interessados juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

XV - o acolhimento de recurso, que terá efeito suspensivo, importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

XVI - decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do Pregão ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório;

XVII - a falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor, encaminhando o processo para homologação pela autoridade competente;

XVIII - homologada a licitação, inicia-se o prazo de convocação do adjudicatário para assinar o contrato, respeitado o prazo de validade de sua proposta;

XIX - o resultado final do Pregão será divulgado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso na Internet e Mural da Prefeitura, com indicação da modalidade, do número de ordem e da série anual, do objeto, do valor total e do licitante vencedor;

XX - para a celebração do contrato, o adjudicatário deverá manter as mesmas condições de habilitação;

XXI - quando o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar a assinar o contrato, será convocado outro licitante na ordem de classificação das ofertas, e assim sucessivamente, observado o disposto no § 4º, deste artigo;

XXII - após a celebração do contrato, os envelopes - documentos de habilitação dos demais proponentes ficarão à disposição para retirada.

§ 1º No caso de empate de ofertas na situação referida no inciso X, deverão ser admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

§ 2º A desistência em apresentar lance, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante dessa etapa, mantida a proposta para efeito de classificação das ofertas.

§ 3º Quando comparecer 01 (um) único licitante, houver 01 (uma) única proposta válida ou todos os licitantes declinarem de formular

lances, caberá ao Pregoeiro verificar a aceitabilidade do menor preço, tendo em vista os critérios estabelecidos no edital.

§ 4º Nas situações previstas nos §§ 2º, 3º, nos incisos X, XIII ou XXI deste Artigo, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente a obtenção de melhor preço.

§ 5º Sempre que possível a sessão será gravada por meios eletrônicos, sem prejuízo da providência estabelecida no art. 21, deste decreto.

Art. 13º A habilitação far-se-á em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação com a verificação de que o licitante está em situação regular perante:

I – Até R$ 160.000,00 (Cento e sessenta mil reais):

a) a Seguridade Social;
b) o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
c) a Fazenda Municipal;
d) Contrato Social da Constituição da Empresa;
e) Comprovante do CNPJ;
f) Publicações de acordo com o Inciso – I do Artigo12 deste Regulamento;

II – Superior a **R$160.000,00** (Cento e sessenta mil reais):

a) a Seguridade Social;
b) o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
c) a Fazenda Nacional;
d) a Fazenda Estadual;
e) a Fazenda Municipal;
f) Contrato Social da Constituição da Empresa;
g) Comprovante do CNPJ;
h) Publicações de acordo com o Inciso – II do Artigo12 deste decreto.

§ 1º Em sendo o caso, mediante a :

I - declaração de que atende às normas relativas à saúde e à segurança do trabalho, no caso de serviços;

II - atendimento às exigências do edital quanto à habilitação jurídica, qualificação técnica e econômico-financeira.

§ 2º É facultado aos licitantes a substituição dos documentos de habilitação exigidos no edital pela apresentação de Certificado de Registro Cadastral, emitido por quaisquer órgãos ou entidades federais, estaduais ou do município de **CANABRAVA DO NORTE-MT**, dentro do respectivo prazo de validade e ramo de atividade, devendo a documentação complementar, e aquelas com prazo de validade vencido, ser apresentadas devidamente regularizadas e atualizadas na própria sessão.

Art.14º Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

§ 1º A petição será dirigida à autoridade subscritora do edital, que decidirá no prazo de 01(um) dia útil.

§ 2º Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

Art. 15º Ficará impedido de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de CANABRAVA DO NORTE-MT, pelo prazo de até 05-(CINCO) anos, o licitante que:

a) deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;

b) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

d) não mantiver a proposta, lance ou oferta;

e) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação;

f) falhar ou fraudar na execução do contrato.

Parágrafo único - As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das multas previstas no ato convocatório, após ter sido garantido o exercício do direito de defesa, sendo registradas nos sistemas mantidos pela administração pública estadual.

Art. 16º É vedada a exigência de:

I - garantia de proposta;

II - aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame; e

III - pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes ao fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica, e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso.

Art. 17º Quando permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, serão observadas, no que couber, as normas estabelecidas no artigo 33, da Lei nº 8.666/93.

Art.18º A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, sempre mediante ato escrito e fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.

§ 2º Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou anulação do procedimento licitatório, ressalvado o contratado de boa-fé que terá direito de ser ressarcido pelos encargos, devidamente comprovados, que tiver suportado para o cumprimento do contrato.

Art. 19º Nenhum contrato será celebrado sem a efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dele decorrentes no exercício financeiro em curso.

Parágrafo único. A Administração poderá para casos devidamente justificado realizar o processo de licitação com a previsão de recursos orçamentários de exercício seguinte desde que prevista no PPA, e só poderá celebrar o contrato naquele exercício havendo interesse da administração.

Art. 20º A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso e na Internet deverá ser providenciada até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, com a indicação da modalidade de licitação com o número de ordem em série anual, do objeto e do valor total.

Art. 21º Os atos essenciais do Pregão serão documentados ou juntados no respectivo processo, compreendendo todos aqueles praticados nas fases preparatória e externa do certame, inclusive e especialmente a ata da sessão pública subscrita pelo Pregoeiro.

Art. 22º O Pregão é regido pela Lei federal nº 10.520/2002, e, subsidiariamente, pelas disposições da Lei federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, e pelas disposições deste decreto.

Art. 23º As licitações destinada à aquisição de bens e à prestação de serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação, prevista no artigo 2º deste decreto oriundas de recursos Federais serão exclusivamente na modalidade Pregão preferencialmente na forma eletrônica.

Parágrafo Único. Salvo nos casos de comprovada inviabilidade de ser realizada na forma eletrônica, poderá ser realizada na forma presencial a ser justificada pela autoridade e regido por este regulamento e subsidiariamente, pelas disposições do Decreto Federal nº **5.504 de 08 de Agosto de 2005**.

Art. 24º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

LOURIVAL MARTINS ARAUJO
Prefeito Municipal
REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRE-SE

Prefeitura Municipal de Carlinda

CTBS5900 — SISTEMA INTEGRADO DE ORCAMENTO E CONTABILIDADE PUBLICA — CAMARA MUNICIPAL DE CARLINDA — Data: 31/12/2009 Hora: 13:04:28 Pag.: 001

ANEXO Nº 11 - COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - (ATE 12/2009)

CODIGOS	TITULOS	AUTORIZADA R$			REALIZADA R$				DIFERENCAS R$ DOS TOTAIS
		CREDITOS ORCAMENTARIOS E SUPLEMENTARES	CREDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINARIOS	TOTAL	ANTERIOR	EMPENHADO NO MES	ANULADO NO MES	TOTAL	
01	CAMARA MUNICIPAL								
01 001	CAMARA MUNICIPAL								
01.031.0101.1001-449051000000	OBRAS E INSTALACOES	20.000,00		20.000,00					20.000,00
01.031.0101.2001-319009000000	SALARIO-FAMILIA	2.000,00		2.000,00	814,78	87,48		902,26	1.097,74
01.031.0101.2001-319011000000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	330.000,00		330.000,00	285.391,16	29.272,86		314.664,02	15.335,98
01.031.0101.2001-319013000000	OBRIGACOES PATRONAIS	70.000,00		70.000,00	58.321,68	5.901,30		64.222,98	5.777,02
01.031.0101.2001-319113050000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	4.000,00		4.000,00	436,41	50,40		486,81	3.513,19
01.031.0101.2001-339014000000	DIARIAS - CIVIL	19.000,00		19.000,00	16.950,00	1.950,00		18.900,00	100,00
01.031.0101.2001-339030000000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00		20.000,00	14.408,41	2.160,40		16.568,81	3.431,19
01.031.0101.2001-339033000000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	7.000,00		7.000,00	4.141,80			4.141,80	2.858,20
01.031.0101.2001-339035000000	SERVICOS DE CONSULTORIA	23.232,00		23.232,00	23.232,00			23.232,00	
01.031.0101.2001-339036000000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	5.000,00		5.000,00	1.833,90			1.833,90	3.166,10
01.031.0101.2001-339039000000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	71.768,00		71.768,00	52.844,10	2.062,25	447,09	54.459,26	17.308,74
01.031.0101.2001-449052000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	60.000,00		60.000,00	56.415,89			56.415,89	3.584,11
	TOTAL DA UNIDADE ORCAMENTARIA	632.000,00	0,00	632.000,00	514.790,13	41.484,69	447,09	555.827,73	76.172,27
	TOTAL DO ORGAO	632.000,00	0,00	632.000,00	514.790,13	41.484,69	447,09	555.827,73	76.172,27
	TOTAL DAS DESPESAS	632.000,00	0,00	632.000,00	514.790,13	41.484,69	447,09	555.827,73	76.172,27
	TOTAL DE INTERFERENCIAS FINANCEIRAS (EGRESSOS)	0,00	0,00	0,00	20.000,00	55.983,27	0,00	75.983,27	-75.983,27
	TOTAL GERAL	632.000,00	0,00	632.000,00	534.790,13	97.467,96	447,09	631.811,00	189,00

NOTA: Conforme orientacoes do STN, sao desconsideradas na consolidacao, os valores decorrentes de operacoes intra-governamentais (interferencias financeiras).

ANTENOR LEAL — PRESIDENTE
JOSE MARQUES MENDONCA — 1. SECRETARIO
JAIR FRASSON — CRC MT 2513/0-8 TC

ESTADO DE MATO GROSSO - CAMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

ANEXO 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
EXERCÍCIO DE 2009

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) — em R$ - P. Contas U.G.

RECEITA				DESPESA			
Títulos	*Previsão*	*Execução*	*Diferença*	*Títulos*	*Fixação*	*Execução*	*Diferença*
RECEITA ORCAMENTÁRIA				DESPESA ORÇAMENTÁRIA	632.000,00	555.827,73	-76.172,27
				CREDITOS ORÇAMENTARIOS E SUPLEMENTARES	632.000,00	555.827,73	-76.172,27
				CRÉDITOS ESPECIAIS			
				CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS		631.811,00	631.811,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS		75.983,27	75.983,27
REPASSE AO PODER LEGISLATIVO		631.811,00	631.811,00	DEVOLUCAO DE VALORES		75.983,27	75.983,27
Subtotal		631.811,00	631.811,00	*Subtotal*	632.000,00	631.811,00	-189,00
DÉFICIT TOTAL	632.000,00		-632.000,00	SUPERÁVIT TOTAL			
TOTAL	632.000,00	631.811,00	-189,00	TOTAL	632.000,00	631.811,00	-189,00

ANTENOR LEAL — PRESIDENTE
JOSE MARQUES MENDONCA — 1. SECRETARIO
JAIR FRASSON — CRC MT 2513/0-8 TC

ESTADO DE MATO GROSSO - CAMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

ANEXO 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO FINANCEIRO
EXERCÍCIO DE 2009

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964) — em R$ - P. Contas U.G.

RECEITA ORCAMENTÁRIA				DESPESA ORCAMENTÁRIA			
Títulos	*R$*	*R$*	*R$*	*Títulos*	*R$*	*R$*	*R$*
RECEITA REALIZADA			631.811,00	DESPESA EMPENHADA			555.827,73
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS - RECEBIDAS				LEGISLATIVO		555.827,73	
REPASSE AO PODER LEGISLATIVO		631.811,00		TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS - CONCEDIDAS			75.983,27
				DEVOLUCAO DE RECURSOS A PREFEITURA		75.983,27	
Total da Receita Orçamentária			**631.811,00**	**Total da Despesa Orçamentária**			**631.811,00**
EXTRA-ORCAMENTÁRIA				**EXTRA-ORCAMENTÁRIA**			
Títulos	*R$*	*R$*	*R$*	*Títulos*	*R$*	*R$*	*R$*
CONTAS PENDENTES				CONTAS PENDENTES			
MOVIMENTO EXTRA-ORCAMENTARIO			72.076,73	MOVIMENTO EXTRA-ORCAMENTARIO			72.076,73
DEPOSITOS		72.076,73		DEPOSITOS		72.076,73	
DEPOSITO - I.N.S.S	31.232,50			DEPOSITO - I.N.S.S	31.232,50		
DEPOSITO - I.R.R.F	6.262,58			DEPOSITO - I.R.R.F	6.262,58		
DEPOSITO - PREVICAR	705,20			DEPOSITO - PREVICAR	705,20		
I.S.S.Q.N	3.074,53			I.S.S.Q.N	3.074,53		
DEVOLUCAO DE VALORES	30.801,92			DEVOLUCAO DE VALORES	30.801,92		
DESPESAS ORCAMENTARIAS DO EXERCICIO A PAGAR				CANCELAMENTOS REALIZADOS			
CANCELAMENTOS REALIZADOS							
Total da Receita Extra-Orçamentária			**72.076,73**	**Total da Despesa Extra-Orçamentária**			**72.076,73**
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				**SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE**			
Títulos	*R$*	*R$*	*R$*	*Títulos*	*R$*	*R$*	*R$*
CAIXA				CAIXA			
CONTAS MOVIMENTO			2.380,00	CONTAS MOVIMENTO			2.380,00
CONTAS VINCULADAS				CONTAS VINCULADAS			
APLICACOES FINANCEIRAS				APLICACOES FINANCEIRAS			
Total do Saldo do Exercício Anterior			**2.380,00**	**Total do Saldo para o Exercício Seguinte**			**2.380,00**
TOTAL DA RECEITA			**706.267,73**	**TOTAL DA DESPESA**			**706.267,73**

ANTENOR LEAL — PRESIDENTE
JOSE MARQUES MENDONCA — 1. SECRETARIO
JAIR FRASSON — CRC MT 2513/0-8 TC

ESTADO DE MATO GROSSO - CAMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

ANEXO 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2009

(art. 105 da Lei nº 4.320/1964) — em R$ - P. Contas U.G.

ATIVO

ATIVO FINANCEIRO

Títulos	R$	R$	R$
DISPONIVEL			
Bancos Contas Movimento	2.380,00	2.380,00	
REALIZAVEL			
RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS			
DIVERSOS			2.380,00
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO			**2.380,00**

ATIVO PERMANENTE

Títulos	R$	R$	R$
CIRCULANTE			
VALORES DIVERSOS			
REALIZAVEL A LONGO PRAZO			
CREDITOS			
PERMANENTE			
BENS MOVEIS			
BENS MOVEIS	104.307,35		
BENS IMOVEIS			
BENS IMOVEIS	77.472,50	181.779,85	181.779,85
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE			**181.779,85**
ATIVO REAL (FINANCEIRO + PERMANENTE)			**184.159,85**

SALDO PATRIMONIAL

Títulos	R$	R$	R$

ATIVO COMPENSADO

Títulos	R$	R$	R$
RESPONSAB. POR TITULOS E BENS			
BENS EM COMODATO			
GARANTIAS E VALORES			
CAUCOES			
RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS			
RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS			
TOTAL DO ATIVO			**184.159,85**

PASSIVO

PASSIVO FINANCEIRO

Títulos	R$	R$	R$
RESTOS A PAGAR			
DEPOSITOS			
TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO			

PASSIVO PERMANENTE

Títulos	R$	R$	R$
DIVIDA FUNDADA			
PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS			
TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE			
PASSIVO REAL (FINANCEIRO + PERMANENTE)			

SALDO PATRIMONIAL

Títulos	R$	R$	R$
ATIVO REAL LIQUIDO			184.159,85

PASSIVO COMPENSADO

Títulos	R$	R$	R$
CONTRAPARTIDA - RESPONSAB. POR TITULOS E BENS			
BENS EM COMODATO			
CONTRAPARTIDA - GARANTIAS E VALORES			
CAUCOES			
CONTRAPARTIDA - RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS			
RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS			
TOTAL DO PASSIVO			**184.159,85**

ESTADO DE MATO GROSSO - CAMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

ANEXO 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2009

(art. 105 da Lei nº 4.320/1964) — em R$ - P. Contas U.G.

ATIVO — PASSIVO

ANTENOR LEAL
PRESIDENTE

JOSE MARQUES MENDONCA
1. SECRETARIO

JAIR FRASSON
CRC MT 2513/0-8 TC

ESTADO DE MATO GROSSO - CAMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

ANEXO 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

EXERCÍCIO DE 2009

(art. 104 da Lei nº 4.320/1964) — em R$ - P. Contas U.G.

VARIAÇÕES ATIVAS

RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Títulos	R$	R$	R$
RESULTANTES DA EXEC. ORCAMENTARIA			631.811,00
INTERFERENCIAS ATIVAS		631.811,00	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	631.811,00		
TOTAL RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ATIVA			**631.811,00**

MUTAÇÕES PATRIMONIAIS

Títulos	R$	R$	R$
MUTACOES PATRIMONIAIS			72.984,70
AQUISICAO/CONSTRUCAO DE BENS		72.984,70	
BENS MOVEIS	56.415,89		
MATERIAIS DE CONSUMO	16.568,81		
TOTAL DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS ATIVAS			**72.984,70**

INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Títulos	R$	R$	R$
INDEPENDENTES DA EXEC. ORCAMENTARIA			16.707,55
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS		16.707,55	
CANCELAMENTO DE DIVIDA PASSIVA	16.707,55		
TOTAL INDEPENDENTES DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA ATIVA			**16.707,55**
TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS			**721.503,25**
RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)			
TOTAL GERAL			**721.503,25**

VARIAÇÕES PASSIVAS

RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Títulos	R$	R$	R$
RESULTANTES DA EXEC. ORCAMENTARIA			631.811,00
DESPESAS ORCAMENTARIAS		555.827,73	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	380.276,07		
OUTRAS DESPEAS CORRENTES	119.135,77		
INVESTIMENTOS	56.415,89		
INTERFERENCIAS PASSIVAS		75.983,27	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	75.983,27		
TOTAL RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PASSIVA			**631.811,00**

MUTAÇÕES PATRIMONIAIS

Títulos	R$	R$	R$
MUTACOES PATRIMONIAIS			
TOTAL DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS PASSIVAS			

INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Títulos	R$	R$	R$
INDEPENDENTES DA EXECUCAO ORCAMENTARIA			16.568,81
DESINCORPORACAO DE ATIVOS		16.568,81	
CONSUMO DE MATERIAIS	16.568,81		
TOTAL INDEPENDENTES DA EXEC. ORÇAMENTARIA PASSIVA			**16.568,81**
TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS			**648.379,81**
RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)			**73.123,44**
Total Geral			**721.503,25**

ANTENOR LEAL
PRESIDENTE

JOSE MARQUES MENDONCA
1. SECRETARIO

JAIR FRASSON
CRC MT 2513/0-8 TC

CTBS6800 — SISTEMA INTEGRADO DE ORCAMENTO E CONTABILIDADE PUBLICA
CAMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

Data: 31/12/2009
Hora: 13:00:27
Pag.: 001

ANEXO Nº 16 - DEMONSTRACAO DA DIVIDA FUNDADA INTERNA
EXERCICIO DE 2009

Emitido ate o mes de: Dezembro/2009.

DIVIDA FUNDADA INTERNA												
AUTORIZACOES						SALDO ANTERIOR EM CIRCULACAO	MOVIMENTO DO EXERCICIO				SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
LEIS	DESCRICAO	PARCELAS Tot.	PARCELAS Pagas	DATA	VALOR EMISSAO		EMISSAO	ATUALIZACAO	RESGATE	CANCELAMENTO	QUANTIDADE	VALOR
/	Sem Movimentacao			31/12/2005								
TOTAL												
TOTAL GERAL												

ANTENOR LEAL
PRESIDENTE

JOSE MARQUES MENDONCA
1. SECRETARIO

JAIR FRASSON
CRC MT 2513/0-8 TC

CTBS6750 — SISTEMA INTEGRADO DE ORCAMENTO E CONTABILIDADE PUBLICA
CAMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

Data: 31/12/2009
Hora: 13:00:44
Pag.: 001

ANEXO 17 - DEMONSTRATIVO DA DIVIDA FLUTUANTE
EXERCICIO DE 2009

Emitido ate o mes de: Dezembro/2009.

TITULOS	SALDO DO EXERCICIO (a)	MOVIMENTO DO EXERCICIO				SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE (a+(b+c)-(d+e))
		RECEITAS		DESPESAS		
		INSCRICAO (b)	RESTABELECIMENTO (c)	BAIXA (d)	CANCELAMENTO (e)	
PASSIVO FINANCEIRO						
DEPOSITOS						
Deposito - I.N.S.S	0,00	31.232,50	0,00	31.232,50	0,00	0,00
Deposito - I.R.R.F	0,00	6.262,58	0,00	6.262,58	0,00	0,00
Deposito - Previcar	0,00	705,20	0,00	705,20	0,00	0,00
Financiamento Caixa Econimica Fed	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.Q.N	0,00	3.074,53	0,00	3.074,53	0,00	0,00
Financiamento da Cooperativa Sicr	0,00	30.801,92	0,00	30.801,92	0,00	0,00
Depositos Diversas Origens	16.707,55	0,00	0,00	0,00	16.707,55	0,00
Subtotal:	16.707,55	72.076,73	0,00	72.076,73	16.707,55	0,00
Subtotal:	16.707,55	72.076,73	0,00	72.076,73	16.707,55	0,00
TOTAL	16.707,55	72.076,73	0,00	72.076,73	16.707,55	0,00
TOTAL GERAL	16.707,55	TOTAL (b+c)	72.076,73	TOTAL (d+e)	88.784,28	0,00

ANTENOR LEAL
PRESIDENTE

JOSE MARQUES MENDONCA
1. SECRETARIO

JAIR FRASSON
CRC MT 2513/0-8 TC

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ANEXO 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
EXERCÍCIO DE 2009

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) — em R$ - P. Contas U.G.

RECEITA				DESPESA			
Títulos	*Previsão*	*Execução*	*Diferença*	*Títulos*	*Fixação*	*Execução*	*Diferença*
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	14.000.000,00	14.455.305,59	455.305,59	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	15.856.333,81	14.245.933,60	-1.610.400,21
RECEITAS CORRENTES	13.708.000,00	14.461.425,11	753.425,11	CREDITOS ORÇAMENTARIOS E SUPLEMENTARES	15.652.852,61	14.057.452,40	-1.595.400,21
RECEITA TRIBUTARIA	375.500,00	485.806,59	110.306,59	CRÉDITOS ESPECIAIS	203.481,20	188.481,20	-15.000,00
RECEITA DE CONTRIBUICOES	340.000,00	79.060,63	-260.939,37	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			
RECEITA PATRIMONIAL	299.000,00	57.615,28	-241.384,72				
RECEITA DE SERVICOS	3.500,00	2.890,00	-610,00				
TRANSFERENCIAS CORRENTES	12.618.000,00	13.761.129,91	1.143.129,91				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	72.000,00	74.922,70	2.922,70				
RECEITAS DE CAPITAL	1.387.000,00	1.394.760,46	7.760,46				
OPERACOES DE CREDITO	5.000,00		-5.000,00				
ALIENACAO DE BENS	20.000,00		-20.000,00				
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.361.000,00	1.394.760,46	33.760,46				
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.000,00		-1.000,00				
RECEITA DE CONTRIBUICOES	280.000,00		-280.000,00				
RECEITA DE CONTRIBUICOES	280.000,00		-280.000,00				
(-) DEDUCOES DA RECEITA CORRENTE	-1.375.000,00	-1.400.879,98	-25.879,98				
(-) DEDUCOES DA RECEITA CORRENTE	-1.375.000,00	-1.400.879,98	-25.879,98				
INTERFERÊNCIAS ATIVAS		75.983,27	75.983,27	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS		631.811,00	631.811,00
DEVOLUCAO SALDO DUODECIMO		75.983,27	75.983,27	REPASSE AO LEGISLATIVO		631.811,00	631.811,00
Subtotal	14.000.000,00	14.531.288,86	531.288,86	*Subtotal*	15.856.333,81	14.877.744,60	-978.589,21
DÉFICIT TOTAL	1.856.333,81	346.455,74	-1.509.878,07	SUPERAVIT TOTAL			
TOTAL	15.856.333,81	14.877.744,60	-978.589,21	TOTAL	15.856.333,81	14.877.744,60	-978.589,21

ORODOVALDO ANTONIO DE MIRANDA
PREFEITO

ELAINE J. DE LIMA
SECRETARIA DE FINANCAS

MILTON DOS SANTOS
CRC MT-007876/0-7

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ANEXO 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO FINANCEIRO

EXERCÍCIO DE 2009

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas U.G.

RECEITA

ORÇAMENTÁRIA

Títulos	R$	R$	R$
RECEITA REALIZADA			14.455.305,59
RECEITA TRIBUTARIA		485.806,59	
RECEITA DE CONTRIBUICOES		79.060,63	
RECEITA PATRIMONIAL		57.615,28	
RECEITA DE SERVICOS		2.890,00	
TRANSFERENCIAS CORRENTES		13.761.129,91	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		74.922,70	
TRANSFERENCIA DE CAPITAL		1.394.760,46	
(-) DEDUCOES DE RECEITA PARA FORMACAO DO FUND		-1.400.879,98	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS - RECEBIDAS			75.983,27
Total da Receita Orçamentária			**14.531.288,86**

EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Títulos	R$	R$	R$
CONTAS PENDENTES			
MOVIMENTO EXTRA-ORCAMENTARIO			1.001.506,65
DEPOSITOS		1.000.506,65	
I.N.S.S. - PREFEITURA	59.355,88		
PREVCAR - SEC. SAUDE	86.649,09		
PENSAO ALIMENTICIA - SAUDE	1.084,86		
I.N.S.S. - FUNDEB 40%	1.594,19		
I.N.S.S. - FUNDEB 60%	43.988,96		
PREVCAR - PREFEITURA	65.292,46		
I.R.R.F. - PROGRAMA PBFI	62,80		
HSBC/CONSIGNACAO - PREFEITURA	54.802,15		
HSBC/CONSIGNACAO - EDUCACAO	3.438,42		
HSBC/CONSIGNACAO - SAUDE	30.688,07		
HSBC / CONSIGNACAO.- FUNDEB - 60	28.615,33		
HSBC - CONSGNACAO - FUNDEB - 40	26.974,65		
I.N.S.S. - SEC. SAUDE	45.229,92		
PREVCAR - SEC. EDUCACAO	13.706,47		
I.N.S.S. - SEC. EDUCACAO	13.453,19		
PREVCAR - FUNDEB 60%	115.817,03		
PREVCAR - FUNDEB 40%	54.137,05		
I.N.S.S. - PROGRAMA PBFI	4.250,32		
CEF/CONSIGNACAO - FUNDEB 60%	6.252,41		
CEF/CONSIGNACAO - FUNDEB 40%	3.191,89		
CEF/CONSIGNACAO - SEC. SAUDE	3.365,05		
CEF/CONSIGNACAO - PREFEITURA	829,80		
BB/CONSIGNACAO - PREFEITURA	71.177,79		
BB/CONSIGNACAO - EDUCACAO	13.257,56		
BB/CONSIGNACAO - FUNDEB - 60%	46.246,82		
BB/CONSIGNACAO - FUNDEB - 40%	47.320,21		
BB/CONSIGNACAO - SAUDE	91.986,86		
PENSAO ALIM ENTICIA DEP. EDUCACAO	1.800,00		
PASEP - FOPAG	65.937,42		
CAUCOES		1.000,00	
CAUCAO	1.000,00		
DESPESAS ORCAMENTARIAS DO EXERCICIO A PAGAR			301.368,63
DESPESAS A PAGAR - PROCESSADAS		301.368,63	
CANCELAMENTOS REALIZADOS			
Total da Receita Extra-Orçamentária			**1.302.875,28**

SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Títulos	R$	R$	R$
CAIXA			
CONTAS MOVIMENTO			252.500,50
CONTAS VINCULADAS			1.013.800,37
APLICACOES FINANCEIRAS			

DESPESA

ORÇAMENTÁRIA

Títulos	R$	R$	R$
DESPESA EMPENHADA			14.245.933,60
ADMINISTRACAO		2.403.094,06	
ASSISTENCIA SOCIAL		490.864,13	
SAUDE		3.706.413,65	
TRABALHO		803,49	
EDUCACAO		4.924.576,88	
CULTURA		24.998,00	
URBANISMO		335.278,10	
HABITACAO		316.289,40	
GESTAO AMBIENTAL		12.192,80	
AGRICULTURA		791.441,34	
ENERGIA		159.198,98	
TRANSPORTE		989.455,85	
DESPORTO E LAZER		91.326,92	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS - CONCEDIDAS			631.811,00
REPASSE AO LEGISLATIVO		631.811,00	
Total da Despesa Orçamentária			**14.877.744,60**

EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Títulos	R$	R$	R$
CONTAS PENDENTES			
MOVIMENTO EXTRA-ORCAMENTARIO			1.169.224,87
DEPOSITOS		1.008.649,38	
I.N.S.S. - PREFEITURA	63.061,86		
PREVCAR - SEC. SAUDE	86.649,09		
PENSAO ALIMENTICIA - SAUDE	1.084,86		
I.N.S.S. - FUNDEB 40%	1.594,19		
I.N.S.S. - FUNDEB 60%	43.988,96		
PREVCAR - PREFEITURA	65.292,46		
I.R.R.F. - PROGRAMA PBFI	62,80		
HSBC/CONSIGNACAO - PREFEITURA	54.802,15		
HSBC/CONSIGNACAO - EDUCACAO	3.438,42		
HSBC/CONSIGNACAO - SAUDE	30.688,07		
HSBC / CONSIGNACAO.- FUNDEB - 60	28.615,33		
HSBC - CONSGNACAO - FUNDEB - 40	26.974,65		
I.N.S.S. - SEC. SAUDE	48.636,40		
PREVCAR - SEC. EDUCACAO	13.706,47		
I.N.S.S. - SEC. EDUCACAO	14.483,46		
PREVCAR - FUNDEB 60%	115.817,03		
PREVCAR - FUNDEB 40%	54.137,05		
I.N.S.S. - PROGRAMA PBFI	4.250,32		
CEF/CONSIGNACAO - FUNDEB 60%	6.252,41		
CEF/CONSIGNACAO - FUNDEB 40%	3.191,89		
CEF/CONSIGNACAO - SEC. SAUDE	3.365,05		
CEF/CONSIGNACAO - PREFEITURA	829,80		
BB/CONSIGNACAO - PREFEITURA	71.177,79		
BB/CONSIGNACAO - EDUCACAO	13.257,56		
BB/CONSIGNACAO - FUNDEB - 60%	46.246,82		
BB/CONSIGNACAO - FUNDEB - 40%	47.320,21		
BB/CONSIGNACAO - SAUDE	91.986,86		
PENSAO ALIM ENTICIA DEP. EDUCACAO	1.800,00		
PASEP - FOPAG	65.937,42		
CAUCOES		1.000,00	
CAUCAO	1.000,00		
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS		159.575,49	
RESTOS A PAGAR 2008 - PROCESSADOS	158.805,51		
RESTOS A PAGAR 2008 - PROCESSADOS	769,98		
CANCELAMENTOS REALIZADOS			
Total da Despesa Extra-Orçamentária			**1.169.224,87**

SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE

Títulos	R$	R$	R$
CAIXA			
CONTAS MOVIMENTO			16.263,75
CONTAS VINCULADAS			1.037.231,79
APLICACOES FINANCEIRAS			

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ANEXO 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO FINANCEIRO

EXERCÍCIO DE 2009

Total do Saldo do Exercício Anterior			1.266.300,87	Total do Saldo para o Exercício Seguinte			1.053.495,54
TOTAL DA RECEITA			17.100.465,01	TOTAL DA DESPESA			17.100.465,01

ORODOVALDO ANTONIO DE MIRANDA
PREFEITO

ELAINE J. DE LIMA
SECRETARIA DE FINANCAS

MILTON DOS SANTOS
CRC MT-007876/0-7

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ANEXO 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2009

(art. 105 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas U.G.

ATIVO

ATIVO FINANCEIRO

Títulos	R$	R$	R$
DISPONIVEL			
Bancos Contas Movimento	16.263,75		
Bancos Contas Vinculadas	1.037.231,79	1.053.495,54	
REALIZAVEL			
RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS			
DIVERSOS			1.053.495,54
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO			1.053.495,54

ATIVO PERMANENTE

Títulos	R$	R$	R$
CIRCULANTE			
VALORES DIVERSOS			
REALIZAVEL A LONGO PRAZO			
CREDITOS			
Divida Ativa Tributaria	773.961,44	773.961,44	
PERMANENTE			
BENS MOVEIS			
Bens Moveis e Utensilios	2.967.509,84		
BENS IMOVEIS			
Bens Imoveis	5.528.130,27	8.495.640,11	9.269.601,55
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE			9.269.601,55
ATIVO REAL (FINANCEIRO + PERMANENTE)			10.323.097,09

SALDO PATRIMONIAL

Títulos	R$	R$	R$

ATIVO COMPENSADO

Títulos	R$	R$	R$
RESPONSAB. POR TITULOS E BENS			
BENS EM COMODATO	6.000,00		
GARANTIAS E VALORES			
CAUCOES			
RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS			
RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS			6.000,00
TOTAL DO ATIVO			10.329.097,09

PASSIVO

PASSIVO FINANCEIRO

Títulos	R$	R$	R$
RESTOS A PAGAR			
Restos a Pagar 2009 - Proc.	301.368,63	301.368,63	
DEPOSITOS			301.368,63
TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO			301.368,63

PASSIVO PERMANENTE

Títulos	R$	R$	R$
DIVIDA FUNDADA			
BNDES FINAME-CAMINHO DA ESCOLA	611.841,37	611.841,37	
PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS			611.841,37
TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE			611.841,37
PASSIVO REAL (FINANCEIRO + PERMANENTE)			913.210,00

SALDO PATRIMONIAL

Títulos	R$	R$	R$
ATIVO REAL LIQUIDO			9.409.887,09

PASSIVO COMPENSADO

Títulos	R$	R$	R$
CONTRAPARTIDA - RESPONSAB. POR TITULOS E BENS			
BENS EM COMODATO	6.000,00		
CONTRAPARTIDA - GARANTIAS E VALORES			
CAUCOES			
CONTRAPARTIDA - RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS			
RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS			6.000,00
TOTAL DO PASSIVO			10.329.097,09

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ANEXO 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2009

(art. 105 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas U.G.

ATIVO	PASSIVO

ORODOVALDO ANTONIO DE MIRANDA
PREFEITO

ELAINE J. DE LIMA
SECRETARIA DE FINANCAS

MILTON DOS SANTOS
CRC MT-007876/0-7

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ANEXO 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

EXERCÍCIO DE 2009

(art. 104 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas U.G.

VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
Títulos	*R$*	*R$*	*R$*	*Títulos*	*R$*	*R$*	*R$*
RESULTANTES DA EXEC. ORCAMENTARIA			14.531.288,86	RESULTANTES DA EXEC. ORCAMENTARIA			14.877.744,60
RECEITAS ORCAMENTARIAS		14.455.305,59		DESPESAS ORCAMENTARIAS		14.245.933,60	
RECEITA TRIBUTARIA	485.806,59			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.850.657,49		
RECEITA DE CONTRIBUICOES	79.060,63			JUROSE ENCARGOS DA DIVIDA	44.921,09		
RECEITA PATRIMONIAL	57.615,28			OUTRAS DESPEAS CORRENTES	5.601.647,65		
RECEITA DE SERVICOS	2.890,00			INVESTIMENTOS	1.676.161,89		
TRANSFERENCIAS CORRENTES	13.761.129,91			AMORTIZACAO DA DIVIDA	72.545,48		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	74.922,70			INTERFERENCIAS PASSIVAS		631.811,00	
TRANSFERENCIA DE CAPITAL	1.394.760,46			TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	631.811,00		
(-) DEDUCOES DE RECEITA PARA FORMACAO DO	-1.400.879,98						
INTERFERENCIAS ATIVAS		75.983,27					
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	75.983,27						
TOTAL RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ATIVA			**14.531.288,86**	**TOTAL RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PASSIVA**			**14.877.744,60**
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS							
Títulos	*R$*	*R$*	*R$*	*Títulos*	*R$*	*R$*	*R$*
MUTACOES PATRIMONIAIS			2.760.985,03	MUTACOES PATRIMONIAIS			50.120,45
AQUISICAO/CONSTRUCAO DE BENS		2.643.518,46		LIQUIDACAO DE CREDITOS - P/ ENTR. RECURSOS		50.120,45	
BENS MOVEIS	504.470,07			COBRANCA DE CREDITOS	50.120,45		
BENS IMOVEIS	60.000,00						
MATERIAIS DE CONSUMO	2.079.048,39						
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS		117.466,57					
AMORTIZACAO DA DIVIDA FUNDADA	117.466,57						
TOTAL DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS ATIVAS			**2.760.985,03**	**TOTAL DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS PASSIVAS**			**50.120,45**
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA							
Títulos	*R$*	*R$*	*R$*	*Títulos*	*R$*	*R$*	*R$*
INDEPENDENTES DA EXEC. ORCAMENTARIA			892.297,25	INDEPENDENTES DA EXECUCAO ORCAMENTARIA			2.413.599,06
INCORPORACAO DE ATIVOS		782.551,04		DESINCORPORACAO DE ATIVOS		2.368.291,12	
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	782.551,04			DESINCORPORACAO DE BENS	289.242,73		
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS		109.746,21		CONSUMO DE MATERIAIS	2.079.048,39		
INSCRICAO DE CREDITOS	94.357,52			INCORPORACAO DE PASSIVOS		45.307,94	
AJUSTES DE CREDITOS	15.388,69			ATUALIZACAO DE DIVIDA FUNDADA	45.307,94		
TOTAL INDEPENDENTES DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA ATIVA			**892.297,25**	**TOTAL INDEPENDENTES DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA PASSIVA**			**2.413.599,06**
TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS			**18.184.571,14**	**TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS**			**17.341.464,11**
RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)				**RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)**			**843.107,03**
TOTAL GERAL			**18.184.571,14**	**Total Geral**			**18.184.571,14**

ORODOVALDO ANTONIO DE MIRANDA
PREFEITO

ELAINE J. DE LIMA
SECRETARIA DE FINANCAS

MILTON DOS SANTOS
CRC MT-007876/0-7

CTBS6800

SISTEMA INTEGRADO DE ORCAMENTO E CONTABILIDADE PUBLICA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ANEXO Nº 16 - DEMONSTRACAO DA DIVIDA FUNDADA INTERNA
EXERCICIO DE 2009

Data: 08/02/2010
Hora: 13:43:00
Pag.: 001

Emitido ate o mes de: Dezembro/2009.

DIVIDA FUNDADA INTERNA POR CONTRATOS												
AUTORIZACOES						SALDO ANTERIOR EM CIRCULACAO	MOVIMENTO DO EXERCICIO				SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE	
LEIS	DESCRICAO	PARCELAS Tot.	PARCELAS Pagas	DATA	VALOR EMISSAO		EMISSAO	ATUALIZACAO	RESGATE	CANCELAMENTO	QUANTIDADE	VALOR
448/2008	BNDES FINAME-CAMINHO DA E	66	5	28/10/2008	684.000,00	684.000,00		45.307,94	117.466,57		61	611.841,37
TOTAL					684.000,00	684.000,00		45.307,94	117.466,57		61	611.841,37
TOTAL GERAL					684.000,00	684.000,00		45.307,94	117.466,57		61	611.841,37

ORODOVALDO ANTONIO DE MIRANDA
PREFEITO

ELAINE J. DE LIMA
SECRETARIA DE FINANCAS

MILTON DOS SANTOS
CRC MT-007876/0-7

CTBS6750

SISTEMA INTEGRADO DE ORCAMENTO E CONTABILIDADE PUBLICA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

Data: 08/02/2010
Hora: 13:44:18
Pag.: 001

ANEXO 17 - DEMONSTRATIVO DA DIVIDA FLUTUANTE
EXERCICIO DE 2009

Emitido ate o mes de: Dezembro/2009.

TITULOS	SALDO DO EXERCICIO (a)	MOVIMENTO DO EXERCICIO				SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE (a+(b+c)-(d+e))
		RECEITAS		DESPESAS		
		INSCRICAO (b)	RESTABELECIMENTO (c)	BAIXA (d)	CANCELAMENTO (e)	
PASSIVO FINANCEIRO						
RESTOS A PAGAR						
RESTOS A PAGAR 2008 - PROCESSADOS	158.805,51	0,00	0,00	158.805,51	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR 2008 - NAO PROCESS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR 2008 - PROCESSADOS	769,98	0,00	0,00	769,98	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR 2008 - NAO PROCESS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R.P. de 2009 Nao Processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R.P. de 2009 Processados	0,00	301.368,63	0,00	0,00	0,00	301.368,63
Subtotal:	159.575,49	301.368,63	0,00	159.575,49	0,00	301.368,63
DEPOSITOS						
I.N.S.S. - PREFEITURA	3.705,98	59.355,88	0,00	63.061,86	0,00	0,00
PREVCAR - SEC. SAUDE	0,00	86.649,09	0,00	86.649,09	0,00	0,00
PENSAO ALIMENTICIA - SAUDE	0,00	1.084,86	0,00	1.084,86	0,00	0,00
I.R.R.F. - FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.N.S.S. - FUNDEB 40%	0,00	1.594,19	0,00	1.594,19	0,00	0,00
I.N.S.S. - FUNDEB 60%	0,00	43.988,96	0,00	43.988,96	0,00	0,00
PREVCAR - PREFEITURA	0,00	65.292,46	0,00	65.292,46	0,00	0,00
I.R.R.F. - PROGRAMA PBFI	0,00	62,80	0,00	62,80	0,00	0,00
I.R.R.F. - SEC. EDUCACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HSBC/CONSIGNACAO - PREFEITURA	0,00	54.802,15	0,00	54.802,15	0,00	0,00
HSBC/CONSIGNACAO - EDUCACAO	0,00	3.438,42	0,00	3.438,42	0,00	0,00
HSBC/CONSIGNACAO - SAUDE	0,00	30.688,07	0,00	30.688,07	0,00	0,00
HSBC / CONSIGNACAO.- FUNDEB - 60	0,00	28.615,33	0,00	28.615,33	0,00	0,00
HSBC - CONSGNACAO - FUNDEB - 40	0,00	26.974,65	0,00	26.974,65	0,00	0,00
I.N.S.S. - SEC. SAUDE	3.406,48	45.229,92	0,00	48.636,40	0,00	0,00
I.N.S.S. - E.C.D.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F. - SEC. SAUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVCAR - SEC. EDUCACAO	0,00	13.706,47	0,00	13.706,47	0,00	0,00
I.N.S.S. - SEC. EDUCACAO	1.030,27	13.453,19	0,00	14.483,46	0,00	0,00
CAUCAO	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
PREVCAR - FUNDEB 60%	0,00	115.817,03	0,00	115.817,03	0,00	0,00
I.R.R.F. - FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVCAR - FUNDEB 40%	0,00	54.137,05	0,00	54.137,05	0,00	0,00
I.N.S.S. - PROGRAMA PBFI	0,00	4.250,32	0,00	4.250,32	0,00	0,00
CEF/CONSIGNACAO - FUNDEB 60%	0,00	6.252,41	0,00	6.252,41	0,00	0,00
CEF/CONSIGNACAO - FUNDEB 40%	0,00	3.191,89	0,00	3.191,89	0,00	0,00
CEF/CONSIGNACAO - EDUCACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CEF/CONSIGNACAO - SEC. SAUDE	0,00	3.365,05	0,00	3.365,05	0,00	0,00
CEF/CONSIGNACAO - PREFEITURA	0,00	829,80	0,00	829,80	0,00	0,00
PMC/CONSIGNACAO - PREFEITURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BB/CONSIGNACAO - PREFEITURA	0,00	71.177,79	0,00	71.177,79	0,00	0,00
BB/CONSIGNACAO - EDUCACAO	0,00	13.257,56	0,00	13.257,56	0,00	0,00
BB/CONSIGNACAO - FUNDEB - 60%	0,00	46.246,82	0,00	46.246,82	0,00	0,00
BB/CONSIGNACAO - FUNDEB - 40%	0,00	47.320,21	0,00	47.320,21	0,00	0,00
BB/CONSIGNACAO - SAUDE	0,00	91.986,86	0,00	91.986,86	0,00	0,00
PENSAO ALIM ENTICIA DEP. EDUCACAO	0,00	1.800,00	0,00	1.800,00	0,00	0,00
PASEP - FOPAG	0,00	65.937,42	0,00	65.937,42	0,00	0,00
Subtotal:	8.142,73	1.001.506,65	0,00	1.009.649,38	0,00	0,00
Subtotal:	167.718,22	1.302.875,28	0,00	1.169.224,87	0,00	301.368,63
TOTAL	167.718,22	1.302.875,28	0,00	1.169.224,87	0,00	301.368,63
TOTAL GERAL	167.718,22	TOTAL (b+c)	1.302.875,28	TOTAL (d+e)	1.169.224,87	301.368,63

ORODOVALDO ANTONIO DE MIRANDA
PREFEITO

ELAINE J. DE LIMA
SECRETARIA DE FINANCAS

MILTON DOS SANTOS
CRC MT-007876/0-7

EDITAL DE PUBLICAÇÃO 01/2010

A Prefeitura Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, por seu Prefeito, ORODOVALDO ANTÔNIO DE MIRANDA, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento de todos os munícipes e interessados, que o BALANÇO GERAL do Exercício de 2009 deste Poder Executivo, encontra se à disposição de todos os munícipes pelo prazo de 60 (sessenta) dias a partir de 15 de fevereiro de 2009, cumprindo ao disposto no Artigo nº 209, da Constituição do Estado de Mato Grosso.

Carlinda – MT, 09 de fevereiro de 2010.

ORODOVALDO ANTÔNIO DE MIRANDA
Prefeito Municipal

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 01/2010

A Câmara Municipal de Vereadores de Carlinda, Estado de Mato Grosso, por seu Presidente, SR. ANTENOR LEAL, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento de todos os munícipes e interessados, que o BALANÇO GERAL do Exercício Financeiro de 2009 deste Poder Legislativo, encontra-se a disposição de todos os munícipes pelo prazo de 60 (sessenta) dias a partir de 15 de fevereiro de 2010, cumprindo o disposto no Artigo nº 209, da Constituição do Estado de Mato Grosso.

Carlinda –MT, 08 de fevereiro de 2010.

ANTENOR LEAL
PRESIDENTE

Prefeitura Municipal de Castanheira

ATA DE JULGAMENTO DA CARTA CONVITE 04/2010

Aos 05 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dez, às oito horas, nas dependências do Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Castanheira, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria Municipal n.° um de dois mil e dez, para deliberarem sobre a abertura dos envelopes de habilitação e de propostas da Carta Convite n° 04/2010. Que tem por objeto a prestação de serviços de exames laboratoriais conforme o anexo do edital de carta convite n° 04/2010. Após iniciado a sessão e explicações sobre o objeto da licitação o presidente determinou a abertura dos envelopes de habilitação das empresas convidadas: Fadel Zogaib Me., Cnpj: 00.831.963/0001-37, em seguida da empresa R. S Nogueira Me. Cnpj:07.835.625/0001-12. O presidente falou sobre limitação de empresas deste ramo no mercado existente no município, com firma constituída, por isso, o município realizou o convite com apenas as duas empresas, não atingindo o limite de no mínimo três convidados como determina a Lei nº 8.666/93, explicou a necessidade de realizar tal processo licitatorio deixando clara a transparência na administração publica, não causando danos a mesma. Prosseguindo os membros da comissão analisaram os documentos de todas as empresas que declararam aptas a participarem do certame para apresentação das propostas, o presidente determinou que fosse aberto o envelope contendo a proposta de preços da Fadel Zogaib Me com o valor global de R$ 81.065,40 (oitenta e um mil, sessenta e cinco reais e quarenta centavos) logo em seguida abriu o envelope da R. S Nogueira Me com valor global de R$ 79.999,92 (setenta e nove mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos), sendo assim a comissão declarou como vencedora empresa R. S Nogueira Me, por apresentar proposta mais vantajosa para a administração com o valor global de R$ 79.999,92 (setenta e nove mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos), Os exames serão realizados de acordo com a necessidade da Secreatria Municipal de Saude, com grade de quantidades vindo a ser informadas à secretaria Municipal de Administração mensalmente até 31/12/2010. Não havendo mais nada a declarar, eu Aparecida Maria de Lima, secretaria da Comissão, lavrei a presente ata que, vai assinada por mim e pelos demais presentes e encaminhada ao Prefeito Municipal para Homologação.

Joaquim Alves de Almeida
Presidente da CPL

Aparecida Maria de Lima
Secretaria da CPL

Everaldo Cristino de Aparecido
Membro da CPL

Adao Aurelio da Silveira Silva
Membro da CPL

Fadel Zogaib-me
00.831.963/0001-37

R. S Nogueira Me
07.835.625/0001-12

AVISO DE RESULTADO
TOMADA DE PREÇO N.º 01/2010

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público o resultado da licitação modalidade **TOMADA DE PREÇO N.º 01/2010**, do tipo **MENOR PREÇO P/ QUILÔMETRO RODADO**, para a Prestação de Serviço de Transporte Escolar nas Linhas Rurais do Município de Castanheira, Estado de Mato Grosso. Com os linhas seguintes: aproximadamente 149 km rodados ao dia, linha Cruzeiro do Sul Com aproximadamente 187 km rodados ao dia, linha Novo Horizonte, com aproximadamente 270 km rodados ao dia, a linha verdan, fontanilhas, e aproximadamente 245 km rodados ao dia, e linhas 2, 6/2, linha 01,05 e Santa Emilia, com aproximadamente 167 km rodados ao dia e a linha São Roque, com aproximadamente 230 km rodados ao dia e a linha 3 e BR Juina. O processo foi cancelado pois não houve interessados habilitados para apresentação das propostas.

Castanheira - MT, **08** de fevereiro de **2010**.

Joaquim Alves de Almeida
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Portaria 01/1020

Prefeitura Municipal de Cláudia

HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Cláudia-MT, no uso de suas atribuições legais, considerando o Edital nº 004/2010 seus anexos e demais publicações oficiais, HOMOLOGA o processo seletivo simplificado regido pelo Edital mencionado e Instrução Normativa nº 001/SMEC/CCPACA/2010 para contratação de pessoal por tempo determinado para ocupar as funções citadas no Edital.

Outrossim, reafirma os termos:

"Da Homologação e do Prazo de Validade"

O presente processo seletivo terá validade até a data do Concurso Público.

" Da Convocação"

A convocação para assinatura do contrato obedecerá rigorosamente à ordem de classificação final, na medida em que surgirem vagas e no interesse da Administração.

Cláudia-MT, 08 de fevereiro de 2010.

VILMAR GIACHINI
Prefeito do Município de Cláudia

EDITAL DE RESULTADO FINAL DO PROCESSO SIMPLIFICADO Nº 004/2010

Fica homologado o resultado final da classificação dos candidatos abaixo relacionados que participaram de todas as etapas para contrato temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, etapas estas realizada nos dias 02 e 05 de fevereiro de 2010.

CONTAGEM DE PONTOS

PROFESSOR ENSINO MEDIO/MAGISTERIO

NOME	CARGO	PONTOS
MARGARIDA GAMBIM LAZZERI	PROFESSOR ENSINO MEDIO/MAGISTERIO	431,625
LEDA MARIA LAGO	PROFESSOR ENSINO MEDIO/MAGISTERIO	372,375
MARIA DA CONCEICAO CAZOTE	PROFESSOR ENSINO MEDIO/MAGISTERIO	339,625
BENEDITA DE SÁ OLIVEIRA	PROFESSOR ENSINO MEDIO/MAGISTERIO	295,250
MARIA DA PENHA DE SOUZA	PROFESSOR ENSINO MEDIO/MAGISTERIO	201,500
ELIANE DE MORAES	PROFESSOR ENSINO MEDIO/MAGISTERIO	176,250
ODILEUDES LIMA GONCALVES	PROFESSOR ENSINO MEDIO/MAGISTERIO	50,000

CONTAGEM DE PONTOS

TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

NOME	CARGO	PONTOS
NIVEA CRISTINA CIRINO DA SILVA	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	315,875
MARCOS ROBERTO DE PAULA	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	211,750
SILVIA STREGE	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	135,875
EDINEIA VALTRICK	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	111,750
JULIANA SOARES DA SILVA	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	104,000
WELINTON RODRIGUES	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	92,500
MARGARIDA RIBEIRO DOS SANTOS	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	75,000
DANIELE APARECIDA DA SILVA MATOS	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	75,000
ELISIANE VANIA DE ALMEIDA	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	74,750
ERIKA DE OLIVEIRA GRAGEL COSTA	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	72,000
CRISTIANE ADRIANA DEFANTE ANTONIAZZI	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	62,500
KAMILA ROSA DOS SANTOS DE SOUZA	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	56,500
ADEONICE ALEXANDRE PINHEIRO	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	55,000
JESTICA WENTZ	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	55,000
ANA CARLA DA SILVA	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	54,375
CAMILA ADILES GIUSTTI	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	51,250
NADIA REGINA MAFFISONI	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	49,250
ALEXANDRE CUSTODIO	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	47,500
SONIA FERREIRA NUNES GOES	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	46,250
ALINE DAIANE HARNANDES NEVES	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	45,000
CRISTINA DE FATIMA ALCANTARA	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	40,000
LEONARDO MENDES ARAUJO	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	40,000
VAGNO BARROS ANDRADE	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	38,125
THIAGO BIACHIN SILVA	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	38,125
PAULINHO CORREA	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	35,000
DIONE CARVALHO DOS SANTOS	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	35,000
RAFAEL BARBOM ANDERLE	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	35,000
ANDERSON BARBOM NASCIMENTO	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	DESCLASSIFICADO
ANDRIELE MANARDO DE OLIVEIRA	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	DESCLASSIFICADO
ELAINE CRISTINA FIGUEIREDO	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	DESCLASSIFICADO
FAGNER ALVES	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	DESCLASSIFICADO
FERNANDA APARECIDA KOTZ	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	DESCLASSIFICADO
JOAQUIM JOSÉ ARAUJO	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	DESCLASSIFICADO
KELLI GASPAR ALVES DA SILVA	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	DESCLASSIFICADO
MARIA VERONICA ANTUNES OLIVEIRA	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	DESCLASSIFICADO
PATRICIA ZANQUI	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	DESCLASSIFICADO
SUELEN ANDREOLI SILVESTRE DE OLIVEIRA	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	DESCLASSIFICADO
TIAGO ROBERTO DE OLIVEIRA	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	DESCLASSIFICADO

CONTAGEM DE PONTOS

VIGIA EDUCACIONAL INTERINO

NOME	CARGO	PONTOS
JOSE MARCOS DOS SANTOS VALE	VIGIA EDUCACIONAL	136,250
MARINALVA ROSA	VIGIA EDUCACIONAL	125,000
GENIVALDO DE SOUZA	VIGIA EDUCACIONAL	114,500
CESAR ORMINDO DA SILVA	VIGIA EDUCACIONAL	105,125
ROBERTO CASTRO SANTANA	VIGIA EDUCACIONAL	105,125
CLAUDECIR CHAGAS ANTONIO	VIGIA EDUCACIONAL	101,875
RICARDO LORENCO LOPES	VIGIA EDUCACIONAL	59,250
EUCLIDES BOAVENTURA	VIGIA EDUCACIONAL	45,000
BRUNO FERNANDO LOPES	VIGIA EDUCACIONAL	38,000
MACIEL GOUVEIA GAMA	VIGIA EDUCACIONAL	37,500
EDNA CANDIDA DA SILVA	VIGIA EDUCACIONAL	35,000
THYLIS CRISTOVAO CHAGAS ANTONIO	VIGIA EDUCACIONAL	35,000
MARILENE NUNES	VIGIA EDUCACIONAL	26,000
JOSIMAR VIEIRA	VIGIA EDUCACIONAL	25,000
MARIA ROSILENE BARBOSA PINHEIRO	VIGIA EDUCACIONAL	25,000
ANGELA MARIA DE MATOS	VIGIA EDUCACIONAL	25,000
CLAUDETE DA SILVA SOUZA	VIGIA EDUCACIONAL	DESCLASSIFICADA
IRINEU BENDER	VIGIA EDUCACIONAL	DESCLASSIFICADA
MARILENE DE JESUS PINTO BARBOSA	VIGIA EDUCACIONAL	DESCLASSIFICADA
SILVANA SEGATO MARIN	VIGIA EDUCACIONAL	DESCLASSIFICADA

CONTAGEM DE PONTOS
MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ESCÓLAR

NOME	CARGO	PONTOS
ANA MARIA ALBRECHT	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR	207,750
LUCINEIA ROCHA DE OLIVEIRA	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR	202,000
ROSANGELA AP. FERREIRA DOS SANTOS	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR	155,000
LUCILENE MORENO PARRA	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR	133,375
ELEONICE MANOEL DA SILVA	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR	131,000
DARLENE HAUBERT	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR	117,125
TEREZINHA DA LUZ BUENO	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR	103,750
ROSANGELA AP. MENDES	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR	87,250
MARINES MARIA RODRIGUES	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR	76,750
ELIZANDRA APARECIDA DE SOUZA	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR	72,375
CRISTIANE RODRIGUES DA SILVA	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR	72,000
VANESSA CARDOSO DE OLIVEIRA	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR	65,000
ANDREIA LOURENCO LOPES	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR	50,000
ZULEIDE CALDEIRA	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR	41,875
ANA MARIA DA SILVA	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR	38,000
MARINEZ VARGAS	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR	35,000
ROSELI FERREIRA DA SIVA HOFFMANN	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR	35,000
MARIA APARECIDA TORLAI	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR	30,000
GENECI APARECIDA VAZ DE OLIVEIRA	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR	28,000
ANA CRISTINA DOS SANTOS SILVA	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR	25,000
CLARICE DUARTE DE CAMARGO	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR	25,000
LUCIMARA ALVES DE MILANDA	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR	25,000
CELIA MATIAS DOS SANTOS	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR	25,000

ROSENILDA DA SILVA MELO	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR	25,000
CRISTINA FERNANDES CAMPOS	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR	25,000
BERENICE ARAUJO MACHADO	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR	25,000
FRANCIDALVA GOMES	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR	25,000
JOSELI FERNANDES LISBOA	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR	25,000
SIMONE COELHO NERES	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR	25,000
ALDILENE SOUSA DE ANDRADE	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR	25,000
FRANCISCA SOARES SOUSA	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR	DESCLASSIFICADO
LUCILEUDE DA CONCEIÇÃO	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR	DESCLASSIFICADO
MARINA ALVES BESERRA	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR	DESCLASSIFICADO
MEIRE REGINA CANSADO SANTANA DOS SANTOS	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR	DESCLASSIFICADO
MICHELE ANDRESSA FOLLMANN	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR	DESCLASSIFICADO
VIVIANE DOS SANTOS BRIZOLA	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR	DESCLASSIFICADO

CONTAGEM DE PONTOS
MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL

NOME	CARGO	PONTOS
ROGISLAINE PICON BARBON	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	232,750
MARIA DE LOURDES PRADO	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	219,000
DERLI HAUBERT	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	208,875
ROSANGELA ROCHA DE OLIVEIRA	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	207,000
ZENILDA DOS SANTOS MOMOLI	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	195,750
NALIA DOS SANTOS	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	177,875
ANA PAULA DA SILVA	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	175,375
CRISTIANE AP. ALCANTARA	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	163,875
VENDERLEIA GOMES DO AZEVEDO	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	137,750
SUZILEIA LOPES MARCAL	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	130,625
SILVANA ESTREGE	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	126,250
IVANILDA ALVES FERNANDES	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	119,500
JANETE DA SILVA HIONTON	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	115,500
ELISANGELA RODRIGUES BARBON	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	114,250
ROSANGELA CRISTINA NEUMANN	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	114,000
MARLI NEULAND	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	111,500
ANDREIA RAUBER	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	110,750
JOSENIL REGINA DO ESPIRITO SANTO	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	110,375
ROSANA ROSA PEREIRA PNE	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	107,000
ANTONIO DAS GRAÇAS DOS SANTOS	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	103,250
ANDREIA REGINA DOS SANTOS	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	100,875
ELIANE ALVES	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	95,500
NEUSA MARIA RODRIGUES	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	88,750
OLIVIA INES KERN	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	83,250
SOLANGE VISCHI COSTA	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	65,250
LARA PRISCILA BONFIM VIEIRA	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	57,375
ALDEIDE DA SILVA E SILVA	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	55,375
MARIA DEVAIR DE O. BOAVENTURA	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	53,000
EVA CARDOSO	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	50,000
ROSICLEY APARECIDA ROQUE	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	44,000
APARECIDA ANGI DE SOUZA DO NASCIMENTO	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	42,500
LILIAN ALICE GUTJAHR	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	40,000
DIRLENE CARDOSO LIMA	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	35,000
MARIA DE FATIMA FATORE	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	35,000
ROSALIA CRISTINA SCHMEING	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	35,000
DANIANE ALVES	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	35,000

PAULA RENATA REIS DA SILVA	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	35,000
JHENNY CARVALHO COSTA	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	35,000
DIOCLECIANA DA SILVA BATISTA	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	35,000
KESSIA PAULA DO PRADO MATTOS	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	35,000
CELIA RIGINA TONINATTO ANTONIAZZI	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	DESCLASSIFICADO
CINTIA ALVES MILANDA	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	DESCLASSIFICADO
ELIZABETE CENCI	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	DESCLASSIFICADO
JESSICA APARECIDA DE MATTOS	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	DESCLASSIFICADO
JANICE LAZZAROTO	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	DESCLASSIFICADO
JANICE ALVES	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	DESCLASSIFICADO
JARCILENE DE ASSIS CRUZ CORREA	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	DESCLASSIFICADO
JULIANA APARECIDA KOWAL	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	DESCLASSIFICADO
KELIN LESMO	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	DESCLASSIFICADO
LUCIANA DA CRUZ SILVA	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	DESCLASSIFICADO
LUMA CASTILHO DA CRUZ	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	DESCLASSIFICADO
ROSA APARECIDA RODRIGUES	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	DESCLASSIFICADO
ROSELANGE MENDES FRANÇA	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	DESCLASSIFICADO
SONIA ALVES DOS SANTOS	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	DESCLASSIFICADO
SOLANGE KUCHEMBORGER	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	DESCLASSIFICADO
TAMARA FERNANDA DE SOUZA LIMA SCHEFFLER	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	DESCLASSIFICADO
VANESSA CAETANO DE SOUZA CLARO	MULTIMEIO DIDATICO EDUCACIONAL	DESCLASSIFICADO

CONTAGEM DE PONTOS

PROFESSOR ENSINO MEDIO INTERINO

NOME	CARGO	PONTOS
ROSANGELA TRIBUTINO COLMAN	PROFESSOR ENSINO MEDIO	338,250
ANDREZA LOURENCO LOPES	PROFESSOR ENSINO MEDIO	323,875
CRISTINA SOUZA RODRIGUES BARBON	PROFESSOR ENSINO MEDIO	275,875
FATIMA REGINA FERREIRA	PROFESSOR ENSINO MEDIO	257,750
DALRILENE COSTA SILVA	PROFESSOR ENSINO MEDIO	252,000
DILMA RODRIGUES	PROFESSOR ENSINO MEDIO	241,250
MADELEINE JANINA DIESEL	PROFESSOR ENSINO MEDIO	229,750
NELIDA ISABEL GAMBIM LAZZERI	PROFESSOR ENSINO MEDIO	219,750
MARCELINO LIMA DIAS	PROFESSOR ENSINO MEDIO	200,500
CIRLENE VALERIO DA SILVA	PROFESSOR ENSINO MEDIO	192,250
CALIXTO CRISPIM DOS REIS	PROFESSOR ENSINO MEDIO	184,000
CELIO ADRIANO VISCHI COSTA	PROFESSOR ENSINO MEDIO	182,250
MARCELO MANOEL DA SILVA	PROFESSOR ENSINO MEDIO	165,000
MARILENE FERREIRA LEMES	PROFESSOR ENSINO MEDIO	164,625
ANDREIA RODRIGUES TORLAI	PROFESSOR ENSINO MEDIO	150,500
SUZIMAR LOPES MARCAL SOKOLOWSKI	PROFESSOR ENSINO MEDIO	146,625
CLEONICE ROCHA DE PAULA	PROFESSOR ENSINO MEDIO	145,000
ADEISO MARTINS CATELAN	PROFESSOR ENSINO MEDIO	135,250
CELI LIMA DOS SANTOS OLIVEIRA	PROFESSOR ENSINO MEDIO	132,250
JOSE ADELAR DA SILVA	PROFESSOR ENSINO MEDIO	120,000
ADRIANE SALETE TONDELLO BERTICELLI	PROFESSOR ENSINO MEDIO	119,625
KECIMONE M. GOMES	PROFESSOR ENSINO MEDIO	116,500
DAIANE APARECIDA LEMOS	PROFESSOR ENSINO MEDIO	112,400
LUZIA DONARIA DE CARVALHO	PROFESSOR ENSINO MEDIO	111,500
LUCIANA ROCHA DE PAULA	PROFESSOR ENSINO MEDIO	106,000
CARINA SILVANA VIRGULINO	PROFESSOR ENSINO MEDIO	90,000
VANIA DA SILVA SANTOS	PROFESSOR ENSINO MEDIO	80,000
JEOVANA MARIA DOS SANTOS	PROFESSOR ENSINO MEDIO	80,000
VANIA DA SILVA SANTOS	PROFESSOR ENSINO MEDIO	80,000
WILSON GIMENES MILAN	PROFESSOR ENSINO MEDIO	75,000
ELIETE DA SILVEIRA	PROFESSOR ENSINO MEDIO	61,375
MARINETE CAREZIA	PROFESSOR ENSINO MEDIO	60,125
ESTEL FRANCISCA DOMINGUES	PROFESSOR ENSINO MEDIO	60,000
ANA MARIA DOS REIS	PROFESSOR ENSINO MEDIO	57,500
NEIDE VEIGA	PROFESSOR ENSINO MEDIO	55,000
ANDRESSA CERVIERI BONAPARTE	PROFESSOR ENSINO MEDIO	52,500
MARIA JULIA MOURA DA SILVA	PROFESSOR ENSINO MEDIO	50,000
LUCILA GOMES ALDAVE	PROFESSOR ENSINO MEDIO	50,000
MARCOS JOSÉ RODRIGUES	PROFESSOR ENSINO MEDIO	50,000
ROSIVANIA LIMA FRANCO	PROFESSOR ENSINO MEDIO	50,000
IONE DA SILVA	PROFESSOR ENSINO MEDIO	50,000
PRISCILA BOAVENTURA	PROFESSOR ENSINO MEDIO	50,000
JOEL BASTIAN	PROFESSOR ENSINO MEDIO	50,000
SIMONI REGINA DE OLIVEIRA	PROFESSOR ENSINO MEDIO	50,000
JULIANA ALICE BATISTA WEIS	PROFESSOR ENSINO MEDIO	50,000
KARINA MENDES DOS SANTOS	PROFESSOR ENSINO MEDIO	35,000
CLEIDE LEILA CAETANO GONÇALVES	PROFESSOR ENSINO MEDIO	DESCLASSIFICADO
CLAUDEMARI VENDRAME	PROFESSOR ENSINO MEDIO	DESCLASSIFICADO
NUBIA FERNANDA COSTA	PROFESSOR ENSINO MEDIO	DESCLASSIFICADO
ROSILENE DE SANTANA	PROFESSOR ENSINO MEDIO	DESCLASSIFICADO

CONTAGEM DE PONTOS

PROFESSOR HISTÓRIA POS GRADUACAO

NOME	CARGO	PONTOS
AURORA APARECIDA JOSE RAMOS	PROFESSOR HISTÓRIA POS GRADUACAO	389,750

CONTAGEM DE PONTOS

PROFESSOR GEOGRAFIA POS GRADUACAO

NOME	CARGO	PONTOS
ELIAS MASSUIA DA SILVA	PROFESSOR GEOGRAFIA POS GRADUACAO	324,000

CONTAGEM DE PONTOS

PROFESSOR HISTÓRIA INTERINO

NOME	CARGO	PONTOS
HELCIO ALMEIDA DE SOUSA	PROFESSOR HISTÓRIA	DESCLASSIFICADO

PROFESSOR LETRAS POS GRADUACAO

NOME	CARGO	PONTOS
NEUCILEIA FERREIRA DA S. ARAUJO	PROFESSOR LETRAS POS GRADUACAO	372,125
KARINNE NAVES FAGUNDES	PROFESSOR LETRAS POS GRADUACAO	125,000
ANA CRISTINA SARAIVA GENOVA	PROFESSOR LETRAS POS GRADUACAO	DESCLASSIFICADO

NOME	CARGO	PONTOS
JOSE ROBERTO CELESTINO	MATEMÁTICA	287,500
MARIA POLIANA DE LIMA ANTONIO	MATEMÁTICA	209,000

NOME	CARGO	PONTOS
ANA MARIA GRIGOLETO	CIÊNCIAS	196,000
FLAVIA CRISTINA LIMA DINI	CIÊNCIAS	170,125
LIDIANE CAVALLI	CIÊNCIAS	DESCLASSIFICADO

NOME	CARGO	PONTOS
JORGE MARCOS LIMA CORREIA	GRADUAÇÃO LETRAS	204,250
RODRIGO ALVES DE SOUZA	GRADUAÇÃO LETRAS	154,250
SANDRA PEREIRA FONSECA	GRADUAÇÃO LETRAS	100,000

CONTAGEM DE PONTOS
PROFESSOR – PEDAGOGO INTERINO

NOME	CARGO	PONTOS
MARLI INES SOUZA	PROFESSOR PEDAGOGO	417,000
ROSANGELA PERICO	PROFESSOR PEDAGOGO	359,500
MARLENE DA SILVA BATISTA	PROFESSOR PEDAGOGO	355,125
RITA DE CASSIA GOMES DO NASCIMENTO	PROFESSOR PEDAGOGO	338,625
ELIENE BARROS ANDRADE	PROFESSOR PEDAGOGO	316,875
ELIANE DA-SILVA COSTA	PROFESSOR PEDAGOGO	287,500
ADIR LUIZ LODI RISSINI	PROFESSOR PEDAGOGO	278,125
NOELI GRIGOLETTO BORELI	PROFESSOR PEDAGOGO	264,250
AGNALDO SILVA DE LAMEIDA	PROFESSOR PEDAGOGO	235,500
SOLANGE CALDEIRA	PROFESSOR PEDAGOGO	229,375
EDER NATALICIO WENTZ	PROFESSOR PEDAGOGO	209,000
ADRIANA PEREZ	PROFESSOR PEDAGOGO	DESCLASSIFICADO
ANA PAULA RODRIGUES	PROFESSOR PEDAGOGO	DESCLASSIFICADO
CLAUDIA DUTRA DE CASTILHO	PROFESSOR PEDAGOGO	DESCLASSIFICADO
CELIA CHESKI	PROFESSOR PEDAGOGO	DESCLASSIFICADO
CLAUDIA PEREIRA DO AMARAL	PROFESSOR PEDAGOGO	DESCLASSIFICADO
SIMONE FERNANDES ALVES DE LIMA	PROFESSOR PEDAGOGO	DESCLASSIFICADO

CONTAGEM DE PONTOS
PROFESSOR – PEDAGOGO INTERINO

NOME	CARGO	PONTOS
MARLI INES SOUZA	PROFESSOR PEDAGOGO	417,000
ROSANGELA PERICO	PROFESSOR PEDAGOGO	359,500
MARLENE DA SILVA BATISTA	PROFESSOR PEDAGOGO	355,125
RITA DE CASSIA GOMES DO NASCIMENTO	PROFESSOR PEDAGOGO	338,625
ELIENE BARROS ANDRADE	PROFESSOR PEDAGOGO	316,875
ELIANE DA-SILVA COSTA	PROFESSOR PEDAGOGO	287,500
ADIR LUIZ LODI RISSINI	PROFESSOR PEDAGOGO	278,125
NOELI GRIGOLETTO BORELI	PROFESSOR PEDAGOGO	264,250
AGNALDO SILVA DE LAMEIDA	PROFESSOR PEDAGOGO	235,500
SOLANGE CALDEIRA	PROFESSOR PEDAGOGO	229,375
EDER NATALICIO WENTZ	PROFESSOR PEDAGOGO	209,000
ADRIANA PEREZ	PROFESSOR PEDAGOGO	DESCLASSIFICADO
ANA PAULA RODRIGUES	PROFESSOR PEDAGOGO	DESCLASSIFICADO
CLAUDIA DUTRA DE CASTILHO	PROFESSOR PEDAGOGO	DESCLASSIFICADO
CELIA CHESKI	PROFESSOR PEDAGOGO	DESCLASSIFICADO
CLAUDIA PEREIRA DO AMARAL	PROFESSOR PEDAGOGO	DESCLASSIFICADO
SIMONE FERNANDES ALVES DE LIMA	PROFESSOR PEDAGOGO	DESCLASSIFICADO

CONTAGEM DE PONTOS
PROFESSOR – **EDUCAÇÃO FÍSICA** INTERINO

NOME	CARGO	PONTOS
RITA DE CASSIA EPAMINONDAS DE CARVALHO	EDUCAÇÃO FÍSICA	180,375
SIDINEI LEANDRO DE ALMEIDA	EDUCAÇÃO FÍSICA	DESCLASSIFICADO

CONTAGEM DE PONTOS
NUTRICAO ESCOLAR INTERINO

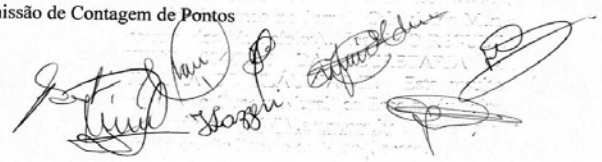
NOME	CARGO	PONTOS
LOURDES DA COSTA	NUTRICAO ESCOLAR	158,750
AMELIA KAMINSKI DE PAULA	NUTRICAO ESCOLAR	121,500
JOSIANE APARECIDA DA SILVA	NUTRICAO ESCOLAR	114,500
MARIA APARECIDA DE ANDRADE	NUTRICAO ESCOLAR	113,375
MARIA DE FATIMA ALVES	NUTRICAO ESCOLAR	92,000
ANA MARÍA BARBOM FARIS DA SILVA	NUTRICAO ESCOLAR	80,500
MARIA VIRGULINO	NUTRICAO ESCOLAR	65,000
CLARICE AP. DOS SANTOS PORFIRO	NUTRICAO ESCOLAR	55,000
IVONETE DE FREITAS FERREIRA	NUTRICAO ESCOLAR	52,750
LUZIA BENEDITA FERREIRA	NUTRICAO ESCOLAR	35,000
SILVANA BATALHA DA COSTA	NUTRICAO ESCOLAR	35,000
JUDITE PUTON	NUTRICAO ESCOLAR	31,700
FRANCISCA UDINEIA MAIA CUNHA	NUTRICAO ESCOLAR	25,000
CLAUDETE MAIA	NUTRICAO ESCOLAR	25,000
MARCIA GOUVEA GAMA	NUTRICAO ESCOLAR	25,000
APARECIDA TRAJANO DA SILVA	NUTRICAO ESCOLAR	DESCLASSIFICADO
SHIRLENE DA SILVA	NUTRICAO ESCOLAR	DESCLASSIFICADO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE CLÁUDIA-MT

A Comissão de Contagem de Pontos e Atribuição de Classes e/ou Aulas no uso de suas atribuições , torna público que não foram interpostos recursos referentes ao Resultado apresentado do Teste Seletivo 004/2010 (sendo uma Relação Geral de todos os Candidatos) da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Cláudia-MT, que fora divulgado no dia 5 (cinco) de fevereiro de 2010 no Quadro Mural da Escola Municipal Daniel Titton e no seguinte endereço eletrônico: www. Claudiamt.gov.br, sendo o aviso do resultado divulgado no Jornal Oficial dos Municípios A.M.M . (Associação Matogrossense dos Municípios)., ficando O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO 004/2010 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE CLÁUDIA/MT. Este resultado encontra-se a disposição dos interessados no Quadro Mural da Escola Municipal Daniel Titton e no seguinte endereço eletrônico: WWW.amm.org.br , sendo o aviso do resultado Jornal Oficial dos Municípios. Do Estado de Mato-Grosso.

Cláudia-MT, 08 de fevereiro de 2010.

Comissão de Contagem de Pontos



Prefeitura Municipal de Colíder

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2010

A Prefeitura Municipal de Colíder/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 007/2010, cujo objeto é contratação de empresa especializada em realização de eventos, festas, show artísticos e sua intermediação para a contratação de 01 (uma) banda musical de nível regional, com no mínimo 10 componentes, incluindo equipamentos de iluminação de palco e sonorização, para animação do carnaval que se realizará do dia 12 a 16 de Fevereiro de 2010 no Município de Colider/MT. Sagrou-se vencedora a empresa:

EMPRESA VLR TOTAL ADJUDICADO
ROTHIJU - EMPREENDIMENTOS S/C LTDA 69.600,00

Colider/MT, em 08 de Fevereiro de 2010

VIVIENE C. GONÇALVES RIBEIRO
Pregoeira Oficial
Publique-se

AVISO DE PRORROGAÇÃO
– PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2010

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER-MT, através da sua Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº 8.666/93 e 10.520, informa a quem interessar possa que foi prorrogada a licitação acima supracitada para o dia 18/02/2010 as 09:00 horas no mesmo endereço.

Colider/MT, em 09 de Fevereiro de 2010

VIVIENE C. GONÇALVES RIBEIRO
Pregoeira

Publique-se

Prefeitura Municipal de Curvelândia

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.° 001/2010

EDITAL COMPLEMENTAR N.° 002/2010

A Comissão Examinadora do Concurso Público, no uso das atribuições previstas pelo item 19.18 do Edital de origem, faz saber que:

1 – A norma contida no item 7.2.2 do Edital de origem passa a vigorar com a seguinte redação: *"Caso o(a) candidato(a) não tenha completado a idade mínima exigida no item 7.2.1 no dia da inscrição, o(a) mesmo(a) poderá inscrever-se regularmente no Concurso Público ciente de que deverá possuir idade mínima de 18 anos na data da posse, caso aprovado e/ou classificado nos termos do item 4.1.15;*".

2 – Este Edital Complementar entra em vigora na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curvelândia - MT., 09 de fevereiro de 2010.

ELIAS DOS SANTOS
Presidente da Comissão Examinadora do Concurso - CEC

ROSANE APARECIDA DA SILVA
Secretária da Comissão Examinadora do Concurso - CEC

GUSTAVO ALVES DO CARMO
Membro da Comissão Examinadora do Concurso - CEC

Prefeitura Municipal de Diamantino

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº 001/2010
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE DIAMANTINO – MT, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 001/2.010**, tendo como objeto a Concessão de serviço Público de transporte coletivo Urbano de Passageiros no Município de Diamantino-MT, conforme especificações e condições constantes no Edital e seus anexos, que realizar se a no dia **29 de Março de 2010, às 09h00min**, na sede da Prefeitura Municipal de Diamantino, sito Av. Desembargador J.P.F. Mendes, 2.341 – Jardim Eldorado – Diamantino/MT. Fone: (65) 336-6422 / 6423.

O procedimento licitatório será regido de acordo com os termos da Lei 8.666 de 21.06.93 alterada pela Lei 8.883 de 09.06.94 e normas do edital completo.

Demais informações e cópia do edital completo poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitações, em horário normal de expediente das 13:30 as 17:30 horas, ou pelo site, www.diamantino.mt.gov.br, mediante ao recolhimento de uma taxa não reembolsável de **R$-100,00 (Cem Reais).**

Diamantino - MT, 08 de Fevereiro de 2010.

Sandra Berenice Wagner da Silva
Presidente da CPL

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2010

A Prefeitura Municipal de Diamantino/MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna pública, para conhecimento dos interessados, que por motivo de conveniência e interesse Publico da Administração, decidiu prorrogar a abertura da Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº. 007/2010, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS** para futuras e eventuais contratações de empresa especializada com vistas ao fornecimento e confecção de uniformes, camisetas, bonés, bermudas, calças e avental, requisitados por diversas secretarias do

Município, cuja abertura seria dia 11 de fevereiro para o dia 26 de fevereiro de 2.010 ás 09h00min horas. Edital poderá ser obtido no endereço Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, nº2.341, Bairro Jardim Eldorado, setor de Licitações, Fone:65.3336.6400, www.diamantino.mt.gov.br.

INFORMAMOS AINDA QUE HOUVE A INCLUSÃO DO 1º TERMO DE RETIFICAÇÃO.

Diamantino/MT, 09 de fevereiro de 2010.
Fabio Tomekiti Fukushima
Pregoeiro

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2010

A Prefeitura Municipal de Diamantino/MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna pública, para conhecimento dos interessados, que por conveniência e interesse Publico da Administração, decidiu prorrogar a abertura da Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº. 005/2010, cujo objeto é a Aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar para escolas Municipais de ensino fundamental e educação infantil, cuja abertura seria dia 08 de fevereiro para o dia 22 de fevereiro de 2.010 ás 09h00min horas. Edital poderá ser obtido no endereço Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, nº2.341, Bairro Jardim Eldorado, setor de Licitações, Fone:65.3336.6400, www.diamantino.mt.gov.br.

Diamantino/MT, 08 de fevereiro de 2010.
Fabio Tomekiti Fukushima
Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Dom Aquino

EXTRATOS DE DECRETOS
JANEIRO/2010

EXTRATO DECRETO: 001/2010 _ OBJETO. Nomeia o Senhor Chernenko do Nascimento Coutinho para exercer o cargo de Secretário Municipal de Saúde e da outras providências**.** DATA: 04/01/2010.
EXTRATO DECRETO: 002/2010 _ OBJETO. Dispõe sobre Feriado Municipal e dá outras providências**.** DATA: 18/01/2010.

EXTRATO DECRETO: 003/2010 _ OBJETO. "Regulamenta a modalidade de licitação denominada pregão, no município de Dom Aquino-MT, instituída pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, e em conformidade com o Decreto Estadual nº 4.733, de 02 de agosto de 2.002". DATA: 18/01/2010.

EXTRATO DECRETO: 004/2010 _ OBJETO. Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências. DATA: 18/01/2010.

EXTRATO DE CONTRATOS
JANEIRO/ 2010

CONTRATO Nº: 001/2010
OBJETO: Locação de Caminhão M. Benz 1313 - Placa HQS 6457, para prestar serviços na Secretaria de Obras Públicas e Urbanismo deste município de Dom Aquino – MT.
CONTRATADO: EDILSON TEODORO MACHADO
DATA DO CONTRATO: 06/01/2010
VIGENCIA: 20 (VINTE) DIAS
VALOR DO CONTRATO: R$ 7.600,00

Dom Aquino, 05 de Janeiro de 2010.

EDUARDO ZEFERINO
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Figueiropólis D' Oeste

DECRETO 011/2010
DATA: 08/02/2010

SÚMULA: Homologa o Resultado Final do Processo Seletivo 001/2010, e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor LAYR MOTA DA SILVA, Prefeito Municipal de Figueirópolis D'Oeste, MT, usando de suas atribuições, e, cumprindo os princípios da legalidade, da publicidade, da transparência e honestidade, e ainda buscando orientar o interessados;

RESOLVE:

Art. 1º- Homologar o Resultado Final do Processo Seletivo 001/2010, conforme Edital Nº 013/2010 e a relação de Candidatos aprovados, já devidamente publicada, para os cargos abaixo mencionados.

Código do cargo	Nome do Cargo
001	Agente Comunitário de Saúde
002	Agente de Combate a Endemias

Art. 2º- Este Decreto passa a vigorar na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Figueirópolis D'Oeste, MT, 08 de fevereiro de 2010.

Gabinete do Prefeito.
LAYR MOTA DA SILVA
PREFEITO

Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte

RESULTADO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2010.

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, designado pelo Decreto nº 87/2010; torna público que as empresas vencedoras da sessão que se realizou na data de **27/01/2010** na modalidade de Pregão Presencial, Menor Preço por Lote, foram:

Lote: 01: ROGÉRIO BARZOTTO-ME R$ 1,90/km
Lote 02: MARCIA RUBIA DA SILVA – ME R$ 1,90/km
Lote 03 MARCIA RUBIA DA SILVA – ME R$ 1,90/km
Lote 04: VALDEMAR ALVES MALHEIRO R$ 2,10/km
Lote 05: MARCIA RUBIA DA SILVA – ME R$ 1,90/km
Lote 06: NÃO HOUVE EMPRESA HABILITADA
Lote 07: ARWELE TRANSPORTES LTDA-ME R$ 1,70/km
Lote 08: MARCIA RUBIA DA SILVA – ME R$ 1,90/km
Lote 09: ARWELE TRANSPORTES LTDA-ME R$ 2,10/km
Lote 10: ARWELE TRANSPORTES LTDA-ME R$ 1,70/km
Lote 11: VALDEMAR ALVES MALHEIRO R$ 1,55/km
Lote 12: MARCIA RUBIA DA SILVA – ME R$ 1,70/km

Gaúcha do Norte-MT, 02 de Fevereiro de 2010.

Alessandro Aparecido Medina Ubeda
Pregoeiro
Nilson Francisco Aléssio
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N°002/2010
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÃO

TERESINHA PARAIBA, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA DESPORTO.
RESOLVE:

I. HOMOLOGA, após verificação de regularidade, as inscrições dos candidatos ás vagas para Professores Substitutos, conforme relação a seguir:

ENSINO FUNDAMENTAL

Nº. INSC.	DATA	NOME	RG	FORMAÇÃO
02	05/02/2010	Possua Panara	15154220 SSP/MT	FUNDAMENTAL
03	05/02/2010	Iotikia Panara	22005196 SSP/MT	FUNDAMENTAL
04	05/02/2010	Pôto Panara	22694994 SSP/MT	FUNDAMENTAL
05	05/02/2010	Paturi Panará	15032850 SSP/MT	FUNDAMENTAL
06	05/02/2010	Sokren Panara	15229815 SSP/MT	FUNDAMENTAL
07	05/02/2010	Kerlenn Nascimento Pinto	19645457 SSP/MT	FUNDAMENTAL
10	05/02/2010	Djore Kayapó	16117000 SSP/MT	FUNDAMENTAL
11	05/02/2010	Bepnoi Mekrangnotire	4254858 SSP/PA	FUNDAMENTAL
12	05/02/2010	Takamkdjamti Kayapo	3922719 SSP/PA	FUNDAMENTAL
15	05/02/2010	Matmare Menkragnoti	3756593 SSP/PA	FUNDAMENTAL
16	05/02/2010	Pantnhin Menkagnoti Re	4499071 SSP/PA	FUNDAMENTAL
17	05/02/2010	Bere Mekragnoti Re	4756069 SSP/PA	FUNDAMENTAL
18	05/02/2010	Kora Kaiapo	4016105 SSP/PA	FUNDAMENTAL
19	05/02/2010	Takakto Mekraknoti Re	4499070 SSP/PA	FUNDAMENTAL
20	05/02/2010	Pó e Mekragnoite Re	4733219 SSP/PA	FUNDAMENTAL
21	05/02/2010	Top-Ti Mekragnotire	19371187 SSP/MT	FUNDAMENTAL
22	05/02/2010	Takakti Kayapo Mekrangnoitire	4254860 SSP/PA	FUNDAMENTAL
23	05/02/2010	Pidjoko Mekragnotire	20393709 SSP/MT	FUNDAMENTAL
24	05/02/2010	Imo Re Menkraknoti	3536019 SSP/PA	FUNDAMENTAL
26	05/02/2010	Luciene Reginaldo	005069 MJ/MS	FUNDAMENTAL
27	05/02/2010	Takakmy Mengranoti	21219516 SSP/MT	FUNDAMENTAL
28	05/02/2010	Kuka Panara	21039925 SSP/MT	FUNDAMENTAL
29	05/02/2010	Bepkra Mekrangoti Re	4527926 SSP/PA	FUNDAMENTAL
30	05/02/2010	Bepko Re Mekraknoti	3775274 PC/PA	FUNDAMENTAL
31	05/02/2010	Soti I Panara	15166619 SSP/MT	FUNDAMENTAL
32	05/02/2010	Sôpoa Panara	22091700 SSP/MT	FUNDAMENTAL
33	05/02/2010	Patko Re Mekraknoti	3770212SSP/PA	FUNDAMENTAL
34	05/02/2010	Ngreikaiet Ngreikonoiti	2862917 SSP/PA	FUNDAMENTAL
35	05/02/2010	Panhti Pandjo	2834793 SSP/PA	FUNDAMENTAL
36	05/02/2010	Kokiara Panara	22005404 SSP/MT	FUNDAMENTAL
37	05/02/2010	Meningo Mekragnotire	37770204 SSP/PA	FUNDAMENTAL
38	05/02/2010	Tukokian Panara	15187667 SSP/MT	FUNDAMENTAL
39	05/02/2010	Makaiwa Kaiapo	2990025 SSP/PA	FUNDAMENTAL
40	05/02/2010	Pajaka Mekragnotire	23474505 SSP/MT	FUNDAMENTAL
41	05/02/2010	Bepkototi Mekragnotire	19833199 SSP/MT	FUNDAMENTAL
42	05/02/2010	Bekire Mekranotire	6667516 SSP/PA	FUNDAMENTAL
43	05/02/2010	Ykakoro Kayapo	4015947SSP/PA	FUNDAMENTAL
44	05/02/2010	Sakora Panara	22005315 SSP/MT	FUNDAMENTAL
45	05/02/2010	Bepdjam Merangoitire	4453126 SSP/PA	FUNDAMENTAL
46	05/02/2010	Norotire Mekragnotire	19371160 SSP/MT	FUNDAMENTAL
47	05/02/2010	Pinte Kayapo	2505182 SSP/PA	FUNDAMENTAL
48	05/02/2010	Mjetxet Kayapo	6792672 SSP/PA	FUNDAMENTAL
49	05/02/2010	Teka Re Kaiapo	2340926 SSP/PA	FUNDAMENTAL
50	05/02/2010	Briokrit Kayapo	6792748 SSP/PA	FUNDAMENTAL
51	05/02/2010	Bepry I Mekragnoti Re	18572235 SSP/MT	FUNDAMENTAL
53	05/02/2010	Bengoti Mekragnotire	20874545	FUNDAMENTAL

ENSINO MÉDIO MAGISTÉRIO

08	05/02/2010	Kokobá Kayapo	3536018 SSP/PA	MAGISTÉRIO
09	05/02/2010	Kukrytyra Bepkure	20295600 SSP/MT	MAGISTÉRIO
13	05/02/2010	Bepoio Kaiapo	2990024 SSP/PA	MAGISTÉRIO
14	05/02/2010	Bepnhi Menkragnoti	3939040 SSP/PA	MAGISTÉRIO

ENSINO MÉDIO

25	05/02/2010	Ademir Moreira	15777618 SSP/MT	MÉDIO

NÍVEL SUPERIOR/GRADUADO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

01	05/02/2010	Peranko Panara	15134067 SSP/MT	SUPERIOR
52	05/02/2010	Siboneide Alves Pereira	07611668 SSP/MT	SUPERIOR

Guarantã do Norte – MT, 05 de Fevereiro de 2010.

Teresinha Paraíba
Presidente da Comissão Organizadora
Processo Seletivo 002/2010

Prefeitura Municipal de Guirantinga

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 03/2010

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Guiratinga/MT, por ordem do Sr. Prefeito Municipal torna público que fará realizar no dia **24/02/2010** às **09:00** horas, na sala de reunião de licitação desta Prefeitura, sito a Av. Rotary Internacional, nº. 944, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade **Tomada de Preços,** O objeto desta licitação consiste na prestação de serviços mecânicos em veículos e maquinários desta Prefeitura.

O qual se encontra à disposição dos interessados junto a Comissão de Licitação, no endereço acima, até o dia **19/02/2009**, no horário das 08:00 ás 11:00 e 13:00 as 16:00, mediante o recolhimento da taxa de R$23,50 (vinte e três reais e cinquenta centavos).

Publique-se.

Guiratinga, 08 de fevereiro de 2009.

José Teodoro Filho
Presidente da CPL

Prefeitura Municipal de Itanhangá

EDITAL resumido para publicação
AMM

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 001/2010

A Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, com sede na Rua Murici s/ n.º, Centro, Itanhangá/MT. CEP 78.579-000, através da comissão permanente de licitação, torna público que encontra-se aberta Licitação na Modalidade Concorrência, do tipo menor preço global, com finalidade de selecionar propostas para **aquisição de Patrulha Mecanizada**, cujas especificações detalhadas acompanham o edital de licitação. Regem a presente licitação a Lei N.º 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia 11 (onze) de março de 2010, às 09:00 (nove) horas, na sala de Licitações, quando os interessados deverão apresentar os envelopes n.º 01 – Documentação e n.° 02 – Proposta de Preço à comissão de licitação. As empresas interessadas poderão adquirir o edital ao custo não reembolsável de reprodução de R$ 50,00 (cinqüenta reais), na Sala de Licitações, de segunda a sexta-feira, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:30 as 17:30 horas dos dias úteis.

Itanhangá (MT), 09 de janeiro de 2010.

ELIZ REGINA PRADO DE MORAES
Presidente Comissão de Licitaçaõ

EDITAL resumido para publicação
AMM

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 002/2010

A Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, com sede na Rua Murici s/ n.º, Centro, Itanhangá/MT. CEP 78.579-000, através da comissão permanente de licitação, torna público que encontra-se aberta Licitação na Modalidade Tomada de Preço, do tipo menor preço global, com finalidade de selecionar propostas para contratação de empresa para recuperação de estradas vicinais no Município de Itanhangá, cujas especificações detalhadas acompanham o edital de licitação. Regem a presente licitação a Lei N.º 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia 25 (vinte) de fevereiro de 2010, às 09:00 (nove) horas, na sala de Licitações, quando os interessados deverão apresentar os envelopes n.º 01 – Documentação e n.° 02 – Proposta de Preço à comissão de licitação. As empresas interessadas poderão adquirir o edital ao custo não reembolsável de reprodução de R$ 50,00 (cinqüenta

reais), na Sala de Licitações, de segunda a sexta-feira, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:30 as 17:30 horas dos dias úteis.

Itanhangá (MT), 09 de janeiro de 2010.

ELIZ REGINA PRADO DE MORAES
Presidente Comissão de Licitaçaõ

Prefeitura Municipal de Itaúba

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Assunto: Aquisição de dois Conjuntos Moto bomba para Secretaria de Saúde e Saneamento Básico.

Referência: Aquisição de dois Conjunto Moto bomba para Secretaria de Saúde e Saneamento Básico.

OBJETO: Aquisição de dois Conjunto Moto bomba 8CV e 9CV, 220V Trifásica.

FAVORECIDO: Hidrosan Engenharia, Comércio e Representação Ltda.

VALOR ESTIMADO: R$ 9.742,00 (nove mil, setecentos e quarenta e dois reais)

PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 (trinta) dias.

JUSTIFICATIVA: JUSTIFICATIVA 001/2010-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24 Inciso IV da Lei n.º 8.666/93.

Ratifico o ato de dispensa de licitação com fulcro na Justificativa nº 001/2010 e no Parecer Jurídico anexos ao processo, nos termos do Art. 26 da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

Itaúba – MT., 09 de Fevereiro de 2010.

RAIMUNDO ZANON
Prefeito Municipal

EDITAL DE PUBLICAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

REF.: CONVITE Nº 001/2010

OBJETO: ***Contratação de empresa especializada na divulgação de 900 Inserções com duração de 30 (trinta) segundos Cada, em Televisão Local para Câmara Municipal de Itaúba-MT, durante os meses de Março a Dezembro de 2010.***
ABERTURA: 18/02/2010.
HORÁRIO: 08:00 (Horário de Mato Grosso)
TIPO: Menor preço
VALOR ESTIMADO: R$15.000,00

A Câmara Municipal de Itaúba, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela portaria nº 01/2010 de 04/01/2010 comunica aos interessados que irá realizar procedimento licitatório na Modalidade de Convite, com objeto, data e horário acima descrito; maiores informações poderão ser adquiridas na sede da Câmara Municipal junto à Comissão de Licitação ou pelo Fone 0xx66/3561-1410 no horário de expediente.

Itaúba - MT, 09 de fevereiro de 2010.

Ivanete Ferreira de Souza
Pres. da C.P.L.
Antonio Biotto
Presidente da Câmara Municipal

P O R T A R I A

Nº. 002/2010

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR ANTONIO BIOTTO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS POR LEI,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 209 da Constituição Estadual,

RESOLVE

Artigo 1º - Nos termos do artigo 209 da Constituição Estadual, ficam a partir da data, de 09 de Fevereiro de 2010, à disposição de toda a comunidade, para análise, o **Balanço Geral da Câmara Municipal de Itaúba**, Estado de Mato Grosso, relativo ao **exercício financeiro de 2010**.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Itaúba, Estado de Mato Grosso, em 09 de fevereiro de 2010.

ANTONIO BIOTTO
Presidente

PUBLICA-SE
REGISTRA-SE
CUMPRA-SE

PUBLICADO E AFIXADO NO MURAL DA CÂMARA MUNCIPAL NO PERÍODO DE 09/02/10 À 09/04/10.

Prefeitura Municipal de Jaciara

CONTRATO N.º 001/2010

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO:** AGRIPINO GOMES DE ASSIS - ME; **OBJETO:** Prestação de serviços de perfuração de poço semi-artesiano no Distrito de Celma, município de Jaciara – MT, para atendimento ao Departamento de Água e Esgoto de Jaciara – DAE/JAC; **PRAZO:** 04/02/2010; **DOTAÇÃO**: 01.06.02.17.512.0021.2054.3.3.90.39; **VALOR GLOBAL**: R$ 5.500,00; **ASSIN:** 04/02/2010; Pref. MAX JOEL RUSSI.
CONTRATO N.º 002/2010

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO:** R. M. SERPA ALESSI ME; **OBJETO:** Locação de 20 (vinte) containers para retirada de lixo e entulho das residências no município de Jaciara - MT, para atendimento ao Departamento de Obras e Urbanismo; **PRAZO:** 01/03/2010; **DOTAÇÃO**: 01.06.03.15.452.0017.2047.3.3.90.39; **VALOR GLOBAL**: R$. 6.000,00; **ASSIN**: 20/01/2010; Pref. MAX JOEL RUSSI.
CONTRATO N.º 003/2010

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO:** SELMA MARIS MONARI; **OBJETO:** Construção de 01 (uma) Unidade Habitacional com a seguinte metragem: 32,40 m² , localizada à Rua Guaranis, Quadra 122, Lote 31, nº. 142 – Bairro Santa Luzia; **PRAZO:** 21/03/2010; **DOTAÇÃO**: 01.10.05.16.482.0023.1046.4.4.490.51; **VALOR GLOBAL**: R$ 13.524,00; **ASSIN**: 21/01/2010; Pref. MAX JOEL RUSSI.
CONTRATO N.º 004/2010
CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO:** MEDVALE – SOCIEDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS JACIARA - LTDA; **OBJETO:** "Prestação de Serviços médicos de Cirurgias Ortopédicas e acompanhamento do transporte de pacientes a serem realizadas pelo Hospital Municipal de Jaciara-MT" ; **PRAZO:** 21/02/2010**; DOTAÇÃO**: 01.08.01.10.302.0011.2112.3.3.90.39; **VALOR GLOBAL**: R$ 21.000,00; **ASSIN**: 21/01/2010; Pref. MAX JOEL RUSSI.

ADITIVO CONTRATUAL N.º 001/2010
AO CONTRATO Nº. 060/2009

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO:** ROBSON SOLVES ANDRADE - ME; **OBJETO:** REAJUSTE DE VALOR; **DISPOSIÇÕES GERAIS:** Permanecem inalteradas e em vigor as demais cláusulas do Contrato nº. 060/2009; ASSIN: 05/01/2010; Pref. Max Joel Russi.

ADITIVO CONTRATUAL N.º 002/2010
AO CONTRATO DE RATEIO Nº. 01/2009

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO:** CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO SUL DO ESTADO DE MATO GROSSO; **OBJETO:** PRORROGAÇAO DE PRAZO; **DISPOSIÇÕES GERAIS:** Permanecem inalteradas e em vigor as demais cláusulas do Contrato de Rateio nº. 01/2009; ASSIN: 19/01/2010; Pref. Max Joel Russi.

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO N. 006/2010

A Prefeitura Municipal de Jaciara, através de Pregoeiro designado, torna público que, referente ao PREGÃO n.º. 006/2010, foi vencedora a Empresa **O. STORARI – PRODUÇÕES E EVENTOS - ME** em todos os itens licitados, ao valor global de **R$ 90.945,00**, conforme valor registrado no RAP - Registro de Acompanhamento de Preço. Jaciara-MT, 05 de fevereiro de 2010. Marcos José Souza – Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DE LICITAÇÃO
CONVITE N. 007/2010

A Prefeitura Municipal de Jaciara, através de Pregoeiro designado, torna público que, referente ao CONVITE n.º. 007/2010, foi vencedora a Empresa **JESUALDO MORAIS DA SILVA** no menor valor global, ao valor mensal de **R$ 4.968,00**, conforme valor registrado no RAP - Registro de Acompanhamento de Preço. Jaciara-MT, 03 de fevereiro de 2010. Marcos José Souza – Pregoeiro.

Prefeitura Municipal de Lambari D' Oeste

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 001/2010
RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

A Prefeita Municipal, Srª. Maria Manea da Cruz, tendo em vista a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, com inexigibilidade de licitação, fulcrada no inciso III, art. 25 da Lei 8.666/93, da empresa E.B.DE SOUZA-SHOW E EVENTOS - ME, cujo o objeto trata-se de show com a Banda **"LEGISLATIVO",** no dia 13/02/2010, a partir das 22:00hs, por ocasião do 9º - Carnaval de Rua de Lambari D'Oeste - MT, onde ficou acertado o cachê de R$ 12.000,00 (doze mil reais), resolve, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal.

Lambari D'Oeste - MT., 08 de Fevereiro de 2010.
Maria Manea da Cruz - Prefeita Municipal

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 002/2010
RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

A Prefeita Municipal, Srª. Maria Manea da Cruz, tendo em vista a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, com inexigibilidade de licitação, fulcrada no inciso III, art. 25 da Lei 8.666/93, da empresa EDINA DA COSTA CORTUNG - ME, cujo o objeto trata-se de show com a Banda **"APOKALIPSE"**, no dia 14/02/2010, a partir das 22:00hs, por ocasião do 9º - Carnaval de Rua de Lambari D'Oeste - MT, onde ficou acertado o cachê de R$ 14.000,00 (quatorze mil reais), resolve, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal.

Lambari D'Oeste - MT., 08 de Fevereiro de 2010.
Maria Manea da Cruz - Prefeita Municipal

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 003/2010
RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

A Prefeita Municipal, Srª. Maria Manea da Cruz, tendo em vista a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, com inexigibilidade de licitação, fulcrada no inciso III, art. 25 da Lei 8.666/93, da empresa V. FERRI - PRODUÇÕES ARTISTICAS, cujo o objeto trata-se de *show* com a Banda **"INTERATIVO**", no dia 15/02/2010, a partir das 22:00hs, por ocasião do 9º - Carnaval de Rua de Lambari D'Oeste - MT, onde ficou acertado o cachê de R$ 15.000,00 (Quinze mil reais) valor global,. resolve, **RATIFICAR** a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal.

Lambari D'Oeste - MT., 08 de Fevereiro de 2010.
Maria Manea da Cruz - Prefeita Municipal

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 004/2010
RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

A Prefeita Municipal, Srª. Maria Manea da Cruz, tendo em vista a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, com inexigibilidade de licitação, fulcrada no inciso III, art. 25 da Lei 8.666/93, da empresa V. FERRI - PRODUÇÕES ARTISTICAS, cujo o objeto trata-se de *show* com a Banda **"NOVO THEMPO"** no dia 16/02/2010 a partir das 22:00hs, por ocasião do 9º - Carnaval de Rua de Lambari D'Oeste - MT, onde ficou acertado o cachê de R$: 15.000,00 (quinze mil reais) valor global,. resolve, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal.

Lambari D'Oeste - MT., 08 de Fevereiro de 2010.

Maria Manea da Cruz -
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Matupá

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2010

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia **23 DE FEVEREIRO DE 2010 as 08:00 horas** na sede da Prefeitura Municipal, o PREGÃO PRESENCIAL – para Locação de um Veículo Caminhão - Compactador de Lixo em Atendimento a Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Urbanismo. O Edital **nº. 018/2010**, encontra-se disponível junto a sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-1037/1114 das 07:00 às 11:30 hs.

Matupá – MT, 09 de Fevereiro de 2010.

CARLOS ABRAAO GAIA
Pregoeiro Oficial

MUNICÍPIO DE MATUPA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2009/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO. LRF-Cidadão - 9.01 - 31/12/09

RREO, Anexo I (LRF 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Jan a Dez 2009 (c)	% (c/a)	
A) RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	25.754.592,33	25.754.592,33	5.998.878,84	23,29	26.328.852,26	102,23	-574.259,93
1.0.0.0.00.00 - RECEITAS CORRENTES	20.263.592,33	20.263.592,33	3.875.985,65	19,13	20.175.484,25	99,57	88.108,08
1.1.0.0.00.00 - RECEITA TRIBUTÁRIA	1.368.600,00	1.368.600,00	344.991,24	25,21	1.856.982,65	135,68	-488.382,65
1.1.1.0.00.00 - Impostos	1.207.000,00	1.207.000,00	339.329,37	28,11	1.688.078,37	139,86	-481.078,37
1.1.2.0.00.00 - Taxas	104.600,00	104.600,00	994,18	0,95	94.287,63	90,14	10.312,37
1.1.3.0.00.00 - Contribuição De Melhoria	57.000,00	57.000,00	4.667,69	8,19	74.616,65	130,91	-17.616,65
1.2.0.0.00.00 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	553.139,00	552.139,00	63.554,00	11,51	368.454,71	66,73	183.684,29
1.2.1.0.00.00 - Contribuições Sociais	440.139,00	439.139,00	60.463,06	13,77	343.311,67	78,18	95.827,33
1.2.2.0.00.00 - Contribuições Econômicas	113.000,00	113.000,00	3.090,94	2,74	25.143,04	22,25	87.856,96
1.3.0.0.00.00 - RECEITA PATRIMONIAL	481.500,00	481.500,00	57.348,68	11,91	362.650,45	75,32	118.849,55
1.3.1.0.00.00 - Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.0.00.00 - Receitas De Valores Mobiliários	481.500,00	169.500,00	10.670,30	6,30	99.089,90	58,46	70.410,10
1.3.3.0.00.00 - Receita De Concessões E Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.9.0.00.00 - Outras Receitas Patrimoniais	0,00	312.000,00	46.678,38	14,96	263.560,55	84,47	48.439,45
1.4.0.0.00.00 - RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1.0.00.00 - Receita Da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.2.0.00.00 - Receita Da Produção Animal E Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.9.0.00.00 - Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.0.0.00.00 - RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2.0.00.00 - Receita Da Indústria De Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3.0.00.00 - Receita Da Indústria De Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.9.0.00.00 - Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.00.00 - RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.0.0.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.472.800,00	17.472.800,00	3.294.056,59	18,85	17.090.122,59	97,81	382.677,41
1.7.2.0.00.00 - Transferências Intergovernamentais	17.401.800,00	17.401.800,00	3.294.056,59	18,93	17.090.122,59	98,21	311.677,41
1.7.3.0.00.00 - Transferências De Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.4.0.00.00 - Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.5.0.00.00 - Transferências De Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.6.0.00.00 - Transferências De Convênios	71.000,00	71.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71.000,00
1.7.7.0.00.00 - Transferências para combate à fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.0.0.00.00 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	387.553,33	388.553,33	116.035,14	29,86	497.273,85	127,98	-108.720,52
1.9.1.0.00.00 - Multas E Juros De Mora	46.400,00	46.400,00	12.568,56	27,09	45.750,72	98,60	649,28
1.9.2.0.00.00 - Indenizações E Restituições	4.953,33	5.953,33	797,54	13,40	6.826,25	114,66	-872,92
1.9.3.0.00.00 - Receita Da Dívida Ativa	294.200,00	294.200,00	86.209,94	29,30	379.706,13	129,06	-85.506,13
1.9.9.0.00.00 - Receitas Correntes Diversas	42.000,00	42.000,00	16.459,10	39,19	64.990,75	154,74	-22.990,75
2.0.0.0.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	5.491.000,00	5.491.000,00	2.122.893,19	38,66	6.153.368,01	112,06	-662.368,01
2.1.0.0.00.00 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.1.0.00.00 - Operações De Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2.0.00.00 - Operações De Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.0.0.00.00 - ALIENAÇÃO DE BENS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
2.2.1.0.00.00 - Alienação De Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.2.0.00.00 - Alienação De Bens Imóveis	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
2.3.0.0.00.00 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRESTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.10.00 - Amortização De Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.0.0.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.490.000,00	5.490.000,00	2.122.893,19	38,67	6.153.368,01	112,08	-663.368,01
2.4.2.0.00.00 - Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.3.0.00.00 - Transferências De Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.4.0.00.00 - Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5.0.00.00 - Transferências De Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.6.0.00.00 - Transferências de outras instituições públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.7.0.00.00 - Transferências De Convênios	5.490.000,00	5.490.000,00	2.122.893,19	38,67	6.153.368,01	112,08	-663.368,01
2.4.8.0.00.00 - Transferências para combate à fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.0.0.00.00 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.2.0.00.00 - Integralização Do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.4.0.00.00 - Remuneração Das Disponibilidades Do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.5.0.00.00 - Receita da dívida ativa proveniente da amortização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.6.0.00.00 - Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.9.0.00.00 - Receita De Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
B) RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	491.407,67	491.407,67	60.580,80	12,33	350.309,99	71,29	141.097,68

SUB TOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	26.246.000,00	26.246.000,00	6.059.459,64	23,09	26.679.162,25	101,65	-433.162,25
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB TOTAL COM REFINANCIAMENTO(V) = (III+IV)	26.246.000,00	26.246.000,00	6.059.459,64	23,09	26.679.162,25	101,65	-433.162,25
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(VII) = (V+VI)	26.246.000,00	26.246.000,00	6.059.459,64	23,09	26.679.162,25	101,65	-433.162,25
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	29.035.771,32	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
				No Bimestre	Jan a Dez	No Bimestre	Jan a Dez 2009	%	
	(a)	(b)	(c)=(a+b)	(d)	(e)	(f)	(g)	(g/c)	(c-g)
C) DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	25.634.592,33	1.257.414,60	26.892.006,93	2.925.039,81	25.334.187,84	4.934.645,76	23.778.899,45	88,42	3.113.107,48
DESPESAS CORRENTES	18.662.387,67	712.902,46	19.375.290,13	2.739.022,78	18.617.330,77	3.972.417,64	18.459.151,90	95,27	916.138,23
Pessoal e Encargos Sociais	8.547.841,85	1.867.939,54	10.415.781,39	1.686.430,66	10.350.053,87	1.824.184,70	10.350.053,87	99,37	65.727,52
Juros e Encargos da Dívida	500,00	-500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	10.114.045,82	-1.154.537,08	8.959.508,74	1.052.592,12	8.267.276,90	2.148.232,94	8.109.098,03	90,51	850.410,71
DESPESAS DE CAPITAL	6.327.000,00	545.512,14	6.872.512,14	186.017,03	6.716.857,07	962.228,12	5.319.747,55	77,41	1.552.764,59
Investimentos	6.327.000,00	538.772,14	6.865.772,14	186.017,03	6.716.857,07	978.602,93	5.326.122,36	77,58	1.539.649,78
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	6.740,00	6.740,00	0,00	0,00	-16.374,81	-6.374,81	-94,58	13.114,81
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	1.000,00	-1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	644.204,66	0,00	644.204,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	644.204,66
D) DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	491.407,67	-111.314,60	380.093,07	55.970,00	362.910,27	57.569,43	333.778,71	87,82	46.314,36
SUB TOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII+IX)	26.126.000,00	1.146.100,00	27.272.100,00	2.981.009,81	25.697.098,11	4.992.215,19	24.112.678,16	88,42	3.159.421,84
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	120.000,00	0,00	120.000,00	2.234,27	122.234,27	33.136,27	128.609,08	107,17	-8.609,08
Amortização da Dívida Interna	120.000,00	0,00	120.000,00	2.234,27	122.234,27	33.136,27	128.609,08	107,17	-8.609,08
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	120.000,00	0,00	120.000,00	2.234,27	122.234,27	33.136,27	128.609,08	107,17	-8.609,08
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	26.246.000,00	1.146.100,00	27.392.100,00	2.983.244,08	25.819.332,38	5.025.351,46	24.241.287,24	88,50	3.150.812,76
SUPERAVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	2.437.875,01	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	26.246.000,00	1.146.100,00	27.392.100,00	2.983.244,08	25.819.332,38	5.025.351,46	26.679.162,25	97,40	712.937,75

FONTE:

MUNICÍPIO DE MATUPA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2009/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

LRF-Cidadão - 9.01 - 31/12/09

LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" - Anexo II

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS No Bimestre (b)	DESPESAS EMPENHADAS Jan a Dez (c)	DESPESAS LIQUIDADAS No Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Jan a Dez (e)	% (e/total e)	% (e/a)	SALDO (a-e)
a) DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	26.246.000,00	27.392.100,00	2.983.244,08	25.819.332,38	5.025.351,46	24.241.287,24	100,00	88,50	3.150.812,76
LEGISLATIVA	950.000,00	950.000,00	162.237,49	934.729,23	194.873,21	936.720,43	3,86	98,60	13.279,57
Ação Legislativa	950.000,00	950.000,00	162.237,49	934.729,23	194.873,21	936.720,43	3,86	98,60	13.279,57
JUDICIÁRIA	26.500,00	5.000,00	0,00	2.278,60	0,00	2.278,60	0,01	45,57	2.721,40
Ação Judiciária	26.500,00	5.000,00	0,00	2.278,60	0,00	2.278,60	0,01	45,57	2.721,40
ESSENCIAL À JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	2.660.500,00	2.704.591,41	396.629,17	2.685.086,77	538.518,88	2.666.860,14	11,00	98,60	37.731,27
Administração Geral	2.074.500,00	2.162.477,05	330.495,65	2.145.323,88	422.329,23	2.127.097,25	8,77	98,36	35.379,80
Administração Financeira	586.000,00	542.114,36	66.133,52	539.762,89	116.189,65	539.762,89	2,23	99,57	2.351,47
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	838.000,00	1.091.357,44	187.776,93	1.037.211,42	231.619,39	1.037.460,24	4,28	95,06	53.897,20
Assistência ao Idoso	39.000,00	3.100,00	0,00	920,00	0,00	920,00	0,00	29,68	2.180,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	84.500,00	4.500,00	0,00	827,96	0,00	827,96	0,00	18,40	3.672,04
Assistência Comunitária	714.500,00	1.083.757,44	187.776,93	1.035.463,46	231.619,39	1.035.712,28	4,27	95,57	48.045,16
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.246.000,00	1.246.000,00	45.717,51	261.988,67	48.577,51	261.988,67	1,08	21,03	984.011,33
Previdência do Regime Estatutário	1.246.000,00	1.246.000,00	45.717,51	261.988,67	48.577,51	261.988,67	1,08	21,03	984.011,33
SAÚDE	4.155.130,00	5.677.383,88	689.774,57	5.634.512,68	1.299.398,14	5.604.107,13	23,12	98,71	73.276,75
Administração Geral	134.000,00	108.334,38	1.055,86	107.129,59	6.267,86	105.851,03	0,44	97,71	2.483,35
Atenção Básica	1.502.000,00	1.894.816,38	257.860,46	1.879.254,73	506.632,42	1.869.501,18	7,71	98,66	25.315,20
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.198.500,00	3.307.742,10	383.784,71	3.304.325,42	686.442,92	3.297.110,26	13,60	99,68	10.631,84
Suporte Profilático e Terapêutico	73.000,00	104.300,00	1.053,92	104.045,75	46.519,02	92.441,39	0,38	88,63	11.858,61
Vigilância Sanitária	72.000,00	69.291,00	10.008,84	56.973,55	10.068,58	56.913,81	0,23	82,14	12.377,19
Vigilância Epidemiológica	175.630,00	192.900,02	36.010,78	182.783,64	43.467,34	182.289,46	0,75	94,50	10.610,56
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	7.879.870,00	6.626.754,92	949.398,80	6.499.281,91	1.228.154,15	6.323.387,10	26,09	95,42	303.367,82
Ensino Fundamental	6.836.470,00	5.410.033,40	789.237,94	5.288.456,07	1.048.253,08	5.276.135,52	21,77	97,53	133.897,88
Ensino Médio	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	4.000,00	13.787,45	0,00	13.787,45	6.267,45	13.787,45	0,06	100,00	0,00
Educação Infantil	1.007.400,00	1.175.365,00	151.170,42	1.170.228,66	164.493,81	1.006.654,40	4,15	85,65	168.710,60
Educação de Jovens e Adultos	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	17.000,00	27.569,07	8.990,44	26.809,73	9.139,81	26.809,73	0,11	97,25	759,34
CULTURA	323.000,00	435.836,28	124.832,16	320.181,36	32.350,89	213.757,72	0,88	49,05	222.078,56
Difusão Cultural	323.000,00	435.836,28	124.832,16	320.181,36	32.350,89	213.757,72	0,88	49,05	222.078,56
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	3.503.500,00	5.283.600,00	0,00	5.259.909,92	812.895,62	4.066.532,74	16,78	76,97	1.217.067,26
Infra-estrutura Urbana	3.503.500,00	5.283.600,00	0,00	5.259.909,92	812.895,62	4.066.532,74	16,78	76,97	1.217.067,26
HABITAÇÃO	38.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Habitação Urbana	38.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
SANEAMENTO	50.000,00	67.600,00	38.038,33	67.138,23	2.745,26	29.223,71	0,12	43,23	38.376,29
Saneamento Básico Urbano	50.000,00	67.600,00	38.038,33	67.138,23	2.745,26	29.223,71	0,12	43,23	38.376,29
GESTÃO AMBIENTAL	12.500,00	9.920,00	3.600,00	7.890,14	3.600,00	7.890,14	0,03	79,54	2.029,86
Preservação e Conservação Ambiental	6.000,00	9.920,00	3.600,00	7.890,14	3.600,00	7.890,14	0,03	79,54	2.029,86
Controle Ambiental	6.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	150.000,00	60.800,00	2.730,18	60.796,17	12.249,21	60.796,17	0,25	99,99	3,83
Difusão do Conhecimento Científico e	150.000,00	60.800,00	2.730,18	60.796,17	12.249,21	60.796,17	0,25	99,99	3,83
AGRICULTURA	291.000,00	535.981,47	37.085,11	512.382,77	91.525,90	512.232,77	2,11	95,57	23.748,70
Promoção da Produção Animal	2.000,00	1.641,47	0,00	1.641,47	1.139,00	1.641,47	0,01	100,00	0,00
Abastecimento	248.500,00	354.840,00	37.085,11	331.741,30	82.636,87	331.591,30	1,37	93,45	23.248,70
Extensão Rural	40.500,00	179.500,00	0,00	179.000,00	7.750,03	179.000,00	0,74	99,72	500,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	111.000,00	171.436,65	22.024,96	167.502,90	28.261,96	167.502,90	0,69	97,71	3.933,75
Promoção Industrial	111.000,00	171.436,65	22.024,96	168.662,90	28.261,96	167.502,90	0,69	97,71	3.933,75
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	161.000,00	79.500,00	11.000,00	75.017,64	18.900,00	73.754,80	0,30	92,77	5.745,20
Conservação de Energia	161.000,00	79.500,00	11.000,00	75.017,64	18.900,00	73.754,80	0,30	92,77	5.745,20
TRANSPORTE	3.268.000,00	1.841.495,44	220.697,24	1.711.125,42	360.051,51	1.694.495,43	6,99	92,02	147.000,01
Transporte Rodoviário	3.268.000,00	1.841.495,44	220.697,24	1.711.125,42	360.051,51	1.694.495,43	6,99	92,02	147.000,01
DESPORTO E LAZER	199.500,00	172.119,89	42.100,38	155.150,98	43.977,21	155.150,98	0,64	90,14	16.968,91
Desporto Comunitário	199.500,00	172.119,89	42.100,38	155.150,98	43.977,21	155.150,98	0,64	90,14	16.968,91
ENCARGOS ESPECIAIS	381.500,00	431.722,62	49.601,25	427.147,57	77.652,62	427.147,57	1,76	98,94	4.575,05
Outros Encargos Especiais	381.500,00	431.722,62	49.601,25	427.147,57	77.652,62	427.147,57	1,76	98,94	4.575,05
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE MATUPA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2009/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

LRF-Cidadão - 9.01 - 31/12/09

LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" - Anexo II

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-e)
			No Bimestre (b)	Jan a Dez (c)	No Bimestre (d)	Jan a Dez (e)	% (e/total e)	% (e/a)	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b) DESPESAS(INTRA-ORÇ.)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**26.246.000,00**	**27.392.100,00**	**2.983.244,08**	**25.819.332,38**	**5.025.351,46**	**24.241.287,24**	**100,0001**	**88,4974**	**3.150.812,76**

FONTE:

MUNICÍPIO DE MATUPA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2009/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

LRF-Cidadão - 9.01 - 31/12/09

RREO - Anexo III (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLT. 12 M.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2009
	Jan/ 09	Fev/ 09	Mar/ 09	Abr/ 09	Mai/ 09	Jun/ 09	Jul/ 09	Ago/ 09	Set/ 09	Out/ 09	Nov/ 09	Dez/ 09		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.469.423,84	1.396.382,36	1.919.777,75	1.933.457,16	1.859.934,69	2.362.236,51	1.730.380,10	1.590.571,18	1.837.665,37	2.226.304,85	1.776.021,45	2.554.989,19	22.657.144,45	23.056.792,33
Receitas Tributária	43.879,81	86.509,74	206.698,82	315.814,79	108.667,89	147.924,56	204.149,03	112.054,36	124.229,88	160.062,53	133.157,59	211.833,65	1.856.982,65	1.368.600,00
Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial	0,00	684,51	35.157,68	209.367,93	7.914,07	18.590,53	78.803,26	16.664,46	9.581,22	20.524,38	10.214,91	22.988,37	430.491,32	470.000,00
Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens	1.966,26	15.681,28	15.017,23	11.674,78	5.334,18	7.817,13	9.556,19	8.212,10	12.505,12	10.691,88	8.546,68	14.115,69	121.118,52	170.000,00
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	13.964,63	25.156,71	29.428,30	36.035,50	39.288,68	58.059,97	46.207,79	44.292,78	39.797,57	66.303,94	52.467,34	69.976,66	520.979,87	272.000,00
Outras Receitas Tributárias	27.948,92	44.987,24	129.095,61	58.736,58	56.130,96	63.456,93	69.581,79	42.885,02	62.345,97	62.542,33	61.928,66	104.752,93	784.392,94	456.600,00
Receitas de Contribuições	1.166,21	29.065,21	32.157,22	9.963,61	64.990,18	1.117,18	35.946,03	34.892,35	33.513,10	62.099,62	31.472,99	32.081,01	368.464,71	552.139,00
Receita Patrimonial	33.239,23	29.075,17	35.511,79	32.821,61	30.601,33	27.470,66	29.335,86	31.387,27	29.592,04	26.266,81	26.501,49	30.847,19	362.650,45	481.500,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	1.374.084,72	1.232.908,39	1.590.932,37	1.542.072,78	1.604.869,34	2.141.136,09	1.417.525,19	1.372.019,10	1.609.043,20	1.938.110,03	1.557.174,45	2.191.907,13	19.571.782,79	20.266.000,00
Cota Parte do Fundo de Partic. dos Municípios	532.942,20	496.839,71	397.182,26	473.844,32	563.189,71	485.954,94	372.871,22	433.772,13	383.981,95	441.706,56	551.365,71	848.458,28	5.982.108,99	6.720.000,00
Cota Parte do ICMS	411.716,36	383.633,23	517.585,78	426.726,92	402.403,82	528.818,97	474.735,73	445.748,57	657.793,26	537.062,86	424.843,21	655.508,16	5.866.576,87	6.635.000,00
Cota Parte do IPVA	23.315,66	33.002,61	63.507,43	68.055,00	63.323,65	88.282,45	52.206,47	26.045,89	27.422,10	38.313,97	21.965,24	21.997,14	527.437,61	408.000,00
Transferências de Recursos do FUNDEB	252.121,62	235.582,17	261.590,77	169.078,94	240.124,67	267.572,63	230.733,74	223.503,29	285.771,38	261.968,19	231.260,89	319.968,46	2.979.276,75	3.516.000,00
Outras Transferências Correntes	153.988,88	83.850,67	351.066,13	404.367,60	335.827,49	770.507,10	286.978,03	242.949,22	254.074,51	659.068,45	327.739,40	345.975,09	4.216.382,57	2.987.000,00
Outras Receitas Correntes	17.053,87	18.823,85	52.477,55	32.794,37	50.805,95	44.588,02	43.423,99	40.218,10	41.287,15	39.765,86	27.714,93	88.320,21	497.273,85	388.553,33
DEDUÇÕES (II)	202.423,10	211.964,60	232.274,10	204.421,53	268.050,61	222.070,70	215.005,25	216.367,20	247.126,46	289.780,27	230.549,33	284.938,72	2.824.971,87	3.136.339,00
Contribuição Plano Seg. Social do Servidor	1.166,21	29.065,21	32.157,22	1.171,56	61.672,68	1.117,18	31.202,83	31.709,94	32.537,71	61.048,07	30.231,47	30.231,59	343.311,67	439.139,00
Servidor	1.166,21	29.065,21	32.157,22	1.171,56	61.672,68	1.117,18	31.202,83	31.709,94	32.537,71	61.048,07	30.231,47	30.231,59	343.311,67	439.139,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	201.256,89	182.899,39	200.116,88	203.249,97	206.377,93	220.953,52	183.802,42	184.657,26	214.588,75	228.732,20	200.317,86	254.707,13	2.481.660,20	2.697.200,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**1.267.000,74**	**1.184.417,76**	**1.687.503,65**	**1.729.035,63**	**1.591.884,08**	**2.140.165,81**	**1.515.374,85**	**1.374.203,98**	**1.590.538,91**	**1.936.524,58**	**1.545.472,12**	**2.270.050,47**	**19.832.172,58**	19.920.453,33

FONTE:

MUNICÍPIO DE MATUPA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2009/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO. LRF-Cidadão - 9.01 - 31/12/09

RREO - ANEXO IX(LRF, Art. 53, inciso V)

PODER/ ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
	Exercícios Anteriores	2008							
a)RESTO PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.192,53	0,00	2.269,06	44.923,47
EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.192,53	0,00	2.269,06	44.923,47
Administração Direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.192,53	0,00	2.269,06	44.923,47
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.192,53	0,00	2.269,06	44.923,47
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Indireta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUTIVO (Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO (Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b)RESTO PAGAR(INTRA-ORÇ.)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.192,53	0,00	2.269,06	44.923,47

FONTE:

MUNICÍPIO DE MATUPA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2009/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO. LRF-Cidadão - 9.01 - 31/12/09

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53,

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2009	Jan a Dez 2008
a) RECEITAS PREV-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	754.592,33	754.592,33	107.141,44	634.267,65	623.284,53
RECEITAS CORRENTES	754.592,33	754.592,33	107.141,44	634.267,65	623.284,53
Receita de Contribuições	440.139,00	439.139,00	60.463,06	343.311,67	351.626,42
Pessoal Civil	439.139,00	439.139,00	60.463,06	343.311,67	321.305,94
Contribuição de Servidor Ativo Civil	437.337,00	437.337,00	60.463,06	343.311,67	321.305,94
Contribuição de Servidor Inativo Civil	901,00	901,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Pensionista Civil	901,00	901,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	30.320,48
Compensação Prev. entre o RGPS e o RPPS	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	312.000,00	312.000,00	46.678,38	287.852,88	271.658,11
Receita Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	312.000,00	0,00	0,00	24.292,33	271.658,11
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	312.000,00	46.678,38	263.560,55	0,00
Outras Receitas Correntes	2.453,33	3.453,33	0,00	3.103,10	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b) RECEITAS PREV-RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	491.407,67	491.407,67	60.580,80	350.309,99	341.809,75
REPASSES PREV. PARA COBERTURA DE DÉFICIT (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS APORTES AO RPPS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREV-RPPS (V)=(I+II+III+IV)	1.246.000,00	1.246.000,00	167.722,24	984.577,64	965.094,28

DESPESA PREVIDENCIÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2009	Jan a Dez 2008
c) DESPESAS PREV-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇ)(VI)	599.545,82	599.545,82	48.577,51	261.022,69	216.765,33
ADMINISTRAÇÃO	122.545,82	119.545,82	10.588,83	75.026,25	56.398,99
Despesas Correntes	115.545,82	112.545,82	8.397,17	72.834,59	56.398,99
Despesas de Capital	7.000,00	7.000,00	2.191,66	2.191,66	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	477.000,00	480.000,00	37.988,68	185.996,44	160.366,34
Pessoal Civil	477.000,00	480.000,00	37.988,68	185.996,44	160.366,34
Aposentadorias	78.000,00	78.000,00	0,00	0,00	14.929,24
Pensões	104.000,00	107.000,00	24.275,12	98.874,08	37.843,87
Outros Benefícios Previdenciários	295.000,00	295.000,00	13.713,56	87.122,36	107.593,23
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev de A posen. entre o RPPS e o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev de Pensões entre o RPPS e o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREV-RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VII)	2.249,52	2.249,52	0,00	965,98	445,62
RESERVA DO RPPS(VIII)	644.204,66	644.204,66	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV-RPPS(IX)=(VI+VII+VIII)	1.246.000,00	1.246.000,00	48.577,51	261.988,67	217.210,95
RESULTADO PREV.(X)=(V-IX)	0,00	0,00	119.144,73	722.588,97	747.883,33

SALDO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS DO RPPS	5º BIM/2009	PERÍODO REFERÊNCIA	
		2008	2009
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	3.067,30	1.664.380,92	486,47
Investimentos	2.510.376,11	1.225.425,01	3.611.908,43

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2009	Jan a Dez 2008
RECEITAS CORRENTES	491.407,67	491.407,67	60.580,80	350.309,99	342.703,88
Receita de Contribuições	491.407,67	491.407,67	60.580,80	350.309,99	341.809,75
Pessoal Civil	491.407,67	491.407,67	60.580,80	350.309,99	341.809,75
Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil	491.407,67	491.407,67	60.580,80	350.309,99	341.809,75
Contribuição Patronal de Servidor Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	894,13
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE MATUPA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2009/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

LRF-Cidadão - 9.01 - 31/12/09

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53,

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2009	Jan a Dez 2008
TOTAL DAS RECEITAS PREV. INTRA-ORÇAMEN.	491.407,67	491.407,67	60.580,80	350.309,99	342.703,88
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**DESPESAS LIQUIDADAS**		
			No Bimestre	Jan a Dez 2009	Jan a Dez 2008
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE MATUPA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2009/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

LRF-Cidadão - 9.01 - 31/12/09

RREO - Anexo VI (LRF, Art. 53, inciso III)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2008 (a)	Em 31 Out 2009 (b)	Em 31 Dez 2009 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	503.707,60	0,00	412.771,77
DEDUÇÕES (II)	3.353.189,89	4.874.702,51	5.783.719,87
Ativo Disponivel	3.353.189,89	4.874.702,51	5.783.719,87
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.849.482,29	-4.874.702,51	-5.370.948,10
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0.00	0.00	0.00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	503.707,60	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	**-3.353.189,89**	**-4.874.702,51**	**-5.370.948,10**

ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c - b)	Jan a Dez 2009 (c - a)
RESULTADO NOMINAL	-496.245,59	-2.017.758,21

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	52.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2008 (a)	Em 31 Out 2009 (b)	Em 31 Dez 2009 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	2.889.805,93	3.493.250,17	3.612.394,90
Ativo Disponivel	2.889.805,93	3.493.250,17	3.612.394,90
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VI - VII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (VIII - IX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE:

MUNICÍPIO DE MATUPA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2009/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO. LRF-Cidadão - 9.01 - 31/12/09

RREO - Anexo VII (LRF, Art. 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Jan a Dez 2009	Jan a Dez 2008
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	20.585.500,00	3.935.540,66	20.576.253,75	21.978.633,35
Receita Tributária	1.368.600,00	344.991,24	1.856.982,65	1.792.074,33
IPTU	470.000,00	33.203,28	430.491,32	418.762,00
ISS	272.000,00	122.444,00	520.979,87	501.026,78
ITBI	170.000,00	22.662,37	121.118,52	266.371,80
IRRF	295.000,00	161.019,72	615.488,66	466.054,08
Taxas	104.600,00	994,18	94.287,63	91.266,56
Contribuição de Melhoria	57.000,00	4.667,69	74.616,65	48.593,11
Receitas de Contribuições	1.043.546,67	124.134,80	718.764,70	767.506,96
Receita Previdenciária	930.546,67	121.043,86	693.621,66	693.436,17
Outras Contribuições	113.000,00	3.090,94	25.143,04	74.070,79
Receita Patrimonial Líquida	312.000,00	46.678,38	263.560,55	0,00
Receita Patrimonial	481.500,00	57.348,68	362.650,45	435.638,07
(-) Aplicações Financeiras	169.500,00	10.670,30	99.089,90	435.638,07
Transferências Correntes	17.472.800,00	3.303.701,10	17.239.672,00	18.999.868,11
FPM	5.376.000,00	1.170.654,43	4.835.297,21	5.121.275,39
ICMS	5.308.000,00	865.811,27	4.697.986,08	4.965.671,37
Outras Transferências Correntes	6.788.800,00	1.267.235,40	7.706.388,71	8.912.921,35
Demais Receitas Correntes	388.553,33	116.035,14	497.273,85	419.183,95
Dívida Ativa	294.200,00	86.209,94	379.706,13	269.225,06
Receitas Correntes Diversas	94.353,33	29.825,20	117.567,72	149.958,89
RECEITAS DE CAPITAL (II)	5.491.000,00	2.122.893,19	6.153.368,01	7.393.014,43
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	5.490.000,00	2.122.893,19	6.153.368,01	7.393.014,43
Convênios	5.490.000,00	2.122.893,19	6.153.368,01	7.393.014,43
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	5.490.000,00	2.122.893,19	6.153.368,01	7.393.014,43
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**26.075.500,00**	**6.058.433,85**	**26.729.621,76**	**29.371.647,78**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Jan a Dez 2009	Jan a Dez 2008
DESPESAS CORRENTES (VIII)	19.755.383,20	4.029.987,07	18.792.930,61	17.344.658,14
Pessoal e Encargos Sociais	10.795.874,46	1.881.754,13	10.683.832,58	8.481.095,70
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	8.959.508,74	2.148.232,94	8.109.098,03	8.863.562,44
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	19.755.383,20	4.029.987,07	18.792.930,61	17.344.658,14
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	6.992.512,14	995.364,39	5.448.356,63	11.691.139,97
Investimentos	6.865.772,14	978.602,93	5.326.122,36	11.576.914,95
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital Já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	126.740,00	16.761,46	122.234,27	114.225,02
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII -	6.865.772,14	978.602,93	5.326.122,36	11.576.914,95
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	644.204,66	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**27.265.360,00**	**5.008.590,00**	**24.119.052,97**	**28.921.573,09**
RESULTADO PRIMÁRIO XIX = (VII - XVIII)	**-1.189.860,00**	**1.049.843,85**	**2.610.568,79**	**450.074,69**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	**0,00**	-

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	91.000,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE MATUPA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2009/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

LRF-Cidadão - 9.01 - 31/12/09

RREO - Anexo X (Lei 9.394/96 Art. 72)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2009 (b)	% (b/a)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (I)	15.054.700,00	15.185.700,00	2.807.199,05	14.091.153,51	92,79
Receitas de Impostos	1.219.700,00	1.219.700,00	270.446,84	1.444.607,11	118,44
Impostos	912.000,00	912.000,00	178.309,65	1.072.589,71	117,61
Dívida Ativa dos Impostos	268.000,00	268.000,00	80.510,13	333.630,46	124,49
Multas, Juros de Mora e Outros Enc. de Imp. da Div. Ativa de	39.700,00	39.700,00	11.627,06	38.386,94	96,69
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	13.835.000,00	13.966.000,00	2.536.752,21	12.646.546,40	90,55
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios	5.376.000,00	5.376.000,00	1.170.654,43	4.835.297,21	89,94
Transferência Financeira do ICMS Desoneração L.C N.º 87 96	-26.200,00	104.800,00	6.683,30	33.416,50	31,89
Cota-Parte ICMS	5.308.000,00	5.308.000,00	865.811,27	4.697.986,08	88,51
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Cota-Parte ITR	57.600,00	57.600,00	3.408,29	176.238,69	305,97
Cota-Parte IPVA	326.400,00	326.400,00	35.169,93	421.947,72	129,27
Parcela das Transferências Destinadas à Formação do FUNDEB (II)	2.793.200,00	2.793.200,00	455.024,99	2.481.660,20	88,85
Cota-Parte IOF-OURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
RECEITAS VINCULADAS AO ENSINO (III)	4.090.000,00	3.882.300,00	1.276.105,73	4.665.659,43	120,18
Transferências Multigovernamentais do FUNDEB (IV)	3.516.000,00	3.516.000,00	551.229,35	2.979.276,75	84,73
Transferências de Recursos do FUNDEB (V)	3.516.000,00	3.516.000,00	551.229,35	2.979.276,75	84,73
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento	484.000,00	275.300,00	65.471,11	335.511,63	121,87
Transf. de Convênios Destinadas a Programas de Educação	90.000,00	91.000,00	659.405,27	1.350.871,05	1.484,47
Receita de Operação de Crédito Destinada à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Outras Receitas Vinculadas à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
TOTAL DAS RECEITAS (VI) = (I + III - II)	**16.351.500,00**	**16.274.800,00**	**3.628.279,79**	**16.275.152,74**	**100,00**

DESPESAS COM ENSINO POR VINCULAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2009 (d)	% (d/c)
VINCULADAS À RECEITAS RESULTANTE DE IMPOSTOS	4.359.870,00	3.517.814,92	562.732,94	2.811.927,81	79,93
Despesa com Ensino Fundamental (VII)	4.237.870,00	3.395.814,92	542.170,01	2.659.864,63	78,33
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas(VIII)	86.000,00	86.000,00	5.155,67	111.466,00	129,61
Despesas com Outros Níveis de Ensino (IX)	36.000,00	36.000,00	15.407,26	40.597,18	112,77
DESPESAS VINCULADAS AO FUNDEB - ENSINO BÁSICO(X)	3.516.000,00	3.108.940,00	665.421,21	3.511.459,29	112,95
Pagto dos Profissionais do Ensino Básico(XI)	2.109.600,00	1.702.540,00	436.099,61	2.291.724,26	134,61
Outras Despesas no Ensino Básico	1.406.400,00	1.406.400,00	229.321,60	1.219.735,03	86,73
VINCULADAS À CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
FINANCIADAS COM RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
FINANC. COM OUTROS RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO (XII)	**7.875.870,00**	**6.626.754,92**	**1.228.154,15**	**6.323.387,10**	**95,42**
[se II > IV] = PERDA NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (XIII)					-
[se II < IV] = GANHO NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					497.616,55

DEDUÇÕES DA DESPESA	
PARCELA DO GANHO/COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB APLICADA NO EXERCÍCIO (XIV)	497.616,55
RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCICIO, SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADA DE RECURSOS PRÓPRIOS (XV)	0,00
Despesas com Ensino Fundamental (XVI)	0,00
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas	0,00
DESPESAS VINCULADAS AO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO GANHO/COMPLEM. DO FUNDEB DO EXERCÍCIO ANTERIOR (XVII)	0.00
TOTAL (XVIII)	**497.616,55**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADO AO ENSINO INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em
RP de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	47.192,53	0,00
RP de despesas com Ensino Básico	-	-

TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS P/ FINS LIMITE CONSTITUCIONAL (XXI)	**5.825.770,55**

TABELA DE CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONTITUCIONAIS	%
MINIMO DE <25% > DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO {[XXI / I] * 100} Caput do artigo 212 da CF/88	41,34
MINIMO 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTERIO ENSINO BÁSICO [(XI / IV) * 100] § 5º do artigo 60 do ADCT	76,92

SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB	Em 31 de Dezembro de 2008	Jan a Dez 2009
	0.00	7.957,50

MUNICÍPIO DE MATUPA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2009/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

LRF-Cidadão - 9.01 - 31/12/09

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2009 (f)	% (f/e)
ENSINO FUNDAMENTAL	6.836.470,00	5.410.033,40	1.048.253,08	5.276.135,52	97,53
ENSINO MÉDIO	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0
ENSINO SUPERIOR	4.000,00	13.787,45	6.267,45	13.787,45	100
EDUCAÇÃO INFANTIL	1.007.400,00	1.175.365,00	164.493,81	1.006.654,40	85,65
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0
EDUCAÇÃO ESPECIAL	17.000,00	27.569,07	9.139,81	26.809,73	97,25
TOTAL DAS DESPESAS	**7.879.870,00**	**6.626.754,92**	**1.228.154,15**	**6.323.387,10**	**95,42**

FONTE:

MUNICÍPIO DE MATUPA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2009/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

LRF-Cidadão - 9.01 - 31/12/09

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Jan a Dez 2009 (b)	SALDO A REALIZAR c = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Jan a Dez 2009		SALDO A EXECUTAR (g) = (d-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	**6.992.512,14**	**5.448.356,63**	**1.390.734,71**	**1.544.155,51**
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	-	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	-	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	**6.992.512,14**	**5.448.356,63**	**1.390.734,71**	**1.544.155,51**
	VIII = (a - d)	IX = (b - (e + f))		X = (c - g)
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	**-6.992.512,14**	**-6.839.091,34**		**-1.544.155,51**

FONTE:

MUNICÍPIO DE MATUPA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTOS DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2009/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

LRF-Cidadão - 9.01 - 31/12/09

LRF, Art. 53 §1º, Inciso II - Anexo XII

EXERCÍCIO	REPASSE CONTRIBUIÇÃO PATRONAL (a)	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (c)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (d) = (a+b) - c	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (e)=("e"exerc.Anterior)+(d)
2008	242.674,08	240.582,73	180.380,43	60.202,30	60.202,30
2009	365.440,95	571.340,94	170.006,27	401.334,67	461.536,97
2010	369.095,36	615.871,07	195.133,85	420.737,22	882.274,19
2011	372.118,53	662.157,72	202.259,75	459.897,97	1.342.172,16
2012	375.839,71	712.001,32	205.316,78	506.684,54	1.848.856,70
2013	377.356,37	761.737,75	219.516,63	542.221,12	2.391.077,82
2014	381.129,93	816.868,56	222.992,11	593.876,45	2.984.954,27
2015	382.126,79	870.874,36	248.814,90	622.059,46	3.607.013,73
2016	385.236,67	930.018,39	257.623,48	672.394,91	4.279.408,64
2017	386.537,21	989.582,15	279.107,52	710.474,63	4.989.883,27
2018	388.714,16	1.052.929,87	293.265,35	759.664,52	5.749.547,79
2019	390.171,19	1.118.123,31	314.589,86	803.533,45	6.553.081,24
2020	387.103,95	1.179.214,36	365.160,19	814.054,17	7.367.135,41
2021	382.914,60	1.238.398,69	434.016,67	804.382,02	8.171.517,43
2022	382.661,18	1.303.280,05	467.531,88	835.748,17	9.007.265,60
2023	368.864,08	1.348.585,95	605.602,13	742.983,82	9.750.249,42
2024	355.447,30	1.386.980,88	759.392,95	627.587,93	10.377.837,35
2025	329.033,64	1.397.386,98	1.008.243,28	389.143,70	10.766.981,05
2026	314.604,44	1.411.030,97	1.161.980,87	249.050,10	11.016.031,15
2027	304.648,37	1.423.175,44	1.269.685,76	153.489,68	11.169.520,83
2028	285.873,48	1.413.504,35	1.470.849,25	-57.344,90	11.112.175,93
2029	260.596,61	1.379.522,26	1.726.216,25	-346.693,99	10.765.481,94
2030	233.638,49	1.324.021,75	1.994.214,12	-670.192,37	10.095.289,57
2031	226.976,80	1.280.534,72	2.090.397,52	-809.862,80	9.285.426,77
2032	214.532,85	1.219.829,42	2.219.284,52	-999.455,10	8.285.971,67
2033	192.064,41	1.129.636,22	2.450.476,63	-1.320.840,41	6.965.131,26
2034	178.641,13	1.033.650,03	2.603.207,46	-1.569.557,43	5.395.573,83
2035	159.686,83	912.967,04	2.802.165,87	-1.889.198,83	3.506.375,00
2036	137.252,62	766.093,72	3.034.075,53	-2.267.981,81	1.238.393,19
2037	128.235,42	620.823,96	3.088.493,10	-2.467.669,14	-1.229.275,95
2038	117.569,67	453.446,24	3.271.899,20	-2.818.452,96	-4.047.728,91
2039	70.289,97	214.953,43	3.595.646,71	-3.380.693,28	-7.428.422,19
2040	58.438,73	58.438,73	3.861.638,82	-3.803.200,09	-11.231.622,28
2041	53.478,00	53.478,00	3.931.243,32	-3.877.765,32	-15.109.387,60
2042	44.359,54	44.359,54	4.032.543,47	-3.988.183,93	-19.097.571,53

MUNICÍPIO DE MATUPA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2009/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

LRF-Cidadão - 9.01 - 31/12/09

LRF, art.53, § 1º, inciso III - Anexo XIV

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITA REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (a - b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	500,00	0,00	500,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	500,00	0,00	500,00
TOTAL	500,00	0,00	500,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESA LIQUIDADAS (d)	SALDO A REALIZAR (c-d)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização/ Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes Próprios de Previdência	594.795,34	82.952,13	511.843,21
TOTAL	594.795,34	82.952,13	511.843,21

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	EXERCÍCIO ANTERIOR (e)	DO EXERCÍCIO (f) = (b - d)	SALDO ATUAL (e + f)
	0,00	-82.952,13	-82.952,13

MUNICÍPIO DE MATUPA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO2009/SEMESTRE JANEIRO A DEZEMBRO.

LRF-Cidadão - 9.01 - 31/12/09

ADCT, art 77 - Anexo XVI

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Jan a Dez 2009 (b)	RECEITAS REALIZADAS % (b/a)
RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)	15.054.700,00	15.185.700,00	14.091.153,51	92,79
Impostos	912.000,00	912.000,00	1.072.589,71	117,61
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	307.700,00	307.700,00	372.017,40	120,90
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	13.835.000,00	13.966.000,00	12.646.546,40	90,55
Da União	6.792.000,00	6.923.000,00	6.252.531,92	90,32
Do Estado	7.043.000,00	7.043.000,00	6.394.014,48	90,79
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS(II)	1.772.000,00	1.773.000,00	2.312.497,34	130,43
Da União para o Município	1.372.000,00	1.372.000,00	1.864.367,98	135,89
Do Estado para o Município	400.000,00	400.000,00	448.129,36	112,03
Demais Municípios para o Município	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	1.000,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE(III)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	11.721.092,33	11.589.092,33	12.406.861,61	107,06
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEF	2.697.200,00	2.697.200,00	2.332.110,79	86,46
TOTAL	25.850.592,33	25.850.592,33	26.478.401,67	102,43

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS Jan a Dez 2009 (d)	DESPESAS LIQUIDADAS % (d/c)
DESPESAS CORRENTES	3.628.130,00	5.594.625,38	5.521.428,78	98,69
Pessoal e Encargos Sociais	2.309.000,00	3.396.792,68	3.360.127,03	98,92
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.319.130,00	2.197.832,70	2.161.301,75	98,34
DESPESAS DE CAPITAL	527.000,00	82.758,50	82.678,35	99,90
Investimentos	527.000,00	82.758,50	82.678,35	99,90
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV)	4.155.130,00	5.677.383,88	5.604.107,13	98,71

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS Jan a Dez 2009 (e)	DESPESAS LIQUIDADAS % (e)/desp. saúde
DESPESAS COM SAÚDE	4.155.130,00	5.677.383,88	5.604.107,13	98,71
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RP INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADA DE RECURSOS PRÓPRIOS[1]	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(V)	4.155.130,00	5.677.383,88	5.604.107,13	100,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS À SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR Inscritos em Exercícios Anteriores	RESTOS A PAGAR Cancelado em 2009(f)
RP DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES EM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <15,00>[2] [(V-VI)/I]	39,77

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS Jan a Dez 2009 (g)	DESPESAS LIQUIDADAS % (g/total g)
Atenção Básica	1.502.000,00	1.894.816,38	1.869.501,18	33,36
Assitência Hospitalar e Ambulatorial	2.198.500,00	3.307.742,10	3.297.110,26	58,83
Suporte Profilático e Terapêutico	73.000,00	104.300,00	92.441,39	1,65
Vigilância Sanitária	72.000,00	69.291,00	56.913,81	1,02
Vigilância Epidemiológica	175.630,00	192.900,02	182.289,46	3,25
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	134.000,00	108.334,38	105.851,03	1,89
TOTAL	4.155.130,00	5.677.383,88	5.604.107,13	100,00

FONTE:

IDENTIFICAÇÃO DA ESFERA DE GOVERNO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS CONTRATADAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO DE REFERÊNCIA

LRF-Cidadão - 9.01 - 31/12/09

Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22 e 28 - Anexo XVII

R$ Milhares

	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	19.493.312,75	19.832.172,58									
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	0,00	0,00									

Prefeitura Municipal de Mirassol D' Oeste

AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CONVITE Nº 02/2010.

Tipo de Licitação: Menor Preço, sob o regime Global. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PRÓPRIOS MUNICIPAIS. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ESCRITAS E INÍCIO DA SESSÃO: **no dia 19.02.2010**, **às 09:00 horas**. LOCAL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA: Assessoria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste. AQUISIÇÃO DO EDITAL e INFORMAÇÕES: Junto à Assessoria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, sito á Rua Antonio Tavares, Nº 3.310, Centro, fone/fax: (0**65) 3241.1914, ramal 212. Osias Felipe Santiago – Presidente da Comissão Permanente de Licitação – Portaria 016/2010. Mirassol D'Oeste/MT, 08 de Fevereiro de 2010.

Dispensa de Licitação nº 07/2010

O município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, comunica que, em despacho proferido no Processo de **Dispensa de Licitação nº 07/2010,** o Senhor APARECIDO DONIZETI DA SILVA, Prefeito Municipal, ratificou a decisão da Comissão de Licitação de considerar dispensável a licitação para proceder à contratação emergencial de um (01) Profissional Médico, para atender o Programa Saúde da Família. **Contratada**: JOANA ANGÉLICA DA SILVA FARIA. **Valor** de R$-87.600,00 (Oitenta e sete mil e seiscentos reais). **Período**: 180 (Cento e oitenta) dias, compreendidos de: 08/02/10 à 07/08/10. **Fundamento**: Lei 8.666/93, Artigo 24, Inciso IV. Mirassol D'Oeste, 08 de Fevereiro de 2010. Aparecido Donizeti da Silva – Prefeito Municipal. Osias Felipe Santiago – Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Prefeitura Municipal de Nobres

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 015/10 – Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa São José Construtora e Serviço Ltda. **Objeto:** execução de obra de pavimentação nas ruas do bairro São José, conforme Tp nº 01/2010. **Valor:** R$ 496.796,09 (quatrocentos e noventa e seis mil, setecentos e noventa e seis reais e nove centavos)**. Data** 02 de fevereiro de 2010. Vigência: 06 meses**.** Assinam – Jose Carlos da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e a Empresa São José Construtora e Serviço Ltda - José Atacir de Noronha - contratado.

CONTRATO Nº 018/10 – Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa V.Furtado & Furtado Ltda. **Objeto:** Aquisição de Combustível, para atender diversas secretarias, conforme Pregão 01-2010. **Valor:** R$ 386.730,00 (trezentos e oitenta e seis mil, setecentos e trinta reais**). Data** 08 de fevereiro de 2010. Vigência: 04 meses**.** Assinam – Jose Carlos da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e a empresa V.Furtado & Furtado Ltda Anderson Luiz Vieira Furtado - contratado.

Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento

Extrato de contratos

DATA DE ASSINATURA: 04/01/2010
Nº DO CONTRATO: 001/2.010
CONTRATADO: José Ribamar Pimentel Vieira.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUN. DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO.
OBJETO: Manutenção de rede de abastecimento de água. Serviços de corte, ligação, religação de água nas residências e ligação de rede de água durante a semana e finais de semana no distrito do Ribeirão dos Cocais, Município de Nossa Senhora do Livramento.
VALOR: R$ 6.120,00.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, com inicio em 04 de janeiro a 31 de Dezembro de 2.010.

DATA DE ASSINATURA: 04/01/2.010.
Nº DO CONTRATO: 002/2010.
CONTRATADO: Waldesleya Medeiros de Queluz.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUN. DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO.
OBJETO: Prestação de Serviço de Técnica de Nível Médio para atender o programa de Atenção Integral a Família - PAIF.
VALOR: R$ 7.200,00
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, com inicio em 04 de janeiro a 31 de Dezembro de 2.010.

ZENILDO PACHECO SAMPAIO
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2010

CHAMADA PÚBLICA DE COMPRA Nº 001/2010, PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT, através da Secretaria de Educação do Município de Nova Bandeirantes/MT, torna público aos interessados, a chamada pública nº 001/2010, para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para a merenda escolar da rede de ensino municipal estadual, em atendimento a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 e Resolução/CD/FNDE nº 038, de 16 de julho de 2009. O recebimento da documentação e do projeto de venda ocorrerá no dia 25 de fevereiro de 2010 às 10:00 horas, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT. Maiores informações pelo fone (66) 3572-1950/1956. Cópia completa do edital disponível no site da Prefeitura WWW.novabandeirantes.mt.cnm.org.br.

Nova Bandeirantes - MT, 08 de fevereiro de 2010.

Regina de Souza Mendonça
Pregoeira

Elenir Carme Ransan Brasil
Secretária de Educação

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 015/2010
TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2010

A Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT, através da Comissão Permanente de Licitações, nomeado pela Portaria nº 001/2010, atendendo as necessidades da Secretaria de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados que realizará Licitação na modalidade, ***TOMADA DE PREÇOS sob n.º 002/2010***, do tipo **menor preço global,** de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, com as devidas alterações e demais normas pertinentes. Visando a Contratação de Empresa especializada para Execução de Obras de **Empreitada Global para a conclusão da Unidade de Saúde PSF I, localizado na Travessa Paranaguá, no município de Nova Bandeirantes-MT**, conforme projetos e planilhas em anexos. Os envelopes contendo as Propostas e documentações deverão ser entregues até as 8:30 (oito horas e trinta minutos) do dia **05 *de março de 2010 (sexta-feira)***, na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62, centro, na cidade de Nova Bandeirantes/MT. A sessão terá inicio às 09:000 horas, na mesma data e local. A cópia do Edital e seus anexos estarão disponíveis,pela internet, no endereço **www.novabandeirantes.mt.cnm.org.br**. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação na Av. Comendador Luiz Meneghel nº 62 ,centro, CEP.78.565-000, Nova Bandeirantes-MT, ou telefone (66)3572-1950, Fax(66)3272.1955,- "e-mail" regina_esc.globo@hotmail.comEste endereço de e-mail está protegido contra spambots. Você deve habilitar o JavaScript para visualizá-lo. , até 03 três úteis antes da abertura.

Nova Bandeirantes - MT, 09 de fevereiro de 2010.

Comissão Permanente de Licitação
Portaria 001/2010

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 013/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2010

A Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT, através da Pregoeira Oficial, nomeado pela Portaria nº 002/2010, torna público para conhecimento dos interessados que realizará Licitação na modalidade, ***PREGÃO PRESENCIAL sob n.º 010/2010***, do tipo **menor preço por lote,** em observância à Lei nº 10.50/2002, ao Decreto nº 3.555/2000, pela Lei Complementar nº 123/06, e pelo Decreto Municipal nº 051/2009, além de subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93, com as devidas alterações e demais normas pertinentes. **Aquisição de gêneros alimentícios destinados a Merenda Escolar e aquisição de embalagens e utensílios de cozinha em atendimento as Escolas Municipais, durante o exercício de 2010*, de acordo com as especificações, e condições gerais estabelecidos no Anexo I-Termo de referencia, deste instrumento convocatório***. Os envelopes contendo as Propostas e documentações deverão ser entregues até as 15:30 horas do dia **24 *de fevereiro de 2010 (Quarta-feira)***, na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62, centro, na cidade de Nova Bandeirantes/MT. A sessão terá inicio às **16:00 horas**, na mesma data e local. A cópia do Edital e seus anexos estarão disponíveis aos interessados no site WWW.novabandeirantes.mt.cnm.org.br, ou pessoalmente no endereço acima. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação na Av. Comendador Luiz Meneghel nº 62 ,centro, CEP.78.565-000, Nova Bandeirantes-MT, ou telefone (66)3572-1950, Fax(66)3272.1955,- "e-mail" regina_esc.globo@hotmail.comEste endereço de e-mail está protegido contra spambots. Você deve habilitar o JavaScript para visualizá-lo. , até 02 dias úteis antes da abertura.

Nova Bandeirantes - MT, 09 de fevereiro de 2010.

Regina de Souza Mendonça
Pregoeira

Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte

E D I T A L Nº 002/2010

O CANAÃ - PREVI Fundo Municipal de Previdência Social de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, cumprindo os dispositivos legais estabelecidos pelo Artigo 37 da C.F, Artigo 209 da Constituição do Estado de Mato Grosso, Artigo 89 e seus parágrafos da Lei Orgânica do Município de Nova Canaã do Norte/MT, e na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000); **COMUNICA** que as **CONTAS/BALANÇO GERAL** do CANAÃ - PREVI, referente ao **EXERCÍCIO DE 2009**, estarão à disposição à partir do dia 15/02/2010, para exame e apreciação dos interessados, na Sede do CANAÃ - PREVI, nos termos da legislação vigente.

Nova Canaã do Norte/MT., em 08 de Fevereiro (02) de 2010.

IZARU BELARMINO LEITE
Diretor Executivo

Prefeitura Municipal de Nova Lacerda

Aviso de Licitação
Tomada de Preço 002/2010/ Saúde.

A Prefeitura de Nova Lacerda- MT, torna público que fará realizar Tomada de Preço- Objeto é a aquisição de passagens rodoviária para transporte de passageiros (pessoas carente em tratamento de saúde e funcionários do Fundo Municipal de Saúde), no âmbito Estadual. Data de abertura dos envelopes : 24/02/2010, às 13:30hs, no prédio da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda- sala de licitações, sito à Rua 16 de julho, 815- Centro- Nova Lacerda- MT.

Os interessados em adquirir o edital completo e maiores informações (65) 3259-4045 das 13:00 ás 17:00hs.

Nova Lacerda- MT 09 de fevereiro de 2010.

Alex Rômulo Faustino de Oliveira- Presidente da CPL.

Aviso de Licitação
Tomada de Preço 003/2010/ Saúde.

A Prefeitura de Nova Lacerda- MT, torna público que fará realizar Tomada de Preço- Objeto é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE,** Data de abertura dos envelopes : 24/02/2010, às 15:30hs, no prédio da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda- sala de licitações, sito à Rua 16 de julho, 815- Centro- Nova Lacerda- MT.

Os interessados em adquirir o edital completo e maiores informações (65) 3259-4045 das 13:00 ás 17:00hs.

Nova Lacerda- MT 09 de fevereiro de 2010.

Alex Rômulo Faustino de Oliveira- Presidente da CPL.

Aviso de Licitação
Tomada de Preço 004/2010/ Saúde.

A Prefeitura de Nova Lacerda- MT, torna público que fará realizar Tomada de Preço- Objeto é a **AQUISIÇÃO DE APARELHO ANALISADOR HEMATOLOGICO, 30 TESTE HORAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE,** Data de abertura

dos envelopes : 25/02/2010, às 09:30hs, no prédio da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda- sala de licitações, sito à Rua 16 de julho, 815- Centro- Nova Lacerda- MT.

Os interessados em adquirir o edital completo e maiores informações (65) 3259-4045 das 13:00 ás 17:00hs.

Nova Lacerda- MT 09 de fevereiro de 2010.

Alex Rômulo Faustino de Oliveira- Presidente da CPL.

Aviso de Licitação

Tomada de Preço 005/2010/ Saúde.

A Prefeitura de Nova Lacerda- MT, torna público que fará realizar Tomada de Preço- Objeto é a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**,** Data de abertura dos envelopes : 25/02/2010, às 09:30hs, no prédio da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda- sala de licitações, sito à Rua 16 de julho, 815- Centro- Nova Lacerda- MT.

Os interessados em adquirir o edital completo e maiores informações (65) 3259-4045 das 13:00 ás 17:00hs.

Nova Lacerda- MT 09 de fevereiro de 2010.

Alex Rômulo Faustino de Oliveira-
Presidente da CPL.

Prefeitura Municipal de Nova Maringá

PORTARIA Nº. 09/2010
NOMEIA SERVIDOR"

OSCAR JOSE DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, o Srª. SILMARA APARECIDA CORREIA, portadora da Cédula de Identidade nº. 10770453 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 799.622.701.20, para exercer o cargo em comissão de COORDENADORA PEDAGOGICA, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Esporte.

Art. 2º - O salário a que terá direito o nomeado será o constante no Plano de Cargos e Salários em vigor nesta data.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Maringá – MT, 08 de fevereiro de 2010.

P.R.C

OSCAR JOSE DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º 012/2010

PARTES INTERESSADAS: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT E A EMPRESA**: DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.**
OBJETO: FORNECIMENTO DE VEÍCULOS NOVOS, ZERO QUILÔMETRO, ANO 2010, MODELO 2010 PARA SER UTILIZADO NAS SECRETARIAS DE: ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, SAÚDE, DESENVOLVIMENTO RURAL E PLANEJAMENTO, DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT.
CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO:
03.03001.04.122.0030.1301.4.4.90.52.00.00-999 – Secretaria Municipal de Administração – Equipamentos e Material Permanente
05.05002.12.361.0005.1501.4.4.90.52.00.00-101 – Secretaria Municipal de Educação – Esporte e Lazer Material Permanente
06.06002.10.301.0011.1606.4.4.90.52.00.00-201 – Secretaria Municipal de Saúde Equipamentos e Material Permanente
09.09002.20.601.0025.1908.4.4.90.52.00.00-999 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural - Equipamentos e Material Permanente
12.12003.18.541.0014.1220.4.4.90.52.00.00-999 – Secretaria Municipal de Planejamento - Equipamentos e Material Permanente

VALOR: R$ **274.600,00(duzentos e setenta quatro mil seiscentos reais)**

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N.º 011/2010.

DATA: 01/02/2010

FRANCISCO SOARES DE MEDEIROS
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena

PORTARIA 024/2010

O EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. DORIVAL LORCA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear para exercer o Cargo de Diretora da Escola Municipal Branca de Neve, a Senhora. **RONIZE APARECIDA CHIODI FORLIN,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 5714347-9 SSP/PR e do CPF nº. 571.249.811-15.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 01 de fevereiro de 2010.

DORIVAL LORCA
- Prefeito Municipal -

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE.
Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 01/02/2010 à 01/03/2010.

PORTARIA 025/2010

O EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. DORIVAL LORCA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando, o requerimento do Servidor **ADEMIR DIAS DA SILVA**, protocolado em 01 de fevereiro de 2010, e

Considerando, o que dispõe o § 1º do art. 106 da Lei nº 061/2002, Lei Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Santa Helena/MT,

RESOLVE:

Artigo 1º - Interromper, a pedido, a Licença para Tratar de Interesses Particulares, de 02 (dois) anos, do Servidor Público Municipal **ADEMIR DIAS DA SILVA,** Operador de Máquinas, devendo retornar ao serviço.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 05 de fevereiro de 2010.

DORIVAL LORCA
- Prefeito Municipal -

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE.
Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 05/02/2010 à 05/03/2010.

PORTARIA 026/2010

Dispõe sobre a Concessão de Licença Prêmio aos profissionais da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos que menciona.

O Exmo. Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, Sr. Dorival Lorca, no uso de suas atribuições legais, e considerando o que dispõe o *artigo 101 e seus parágrafos da Lei 061 de 25 de fevereiro de 2.002.*
RESOLVE:

Artigo 1º - **CONCEDER** Licença Prêmio de 45 (quarenta e cinco) dias, ao profissional da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, abaixo relacionado, a partir desta data.

I – Para ser gozada no período de 01/02/2.010 até 17/03/2.010

01 – Ademir Dias da Silva – Operador de Máquinas
Período de aquisição 10/02/04 à 10/02/09

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 05 de fevereiro de 2010.

DORIVAL LORCA
- Prefeito Municipal -

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE.
Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 05/02/2010 à 05/03/2010.

PORTARIA 027/2010

O EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. DORIVAL LORCA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - cumprindo os dispositivos legais estabelecidos pelo art. 37 da Constituição Federal e nos termos do Artigo 209 da Constituição Estadual, ficam a partir do dia 15 de fevereiro de 2010 a disposição de toda Comunidade para análise, as contas da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, relativo ao Exercício de 2.009.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 08 de fevereiro de 2010.

DORIVAL LORCA
- Prefeito Municipal -

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE.
Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 08/02/2010 à 08/03/2009.

Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã

AVISO 002/2010
CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2009

A Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã, através do Prefeito Municipal Sr. Osmar Rossetto e a Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 12.5 do Edital nº. 001/2009, e Edital de Convocação de Posse nº. 002/2009, torna público:

Ficam, **ELIMINADOS**, do concurso público municipal de Nova Ubiratã, os seguintes candidatos:

NOME	CPF	CARGO CONCORRIDO	COLOCAÇAO
SOLANGE LEMOS DA ROSA	965.834.281-72	AGENTE DE CONTROLE ADMINISTRATIVO	4º. LUGAR
TANIA MARA BETT FUGA	005.235.541-17	AGENTE DE SAUDE AMBIENTAL	5º. LUGAR
BEATRIZ RECHMANN	016.852.691-33	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	4º LUGAR
KAROLINE CORREIA MACEDO	731.945.061-53	ENFERMEIRA	3º LUGAR
ANNE NASCIMENTO RIBEIRO	695.067.011-72	ODONTÓLOGA-40HS	2º LUGAR
ELIS BATISTONE	046.026.359-54	PROFESSOR HISTORIA-20HS	1º LUGAR
ADRIA GARCIA DE SOUZA		PROFESSOR PEDAGOGO-20HS	1º LUGAR
JANAINA SOARES BRANDAO NOVA	015.145.021-86	TÉCNICA EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1º LUGAR
ARIANY CAETANO ANDRADE	018.408.071-13	VIGIA	1º LUGAR

Os concursados, convocados em 09 de Dezembro de 2009 conforme Edital de Convocação de Posse nº. 001/2009, publicado por afixação no Local Oficial de Publicação do Município **– (Mural da Prefeitura) e no site** www.novaubirata.mt.gov.br, foram eliminados do Certame, perdendo automaticamente o direito à efetivação por não comparecer ao Departamento de Administração de Pessoal no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a partir da data de publicação da convocação, conforme previsto no Edital de Convocação de Posse nº. 002/2009.

Nova Ubiratã, 04 de Fevereiro de 2010.

OSMAR ROSSETTO
Prefeito Municipal

DARCI JOSE HANTT
Secretário Municipal de Administração
Portaria nº. 003/2009

Certifico que este Decreto foi registrado e publicado por afixação no mural da Prefeitura Municipal na data de 04/02/2010.

DARCI JOSÉ HANTT
Secretário Municipal Administração
Port. nº 003/2009

Prefeitura Municipal de Nova Xavantina

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA

ANEXO 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO

EXERCÍCIO DE 2009

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas TCE-MT

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Títulos	R$	R$	R$
RECEITA			48.625.901,09
RECEITAS CORRENTES		24.888.087,92	
RECEITA TRIBUTARIA	3.269.896,31		
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	565.388,02		
RECEITA PATRIMONIAL	602.925,86		
RECEITA DE SERVICOS	81.557,11		
TRANSFERENCIAS CORRENTES	19.940.600,77		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	427.719,85		
RECEITAS DE CAPITAL		25.617.817,82	
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	25.601.175,60		
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS		621.330,44	
(-) DEDUCOES DA RECEITA		-2.501.335,09	
INTERFERENCIAS ATIVAS			1.200.000,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		1.200.000,00	
REPASSES ATIVOS	1.200.000,00		
Total da Receita Orçamentária			**49.825.901,09**

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Títulos	R$	R$	R$
DESPESA			43.416.728,97
DESPESAS CORRENTES		19.835.144,73	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.425.458,90		
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	8.945,62		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.400.740,21		
INVESTIMENTOS	23.004.357,88		
AMORTIZACAO DE DIVIDA	577.226,36		
INTERFERENCIAS PASSIVAS			1.249.500,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		1.249.500,00	
REPASSES PASSIVOS	1.249.500,00		
Total da Despesa Orçamentária			**44.666.228,97**

EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Títulos	R$	R$	R$
CREDITOS A RECEBER			
CONSIGNACOES			1.929.096,99
DE TERCEIROS		1.762.781,38	
PREVIDENCIA MUNICIPAL	549.130,40		
EDUCACAO (CAMARA MUNICIPAL DE NOVA XAVANT	11.338,80		
FUNDEB 60%	140.756,57		
DEMAIS SEGURADOS	397.035,03		
INSS	219.311,96		
EDUCACAO	473,36		
EDUCACAO (CAMARA MUNICIPAL DE NOVA XAVANT	50.595,12		
SAUDE	5.669,92		
FUNDEB 60%	31.155,59		
DEMAIS SEGURADOS	131.417,97		
PENSAO ALIMENTICIA	27.269,95		
OUTROS CONSIGNATARIOS	967.069,07		
DO TESOURO MUNICIPAL		166.015,61	
IRRF DE SERVIDORES	42.671,90		
ISS	600,00		
OUTROS CONSIGNATARIOS MUNICIPAIS	122.743,71		
DO TESOURO FEDERAL E ESTADUAL		300,00	
IRRF (EMPRESAS)	300,00		
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS			
DEBITO DE TESOURARIA			
OBRIGACOES CONSTITUIDAS POR EXECUCAO ORCAMENTARIA			159.520,72
DESPESA LIQUIDADA A PAGAR		159.520,72	
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	145.190,94		
FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS	14.329,78		
CREDORES, ENTIDADES E AGENTES			
OBRIGACOES DE EXERCICIOS ANTERIORES			
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO			
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES			921.305,66
CANCELAMENTOS DE OBRIGACOES DE EXERCICIOS ANT		921.305,66	
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	921.305,66		
Total da Receita Extra-Orçamentária			**3.009.923,37**

EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Títulos	R$	R$	R$
CREDITOS A RECEBER			
CONSIGNACOES			2.011.553,07
DE TERCEIROS		1.846.204,20	
PREVIDENCIA MUNICIPAL	590.259,42		
EDUCACAO (CAMARA MUNICIPAL DE NOVA XAVANT	11.338,80		
FUNDEB 60%	152.106,34		
DEMAIS SEGURADOS	426.814,28		
INSS	184.739,44		
EDUCACAO (CAMARA MUNICIPAL DE NOVA XAVANT	50.595,12		
FUNDEB 60%	23.500,58		
DEMAIS SEGURADOS	110.643,74		
PENSAO ALIMENTICIA	27.269,95		
OUTROS CONSIGNATARIOS	1.043.935,39		
DO TESOURO MUNICIPAL		165.048,87	
IRRF DE SERVIDORES	42.671,90		
ISS	600,00		
OUTROS CONSIGNATARIOS MUNICIPAIS	121.776,97		
DO TESOURO FEDERAL E ESTADUAL		300,00	
IRRF (EMPRESAS)	300,00		
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS			
DEBITO DE TESOURARIA			
CREDORES, ENTIDADES E AGENTES			
OBRIGACOES DE EXERCICIOS ANTERIORES			4.817.617,22
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DOS ULTIMOS 5 ANOS		190.939,94	
DO EXERCICIO ANTERIOR	190.939,94		
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS		4.626.677,28	
A LIQUIDAR	781.864,35		
LIQUIDADOS	3.844.812,93		
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO			
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES			
Total da Despesa Extra-Orçamentária			**6.829.170,29**

SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR

Títulos	R$	R$	R$
CAIXA			
BANCOS CONTA MOVIMENTO			23.420,82
BANCOS CONTA REGIME PROPRIO DA PREVIDENCIA SOCIAL			3.406.945,66
BANCOS CONTA VINCULADA			5.541.908,83
APLICACOES FINANCEIRAS			232.405,88
Total do Saldo do Exercício Anterior			**9.204.681,19**

SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE

Títulos	R$	R$	R$
CAIXA			
BANCOS CONTA MOVIMENTO			309.430,32
BANCOS CONTA REGIME PROPRIO DA PREVIDENCIA SOCIAL			4.495.528,17
BANCOS CONTA VINCULADA			5.490.534,93
APLICACOES FINANCEIRAS			248.646,23
Total do Saldo para o Exercício Seguinte			**10.544.139,65**

TOTAL DA RECEITA			62.040.505,65	**TOTAL DA DESPESA**			62.039.538,91

Gercino Caetano Rosa
Prefeito Municipal

Marcio Garcia da Silva
CRC MT-009434/O-4

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA

ANEXO 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO

EXERCÍCIO DE 2009

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) em R$ - P. Contas TCE-MT

RECEITA

Títulos	Previsão	Execução	Diferença
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	25.724.934,61	48.625.901,09	22.900.966,48
RECEITAS CORRENTES	25.765.431,96	24.888.087,92	-877.344,04
RECEITAS TRIBUTARIA	2.512.000,00	3.269.896,31	757.896,31
RECEITA DE CONTRIBUICOES	788.000,00	565.388,02	-222.611,98
RECEITA PATRIMONIAL	464.000,00	602.925,86	138.925,86
RECEITAS DE SERVICOS	387.174,24	81.557,11	-305.617,13
TRANSFERENCIAS CORRENTES	21.158.257,72	19.940.600,77	-1.217.656,95
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	456.000,00	427.719,85	-28.280,15
RECEITAS DE CAPITAL	1.601.037,89	25.617.817,82	24.016.779,93
OPERACOES DE CREDITO			
ALIENACAO DE BENS	100.000,00		-100.000,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	168.139,56	16.642,22	-151.497,34
TRANSFERENCIA DE CAPITAL	1.332.898,33	25.601.175,60	24.268.277,27
RECEITA PATRIMONIAL (INTRA-ORCAMENTARIA)	93.729,66	621.330,44	527.600,78
RECEITA DE CONTRIBUICOES	93.729,66	621.330,44	527.600,78
(-) DEDUCAO DE RECEITAS PARA FORMACAO	-1.735.264,90	-2.501.335,09	-766.070,19
(-) DEDUCAO DE RECEITAS PARA FORMACAO DO FU	-1.735.264,90	-2.501.335,09	-766.070,19
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	1.200.000,00	1.200.000,00	
TRANSF. DUODECIMO	1.200.000,00	1.200.000,00	
Subtotal	26.924.934,61	49.825.901,09	22.900.966,48
DÉFICIT TOTAL	27.713.083,72		-27.713.083,72
TOTAL	54.638.018,33	49.825.901,09	-4.812.117,24

DESPESA

Títulos	Fixação	Execução	Diferença
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	53.644.418,33	43.416.728,97	-10.227.689,36
CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	26.611.479,61	20.838.409,94	-5.773.069,67
DESPESAS CORRENTES	25.820.571,40	19.687.024,56	-6.133.546,84
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.384.228,92	11.425.458,90	-2.958.770,02
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	19.200,32	8.945,62	-10.254,70
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.417.142,16	8.252.620,04	-3.164.522,12
DESPESAS DE CAPITAL	790.908,21	1.151.385,38	360.477,17
INVESTIMENTOS	9.600,61	574.159,02	564.558,41
INVERSAO FINANCEIRA	100.000,00		-100.000,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	681.307,60	577.226,36	-104.081,24
CRÉDITOS ESPECIAIS	27.032.938,72	22.578.319,03	-4.454.619,69
DESPESAS CORRENTES	153.455,00	148.120,17	-5.334,83
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.000,00		-3.000,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA			
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	150.455,00	148.120,17	-2.334,83
DESPESAS DE CAPITAL	26.879.483,72	22.430.198,86	-4.449.284,86
INVESTIMENTOS	26.879.483,72	22.430.198,86	-4.449.284,86
INVERSAO FINANCEIRA			
AMORTIZACAO DA DIVIDA			
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			
DESPESAS CORRENTES			
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA			
OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
DESPESAS DE CAPITAL			
INVESTIMENTOS			
INVERSAO FINANCEIRA			
AMORTIZACAO DA DIVIDA			
INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	993.600,00	1.249.500,00	255.900,00
TRANSFERENCIAS A CAMARA DE VEREADORES	720.000,00	1.200.000,00	480.000,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA A PREVINX - ENT	273.600,00		-273.600,00
DEVOLUCAO DUODECIMO		49.500,00	49.500,00
Subtotal	54.638.018,33	44.666.228,97	-9.971.789,36
SUPERÁVIT TOTAL		5.159.672,12	5.159.672,12
TOTAL	54.638.018,33	49.825.901,09	-4.812.117,24

Gercino Caetano Rosa
Prefeito Municipal

Marcio Garcia da Silva
CRC MT-009434/O-4

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA

ANEXO 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

EXERCÍCIO DE 2009

(art. 105 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas TCE-MT

ATIVO

ATIVO FINANCEIRO

Títulos	R$	R$	R$
DISPONIVEL			10.544.139,65
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL		10.544.139,65	
DISPONIVEL EM BANCOS	10.295.493,42		
APLICACOES FINANCEIRAS	248.646,23		
CREDITOS EM CIRCULACAO			
INVESTIMENTOS DOS REGIMES PROPRIOS DE PREVIDENCIA			
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO			
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO			**10.544.139,65**

ATIVO PERMANENTE

Títulos	R$	R$	R$
CIRCULANTE			
REALIZAVEL A LONGO PRAZO			2.787.521,61
CREDITOS EM CIRCULACAO		2.787.521,61	
CREDITOS TRIBUTARIOS	2.780.625,91		
CREDITOS NAO TRIBUTARIOS	6.895,70		
PERMANENTE			4.609.892,61
IMOBILIZADO		4.609.892,61	
BENS MOVEIS E IMOVEIS	4.609.892,61		
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE			**7.397.414,22**
ATIVO REAL (FINANCEIRO + PERMANENTE)			**17.941.553,87**

SALDO PATRIMONIAL

Títulos	R$	R$	R$

ATIVO COMPENSADO

Títulos	R$	R$	R$
SISTEMA DE COMPENSACAO			1.664.623,54
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADAS		9.105,26	
DE DESPESAS	9.105,26		
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS		1.655.518,28	
DE RECEITAS	84.834,78		
DE DESPESAS	1.570.683,50		
TOTAL DO ATIVO COMPENSADO			**1.664.623,54**
TOTAL DO ATIVO			**19.606.177,41**

PASSIVO

PASSIVO FINANCEIRO

Títulos	R$	R$	R$
DEPOSITOS			64.586,84
CONSIGNACOES		64.586,84	
DE TERCEIROS	63.620,10		
DO TESOURO MUNICIPAL	966,74		
DEBITO DE TESOURARIA			
OBRIGACOES EM CIRCULACAO			704.874,08
OBRIGACOES CONSTITUIDAS POR EXECUCAO ORCAMENT		159.520,72	
DESPESA LIQUIDADA A PAGAR	159.520,72		
OBRIGACOES DE EXERCICIOS ANTERIORES		545.353,36	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DOS ULTIMOS 5	139.441,31		
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	405.912,05		
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO			
TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO			**769.460,92**

PASSIVO PERMANENTE

Títulos	R$	R$	R$
OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS			6.567.284,80
OBRIGACOES PARCELADAS		6.567.284,80	
OUTROS PARCELAMENTOS	6.567.284,80		
PROVISOES			
DIVIDA FUNDADA			
TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE			**6.567.284,80**
TOTAL DO PASSIVO REAL (FINANCEIRO + PERMANENTE)			**7.336.745,72**

SALDO PATRIMONIAL

Títulos	R$	R$	R$
CAPITAL REALIZADO			
RESERVAS			
ATIVO REAL LIQUIDO			10.604.808,15

PASSIVO COMPENSADO

Títulos	R$	R$	R$
SISTEMA DE COMPENSACAO			1.664.623,54
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADAS		9.105,26	
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS		1.655.518,28	

Gercino Caetano Rosa
Prefeito Municipal

Marcio Garcia da Silva
CRC MT-009434/O-4

Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio

AVISO DE TOMADA DE PREÇO nº. 03/2010

O Município de Novo Santo Antonio, Estado de Mato Grosso, torna público aos interessados, que fará realizar Procedimento Licitatório na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, de conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 demais regulamentos pertinentes e suas alterações posteriores, á Realizar no dia **23 de fevereiro de 2.010**, às **8h00min** no Endereço, Rua 29 de Setembro s/nº, centro, Novo Santo Antonio-MT; a Reunião de Recebimento e Abertura das Documentações e Propostas, Conforme Especificado no **Processo de Licitação Nº. 12/ 2010 na Modalidade Tomada de Preço TP. 03/2010**, **Tipo Menor Preço** com a finalidade de receber propostas pertinentes a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, MATERIAIS ELETRICOS E FERRAMENTAS EM GERAL, Os interessados poderão retirar o Edital completo na sede da Prefeitura Municipal, à Rua 29 de Setembro s/nº, centro, Município de Novo Santo Antonio – MT, das 13:30 as 17:00 horas (horário de Cuiabá). Pelo fone 66-3548-1081.

Novo Santo Antonio-MT, 08 de Fevereiro de 2.010.

ANTONIO FERREIRA BRITO
Presidente Comissão Permanente Licitação

Prefeitura Municipal de Paranaíta

EDITAL DE COMUNICAÇÃO.

O PREVPAR – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Paranaíta – MT, cumprindo os dispositivos legais estabelecidos pelo art. 37 da Constituição Federal, art.209 da Constituição Estadual e art.89 e seus parágrafos da Lei Orgânica Municipal, **COMUNICA** que a partir do dia 15/02/2010, as **CONTAS/BALANÇO GERAL** do PREVPAR referente ao exercício financeiro de 2009, estão a disposição para exame e apreciação dos interessados, na sede do O PREVPAR – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Paranaíta – MT, nos termos da Legislação pertinente vigente.

Paranaíta, 09 de Fevereiro de 2010.

TÂNIA MARIA ZANETTE
Diretora Executiva

Prefeitura Municipal de Paranatinga

AVISO DE RESULTADO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2010

A Prefeitura Municipal de Paranatinga, através de sua pregoeira nomeada pela Portaria 27/2010, torna público aos interessados, o resultado do Pregão Presencial nº 007/2010, regido pela Lei 10.520/ 2002 e pelo Decreto Municipal nº 481/2009, subsidiada pela Lei 8.666/ 93. Objeto: objeto deste certame é Aquisição de Materiais didáticos e de expediente para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e demais Secretarias. Foram vencedoras as Empresas: **Capital Comércio de Móveis e Informática Ltda - EPP** com valor de R$ 34.488,01 (Trinta e quatro mil, oitenta e oito reais e um centavo); **Ivonir Alves Dias - ME**, com valor de R$ 40.360,00 (Quarenta mil, trezentos e sessenta reais), **Millenium Papelaria e Mat. de Informática Ltda - ME** com valor de R$ 48.082,11 (Quarenta e oito mil, oitenta e dois e onze centavos), **Papelaria Pantanal Ltda** com valor de R$ 61.109,33 (Sessenta e um mil, cento e nove reais e trinta e três centavos) totalizando R$ 184.038,45 (Cento e oitenta e quatro mil, trinta e oito reais e quarenta e cinco centavos).

Paranatinga, MT, 08 de fevereiro de 2010.

Azélide Aparecida Borille Garcia
Pregoeira

PORTARIA Nº 145 DE 14 DE ABRIL DE 2009.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, SR. VILSON PIRES, no uso e gozo das suas atribuições legais e,

RESOLVE:

I – Fazer a progressão horizontal da servidora Cléa Terezinha Galvan, para Referência 06;

II – Promover de Classe o Professor Durval Alacuiawa da Classe "A" para a Classe "B";

III – Promover de Classe a Professora Sinara Silva de Quadros Correa da Classe "B" para a Classe "C";

IV – Promover de Classe a Professora Vera Lúcia Alves da Silva da Classe "A" para a Classe "B";

V – Designar Maria José Pereira Silva para exercer a função de Diretora da Escola Municipal de Euzébio de Queiroz;

VI – Designar Asteria Terezia Flach para exercer a função de Coordenadora da Escola Municipal de Euzébio de Queiroz;

VII – Promover de Classe a Servidora Viviane Fassícolo Durão da Classe "A" para a Classe "C";

VIII – Promover de Classe a Servidora Cléa Terezinha Galvan da Classe "A" para a Classe "C";

IX – Promover de Classe o Servidor Edson Paulo dos Santos da Classe "A" para a Classe "C";

X – Promover de Classe o Servidor Rogério Divino dos Reis Silva da Classe "A" para a Classe "B";

XI – Transferir a servidora Maria Barbosa da Silva para Secretaria de Saúde – Centro de Saúde e PSF;

XII – Transferir a servidora Maria Cristina da Silva para Secretaria de Saúde – Centro de Saúde e PSF;

XIII – Transferir a servidora Arlene de Souza Pinto para Secretaria de Assistência Social – Fundo Municipal de Assistência Social;

XIV – Transferir a servidora Graciela Azevedo de Oliveira para Secretaria de Assistência Social – Fundo Municipal de Assistência Social;

XV – Passar a servidora Andressa Ueharo Carvalho para exercer 36 horas semanais;

XVI – Passar a servidora Maria Adélia da Silva Bernardo para exercer 26 horas semanais;

XVII – Fazer o reenquadramento de cargos dos servidores abaixo relacionados, em conformidade com a Lei n° 533 de 16 de dezembro de 2008:

Do cargo de Agente de Serviços Gerais para Apoio Administrativo Educacional I:

Eliane Odorizze da Rocha;
Iraci Uluko Xerente;
Zilda Pereira da Silva.

Do cargo de Merendeira Escolar para Apoio Administrativo Educacional I:

Adelina Tsinotseeupana;
Ivanilde Silva Paiva;
Juleide Terezinha Tormes da Silva;
Luzenir Cardoso da Silva Craveiro;
Maria Selma Penhitsi o;
Marlene Borges Oliveira da Silva;
Marlene Kaiore;
Neide Gomes Felipe Silva;
Rosana Rootede Atairo.

Do cargo de Vigia para Apoio Administrativo Educacional I:

Antônio Ribeiro Vargas;
Claudir Epping;
Edson Pereira Martins;
Frederico Peixoto de Brito;
João Batista do Nascimento;
José Brilhante da Silva;
Juliete Alves Amorim.

XVIII – Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 1° de abril de 2009.

XIX – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 14 de abril de 2009.

VILSON PIRES
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 157 DE 04 DE MAIO DE 2009.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, SR. VILSON PIRES, no uso e gozo das suas atribuições legais e,

RESOLVE:

I – Transferir o servidor Raimundo Eudes Moreira Lima para a Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Regularização Fundiária;

II – Transferir a servidora Jusselina Sampaio de Souza para a Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Regularização Fundiária;

III – Transferir a servidora Yeda Sueli Jorge da Silva para a Secretaria de Administração;

IV – Transferir o servidor Claudeir Montes de Novais para a Secretaria de Educação;

V – Fazer o reenquadramento do servidor Claudeir Montes de Novais para o cargo de Técnico Administrativo Educacional I, conforme Lei n° 533/2008 de 16 de dezembro de 2008;

VI – Transferir a servidora Azélide Aparecida Borille Garcia para a Secretaria de Administração;

VII – Promover a servidora Adenilda Noronha Faria para o cargo de Agente de Inspeção Sanitária II;

VIII – Promover a servidora Camila Daniela de Faria para o cargo de Agente de Inspeção Sanitária III;

IX – Promover a servidora Eunice Miranda Cerqueira para o cargo de Agente de Inspeção Sanitária III;

X – Promover o servidor Hideogleisio Moreira Marques para o cargo de Agente de Inspeção Sanitária III;

XI – Promover o servidor Jollivan Pereira de Moraes para o cargo de Agente de Inspeção Sanitária III;

XII – Promover a servidora Liane Maria Gomes Bezerra da Silva para o cargo de Agente de Inspeção Sanitária II;

XIII – Promover a servidora Maria Aparecida dos Santos para o cargo de Agente de Inspeção Sanitária III;

XIV – Fazer a readequação do enquadramento de cargo dos servidores abaixo relacionados, em conformidade com o Art. 7°, II "a" da Lei n° 533/2008 de 16 de dezembro de 2008:

Apoio Administrativo Educional I – Nutrição Escolar:

Adelina Tsinotseeupana;
Carla Silvia de Novaes Azevedo;

Helga Maria Braun Thomaz;
Ivanilde Silva Paiva;
Janeth Pereira Moura;
Juleide Terezinha Tormes da Silva;
Lucineide Alves Barbosa;
Luzenir Cardoso da Silva Craveiro;
Maria José Pereira Venâncio;
Maria Selma Penhitsi o;
Maria Souza dos Santos;
Marinalva dos Santos;
Marlene Borges Oliveira da Silva;
Marlene Kaiore;
Neide Gomes Felipe Silva;
Rosana Rootede Atairo;
Rosangela Ferreira de Araújo;
Zulmira Pinto Barcelos.

XV – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

XVI – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 04 de maio de 2009.

VILSON PIRES
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 181/2009 DE 20 DE MAIO DE 2009.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **SR. VILSON PIRES,** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor:

RESOLVE:

1 – Nomear a **Srª. ANDREIA CRISTINA DOS SANTOS**, portadora do RG n° 1872175-3 SSP/MT e do CPF n° 026.216.701.80, para responder pelo cargo de **Conselheira Tutelar**.

2 – Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 09 de abril de 2009, revogadas as disposições em contrário.

3 – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 20 de maio de 2009.

VILSON PIRES
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 193 DE 15 DE JUNHO DE 2009.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, SR. VILSON PIRES, no uso e gozo das suas atribuições legais e,

RESOLVE:

I – Transferir o servidor Divino Donizeth Vieira para a Secretaria Municipal de Saúde - PSF;

II – Transferir o Servidor Erotides Silva para a Secretaria Municipal de Educação;

III – Transferir a servidora Carolina Rondon Correa da Costa para a Secretaria de Municipal de Indústria, Comércio e Turismo;

IV – Transferir a servidora Azélide Aparecida Borille Garcia para a Secretaria Municipal de Administração;

V – Promover a servidora Cleonice Gonçalves do Amaral para o cargo de Agente de Inspeção Sanitária III;

VI – Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 1° de Junho de 2009, revogadas as disposições em contrário.

VII – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 15 de junho de 2009.

VILSON PIRES
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 223 DE 20 DE AGOSTO DE 2009.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, SR. VILSON PIRES, no uso e gozo das suas atribuições legais e,

RESOLVE:

I – Transferir o servidor Luverlan Pereira Netto para a Secretaria Municipal de Administração;

II – Passar a servidora Carminha Ferreira dos Santos para exercer 40 horas semanais;

III – Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 1° de Agosto de 2009, revogadas as disposições em contrário.

IV – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 20 de agosto de 2009.

VILSON PIRES
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 234 DE 02 DE SETEMBRO DE 2009.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, SR. VILSON PIRES, no uso e gozo das suas atribuições legais e,

RESOLVE:

I – Transferir a servidora Sueli Gonçalves Pereira para Secretaria Municipal de Assistência Social;

II – Passar o servidor Avelino Tserewade para exercer 40 horas semanais;

III – Transferir a servidora Luciana Laurinda Paulo para Secretaria Municipal de Educação;

IV – Transferir a servidora Jane Lucia Alves de Lima para Secretaria Municipal de Saúde;

V – Transferir a servidora Ilda Canabarra Bastos para Secretaria Municipal de Saúde;

VI – Transferir o servidor José Carlos David da Silva para Secretaria Municipal de Saúde;

VII – Transferir a servidora Cleusa Maria José Nunes para Secretaria Municipal de Assistência Social;

VIII – Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 1° de Setembro de 2009, revogadas as disposições em contrário.

IX – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 02 de setembro de 2009.

VILSON PIRES
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 255 DE 21 DE OUTUBRO DE 2009.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, SR. VILSON PIRES, no uso e gozo das suas atribuições legais e,

RESOLVE:

I – Passar o servidor Avelino Tserewade para exercer 20 horas semanais;

II – Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 1° de Outubro de 2009, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 21 de outubro de 2009.

VILSON PIRES
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Peixoto

CONTRATO Nº 035/2006

9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO COMO CONTRATANTE, O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, E DO OUTRO, COMO CONTRATADA, A EMPRESA EBC – EMPRESA BRASILEIRA DE CONSTRUÇÕES LTDA.

O MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, pessoa jurídica de direito público interno, com a sede a Rua Ministro César Cals, nº 226 - Centro, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.238.631/0001-31, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, legalmente representado por seu prefeito Municipal o Sr.**SINVALDO SANTOS BRITO**, Brasileiro,casado, médico,portador da cédula de identidade **RG 865.252-SSP/BA e CPF 090.597.765-34**, residente e domiciliada na Rua Portal do Amazonas, nº 125, Bairro Centro, nesta Cidade de Peixoto de Azevedo - MT e do outro lado, a **EBC – EMPRESA BRASILEIRA DE CONSTRUÇÔES LTDA**, CNPJ nº 05.483.882/0001-07, estabelecida na Rua Barão de Melgaço, 2.350 – Sala 103 – Edifício Barão Center – Bairro Porto – Cuiabá-MT, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu diretor, o Sr. **JOSÉ IRINEU FIACADORI**, brasileiro, engenheiro civil, portador da cédula de identidade nº 769.400-SSP/MT e do CPF nº 747.024.248-15 e inscrito no CREA 15.309/D-MG, residente e domiciliado na Rua Barão de Melgaço, nº 2.350 – Sala 103 – Edifício Barão Center – Bairro Porto – Município de Cuiabá/MT, resolvem celebrar o presente termo aditivo, ao contrato nº 035/2006,oriundo do processo licitatório, CONCORRENCIA PÚBLICA Nº 001/2006, mediante as cláusulas e condições a seguir.

I – FUNDAMENTO LEGAL.

O presente instrumento de termo aditivo é proveniente do termo de contrato nº 035/2006, oriundo do Processo de Licitação Modalidade Concorrência Pública nº 001/2006, cujo objeto é a implantação e pavimentação Asfáltica de Rodovia, conforme convênio 108/2006-DNIT. Fundamenta-se o presente instrumento no Art. 57, § 1°, I, da Lei Federal 8.666/93 de 21.06.93 alterada pelas leis 8.883 de 08.06.94 e 9.648 de 27.05.98.

II – DA ALTERAÇÃO.

Fica alterada a Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA, do contrato nº 035/2006, passando a sua vigência a vigorar até a data de **13/05/2010,** tendo em vista a superveniência de fatos imprevistos estranho à vontade das partes, isto é, em virtude no atraso dos repasses dos recursos financeiros anteriormente programados e paralisação das obras que ocasionaram a interrupção temporária dos serviços e consequentemente o atraso no cronograma.

III – DA RATIFICAÇÃO.

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

IV – DO FORO.

Fica eleito o Foro da Comarca de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E, por estarem, justos e contratados, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente termo aditivo, que depois de lido e achado conforme, é assinado em 02 (dois) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Peixoto de Azevedo – MT, 13 de Janeiro de 2010.

_____
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO
SINVALDO SANTOS BRITO

_____
EBC – EMPRESA BRASILEIRA DE CONSTRUÇÕES LTDA.
José Irineu Fiacadori

TESTEMUNHAS:
1. ————————————Nome: CPF.: 2------- ——Nome: CPF.:

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS 003/2010

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela portaria n.º 013 de 13 de Janeiro de 2010, faz saber que se encontra aberta aos interessados, na Secretaria de Administração – Setor de Licitações deste Município, licitação modalidade **TOMADA DE PREÇOS 003/2010**, regida pela Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, e pelas condições estabelecidas neste edital, para seleção da melhor proposta pelo **menor preço global**, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GEOLOGIA QUE DARA SUPORTE TÉCNICO AS ATIVIDADES DO ESCRITORIO REGIONAL METAMAT CONFORME CONVENIO 001/2009:**,que será realizado ás 13:00 horas do dia 03 de Março de 2010, na sala de Licitações, no Paço Municipal de Peixoto de Azevedo. Maiores informações no Setor de Licitações, de segunda a sexta – feira, no horário 12h a 18h, ou pelo fone (66) 3575-1029. O edital ompleto poderá ser adquirido, mediante comprovação de pagamento na ordem de R$ 50,00 (cinqüenta reais). Peixoto de Azevedo, 08 de Fevereiro de 2010.

Manoel de Jesus Neves Bezerra
Presidente da CPL

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS 002/2010

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela portaria n.º 013 de 13 de Janeiro de 2010, faz saber que se encontra aberta aos interessados, na Secretaria de Administração – Setor de Licitações deste Município, licitação modalidade **TOMADA DE PREÇOS 002/2010**, regida pela Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, e pelas condições estabelecidas neste edital, para seleção da melhor proposta pelo **menor preço global**, para **Contratação de Empresa Especializada em Implementação das Obras de Infra-Estrutura do Viveiro Municipal do Município de Peixoto de Azevedo – MT, conforme convênio nº 001/2009, firmado entre Prefeitura e Metamat e plano de trabalho e projetos:**, que será realizado ás 13:00 horas do dia 02 de Março de 2010, na sala de Licitações, no Paço Municipal de Peixoto de Azevedo. Maiores informações no Setor de Licitações, de segunda a sexta – feira, no horário 12h a 18h, ou pelo fone (66) 3575-1029. O edital completo poderá ser adquirido, mediante comprovação de pagamento na ordem de R$ 50,00 (cinqüenta reais). Peixoto de Azevedo, 08 de Fevereiro de 2010.

Manoel de Jesus Neves Bezerra
Presidente da CPL

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS 001/2010

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela portaria n.º 013 de 13 de Janeiro de 2010, faz saber que se encontra aberta aos interessados, na Secretaria de Administração – Setor de Licitações deste Município, licitação modalidade **TOMADA DE PREÇOS 001/2010**, regida pela Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, e pelas condições estabelecidas neste edital, para seleção da melhor proposta pelo **menor preço global**, para **Contratação de empresa do ramo para execução de obra de construção de um Centro Múltiplo uso para o Município de Peixoto de Azevedo – MT, fruto do Convênio 1437/2006/MDS, conforme projetos, planilhas quantitativas, cronogramas e memoriais descritivos:**, que será realizado ás 13:00 horas do dia 01 de Março de 2010, na sala de Licitações, no Paço Municipal de Peixoto de Azevedo. Maiores informações no Setor de Licitações, de segunda a sexta – feira, no horário 12h a 18h, ou pelo fone (66) 3575-1029. O edital completo poderá ser adquirido, mediante comprovação de pagamento na ordem de R$ 50,00 (cinqüenta reais). Peixoto de Azevedo, 08 de Fevereiro de 2010.

Manoel de Jesus Neves Bezerra
Presidente da CPL

Prefeitura Municipal de Poconé

DECRETO Nº 010/2010.

REGULAMENTA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREVISTO NO ART. 15 E ART 118 DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Poconé - MT, no uso das atribuições que lhe confere o art. 45, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, considerando a necessidade de regulamentar, no âmbito do executivo municipal a utilização do Sistema de Registro de Preços previsto na Lei Federal nº 8.666/93, art. 15 e, considerando a competência regulamentar conferida ao Município pelos artigos 15 § 3º, *caput*, c/c art. 115 do mesmo diploma legal,

D E C R E T A:

Art. 1º - As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços, no âmbito da Administração Pública do Município de Poconé, obedecerão ao disposto neste Decreto.

Art. 2º - Para os efeitos deste Decreto são adotadas as seguintes definições:

I – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP – conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e nas propostas apresentadas.

III – ÓRGÃO GERENCIADOR - órgão ou entidade da Administração Pública designado formalmente para realizar os procedimentos de implantação, manutenção e gerenciamento do Sistema de Registro de Preços.

IV – ÓRGÃO PARTICIPANTE – qualquer outro órgão ou entidade da Administração Pública que tenha participado da formação inicial do Registro de Preços, mediante o envio de suas estimativas de consumo.

V – CARONA – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado da formação inicial do Registro de Preços mediante o envio de suas estimativas de consumo.

Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços – SRP será adotado, preferencialmente, nas seguintes hipóteses:

I - quando pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações freqüentes;

II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços de execução periódica, não continuada;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo e;

IV - quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Art. 4º - A licitação para registro de preços será realizada, na modalidade de Pregão ou de Concorrência, nos termos das Leis 8.666/93 e 10.520/2002.

PARÁGRAFO ÚNICO - As licitações para registro de preços deverão ser processadas pelo tipo menor preço por item, se admitindo o tipo menor preço por lotes de objetos idênticos.

Art. 5º - O registro de preços para futuras contratações de bens e serviços de informática comuns, na forma da Lei Federal nº 10.520/02, art. 1º, Parágrafo Único, poderão ser licitados pela modalidade Pregão, se adotando o tipo menor preço, conforme preceitua o art. 45, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 6º - Excepcionalmente poderá ser adotado, na modalidade concorrência o tipo técnica e preço, a critério do órgão gerenciador e mediante despacho devidamente fundamentado.

Art. 7º - Cabe a autoridade máxima do executivo nomear e instalar o Órgão Gerenciador, sua Comissão de Licitação, Pregoeiro e respectiva equipe de apoio, fixando suas competências, dando condições materiais para o desenvolvimento dos trabalhos.

Art. 8º - Cabe ao Órgão Gerenciador a prática de todos os atos de implantação, controle e administração do SRP – Sistema de Registro de Preços, e ainda os seguintes:

I – Levantar as necessidades da Administração identificando os objetos que possam ter seu preço registrado;

II - Convidar, mediante correspondência eletrônica ou outro meio eficaz, os diversos órgãos e entidades da Administração para participarem da formação do registro de preços;

III - Consolidar todas as informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

IV – Comunicar os órgãos participantes das adequações procedidas no objeto a ser licitado, requerendo sua concordância com as novas especificações;

V – Promover ampla pesquisa de mercado com vistas à identificação dos valores a serem licitados;

VI – Estipular previamente a forma de controle e atualização prévia dos preços registrados que deverá ser preferencialmente, informatizado;

VII – Deflagrar o procedimento licitatório para a seleção dos preços a serem registrados;

VIII - Gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a liberação (autorização) para contratação sempre que solicitado, informando ao Órgão Participante, os dados dos fornecedores detentores do registro de preços e o valor registrado;

IX - Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços.

Art. 9º - Cabe ao Órgão Participante:

I – Manifestar seu interesse em participar do registro de preços, quando solicitado, providenciando o encaminhamento, ao órgão gerenciador, de sua estimativa de consumo, cronograma de contratação e respectivas especificações ou projeto básico, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93;

II - Garantir que todos os atos inerentes ao procedimento para sua inclusão no registro de preços estejam devidamente formalizados e autorizados pela autoridade competente;

III - Manifestar, junto ao órgão gerenciador, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório;

IV - Tomar conhecimento da Ata de Registros de Preços, inclusive as respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

V - Promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

VI - Informar ao Órgão Gerenciador eventual desvantagem, quanto à utilização da Ata de Registro de Preços, especialmente quanto ao preço praticado;

VII – Informar ao Órgão Gerenciador, quando de sua ocorrência, qualquer descumprimento às condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, em especial quanto às divergências relativas à entrega dos bens ou serviços, e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços para aplicação das eventuais penalidades.

PARÁGRAFO ÚNICO - Cabe ao órgão participante indicar o gestor do contrato em atendimento ao previsto no art. 67 e seguintes, da Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 10 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preço não poderá ser superior a um ano, computadas neste as eventuais prorrogações.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os contratos decorrentes do SRP – Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido o disposto no art. 57 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 11 - Ao preço do primeiro colocado, poderão ser registrados tantos fornecedores ou prestadores de serviços quanto concordarem, observando-se, em qualquer caso, o preço referencial de mercado e a qualidade dos bens.

PARÁGRAFO 1º - O primeiro colocado e os licitantes que concordarem em executar o objeto de licitação pelo preço do primeiro, serão convocados para assinar a ata de registro de preços.

PARÁGRAFO 2º - Quando das contratações decorrentes do Registro de Preços deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata.

PARÁGRAFO 3º - Os Órgãos Participantes do Registro de Preços não estão obrigados a adquirir os produtos e/ou os serviços registrados, podendo utilizar outros meios legais para aquisição, resguardado aos detentores do registro de preços, preferência em igualdade de condições.

Art. 12 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador e as seguintes condições:

I – Aceitação formal pelo fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas;

II – O atendimento aos interessados – caronas -, não poderá prejudicar o atendimento aos Órgãos Participantes;

Art. 13 - Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

Art. 14 - O preço registrado poderá ser revisto, a qualquer tempo depois de registrado, em decorrência de desequilíbrio econômico e financeiro decorrente de fato imprevisível ou previsível, porém de conseqüências incalculáveis, ocorridos depois da licitação e que afetem significativamente o contrato a ponto de ter sua execução inviabilizada.

PARÁGRAFO 1º - Tendo os preços reduzidos no mercado, o Órgão Gerenciador convocará o fornecedor detentor do registro de preços para negociação visando a adequação do preço registrado aos praticados no mercado.

I - Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,

II – O Órgão Gerenciador convocará os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

PARÁGRAFO 2º - Tendo os preços aumentados, na forma do *caput* deste artigo, o fornecedor detentor do registro de preços poderá requerer, fundamentadamente, inclusive com a apresentação de planilhas que demonstrem o desequilíbrio do preço, sua adequação, que será analisada pelo Órgão Gerenciador, a quem compete decidir sobre o realinhamento ou não dos preços.

PARÁGRAFO 3º - Não sendo justificado o realinhamento dos preços em favor do fornecedor detentor do preço registrado, persiste sua obrigação de cumprir as condições da Ata de Registro de Preços inicialmente pactuadas, cabendo, inclusive, no caso de inadimplemento parcial ou total das obrigações a aplicação das penalizações previstas no edital, na ata e na Lei Federal nº 8.666/93.

PARÁGRAFO 4º - Sendo justificado o realinhamento dos preços em favor do fornecedor detentor do preço registrado, deverá ser observado na adequação, o mesmo percentual existente no momento da formação do registro, entre o preço médio de mercado e a proposta do fornecedor e, o atual preço de mercado e o preço realinhado.

PARÁGRAFO 5º - Frustradas as negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção do procedimento mais vantajoso.

Art. 15 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

I - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II - Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

IV - Tiver presentes razões de interesse público.

PARÁGRAFO 1º - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

PARÁGRAFO 2º - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

Art. 16 - Os preços registrados serão publicados trimestralmente, no *site* oficial do Município para orientação da Administração Pública, em atendimento ao disposto no art. 15, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 17 - Qualquer cidadão poderá impugnar preço registrado constante do quadro geral em razão de incompatibilidade desses com o preço vigente no mercado, para tanto, o Órgão Gerenciador instaurará o competente processo visando a apuração da denúncia e a tomada das medidas pertinentes.

Art. 18 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Poconé-MT, 26 de Janeiro de 2010.

Clóvis Damião Martins
Prefeito Municipal de Poconé

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 02
CAPÍTULO II - DA APROVAÇÃO DO PROJETO E DO REGISTRO..... 04
CAPÍTULO III - DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES..... 06
CAPÍTULO IV - DO ESTABELECIMENTO DE ABATE E LATICÍNIO..... 07
CAPÍTULO V - DO FUNCIONAMENTO / CONSTRUÇÃO..... 08
CAPÍTULO VI - CLASSIFICAÇÃO E DEFINIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS 10
CAPÍTULO VII - DAS INTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS..... 11
CAPÍTULO VIII - SALA DE MATANÇA..... 12
CAPÍTULO IX - DOS CARIMBOS: USO E DIMENSÕES..... 15
CAPÍTULO X - DA INSPEÇÃO "ANTE MORTEM"..... 17
CAPÍTULO XI - INSPEÇÃO "POST MORTEM"..... 18
CAPÍTULO XII - UNIFORMES E MATERIAIS DA INSPEÇÃO..... 22
CAPITULO XIII - OVOS EM NATUREZA..... 23
CAPITULO XIV - PESCADO E DERIVADOS..... 26
CAPITULO XV - INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DO MEL E CERA DE ABELHAS..... 30
CAPITULO XVI - OVINOS E CAPRINOS..... 32
CAPITULO XVII - INSPEÇAO INDUSTRIAL E SANITARIA DO LEITE E DERIVADOS / LEITE EM NATUREZA..... 33
CAPITULO XVIII - IDENTIFICAÇÃO DE PRODUTOS..... 38
CAPITULO XIX – ROTULAGEM..... 39
CAPITULO XX - COAGULANTES 41
CAPITULO XXI - EMBALAGENS 42
CAPITULO XXII - TRIPARIA 42
CAPITULO XXIII - GRAXARIA 45
CAPITULO XXIV - MARGARINA 46
ANEXO – ALVARÁ SANITÁRIO 49

DECRETO Nº 016/2010

DISPÕE SOBRE SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL DE PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 45, inciso IV da Lei Orgânica do Município, e da Lei Municipal Nº 1.493/2008,

D E C R E T A:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Serviço de Inspeção Sanitária Industrial de Produtos e Subprodutos de Origem Animal, criado nos termos da Lei Federal Nº 7.889, de 23/11/89 e da Lei Municipal Nº 1.493/2008, será executado pelo Serviço de Inspeção Municipal - SIM/POA. - pertencente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Urbano.

Art. 2º - O Serviço de Inspeção será executado em todo o município: área urbana e rural; implantará as condições higiênico-sanitárias para os estabelecimentos que abatem, comercializem, industrializem, produtos e/ou subprodutos de origem animal;

Art. 3º - A implantação do Serviço de Inspeção Municipal – SIM/POA – obedecerá estas normas, tendo, por objetivo: diminuir ou impedir riscos à saúde dos consumidores por consumo e/ou manipulação de produtos e/ou subprodutos de origem animal não inspecionados;

Art. 4º - O Coordenador do SIM/POA fará cumprir estas normas e implantará a equipe técnica que irá implementá-la e criando, por dispositivos legais, os seguintes regulamentos:

a - classificação do estabelecimento;
b - as condições e exigências para o registro;
c - a higiene dos estabelecimentos;
d - a inspeção "ante" e "post mortem" dos animais destinados ao abate;
e - a inspeção e a reinspeção de todos os produtos, subprodutos e matérias-primas de origem animal, durante todas as fases da industrialização;
f - padronização dos produtos industrializados de origem animal;
g - o registro e análises de rótulos;
h - as análises laboratoriais;
i - o transporte de produtos, subprodutos e matérias-primas;
j - a carimbagem de carcaças e cortes de carnes;
l - a identificação e outras informações que devam constar e serem impressos nas embalagens de produtos e subprodutos de origem animal.

Art. 5º - todos os estabelecimentos que abatem ou industrializem produtos e/ou subprodutos de origem animal são obrigados a requerer registro para análise e aprovação do projeto e localização, junto ao SIM/POA.

Parágrafo Único: os estabelecimentos de que trata este artigo são obrigados a anexarem ao processo: documentos do órgão ambiental municipal de aprovação da área para a implantação do projeto para uso e ocupação do solo;

Art. 6º - A inspeção sanitária e industrial realizadas pelo SIM/POA deverá ser implantada de forma permanente;

Art. 7º - Os produtos "in natura" de origem animal deverão atender aos padrões de qualidade previstos em legislação e no Código do Consumidor.

Art. 8º - A inspeção sanitária e industrial de produtos e subprodutos de origem animal destinados ao comércio municipal é privativa do SIM/POA.

Parágrafo Primeiro – Não será permitido a duplicidade de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos sob SIM/POA.

Parágrafo Segundo – Os produtos e subprodutos a que se refere o Art. 8º, quando colocados no comércio para a venda direta ao consumidor, são de competência da Fiscalização Sanitária Municipal.

CAPÍTULO II
DA APROVAÇÃO DO PROJETO E DO REGISTRO

Art. 9º - Os estabelecimentos de abastecimento municipal que são obrigados a se registrarem no SIM/POA, em conformidade com a Lei Municipal Nº 1.493/2008, são:

a - matadouros, abatedouros e congêneres instalados em áreas aprovadas pela Prefeitura, com estruturas físicas e instalações adequadas;
b - fábricas de laticínios, postos de recebimento de leite e derivados.
c - estabelecimentos de industrialização do pescado;
d - estabelecimentos que industrializam animais exóticos;
e - granjas: frangos de corte (semi-caipira e/ou "caipira") e ovos;
f - estabelecimentos que comercializam produtos e/ou subprodutos da apicultura: mel, cera, própolis, geléia real e derivados;
g - outros estabelecimentos que industrializem e/ou comercializem produtos e/ou subprodutos de origem animais comestíveis e não comestíveis.

Art. 10º - Os estabelecimentos industriais e entrepostos de produtos e/ou subprodutos de Origem animal só estará legalizada no município após o seu registro no SIM/POA.

Art. 11º - A inspeção refere-se aos aspectos industriais e sanitários dos produtos e/ou subprodutos de origem animal, adicionados ou não de especiarias ou outros produtos vegetais preparados, transformados, fracionados, depositados, embalados ou em transito.

Art. 12º - Os estabelecimentos, nos termos do Art. 8º, receberão número de registro.

Parágrafo Primeiro - O número de registro, a que se refere o Art. 9º, deverá constar nos certificados, nos rótulos, nos carimbos de inspeção e outros documentos que indicam que o estabelecimento está sob SIM/POA.

Parágrafo Segundo - O número de registro será em ordem crescente e sempre logo após o registro do último Número de Registro do estabelecimento legalizado.

Parágrafo Terceiro – Na data em que o estabelecimento estiver apto a funcionar sob SIM/POA, será liberado o Documento Oficial de Registro, constando: número do registro, o nome da firma, endereço do estabelecimento e sua classificação.

Art. 13º - A documentação necessária para a obtenção do registro seguirá a seguinte ordem:

1 - requerimento solicitando o registro do estabelecimento, endereçado ao Senhor Secretario da Agricultura Municipal, com: nome e endereço da firma, número e data do registro na junta comercial e assinatura do representante legal;

2 - ofício solicitando vistoria da área de implantação do projeto;

3 - plantas de situação e localização;

4 - plantas de arquitetura, com cortes e fachadas;

5 - plantas hidrossanitárias detalhando: a rede de esgoto e de abastecimento de água;

6 - projeto do tratamento de efluentes aprovado por órgão oficial do meio ambiente;

7 - cronograma do projeto;

Art. 14º - Após a aprovação do projeto e do cronograma o requerente pode iniciar as obras.

Art. 15º - Após a conclusão das obras e instalação dos equipamentos de acordo com o cronograma será requerido ao SIM/POA a vistoria prévia para o início das atividades.

Parágrafo Único – Após o deferimento, o SIM/POA deve instalar, de imediato, o Serviço de Inspeção no estabelecimento.

Art. 16º - O deferimento para a concessão do registro, em caráter provisório, para o início das atividades, será de competência do SIM/POA, após vistoria prévia.

Art. 17º - O cronograma de conclusão das etapas de construção, ampliação ou adaptação das obras serão avaliados pelo SIM/POA.

Art. 18º - Será concedido o registro provisório para o estabelecimento em que as obras de finalização do projeto ou de ampliação não interfiram na qualidade sanitária dos produtos e/ou subprodutos.

CAPÍTULO III
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 19º **- As infrações e as suas penalidades previstas neste Decreto serão analisadas individualmente ou cumulativamente, quando:**

1 - a infração não coloque em risco a saúde individual ou coletiva e o infrator é primário;

Penalidade: notificação de advertência.

2 - Em casos de reincidência;

Penalidade: multa de, até 10 (dez) vezes a Unidade Padrão Fiscal Municipal usada para o pagamento de registro do estabelecimento.

3 - os produtos e/ou subprodutos não apresentam condições higiênicas e sanitárias satisfatórias para o fim a que se destinem;

Penalidade: apreensão e/ou inutilização dos produtos e/ou subprodutos ou multa de, até 20 (vinte) vezes a UPFM usada para o pagamento de registro do estabelecimento.

4 - Produtos e/ou subprodutos fraudados ou adulterados;

Penalidade: apreensão e/ou inutilização dos produtos e/ou subprodutos ou multa de, até 50 (cinqüenta) vezes a UPFM usada para o pagamento de registro do estabelecimento.

5 - Os produtos e/ou subprodutos que, por dolo do responsável legal, coloquem em risco a saúde individual ou coletiva;

Penalidade: suspensão das atividades do estabelecimento e apreensão e/ou inutilização dos produtos e/ou subprodutos desencadeantes da ação.

Parágrafo Único - **Se a suspensão for igual ou superior a 12 (doze) meses, o estabelecimento perderá o seu registro junto ao SIM/POA.**

CAPÍTULO IV
DO ESTABELECIMENTO DE ABATE E LATICÍNIO

Art. 20º - **O abate de animais para consumo, exportação interestadual e/ou exportação internacional, somente será permitido em estabelecimentos sob Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Sanitária Estadual (SISE/MT) e Serviço de Inspeção Municipal (SIM/POA).**

Parágrafo Primeiro - **O trânsito de animais, de seus produtos e subprodutos, deverá vir acompanhado dos seus respectivos documentos, comprovando a sua origem.**

Parágrafo Segundo - **É obrigatório o exame veterinário "ante" e "post mortem."**

Parágrafo Terceiro **- A insensibilização do animal seguirá os padrões oficiais existentes:**

a - bovinos: marreta ou pistola de ar comprimido;

b - bubalinos: "chuço" (lanceta) ou outro modo determinado pelo SIM;

c - suínos: choque.

Parágrafo Quarto - Os veículos que transportam os produtos e/ou subprodutos devem ser tipo furgão térmicos, possuírem suportes para carcaças, quartos e vistoriados pelo SIM/POA.

Parágrafo Quinto **- No caso em que a distancia de produção até a distribuição ou consumo, for superior a 100 (cem) quilômetros, a entrega de produtos e subprodutos será sob refrigeração.**

CAPÍTULO V
DO FUNCIONAMENTO / CONSTRUÇÃO

Art. 21º - **O estabelecimento deve possuir instalações e equipamentos, mínimos e necessários, que satisfaça à obtenção de produtos e/ou subprodutos, de origem animal, de boa qualidade; não comprometendo a saúde pública e satisfazendo as seguintes exigências:**

1 - a localização deve ser aprovada pela prefeitura e livre de poluição;

2 - a área e o sistema de tratamento devem estar aprovados pelo órgão ambiental;

3 - a altura do pé-direito, em relação ao piso, deve ser de, no mínimo, 06 (seis) m;

4 - possuir iluminação natural e artificial que satisfaçam as necessidades da equipe de trabalho do estabelecimento;

5 - dispor de água potável suficiente para suprir as necessidades diárias do estabelecimento. Podendo seguir os seguintes parâmetros:

a - 1000 litros por bovino;

b - 300 litros por suíno, caprino ou ovino;

c - 20 litros por frango de corte;

d - 05 litros por litro de leite industrializado.

6 - dispor de água quente suficiente para a limpeza da sala de matança e esterilização de materiais e utensílios;

7 - o piso da sala de produtos e/ou subprodutos deve ser de material antiderrapante, impermeável, resistente, com declividade de 1,5cm em direção a canaleta de recepção das águas residuais, para facilitar a higienização e a drenagem;

8 - as paredes devem ser lisas e impermeabilizadas com azulejos brancos ou outro material aprovado pelo SIM/POA, com altura mínima de 02 (dois) metros e os cantos arredondados;

9 - o telhado deve ter vedação perfeita a fim de não permitir a entrada de poeira e insetos;

10 - dispor de recipientes: tanques, bandejas e caixas feitas de material resistente e atóxico, de fácil higienização e identificadas com suas respectivas cores:

branca: comestíveis;

vermelha: não comestíveis.

11 - possuir dependências para as diversas áreas:

recepção de vísceras vermelhas;

recepção de vísceras brancas;

recepção de não comestíveis.

12 - dispor de mesas feitas de materiais resistentes, impermeáveis e de fácil limpeza para a manipulação de produtos comestíveis;

13 - se houver necessidade de construir setor de administração, oficina ou depósito, estes devem estar separados do estabelecimento industrial;

14 - a rede de esgoto deve estar presente em todas as dependências e dispor de dispositivo que não permita o refluxo de odores e a entrada de insetos ou animais;

15 - dispor de vestiário masculino e feminino, com: armários, banheiros e sanitários suficientes para suprir as necessidades das equipes de trabalho;

16 - as áreas em volta do estabelecimento e as áreas de circulação de veículos devem ser livres de poeira, lama ou outro agente de poluição.

17 - todas as aberturas de comunicação com as áreas externas do estabelecimento devem ser teladas para impedir a entrada de insetos;

18 – as salas de manipulação de produtos e/ou subprodutos comestíveis devem dispor de lavatório para as mãos e outro para a higienização das botas;

19 - possuir depósitos para materiais de uso do estabelecimento;

20 - possuir uma dependência-sede para a inspeção, com: sala de trabalho, arquivos, vestiário, e banheiro completo (pia ou lavabo, chuveiro e sanitário);

21 - as dependências de manipulação de produtos devem possuir áreas não inferior a 10 (dez) m² .

22 - devem possuir funcionários uniformizados e em número suficiente para atender as necessidades do estabelecimento e da inspeção;

23 - todos os produtos usados na higienização do estabelecimento e dos funcionários deverão ter registro no órgão oficial;

24 - a altura do pé-direito, da sala de matança, deve ser de, no mínimo, 06 (seis) metros;

25 - o estabelecimento só funcionará após autorização do SIM/POA.

CAPÍTULO VI
CLASSIFICAÇÃO E DEFINIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS

Art. 22º - **A classificação e a definição de estabelecimento de abate, manipulação de produtos e/ou subprodutos cárneos, comestível e não comestível, são:**

Parágrafo Primeiro - **Matadouro ou Abatedouro: são estabelecimentos que possuem a estrutura física, instalações, maquinário e utensílios adequados para a finalidade proposta: abater o animal, inspecionar os seus produtos e subprodutos comestíveis e não comestíveis e comercializá-los em condições sanitárias satisfatórias;**

Parágrafo Segundo - **Matadouro Frigorífico: possui as características do § 1º mais as instalações da rede frios: câmaras de resfriamento, de congelamento, etc.**

Parágrafo Terceiro - **Indústria ou "Fábrica" de subprodutos cárneos: são estabelecimentos de industrialização de carnes de açougue. Podendo ter ou não instalações de frio industrial;**

Parágrafo Quarto - **Indústria ou "Fábrica" de produtos gordurosos: são estabelecimentos que preparam a gordura animal misturada ou não à matérias-primas vegetais;**

Parágrafo Quinto - **Entrepostos de Carnes e Derivados: são estabelecimentos que armazenam, conservam e distribuem carnes resfriadas e/ou congeladas;**

Parágrafo Sexto - **Indústria ou "Fábrica" de produtos não comestíveis: são estabelecimentos de manipulação e/ou industrialização de matérias-primas não aproveitadas para a alimentação humana.**

CAPÍTULO VII
DAS INTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Art. 23º - **Os parâmetros que devem ser seguidos para os estabelecimentos, são:**

a - Currais: construído em local que não permita que o vento predominante se direcione para a Sala de Matança. Pode ser: da Sala de Matança para os currais ou diagonalmente à Sala de Matança; cercado com canos galvanizados ou outro material aprovado pelo SIM/POA, com altura de 2,0m; com pavimentação antiderrapante com caimento para as laterais, com mureta sanitária na altura de 30 cm sob a cerca; com canaleta de desaguamento na parte mais baixa do declive; bebedouro de nível constante e capacidade de matança diária na metragem de 2,50m² /animal; devem estar localizados, no mínimo, à 30m (trinta) metros da sala de matança e dispor de mangueiras d'água com pressão de 3 Atm para a limpeza do piso sempre que houver mudança do lote; com iluminação de 5 w / m²;

b - Movimentação do gado: por meio de choque elétrico variando de 40 a 60 V;

c - Banheiro de Aspersão: os canos devem direcionar os jatos d'água para as regiões ventrais, laterais e dorsais dos animais, sempre em direção ao centro do banheiro, com pressão de 3 Atm; a água deve estar hiperclorada a 15 ppm;

d - Rampa de Acesso à Sala de Matança: deve ser construída na mesma largura do Banheiro de Aspersão, com declividade e caimentos que permitam o escoamento da água e melhor limpeza da área;

e - Seringa com Chuveiro: construído de alvenaria ou outro material aprovado pelo SIM/POA; o Chuveiro é feito de canos perfurados e acompanha toda a extensão da Seringa;

f - Boxe de Atordoamento: do tipo metálico ou outro material aprovado pela Inspeção Sanitária, com as seguintes dimensões:

1 - Comprimento: 2,50m;

2 - Largura interna: 0,90m;

3 - Altura: 3,00m;

g - Área de Vômitos, Guincho e mangueira ou chuveiro: o piso revestido por canos galvanizados de 02 "(duas polegadas) de diâmetro / 02m (dois metros) de comprimento" com tubulação central para escoamento; o guincho com altura suficiente para colocar o animal no trilho;

h - plataformas elevadas até a entrada do animal ao boxe, com as seguintes medidas:

1 - largura: 60 cm;

2 - corrimão: 80 cm de altura.

CAPÍTULO VIII
SALA DE MATANÇA

Art. 24º - A Sala de Matança pode ser construída ao nível do solo ou em pavimento superior, aproveitando o piso inferior para as seções de miúdos e couro; o pé direito deve ter altura de 6m a 7m (seis a sete metros) permitindo que o animal, depois de içado (guinchado) pela pata posterior, o focinho fique de 0,4m a 1,0m do piso;

Área da Sala de Matança:

1 – 01 a 10 animais/dia = 50m² (cinqüenta metros quadrados);

2 – 11 a 25 animais/dia = 100m² (cem metros quadrados);

3 – 26 a 50 animais/dia = 200m² (duzentos metros quadrados).

As medidas adotadas para a ampliação, construção de anexos ou outras que indiquem mudanças na estrutura física do estabelecimento, devem ser analisadas, antecipadamente, pelo SIM/POA.

a - Área da Sangria:

1 - Canaleta de Sangria: recebe o sangue impedindo que haja contaminação. A construção é em alvenaria e impermeabilizada; o fundo da canaleta deve ter declividade de 5% em direção ao meio, possuindo dois ralos de drenagem: um destinado ao sangue e o outro para água de lavagem. O seu comprimento está relacionado com a velocidade dos trabalhos realizados em cada animal abatido. Para os pequenos abatedouros recomenda-se que varie de 1,5m a 2,0m; O tempo de permanência do animal na canaleta será de 03 (três) minutos.

2 - serragem dos cornos ("chifres"): deve ser realizada com serra elétrica ou manual;

b - Trilhagem Aérea:

A altura mínima dos trilhos deve ser de 05m (cinco metros).

Para a trilhagem aérea em que a movimentação do animal guinchado deva ser sem nora (manual), o declive do trilho será, no máximo, de 3%. Neste trecho do trilho será colocado um dispositivo de freadas nos seguintes pontos:

1 - antes do chuveiro para a remoção de material contaminante do sistema gástrico;

2 - no chuveiro;

3 - na linha de sangria.

c - Padrões dimensionais para a trilhagem aérea:

1 - Altura do trilho aéreo no local da sangria 5,00 m;

2 - declive máximo do trilho, do guincho até a sangria 3%

3 - distância do focinho do animal ao piso 70 cm;

4 - comprimento da canaleta de sangria 2,00 m;

5 - altura do trilho baixo até a linha de inspeção de carcaças 4,00 m;

6 - altura do trilho após a linha de inspeção de carcaças 3,50 m;

7 - distância do trilho às colunas 80 cm;

8 - distância do trilho à parede mais próxima 1,0 m;

9 - distância entre dois trilhos paralelos 1,50 m;

Todo equipamento situado no trajeto da trilhagem deve dispor-se de tal forma que as carcaças não possam tocá-lo.

d - Esfola aérea: a retirada do couro deve ser por meio mecânico ou outra forma aprovada pela Inspeção Sanitária (cama elevada) e, imediatamente, mandada para a Seção de couros;

e - Cama Elevada: construída de canos ou tubos galvanizados dispostos paralelamente; com comprimento de 3m a 3,50 metros formando uma goteira elevada a 40 cm do piso, podendo ser inteiriça ou dividida em dois segmentos de igual tamanho.

f - Lavadouro de cabeças: deve estar localizado próximo à Mesa de Inspeção e deve satisfazer as condições mínimas para uma boa inspeção sanitária.

g - Serra de Peito: elétrica ou outra aprovada pela Inspeção Sanitária;

I – Inspeção das vísceras abdominal:

Deve ser de material inoxidável ou outro aprovado pela Inspeção, nas seguintes dimensões:

1 – altura da borda: 1,0m;

2 – largura: 1,50m;

3 – comprimento: 1,80m;

II - Inspeção das vísceras torácicas:

1 – altura: 1,0m;

2 – largura: 1,0m;

3 – comprimento: 1,0m.

h - Plataforma para a serra de carcaças: em construção metálica ou de outro material pré-aprovado pela Inspeção;

i - Plataforma para a inspeção de carcaças: em construção metálica ou outro material pré aprovado pela Inspeção;

j - Lavadouro das meias carcaças: os jatos d água devem ter pressão de 3 atm (três atmosferas), temperatura de 38°C. A mangueira deve ser própria para esta atividade.

Art. 25º **- O estabelecimento deve possuir espaço suficiente, para comportar todos os equipamentos necessários para as operações: recebimento do gado, atordoamento, sangria, esfola, evisceração, inspeção, "toilete," lavagem e pesagem das carcaças, estocagem e possuir, na seção de miúdos, a área de receber o aparelho gástrico e intestinal.**

CAPÍTULO IX

DOS CARIMBOS: USO E DIMENSÕES

Art. 26° - **Os carimbos da Inspeção Municipal devem obedecer às normas deste Regulamento e são classificados em:**

1 – Modelo I:

a - formato: elíptico no sentido horizontal;

b - dizeres: INSPECIONADO; localizado na parte superior e acompanhando a curvatura da elipse;

NÚMERO DE REGISTRO: localizado na região central da elipse;

NOME DO MUNICÍPIO: localizado na região inferior da elipse.

c - uso e tamanho do carimbo: aplicado externamente sobre a massa muscular das carcaças e/ou quartos;

d - tamanho: 1) – 07 (sete) cm X 05 (cinco) cm, para animais de grande porte;

2) – 05 (cinco) cm X 03 (três) cm, para pequenos e médios animais.

MODELO I:

Nº DE REGISTRO

- Modelo II:

a - formato do carimbo: circular;

b - dizeres: INSPECIONADO; localizado na parte superior do carimbo;

NÚMERO DE REGISTRO, na região central;

O nome do município acompanhando a curvatura inferior.

c - uso e tamanho do carimbo: o tamanho depende do tamanho da embalagem e varia de 02 (dois) cm a 30 (trinta) cm; está presente no rótulo registrado de produtos comestíveis de origem animal; pode ser aplicado em caixas ou engradados e pode ser usado na forma de selo adesivo.

MODELO II:

Nº DE REGISTRO

3 - Modelo III:

a - Formato do carimbo: quadrado retangular estando o lado maior na horizontal;

b - Dizeres: na parte de cima: S.I.M. Nº

no meio: CONDENADO
na parte de baixo: nome do Município

c - uso e dimensão dos carimbos: 7 cm X 5 cm – para uso em carcaças e quartos; 4 cm X 2,5cm - para uso em peças condenadas.

MODELO III:

Nº DO S.I.M.

CONDENADO

POCONÉ-MT

Art. 27º - **As tintas utilizadas no carimbo de peças e carcaças não devem possuir, em sua fórmula substancia tóxica e devem estar aprovadas pelo S.I.F. e/ou S.I.S.E. /MT.**

CAPÍTULO X
DA INSPEÇÃO "ANTE MORTEM"

Art. 28º - É obrigatório o exame dos animais que chegam ao abatedouro; a verificação dos documentos de origem e a saúde do lote.

Art. 29º - Antes de serem abatidos os animais deverão sofrer uma dieta hídrica por, pelo menos, 06 (seis) horas.

Art. 30º - O estabelecimento deve zelar pela segurança dos animais sob sua guarda e evitar maus tratos.

Art. 31º - Os animais que na inspeção "ante mortem" apresentarem: caquexia; serem suspeitos ou portadores de doenças infecto-contagiosas serão abatidos em separados dos demais.

Parágrafo Único: esses animais devem ser condenados e não destinados ao consumo humano; as instalações e os equipamentos devem ser desinfetados, em conformidade com as determinações da Inspeção Sanitária.

Art. 32º - O estabelecimento deve possuir um curral de observação para a retenção dos animais que necessitam de um exame mais acurado e de tempo para um melhor diagnóstico.

Parágrafo Único: casos em que a Inspeção fará uso do curral de observação:
I – fêmea que deu à luz seu filhote, com menos de 20 (vinte) dias;
II – Animais suspeitos de doenças infecto-contagiosas;
III - Animais que foram castrados recentemente;
IV – Animais com hiper ou hipotermia.

Art. 33º - Os animais que chegarem mortos ou foram encontrados mortos nos currais serão condenados e impróprios para o consumo humano.

Parágrafo Primeiro: por determinação da Inspeção, os animais mortos antes de entrarem na Sala de Matança, serão ou não, necropsiados;

Parágrafo Segundo: **nos casos especiais e a juízo da Inspeção, os animais que estiverem agonizantes, com fraturas, contusões generalizadas, hemorragia, decúbito forçado, sintomas nervosos serão abatidos de forma emergencial;**

Parágrafo Terceiro: **para os animais que tenham morte acidental nas dependências do estabelecimento, se: imediatamente sangrados e eviscerados, a juízo das Inspeções serão aproveitadas.**

CAPÍTULO XI
INSPEÇÃO "POST MORTEM"

Art. 34º - **A Inspeção "post mortem" será acompanhada nas seguintes etapas:**

1 - Insensibilização dos animais: será feita mecanicamente por concussão cerebral, elétrico, ou outro aprovado pelo SIM/POA;
2- Sangria nos grandes animais: será feita por incisão dos grandes vasos do pescoço; nos suínos por punção direta no coração;
3- O tempo de sangria será de, no mínimo, 03 (três) minutos, estando o animal pendurado pelos membros traseiros;
4- Esfola ou retirada da pele; retirada dos pelos ou retirada das penas (aves);
5 - A Inspeção acompanhará as vísceras torácicas e abdominais, mantendo-as em ordem, com sua respectiva carcaça, até a liberação de todas as peças;
6 - Ablação da cabeça e sua marcação para permitir a sua identificação com as demais peças;
7 - Observação e palpação dos órgãos e tecidos;
8 - Incisões dos nodos linfáticos e, sempre que necessário, incisão dos parênquimas dos Órgãos;
9- Exame do conjunto cabeça-língua e seus respectivos nodos e glândulas;
10 - Exame da cavidade abdominal e torácica, órgãos e nodos linfáticos;

Art.35º - **As carcaças ou partes de carcaças e órgãos que apresentarem lesões ou outras anormalidades que possam torná-los impróprio para o consumo, devem ser assinaladas e conduzidas ao Departamento de Inspeção Final – D.I.F.**

Parágrafo Único: **as peças conduzidas ao D.I.F., o Médico Veterinário, após exame acurado, dará a indicação: liberação, Câmara de Seqüestro ou graxaria.**

Art. 36º - **A condenação, total ou parcial, de carcaças, partes de carcaças ou órgãos, seguirão as seguintes orientações:**

Parágrafo Primeiro - **A condenação total será nos seguintes casos:**

- lesão múltipla ou disseminada atingindo grande parte da carcaça;
- contaminação com material purulento de lesões supuradas;
- carcaças com alterações de icterícia, caquexia, aquosa ou anemia;
- as lesões generalizadas causadas por Actinomicose e Actinobacilose;
- cabeças com lesões supuradas e fístulas causadas por Actinomicose;
- animais novos: nos casos em que a carne se apresente aquosa, flácida, dilacerando-se com facilidade; com desenvolvimento muscular incompleto, com gordura peri-renal edematosa e com cor amarelo sujo ou de um vermelho acinzentado, com algumas porções de gordura;
- carcaças com lesões extensas devido à brucelose;
- carcaças que apresentem carnes fermentadas (febris), com degenerescência do miocárdio, fígado, rins, com alterações musculares e difusas;
- Suíno que morrer asfixiado ou que cair vivo no tanque de escaldagem;
- carcaças em início de putrefação;
- carcaças que apresentem infiltrações edematosas dos parênquimas ou do tecido conjuntivo – carnes hidrêmicas;
- Animais diagnosticados como portadores de Carbúnculo hemático não devem ser sangrados nem eviscerados. Se o diagnóstico ocorrer, após a evisceração, a matança será interrompida e deverá iniciar-se, imediatamente, a limpeza e a desinfecção de todos os locais e equipamentos que possam ter tido contato com a carcaça, inclusive o pessoal que manipulou devem desinfetar braços e mãos e, em seguida, procurar o serviço médico de urgência;
- Carnes repugnantes: por possuírem coloração anormal, ou exalando odores medicamentosos, de excremento ou outros considerados anormais.
- as carcaças que forem encontrados cisticercos em várias partes da musculatura ou dois ou mais cisticercos em 15 cm de área da

musculatura. As pesquisas deverão ser feitas, também, nos músculos da cabeça, língua, coração, diafragma e seus pilares, esôfago, pescoço e paleta;

- As carcaças com contusões generalizadas;
- Edema generalizado;
- Equinococose e Esofagostomose agravadas com caquexia;
- icterícia: as carcaças possuem coloração de um amarelo intenso ou amarelo esverdeado na gordura, tecido conjuntivo, ossos e túnica interna dos vasos; realizar diagnóstico diferencial com a adipoxantose por corte da cartilagem do esterno.
- As carcaças de animais que ingeriram produtos tóxicos
- Peste suína: condenação total;
- Linfadenite caseosa: condenação nos casos em que as lesões são extensas podendo ser ou não, numerosas.
- Putrefação: se for comprovada, após a reinspeção, será condenada.

a Inspeção medirá o Ph que deve se variar 6,0 a 6,4 para indicar a carne ainda em condição de consumo.

- Sarcosporidiose em infecção intensa ou alterações aparentes da carne devido à degenerescência caseosa ou calcária;

- Toxicoinfecção Alimentar: são suspeitos os animais que apresentarem: inflamação aguda dos pulmões, pleura, peritônio, pericárdio e meninges; gangrena, gastrite e enterite hemorrágica; septicemia ou pioemia de origem puerperal, traumática ou sem causa evidenciada; metrite ou mamite aguda difusa; poliartrite, flebite umbilical, pericardite traumática ou purulenta; inflamação aguda, abcesso ou lesão supurada associada à nefrite aguda, degenerescência gordurosa do fígado, hipertrofia do baço, hiperemia pulmonar, hipertrofia generalizada dos nodos linfáticos e rubefação difusa da pele;
- Tuberculose: miliar; generalizada nos pulmões; caseosa extensa em um órgão; aguda exudativa da pleura, peritônio, pericárdio ou meninges; linfática hipertrofiante semicaseosa;
- Trinchinella spirallis: a Inspeção retirará fragmentos dos músculos do pilar do diafragma, base da língua e laríngeos para a pesquisa microscópica.
- Cisticercose: condenação para as carcaças com infestação maciça.

Parágrafo Segundo – A condenação parcial será nos seguintes casos:

- abscessos ou lesões localizadas de fácil remoção: condenam-se os órgãos e as partes atingidas;
- cabeças com pequena lesão no maxilar devido a Actinomicose, sem fístulas e sem supuração;
- condenação da língua e aproveitamento da cabeça quando a Actinomicose atingir somente a língua;
- condenar as regiões drenadas pelos nodos linfáticos nos casos de Adenite localizada.
- condenar os pulmões que apresentam broncopneumonia de origem verminótica, aspirações de sangue ou alimentos;
- retirar e condenar as partes lesadas devido à brucelose e liberar a carcaça para ser esterilizada pelo calor;
- quando encontrados cisticercos em uma determinada musculatura ou órgão e após pesquisa nas demais áreas der negativo, o órgão será condenado. A carcaça e as visceras serão destinadas a salga por 21 (vinte e um) dias ou mais, ou então, tratamento térmico em câmara fria com temperatura de – 10ºC (menos 10ºC) por, pelo menos, 15 (quinze) dias;
- os fígados com cirrose hepática ou hepatite serão condenados;
- o cérebro e/ou a medula espinhal com cenuroses serão condenados;
- o pâncreas com infestação por Euritrema coelomaticum, será condenado;
- partos recentes ou com 10 (dez) meses de gestação as carcaças são destinadas a esterilização;
- as línguas com glossite são condenadas;
- os corações com linfangiectasia e as línguas com lesões cicatrizadas, serão desviadas para o aproveitamento condicional na salsicharia;
- as partes atingidas por miíase são condenadas;
- neoplasias: são condenadas as carcaças, partes de carcaça ou órgãos que possuem tumores malignos, com ou sem metástase;
- teleangiectasia maculosa do fígado: se a lesão ocupar 1/3 (01 terço) ou mais, o fígado será condenado; se a lesão for discreta faz-se a remoção desta e o fígado será liberado;
- tuberculose óssea: aproveitamento da carne e condenação do esqueleto;
- no caso de lesão discreta e localizada, a juízo da Inspeção, esta deve ser retirada e a carcaça direcionada para ser esterilizada pelo calor.

CAPÍTULO XII
UNIFORMES E MATERIAIS DA INSPEÇÃO

Art. 37º - Todas as pessoas que trabalham na equipe técnica da Inspeção Sanitária usarão roupas e os materiais de trabalho com as seguintes características:

1 - auxiliares de inspeção:

a) calça de brim, cor branca, sem bolsos, com cordão para amarrar à cintura;

b) camisa modelo jaleco, cor branca, com:

02 (dois) bolsos na parte inferior, manga curta com uma cruz em azul na manga esquerda, 1 (hum) bolso na altura do peito esquerdo com os seguintes dizeres na cor azul: Secretaria Municipal de Agricultura (parte superior); Inspeção (na parte inferior do bolso), capacete branco com uma cruz em azul na região frontal, botas de cano longo (até ao meio da perna) na cor branca;

c - materiais: facas, bainha metálica, gancho e fuzil;

2 - Médico Veterinário:

a) calça de brim, cor branca, sem bolsos, com cordão para amarrar à cintura;

b) camisa modelo jaleco, cor branca, com: 2 (dois) bolsos na parte inferior, manga curta com uma cruz em verde na manga esquerda, 01 (hum) bolso na altura do peito esquerdo com os seguintes dizeres na com verde: Nome (na parte superior) Médico Veterinário (na parte inferior);

c) Capacete na cor branca com uma cruz em verde na região frontal;

d) Botas de cano longo (até ao meio da perna) de cor branca;

e) Materiais: facas, bainha metálica, gancho, fuzil e termômetros clínico veterinário e técnico para medição da temperatura interna dos produtos e subprodutos, em centígrados.

Capacete com uma cruz verde e botas em PVC na cor branca para o Medico Veterinário.

Capitulo XIII
Ovos em natureza

Art. 38º - Só podem ser expostos ao consumo público ovos frescos ou conservados, quando previamente submetidos a exame e classificação previstos neste regulamento.

Art. 39º - Consideram-se ovos frescos os que não forem conservados por qualquer processo que se enquadrem na classificação estabelecida neste regulamento.

Art. 40º - Tratando-se de granjas sob controle sanitário oficial, filiadas a Cooperativas ou Associações de classe, o SIM/POA recebendo o número correspondendo ao regulamento..

Art. 41º - Estas granjas ficam sujeitas a inspeção periódica e serão relacionadas no S.I.M/POA: recebendo o número correspondente ao relacionamento.

Art. 42º - Quando as Cooperativas ou as Associações de classe disponham de entreposto próprio, o carimbo a usar pode ser o mesmo, fazendo-se constar dele, na parte externa, a esquerda, em sentido horizontal, o número correspondente ao regulamento.

Art. 43º - A classificação e carimbagem realizadas nas granjas não isentam os ovos de reinspeção, quando o SIM/POA julgar conveniente.

Art. 44º - Pela simples designação ovos entende-se os ovos de galinha.

Parágrafo único - os demais serão acompanhados de designação da espécie que procedam.

Art. 45º - os ovos para consumo interno ou para devem ser inspecionados e classificados em estabelecimentos oficiais ou particulares ,designado entrepostos.

Art. 46º - Nas localidades onde haja sido instalada a inspeção de ovos, nenhuma empresa de transporte rodoviário pode desembarcar esse produto sem que o destinatário exiba documentos fornecidos por servidor do S.I.M/POA, no qual estará indicado o entreposto para onde se destina, afim de serem examinados e classificados.

Parágrafo Único – As pequenas partidas de ovos, não excedendo de 2(duas) dúzias, destinadas exclusivamente a consumo particular, podem ser transportadas independentemente das exigências fixadas neste artigo e da passagem por entreposto.

Art. 47º - A Inspeção Municipal adotará o sistema de identificação das partidas, agrupando-as em lotes convenientemente numerados, de modo a ser possível o reconhecimento da procedência , logo após os trabalhos de classificação.

Art. 48º - A inspeção dos ovos incidirá sobre as seguintes características:

1- verificação das condições de embalagem ,tendo em vista sua limpeza, mau cheiro por ovos anteriormente quebrados ou qualquer outra coisa.

2- Apreciação geral do estado de limpeza e integridade da casca,da partida em conjunto.

3- O exame pela ovoscopia.

Art. 49º - Todos os recipientes destinados a embalagem de ovos, julgados em mal estado ou impróprio, devem ser apreendidos e inutilizados.

Art. 50º - A ovoscopia deve ser realizada em câmara destinada exclusivamente a esta finalidade.

Art. 51º - 0s ovos destinados aos comércios interno serão classificados em:

a) primeira qualidade

b) segunda qualidade;

Art. 52º - São características de ovo primeira qualidade:

1-ter entre 55g (cinqüenta e cinco gramas) a 60 gramas (sessenta gramas) de peso;

2-apresentar câmara de ar fixa, no máximo 6mm (seis milímetros) de altura;

3-devem ser uniformes, íntegros, limpos e de casca lisa.

4-apresentar gemas translúcidas, firmes, consistentes ocupando a parte central do ovo sem gema desenvolvido;

5-apresentar claras transparentes, consistentes, límpidas, sem manchas ou turvação e com as chalazas intactas.

Art. 53º - A são características do ovo de segunda qualidade:

1 - ter entre 43g (quarenta e três gramas) de peso ;

2 - apresentar câmara de ar fixa, no mínimo com 10 mm (dez milímetros) de altura;

3 - devem ser uniformes, íntegros, limpos e de casca lisa.

4 - Apresentar gemas translúcidas, firmes, consistentes ocupando a parte central do ovo e sem germe desenvolvido;

-5 - apresentar claras transparentes, consistentes, límpidas, sem manchas ou turvação e com as chalazas intactas.

Art. 54º - Só os ovos de galinha podem ser classificados em, 1ª qualidade, 2ª qualidade.

Art. 55º - São considerados fabrico os ovos que não se enquadrarem nas características fixadas nos artigos anteriores, que forem considerados em boas condições, podendo ser destinados ao emprego em confeitarias, padarias e similares.

1- Os ovos que apresentam pequenas e pouco numerosas manchas sanguíneas na clara e na gema devem ser também classificados fabrico.

2- Os ovos assim classificados só podem sair dos entrepostos acompanhados de documento oficial, em 2 (duas) vias, mencionando sua quantidade, nome e endereço do estabelecimento a que se destinam e o prazo para o seu aproveitamento.

Capitulo XIV

Pescado e Derivados

Art. 56º - A denominação genérica, “PESCADO” compreende os peixes, crustáceos, moluscos, anfíbios, quelônios e mamíferos de água doce ou salgada, usados na alimentação humana.

Art. 57º - O pescado em natureza pode ser:

1- fresco

2- resfriado

3- congelado

Parágrafo Único - Entende-se por fresco o pescado dado ao consumo sem ter sofrido qualquer processo de conservação, a não ser a ação do gelo.

Art. 58º - Depois de submetido a congelamento, o pescado deve ser mantido em câmara frigorífica 15 graus centígrados negativo.

Parágrafo Único - O pescado uma vez descongelado não pode ser novamente recolhido a câmaras frigoríficas.

Art. 59º - A juízo do SIM/ POA é obrigatória a evisceração do pescado, qualquer que seja a forma de sua apresentação no consumo.

Art. 60º - O pescado fresco próprio para consumo deverá apresentar as seguintes características organolépticas:

Peixes:

1- Superfície do corpo limpa, com relativo brilho metálico;

2 - Olhos transparentes, brilhantes e salientes, ocupando completamente as órbitas;

3 - Guelras róseas ou vermelhas, úmidas e brilhantes e salientes, ocupando completamente as órbitas;

4 - Ventre roliço, firme, não deixando impressão duradoura a pressão dos dedos;

5 - Escamas brilhantes, bem aderentes a pele e nadadeiras apresentando certa resistência aos movimentos provocados.

6 - Carne firme, consistência elástica, de cor própria a espécie.

7 - Venceras integras, perfeitamente diferenciadas;

8 - Anus fechado

9 - Cheiro específico, lembrando o das plantas marinhas.

Art. 61º - Entende-se por derivados do pescado os produtos e subprodutos, comestíveis ou não com ele elaborados no todo ou em parte.

Art. 62º - O pescado recebido nos estabelecimentos industriais só poderá ser utilizado na elaboração de produtos de pescado.

Parágrafo Primeiro - Será também examinada ao entrar no estabelecimento qualquer matéria prima a ser utilizada na elaboração de produtos do pescado

Parágrafo Segundo - A inspeção verificará ainda o estado das salmouras, massas, óleos e outros ingredientes empregados na fabricação de produtos do pescado, impedindo o uso dos que estiverem em condições insatisfatórias.

Art. 63º - Os produtos de pescado, de acordo com o processo de sua elaboração, classificam –se em: a) produtos em conserva e b) produtos curados.

Parágrafo único - É obrigatório a limpeza e evisceração do pescado utilizado na elaboração de produtos em conserva ou curados destinados a alimentação humana, qualquer que seja a forma de seu processamento.

Art. 64º – Pescado curado é o produto elaborado com pescado integro, tratado por processos especiais, compreendendo, além de outros, os seguintes tipos principais.

Art. 65º - Entende-se por pescado salgado o produto obtido pelo tratamento do pescado integro, pela salga a seco ou por salmoura.

Art. 66º - Entende-se por pescado prensado o produto obtido pela prensagem do pescado integro, convenientemente curado pelo sal.

Parágrafo Primeiro - o prazo mínimo de cura do pescado e fixado em três semanas.

Parágrafo Segundo - Além das propriedades organolépticas próprias, o pescado prensado não deve conter mais de 45% (quarenta e cinco por cento) de umidade e 8% de gordura.

Parágrafo Terceiro - Caso ultrapasse os limites fixados no parágrafo anterior, o produto será defumado ou dessecado.

Art. 67º - Entende-se por pescado defumado o produto obtido pela defumação do pescado integro, submetido, previamente a cura pelo sal (cloreto de sódio).

Art. 68º – Entende se por pescado dessecado o produto obtido pela dessecação natural ou artificial do pescado integro, compreendendo os seguintes tipos:

Parágrafo Primeiro - Entende-se por pescado seco o produto obtido pela dessecação apropriada do pescado integro.

Parágrafo Segundo - Entende-se por pescado desidratado o produto obtido pela dessecação profunda do pescado integro.

Parágrafo Terceiro – O pescado desidratado não deve conter mais do que 5% (cinco por cento) de umidade e 3% (três por cento) de resíduo mineral fixo.

Art. 69 º - O pescado curado deve ser considerado alterado:
1 - Quando apresentar odor e sabor desagradáveis, anormais;
2 - Quando amolecido, úmido e pegajoso;
3 - Quando apresentar áreas de coloração anormais;
4 - Quando apresentar larvas ou parasitos;
5 - Por alterações outras, a juízo da Inspeção.

Art. 70º - Entende se por embutido de pescado todo o produto elaborado com pescado integro, curado ou não, defumado e dessecado ou não, tendo como envoltório tripa, bexiga ou envoltório artificial, aprovado pelo SIM/POA.

Art. 71º - Produtos não comestíveis do pescado:

Parágrafo único - Entende-se por subproduto não comestível do pescado todo e qualquer resíduo de pescado devidamente elaborado ,que se enquadre nas denominações e especificações deste regulamento.

Art. 72º - São considerados subprodutos não comestíveis de pescado, além de outros os seguintes:
1- farinha de pescado
2- óleo de pescado
3- cola de pescado
4- adubo de pescado
5- solúvel concentrado de pescado

Parágrafo Primeiro – Entende-se por farinha de pescado o subproduto obtido pela cocção de pescado ou de seus resíduos mediante o emprego de vapor, convenientemente prensado, dessecado e triturado.

Parágrafo Segundo – Permite-se, também, o tratamento pela coação e secagem sob vácuo ou por qualquer outro processo adequado.

Parágrafo Terceiro – E permitida a secagem por simples exposição ao sol, desde que essa pratica não acarrete maiores inconvenientes.

Parágrafo Quarto - Para efeito de classificação consideram-se dois tipos de farinha de pescado:
A - A farinha de pescado de primeira qualidade deve conter no mínimo 60% (sessenta) de proteína; no máximo 10% (dez por cento) de unidade no máximo 8% (oito por cento) de gordura, no máximo 5% (cinco por cento) de cloretos expressos em NaCl e no máximo 2% (dois por cento) de gordura,no máximo 5%(cinco por cento) de cloretos expressos em NaCl e no máximo 2% (dois por cento)de areia.

B - A farinha de pescado de segunda qualidade, deve conter no mínimo 40% (quarenta por cento) de proteína, no máximo 10% (dez por cento) de umidade, no máximo 10% (dez por cento) de cloretos expressos em NaCl e no máximo 3% (três por cento) de areia.

Art. 73º - Entende se por óleo de pescado o subproduto liquido obtido pelo tratamento de matéria primas pela cocção a vapor, separada por decantação ou centrifugação e filtração.
1- Permite-se também, o tratamento por simples prensagem e decantação ou por qualquer outro processo adequado.

2- Os óleos de pescado devem satisfazer as seguintes características:
a) cor amarelo-claro ou amarelo âmbar, tolerando se os que apresentarem uma ligeira turvação;
b) no máximo 10% (dez por cento) de umidade;
c) no máximo 3%(três por cento) de acidez em ácido oléico;

Capitulo XV
Inspeção Industrial e sanitária do mel e cera de abelhas

Art. 74º - Entende-se por mel o produto alimentício produzido pelas abelhas melíferas a partir do néctar das flores ou das secreções procedentes de partes vivas das plantas ou de excreções de insetos sugadores de plantas, que ficam sobre partes vivas das plantas, que as abelhas recolhem, transformam, combinam com substâncias especificas próprias e deixam maturar nos favos da colméia.

Parágrafo Único - Deverá ser atendido o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade Especifica oficialmente adotado.

Art. 75º - Entende-se por “Cera de abelha” o produto de consistência plástica, de cor amarelada, muito fusível, segregado pelas abelhas para formação dos favos das colméias.

Art. 76º - A cera de abelha será classificada em:
1- cera bruta – quando não tiver sofrido qualquer processo de purificação, apresentar cor desde o amarelo, até o pardo, untuosa ao tato, mole e plástica ao calor da mão, fratura granulosa, cheiro, especial lembrando o de mel, sabor levemente balsâmico e ainda com traços de mel;

2 - cera branca – quando tiver sido descolorada pela ação da luz, do ar ou por processos químicos, isenta de restos de mel, apresentando-se de cor branca, ou creme, frágil, pouco untuosa e de odor acentuado .

Art. 77º - A cera de abelha, seja qual for sua qualidade, deve ser quase insolúvel no álcool frio, parcialmente solúvel no álcool fervente, solúvel no éter fervente pouco solúvel no éter frio, solúvel no clorofórmio e no benzol, apresentando os seguintes caracteres físico químicos:
1 - peso especifico de 0,963 a 0,966 (novecentos e sessenta e três milésimos a novecentos e sessenta e seis milésimos) a 15ºC (quinze graus centígrados)

2 - ponto de fusão – 62 a 63,5°C (sessenta e dois a sessenta e três e cinco décimos de graus centígrados);
3 - índice de acidez – 18 a 21 (dezoito a vinte e um);
4 - índice de ésteres – 73 a 77 (setenta e três a setenta e sete).

Capitulo XVI
Ovinos e caprinos

Art. 78º - Na inspeção de ovinos e caprinos aplica-se também os dispositivos do SIM/POA, cabíveis e estabelecidos nas seções anteriores.

Art. 79º - Brucelose – Não tendo sido constatada no País a brucelose em caprinos, a Inspeção Municipal procederá como se segue:

1- condenação das carcaças que mostrem lesões imputáveis a brucelose;
2- coleta de material para diagnóstico e sua remessa a seção de tecnologia;
3-coleta, na medida do possível, de sangue nos vasos internos para imediata prova de aglutinação (aglutinação rápida) no laboratório mais próximo.
4- imediata interdição do lote para outras verificações;
5- aplicação de medidas de policia sanitária animal cabíveis.

Art. 80º - Cenurose - São condenados unicamente os órgãos atingidos (cérebro ou medula espinhal).

Art. 81º - Cysticercose - Devem ser condenadas as carcaças com infestações intensas pelo Cystticercus ovis.

Parágrafo Primeiro - Entende –se por infestação intensa a presença de cinco ou mais cistos na superfície muscular de cortes ou nos tecidos circunvizinhos, inclusive o coração.

Parágrafo Segundo - Quando o número de cisto for menor, após a inspeção final a carcaça será destinada a esterilização – pelo calor, depois de removidos e condenados as partes infestadas.

Art. 82º - Icterícia – Devem ser condenadas as carcaças que apresentem coloração amarelo esverdeada.

Art. 83º - Nos casos de linfadenite caseosa obedece-se os seguintes critérios:

1 - condena-se as carcaças de animais magros, mostrando lesões extensas de qualquer região;

2 - são condenadas também carcaças de animais gordos quando as lesões são numerosas e extensas.

3 - podem ser aproveitadas, para consumo mesmo as carcaças de animais magros com lesões discretas dos gânglios e das vísceras, após remoção e condenação das partes atingidas.

Capitulo XVII
INSPEÇAO INDUSTRIAL E SANITARIA DO LEITE E DERIVADOS
LEITE EM NATUREZA

Art. 84º – Entende-se por leite, sem outra especificação, o produto oriundo da ordenha completa, ininterrupta, em condições de higiene, de vacas sadias, bem alimentadas e descansadas. O leite de outros animais deve denominar-se segundo a espécie de que proceda.

Art. 85º - Considera-se leite normal, o produto que apresente:
1- caracteres normais;
2- teor de gordura mínimo de 3% (três por cento);
3- acidez em graus Dornic entre 15 a 20(quinze a vinte);
4- densidade a 15 graus centígrados
5- Lactose – mínimo de 4,3 (quatro e três décimos por cento)
6- extrato seco desengordurado – mínimo 8,5% (oito e cinco décimos por cento);
7- extrato seco total – mínimo (onze e cinco décimos por cento)
8- índice crioscopico mínimo – (0,55 graus centígrados);
9- índice refratométrico no soro cúprico a 20 graus centígrados não inferior a 37 graus centígrados.

Art. 86º - As inspetorias Regionais de produto de Origem Animal e de fomento da produção animal, bem como os órgãos estaduais e municipais congêneres devem promover os estudos necessários para que o prazo determinado pelo LAPOA sejam estabelecidos os padrões regionais de leite e produtos de laticínios.

Art. 87º - entende-se por leite de retenção o produto da ordenha, a partir do 30 (trigésimo) dia antes da parição.

Art. 88º - Entende-se por colostro o produto da ordenha obtido após o parto e enquanto estiverem presentes os elementos que o caracterizam.

Parágrafo Único - É proibido o aproveitamento para fins de alimentação humana, do leite da retenção e do colostro.

Art. 89º – A produção de leite das espécies caprinas, ovina e outras ficam sujeitas as mesmas determinações do presente regulamento, satisfeitas as exigências para sua identificação.

Art. 90º - A composição média do leite das espécies caprinas, ovina e outras, bem como as condições de sua obtenção, serão determinadas quando houver produção intensiva deste produto.

Art. 91º - É obrigatória a produção de leite em condições higiênicas desde que a fonte de origem seja qual for a quantidade produzida e seu aproveitamento.

Parágrafo único - Esta obrigatoriedade se estende ao trato do gado leiteiro, a ordenha, ao vasilhame e ao transporte.

Art. 92º - Denomina-se gado leiteiro todo rebanho explorado com a finalidade de produzir leite.

Parágrafo único - O gado leiteiro será mantido sob controle veterinário permanente nos estabelecimentos produtores de leite dos tipos A, B e C e periódico nos demais, tendo em vista essencialmente:
1- O regime de criação e permanência nos pastos ou piquetes.
2- A área mínima das pastagens por animal.
3- Horário das rações e organização das tabelas de alimentação para as granjas leiteiras.
4- Alimentação produzida ou adquirida, inclusive instalações para o preparo de alimentos.
5- Condições higiênicas em geral, especialmente dos currais, estábulos locais de ordenha e demais dependências que tenham relação com a produção de leite.
6- Água destinada aos animais e utilizada na lavagem de locais e equipamentos;
7- Estado sanitário dos animais, especialmente das vacas em lactação e adoção de medidas de caráter permanente contra a tuberculose, brucelose, mamite e outras doenças que possam contaminar o leite.
8- Controle dos documentos de sanidade dos ordenhadores;
9- Higiene da ordenha, do vasilhame da manipulação do leite.

Art. 93º - O controle a que se refere o artigo anterior será feito pelo SIM/POA em colaboração com o INDEA/MT, mediante plano estabelecido entre esses órgãos.

Parágrafo único – os veterinários e auxiliares dos demais órgãos reguladores e fiscalizadores, quando em serviço nas propriedades rurais produtoras de leite, colaborarão na elaboração desse plano.

Art. 94º – O SIM/POA e o INDEA/MT entrarão em entendimento a fim de por em execução um plano para erradicação da tuberculose, da brucelose ou de quaisquer outras doenças dos animais produtores de leite.

Art. 95º - Só se permite o aproveitamento do leite da vaca, cabra, da ovelha e de outras espécies, quando:
1- as fêmeas se apresentem clinicamente sãs e em bom estado de nutrição;
2- não estejam no período final de gestação, nem na fase colostral;
3- não reajam a prova de tuberculose (tuberculina) nem apresentem reação positiva as provas do diagnostico da brucelose, obedecidos aos dispositivos da legislação em vigor.

Parágrafo Único – Qualquer alteração no estado de saúde dos animais, capaz de modificar a qualidade do leite, justifica a condenação do produto para fins alimentícios e de toda a quantidade a que se tenha sido misturado. As fêmeas em tais condições devem ser afastadas do rebanho, em caráter provisório ou definitivo.

Art. 96º - Será interditada a propriedade rural, para efeito de aproveitamento do leite destinado a alimentação humana quando se verifica qualquer surto de doença infecto-contagiosa que justifique a medida.

Art. 97º - É obrigatório o afastamento da produção leiteira das fêmeas que:

1-se apresentem em estado de magreza extrema ou caquéticas;

2-sejam suspeitas ou atacadas de doenças infecto-contagiosas;

3-se apresentarem febris, com mamite, diarréia, corrimento vaginal ou qualquer manifestação patológica, a juízo da autoridade sanitária.

4- rejeição dos primeiros jatos de leite, fazendo-se a ordenha total e ininterrupta com esgotamento das 4 tetas.

5 - E permitida a ordenha mecânica; em tal caso e obrigatória a rigorosa lavagem e esterilização de todas as peças da ordenhadeira, as quais serão mantidas em condições adequadas.

6 - Na ordenha manual é obrigatório o uso de baldes com abertura lateral, inclinada, previamente higienizados.

Parágrafo Único - 0 animal afastado da produção só pode voltar a ordenha após exame procedido por veterinário oficial.

Art. 98º - Logo após a ordenha o leite deve ser passado para vasilhame próprio, previamente higienizados.

Art. 99º - O vasilhame com leite deve ser mantido em tanque com água corrente ou preferencialmente sob refrigeração a 10 graus centígrados.

Art. 100º - O leite da segunda ordenha, quando destinado a fins industriais, pode ser mantido no estabelecimento produtor ate o dia seguinte, mas não poderá ser misturado ao leite da primeira ordenha do dia imediato, devendo ser entregue em vasilhame separado e convenientemente refrigerado.

Art. 101º - É proibido, nas propriedades rurais, a padronização ou o desnate parcial ou total do leite destinado ao consumo.

Art. 102º - Todo vasilhame empregado no acondicionamento do leite, na ordenha, na coleta ou para mantê-lo em deposito, deve atender ao seguinte:

1- Ser de aço inoxidável, alumínio ou ferro estanhado, de perfeito acabamento e sem falhas, com formato que facilita sua lavagem e esterilização.

2- Estar covenientemente limpo no momento da ordenha e ser devidamente lavado após utilizado;

3- Possuir tampa de modo a evitar vazamentos ou contaminação e, a juízo a Inspeção Municipal, reforço apropriado.

4- Ser destinado exclusivamente ao transporte ou ao deposito de leite, não podendo ser usado no acondicionamento de soro ou leite impróprio para consumo.

5- Trazer identificação de procedência por meio de marca, numeração, etiqueta ou selo de chumbo.

6- Dispor, de preferência, de fecho metálico inviolável.

Art. 103º - É proibido misturar leite, sem a retirada de amostra de cada produtor, devidamente identificado para fins de análise.

Art. 104º - O vasilhame contendo leite deve der resguardado da poeira, dos raios solares e das chuvas.

Art. 105º - Os latões com leite, colocados a margem de estradas, a espera do veiculo coletor, devem ser protegidos pelo menos em abrigos.

Parágrafo Único – Durante o transporte o leite será protegido dos raios solares por meio pratico e eficiente, usando se pelo menos lona e toldo sobre a armação.

Art. 106º - Não se permite medir ou transvasar leite em ambiente que o exponha à contaminações.

Art. 107º - No transporte do leite das propriedades rurais aos postos de leite e derivados e destes as usinas de beneficiamento, fabricas de laticínios ou entrepostos de laticínios, será observado o seguinte:

1- Os veículos devem ser providos de molas e ter proteção contra sol e chuva;

2- Com os latões de leite não pode ser transportado qualquer produto ou mercadoria que lhe seja prejudicial.

Art. 108º – É permitida a coleta de leite em carro tanque, diretamente em fazendas leiteiras, desde que se trate de leite mantido no máximo a 10 graus centígrados.

Art. 109º - O leite deve ser enviado ao estabelecimento de destino, imediatamente após ordenha.

Parágrafo Primeiro – O leite só pode ser retido na fazenda quando refrigerado e pelo tempo estritamente necessário a remessa (sendo no máximo de 3 dias).

Parágrafo Segundo – Permite-se, como máximo entre o inicio da ordenha e a chegada ao estabelecimento de destino, imediatamente após ordenha.

Parágrafo Terceiro – A inspeção Municipal de cada estabelecimento organizará, ouvidos os interessados, horário de chegada do leite, tendo em vista a distância, os meios de transportes e a organização do trabalho.

Capitulo XVIII
Identificação de Produtos

Art. 110º - Todos os produtos de origem animal entregue ao comércio devem estar identificados por meio de etiquetas ou rótulos registrados e/ou carimbos oficiais aplicados sobre as matérias-primas, produtos, vasilhames ou continentes, quer quando diretamente destinados ao consumo público, quer quando se destinar a outros estabelecimentos que os vão beneficiar.

Parágrafo Único - Os produtos de origem animal que devam ser fracionados devem conservar a rotulagem sempre que possível ou manter identificação do estabelecimento de origem.

Art. 111º - Os produtos de origem animal destinados à alimentação humana, só podem ser acondicionados ou embalados em recipientes ou continentes comprovadamente inócuos à saúde humana e devidamente aprovados pelo Ministério de Saúde ou órgão afim, com suas respectivas autorizações de uso.

Art. 112º - Um mesmo rótulo pode ser usado para produtos idênticos, fabricados em vários estabelecimentos da mesma firma, desde que seja da mesma qualidade, denominação e marca, excetuando-se as informações sobre localização, número de registro e outras.

Art. 113º - Os rótulos dos continentes de produtos não destinados à alimentação humana devem conter, além do carimbo da inspeção competente, a declaração "IMPRÓPRIO PARA O CONSUMO HUMANO", obrigatória também nos continentes marcada a quente ou por gravação e, em quaisquer dos casos, em caracteres bem destacados.

Art. 114º - Os rótulos destinados a continentes de produtos próprios à alimentação dos animais conterão, além do carimbo de inspeção próprio, a declaração "ALIMENTO PARA ANIMAIS".

Capitulo Xix
Rotulagem

Art. 115º - Entende-se por rótulo ou rotulagem toda inscrição, legenda, imagem ou toda matéria descritiva ou gráfica escrita, impressa, estampada, gravada lisa ou em relevo, litografada ou afixada na embalagem ou no produto de origem animal.

Art. 116º - Além de outras exigências previstas neste Regulamento e em legislação ordinária, os rótulos devem, obrigatoriamente, conter as seguintes indicações:

I - nome verdadeiro do produto em caracteres destacados, com no mínimo 1/3 (um terço) da maior inscrição do rótulo, uniformes em corpo e cor, sem intercalação de desenhos e outros dizeres, obedecendo às discriminações estabelecidas neste Regulamento, ou nome aceito por ocasião da aprovação das fórmulas;

II - nome da firma que tenha completado operações de acondicionamento, quando for o caso;

III - carimbo oficial da inspeção;

IV - natureza do estabelecimento, de acordo com a classificação oficial prevista neste Regulamento;

V - localização do estabelecimento, especificando o município, bairro, rua e número;

VI - marca comercial do produto;

VII - algarismos correspondentes à data de fabricação;

VIII - peso líquido e peso da embalagem;

IX - fórmula de composição ou outros dizeres, quando previstos neste Regulamento e informações nutricionais;

X - a especificação "INDÚSTRIA BRASILEIRA";

XI - dos aditivos, conservantes, corantes e condimentos usados nos produtos, citados pelo nome ou número de Sistema Internacional de Numeração - INS e função;

XII – prazo de validade e identificação do lote;

XIII- identificação da origem;

XIV - conservação do produto;

Art. 117º - A data de fabricação, conforme a natureza do continente ou envoltório será impressa, gravada, declarada por meio de carimbo ou outro processo, a juízo do SIM/POA - POCONÉ, detalhando dia, mês e ano, podendo este ser representado pelos dois últimos algarismos.

Art. 118º - Em caso de impossibilidade de indicar o peso líquido do produto, deverá ser usada a expressão "deve ser pesado à vista do comprador".

Art. 119º - É proibida qualquer denominação, declaração, palavra, desenho ou ação que transmita falsa impressão, forneça indicação errônea de origem e de qualidade dos produtos, podendo essa proibição estender a juízo do SIM/POA - POCONÉ, às denominações impróprias.

Parágrafo Único - Quando os produtos são fabricados segundo tecnologias características de diferentes lugares geográficos, para obter produtos de origem animal com propriedades sensoriais semelhantes ou parecidas com aquelas que são típicas de certas zonas reconhecidas, na denominação do produto deve figurar a expressão "tipo", com letras de igual tamanho, realce e visibilidade que as correspondentes à denominação aprovada em legislação específica.

Capitulo Xx
coagulantes

Art. 120º - Entende-se por "coalho" o extrato aquoso, concentrado a baixa temperatura, dessecado ou não, preparado com o estomago de bezerros. Distinguem-se os coalhos: líquidos, em pó e pastilhas.

Art. 121º - São características do coalho:
a) Coalho líquido:
1 – limpidez ou ligeira opalescência;
2 - ausência de depósitos;
3 – cheiro característico que não denuncie fermentação;
4 – poder coagulante mínimo de 1:10.000 (um por dez mil) à temperatura de 35ºC (trinta e cinco graus centígrados) e em tempo inferior a 40 (quarenta) minutos.

b) Coalho em pó:
1 – aspecto homogêneo;
2 – cor branca, ligeiramente amarelada;
3 – odor característico que não denuncie fermentação;
4 – poder coagulante mínimo de 1:80.000 (um por oitenta mil) à temperatura de 35ºC (trinta e cinco graus centígrados) e em tempo inferior a 40 (quarenta) minutos.

c) Coalho em pastilhas:
1 – aspecto homogêneo;
2 – desagregação fácil na água;
3 – cor branca, ligeiramente amarelada;
4 – ausência de conservadores;

Capitulo XxI
EMBALAGENS

Art. 122º - Os produtos de origem animal destinados à alimentação humana só podem ser acondicionados ou embalados em recipientes ou continentes previstos neste Regulamento ou que venham a ser aprovados pelo SIM/POA.

Parágrafo Único – Quando houver interesse comercial, industrial ou sanitário, de acordo com a natureza do produto, poderá ser exigida embalagem ou acondicionamento estandartizado em formato, dimensão e peso.

Art. 123º - Recipientes anteriormente usados só podem ser aproveitados para o envasamento de produtos e matérias-primas utilizadas na alimentação humana, quando absolutamente íntegros, perfeitos e rigorosamente higienizadas.

Parágrafo Único – Em hipótese alguma podem ser utilizados, se anteriormente tenham sido empregados no acondicionamento de produtos e matérias primas de uso não comestível.

Capitulo XxII
triparia

Art. 124º - A triparia é o departamento destinado à manipulação, limpeza e preparo para melhor apresentação ou subseqüente tratamento dos órgãos e vísceras retiradas dos animais abatidos.
1 – A Inspeção Municipal providenciará para que a abertura dos órgãos abdominais se faça tão distante quanto possível do local das demais manipulações, preferentemente em compartimentos separados.
2 – É proibida qualquer manipulação de couros e peles na triparia.

Art. 125º - São considerados produtos de triparia as cabeças, miolos, línguas, mocotós, esôfagos e todas as vísceras e órgãos, torácicos e abdominais, não rejeitados pela Inspeção Municipal.

Art. 126º - Os intestinos não podem ser empregados na composição de produtos alimentícios; os de bovinos, suínos, ovinos e caprinos podem ser utilizados como envoltório para embutidos.

Parágrafo Único - Para seu aproveitamento é necessário que sejam convenientemente raspados e lavados, considerando-se como

processos usuais de conservação a dessecação, a salga ou outros aprovados pelo S.I.M./P.O.A.

Art. 127º - As manipulações realizadas sobre tripas, que exijam prévio preparo (fermentação, tratamento por soda ou bicarbonatos alcalinos), só podem ser realizadas em locais apropriados, completamente isolados, exclusivamente destinados a essa finalidade.

Art. 128 - As tripas destinadas a embutidos serão cuidadosamente inspecionadas, principalmente quanto à sua integridade e limpeza.

1 – Tripas, porções de tripas e esôfagos infestados por parasitas que produzem nódulos devem ser condenados, exceto nos casos de infestação discreta e quando os nódulos possam ser facilmente removidos.

2 – Devem ser também condenadas quando a limpeza deixe a desejar ou seu estado de conservação não seja perfeito.

Art. 129º - Podem servir ainda como continentes para produtos cárneos as bexigas, o epíplon, estômago de porco, desprovido de sua mucosa e a pele de porco devidamente depilada..

Art. 130º - Os estômagos de bovinos destinados à alimentação humana, devem ser rigorosamente lavados imediatamente após o esvaziamento, permitindo-se quando do escaldamento, o emprego da solução de soda no máximo até 2% (dois por cento) ou de outras substancias aprovadas pelo S.I.M./P.O.A. que facilitem a remoção da mucosa.

1 – Permite-se o branqueamento de estômagos de bovinos pelo emprego de fosfato trissódico, metasilicato de sódio ou uma combinação desses produtos, pelo emprego da cal ou de sua combinação com carbonato de sódio, além de outras substancias aprovadas pelo S.I.M./ P.O.A.

2 – Os estômagos assim tratados serão a seguir lavados com água fria, até remoção total da substancia empregada.

Art. 131º - As cabeças destinadas ao preparo de produtos para consumo devem ser previamente abertas, retirados os olhos, cartuchos, etmóides e as partes cartilaginosas internas do conduto auditivo externo.

1 – Essas operações devem ser realizadas tão longe quanto possível do local onde são abertos e lavados os estômagos e intestinos.

2 – A inspeção Municipal deve determinar medidas especiais quanto às condições de retirada e subseqüentes cuidados para aproveitamento dos miolos.

Art. 132º - A medula espinhal pode ser dessecada ou congelada e destinada à elaboração de conservas enlatadas, em percentagens estabelecidas pelo S.I.M./P.O.A.

Art. 133º - Os miúdos (coração, pulmão, fígado, rins, miolos, timos, mocotós, língua) são submetidos a manipulações e limpeza adequadas, antes de serem entregues ao consumo ou de entrarem para as câmaras frias.

1 – Os rins destinados ao preparo de produtos cárneos devem ser previamente retalhados e a seguir abundantemente lavados.

2 – No coração dos suínos deve-se verificar a existência de coágulos sanguineos, os quais serão sempre retirados.

3 – As línguas mutiladas, portadoras de cicatrizes ou lesões superficiais podem ser destinadas à salsicharia, depois de removida e condenada a parte lesada.

Art. 134º - É proibido o emprego de testículos no preparo de produtos comestíveis.

Parágrafo Único – Quando destinados ao consumo em estado fresco ou após tratamento pelo frio, os testículos só podem sair do estabelecimento em peças inteiras devidamente embaladas.

Art. 135º - As amídalas, glândulas salivares, ovários, baço, outras glândulas, gânglios linfáticos e hemolinfáticos, não se prestam, sob qualquer forma, ao preparo de produtos alimentícios.

Art. 136º - A Inspeção Municipal indicará melhor maneira de retirar e conservar glândulas de secreção interna ou órgãos destinados à elaboração de produtos opoterápicos.

Capitulo XxIII
GRAXaria

Art. 137º - Graxaria é a seção destinada ao aproveitamento de matérias-primas gordurosas e de subprodutos não comestíveis.

Parágrafo Único – A graxaria compreende:
1 – seção de produtos gordurosos comestíveis;
2 – seção de produtos gordurosos não comestíveis;
3 – seção de subprodutos não comestíveis;

Art. 138º - As dependências e equipamentos destinados a produtos gordurosos comestíveis são privativos para esses produtos, sendo proibida sua utilização para manipulação de produtos ou subprodutos não comestíveis.

Art. 139º - Ficam em poder da Inspeção Municipal, (S.I.M.P.O.A.), plantas e diagramas com a descrição e percurso dos condutos, torneiras, válvulas, uniões e outros detalhes referentes à instalação.

1 – Todos os encanamentos, torneiras, válvulas e recipientes que servem à condução e depósito de gorduras comestíveis, devem ser pintados em branco os reservados a gorduras não comestíveis, em azul.

2 – Nenhuma modificação nessas instalações pode ser feita sem prévia autorização da Inspeção Municipal.

Art. 140º - Entende-se por produtos gordurosos os que resultam do aproveitamento de tecidos animais, por fusão ou por outros processos que venham a ser aprovados pelo S.I.M./P.O.A.

1 – Os produtos gordurosos, segundo a espécie animal de que procedem, se distinguem em produtos gordurosos de bovinos, de ovino, de caprino, de suíno, de aves, de ovos e de pescado.

2 – Os produtos gordurosos segundo o emprego a que se destinam e suas características compreendem:
Comestíveis;
Não comestíveis.

Art. 141º - Produtos gordurosos comestíveis são denominados “gorduras”, exceto banha e manteiga.

1 – Quando apresentados em estado liquido são denominados “óleos”.

2 – É proibido o emprego de corantes ou conservadoras nas gorduras comestíveis.

Art. 142º - Entende-se por “gordura bovina” o produto obtido pela fusão de tecidos adiposos de bovino, tanto cavitários (visceral, mesentério, mediastinal, peri-renal e pélvico), como de cobertura (esternal, inguinal e subcutâneo).

Art. 143º - Entende-se por “oleína” o produto gorduroso comestível resultante da separação da estearina existente na gordura bovina, por prensagem ou por outro processo aprovado pelo S.I.M./P.O.A.

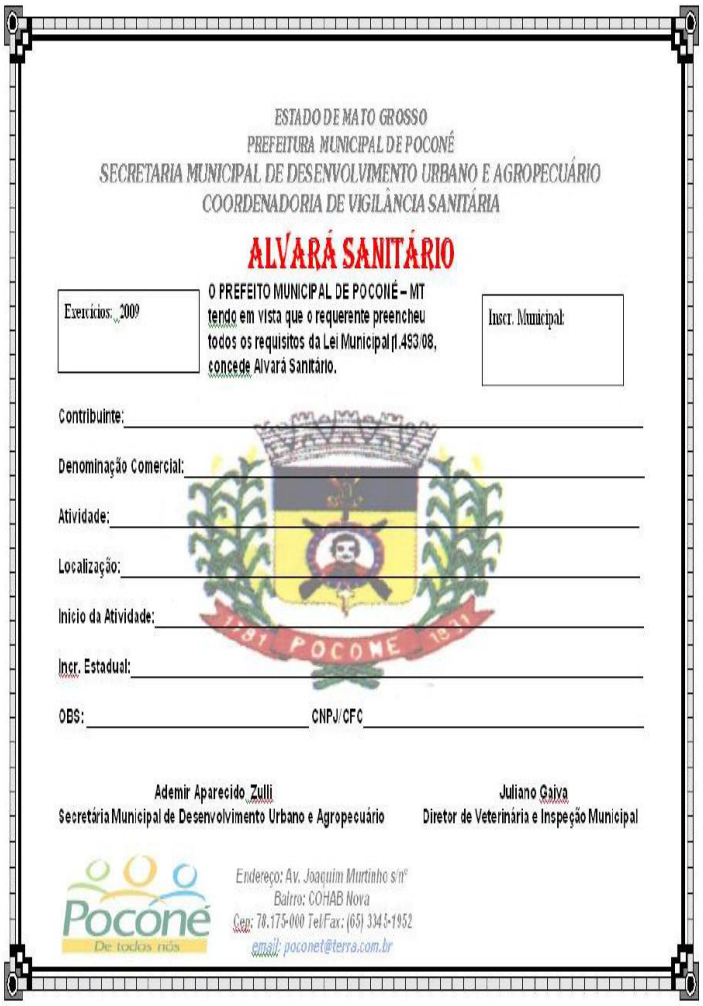
Capitulo XxIV
MARGARINa

Art. 144º - Entende-se por Margarina o produto gorduroso em emulsão estável com leite ou seus constituintes ou derivados, e outros ingredientes, destinados à alimentação humana com cheiro e sabor característicos. A gordura láctea, quando presente, não deverá exceder a 3% (m/m) do teor de lipídeos totais.

Art. 145º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Poconé-MT, 08 de Fevereiro de 2010.

Clóvis Damião Martins
Prefeito Municipal de Poconé



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AGROPECUÁRIO
COORDENADORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

ALVARÁ SANITÁRIO

Exercícios: 2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ – MT tendo em vista que o requerente preencheu todos os requisitos da Lei Municipal 1.493/08, concede Alvará Sanitário.

Inscr. Municipal:

Contribuinte:

Denominação Comercial:

Atividade:

Localização:

Início da Atividade:

Incr. Estadual:

OBS: CNPJ/CFC

Ademir Aparecido Zulli
Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano e Agropecuário

Juliano Gaiva
Diretor de Veterinária e Inspeção Municipal

Poconé De todos nós

Endereço: Av. Joaquim Murtinho s/nº
Bairro: COHAB Nova
Cep: 78.175-000 Tel/Fax: (65) 3345-1952
email: poconet@terra.com.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 001/2010

O Município de Poconé-Mt por intermédio da Secretaria Municipal de Administração mediante Pregoeira designado pela Portaria nº 023/2010 de 01/02/2010, torna Publico a Realização de Licitação na Modalidade de Pregão Presencial para compra de GENEROS ALIMENTÍCIOS , no dia 19/02/2010, ás 9:00 horas, na forma da Lei Federal Nº 10.520/02 e subsidiariamente da Lei 8.666/93 Lei de Licitação e Contratos Administrativos e Alterações posteriores.

O Edital e seus anexos estão a disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Poconé-Mt, no endereço, Praça da Matriz S/N, Poconé –Mt de Segunda a Sexta-feira das 0700 ás 1300 horas, onde poderão ser consultados gratuitamente. Informações pelo telefone 0**65 3345 1952

Objeto da Licitação:

COMPRA DE GENEROS ALIMENTÍCIOS

Poconé – Mt, 09 de Fevereiro de 2010.

LUCINEY NATIVIDADES ALVES DOS SANTOS
PREGOEIRA

Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

O TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01 E 02/2010.

Objeto Contratação de Médicos
Favorecido Ricardo Pereira de AraújoRG: 368632 SSP/MTCPF: 550.884.651-49Rua: Pires de Campo nº 565 Setor Tapirapé
Prazo de execução 02 meses
Valor global R$ 21.400,00 (Vinte e hum Mil e Quatrocentos Reais)

Fundamento LegalArtigo 24, caput da Lei nº 8.666/93

O TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01 E 02/2010.

Objeto	Contratação de Médicos
Favorecido	Ricardo Pereira de Araújo RG: 368632 SSP/MT CPF: 550.884.651-49 Rua: Pires de Campo nº 565 Setor Tapirapé
Prazo de execução	02 meses
Valor global	R$ 21.400,00 (Vinte e hum Mil e Quatrocentos Reais)
Fundamento Legal	Artigo 24, caput da Lei nº 8.666/93
Justificativa	Anexa aos autos do processo.

Processo 06/2010 DISPENSA Nº 01/2010

Objeto	Contratação de Médicos
Favorecido	Ramires Tosatti Junior Endereço:Porto Alegre do Norte RG: 3133184-1080970/SSP/GO CPF:03291864778
Prazo de execução	02 meses
Valor global	R$ 21.400,00 (Vinte e hum Mil e Quatrocentos Reais)
Fundamento Legal	Artigo 24, caput da Lei nº 8.666/93
Justificativa	Anexa aos autos do processo.

Processo 07/2010 DISPENSA Nº 02/2010

Ratificamos a Dispensa de Licitação nº01 e 02 /2010 em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Parecer Técnico, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

Porto Alegre do Norte – MT, 05 de Fevereiro de 2010.

Edi Escorsin
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos

EDITAL Nº 004/2010 PARA CONHECIMENTO PÚBLICO
DA CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2010

A **COMISSÃO DE PROCESSOS SELETIVOS** nomeada através da portaria 003/2010, pela **DIRETORA ADMINISTRATIVA** da Fundação Municipal de Saúde de Porto dos Gaúchos - MT, Srª. Roberta Pegorari Bonfim dos Santos, **TORNA PÚBLICO** a relação dos candidatos aprovados e/ou classificados do **Processo Seletivo Simplificado 001-2010**, realizado no dia 07/02/2010, conforme segue:

TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM				1º Critério	2º Critério
Class.	Candidato	Nº Insc.	Nota	Pontuação Prova Específica	Idade (mais velho)
1º	Alice Brito Batista de Carvalho	012	50,0	35,0	
2º	Elenice Amate de Figueiredo	006	50,0	30,0	
3º	Carlito Januário da Silva	002	50,0	25,0	
4º	Florisia Maria de Proença	009	45,0	25,0	20/10/1962
5º	Jurandira dos Santos	004	45,0	25,0	23/08/1966
6º	Vânia dos Santos Bernardes	003	30,0		

COZINHEIRO(A)				1º Critério	2º Critério
Class.	Candidato	Nº Insc.	Nota	Pontuação Prova Específica	Idade (mais velho)
1º	Maria Lúcia Rezer	007	75,0		
2º	Leoni Vanda Gruneberg Politowski	001	60,0	40,0	
3º	Elizabeth Regina Dominhaki de Almeida	010	60,0	35,0	
4º	Ana Paula de Oliveira	015	55,0		

ZELADOR(A)				1º Critério	2º Critério
Class.	Candidato	Nº Insc.	Nota	Pontuação Prova Específica	Idade (mais velho)
1º	Alexandra Ribeiro de Souza	013	90,0		
2º	Cristiana Aparecida da Costa	008	60,0		
3º	Claudete do Nascimento Brito	011	30,0		

Conforme **item VI do Edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado 001-2010**, a **Avaliação Médica** é parte integrante do Processo Seletivo, sendo eliminado o candidato considerado **INAPTO**, independente da classificação obtida no teste seletivo simplificado.

A Avaliação Médica, de caráter eliminatório, tem por objetivo verificar as condições de saúde do candidato, bem como verificar as condições físicas necessárias ao desempenho das atribuições do cargo pretendido.

O Departamento de Pessoal determinará ao candidato o dia, horário e local para a realização da Avaliação Médica, quando da convocação.

O candidato que não apresentar condição de **APTO** será automaticamente eliminado.

No caso de eliminação do candidato pela avaliação médica, será convocado o próximo candidato conforme classificação supracitada.

No caso de todos os classificados forem convocados e considerados **INAPTOS** pela avaliação médica, será realizado novo Processo Seletivo.

Fundação Municipal de Saúde de Porto dos Gaúchos - MT, em 09 de fevereiro de 2010.

ROBERTA PEGORARI BONFIM DOS SANTOS
Diretora Administrativa
Fundação Municipal de Saúde

MÁRCIA SELZLER DE OLIVEIRA
Presidenta
Comissão de Processos Seletivos

Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho

PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

CARTA CONVITE Nº. 001/2010

O Município de Ribeirãozinho - MT torna público aos interessados a PRORROGAÇÃO, da licitação em epígrafe, sendo que a abertura será no dia 11/02/2010, ás 15h00min, na sede da Prefeitura, à Rua Antônio João nº. 156, licitação na modalidade Carta Convite, que tem por objeto: A Contratação de serviços de assessoria técnica advocatícia nas seguintes áreas: Defender em juízo ou fora dele os direitos e interesse do Município; Assessorar e redigir projetos de Leis; Justificativas de vetos; Decretos; Portarias; Regulamentos; Contratos e outros documentos de natureza jurídica; Assessorar o Prefeito nos atos executivos relativos à desapropriação; Alienação de imóveis e móveis pelo Município e em todas as modalidades de licitações; Assessorar nos inquéritos administrativos e dar-lhe orientação jurídica conveniente; Proporcionar assessoramento administrativo aos órgãos da Prefeitura. Poderão participar do presente Convite n° 001/2010, todas as pessoas físicas devidamente cadastradas ou que tenham feito cadastro até 24 horas antes da abertura do certame, observada a necessária qualificação. Maiores informações pelo telefone 66 3415 1129.

Ribeirãozinho - MT, 08 de fevereiro de 2010.

Jucielly Monte de O.A. Lopes -
Pres. da Comissão de Licitação

Prefeitura Municipal de Salto do Céu

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 003/2010

EDITAL

De ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal Sr. Osvaldo Katsuo Minakami, a Comissão de Coordenação e Avaliação de Processo Seletivo, torna público que fará realizar Processo Seletivo Simplificado para a contratação em caráter temporário, conforme dispõe o art. 37 inciso IX da Constituição Federal de 1988, e Lei nº 364/2010[1], faz expedir o presente Edital, estabelecendo as regras de participação aos interessados:

1 - DA ENTIDADE EXECUTORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO:

1.1 - O presente Processo Seletivo Simplificado será realizado sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Salto do Céu/MT e elaborado e aplicado pela Secretaria Municipal de Administração através de Comissão de Coordenação e Avaliação de Processo Seletivo, que promoverá o recebimento e análise de *Curriculum Vitae* e da documentação mínima necessária a contratação.

2 - DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO:

2.1 - Dos Cargos e das Vagas:

2.1.1 - O Processo Seletivo Simplificado será realizado no Município de Salto do Céu/MT e destina-se a contratação temporária por excepcional interesse público para funções públicas a serem exercidas nos mais diversos órgãos da Prefeitura Municipal.

2.1.2 - Do Quadro de Cargos, Escolaridade, Carga Horária, Vagas e Remuneração:

CARGOS	ESCOLARIDADE	CARGA HORÁRIA	VAGAS	VENCIMENTO
Orientador Social do ProJovem Adolescente	Ensino Médio	40 H/S	Formação de cadastro reserva.	R$ 600,00
Gestor da Bolsa Família	Ensino Médio	40 H/S	Formação de cadastro reserva.	R$ 600,00
Técnico do Tele Centro de Informática	Ensino Médio	40 H/S	Formação de cadastro reserva.	R$ 510,00
Monitor de Artes	Ensino Médio	40 H/S	Formação de cadastro reserva.	R$ 510,00
Monitor de acompanhamento Escolar	Ensino Médio	40 H/S	Formação de cadastro reserva.	R$ 510,00
Monitor de Esportes do PETI	Ensino Médio	40 H/S	Formação de cadastro reserva.	R$ 510,00
Monitor do API, APD	Ensino Médio	40 H/S	Formação de cadastro reserva.	R$ 510,00

2.1.3 - As contratações serão pelo período de 02 (dois) anos, admitida a prorrogação por 01 (um), a critério da Administração[2].

2.1.4 - A contratação poderá ser rescindida a pedido do contratado; por conveniência da Administração, a juízo da autoridade contratante; e, quando o contratado incorrer em falta disciplinar ou regulamentar.

2.1.5 - Os contratados temporários contribuirão ao Regime Geral de Previdência Social durante a vigência do contrato.

3 – DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO:

3.1 – ser brasileiro que preencha os requisitos estabelecidos em lei, assim como estrangeiro na forma da lei;

3.2 – ter completado dezoito anos de idade;

3.3 – estar em gozo dos direitos políticos;

3.4 – estar quites com as obrigações militares quando homem;

3.5 – ter boa conduta;

3.6 – gozar de boa saúde física e mental e não ser portador de deficiência física incompatível com o exercício da função;

3.7 – atender às condições especiais, prescritas em lei ou regulamento, para determinadas funções;

3.8 – quando se tratar de cargos que exijam escolaridade ensino superior completo os títulos dos(as) candidatos(as) deverão ser entregues no ato da inscrição;

3.9 – apresentar 2 (duas) todos 3x4 recente tiradas de frente;

3.10 – apresentar cópia da Cédula de Identidade;

3.11 – apresentar cópia do CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

3.12 – apresentar cópia do Título de Eleitor e de Certidão de Regularidade eleitoral;

3.13 – apresentar cópia da certidão de nascimento (se solteiro) ou da certidão de casamento (se casado);

3.14 – apresentar cópia do documento comprobatório da escolaridade e requisitos exigidos neste edital para o cargo (histórico escolar e/ou certificado do ensino fundamental);

3.15 – carteira de vacina dos filhos até sete anos de idade;

3.16 – certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;

3.17 – apresentar de *Curriculum Vitae* Simplificado nos termos do Anexo 01 deste Edital.

4 – DAS INSCRIÇÕES

4.1 – As inscrições serão recebidas da seguinte forma:

Período de: 08 de fevereiro a 10 de fevereiro de 2010.

Horário: 07h às 11h e das 13h às 17h

Local: Prefeitura Municipal de Salto do Céu – MT – Secretaria Municipal de Administração, Departamento Pessoal – Comissão de Coordenação e Avaliação de Processo Seletivo

Endereço: Rua Carlos Laet, Nº 11 – Salto do Céu/MT CEP: 78.270.00 – Fone: (065) 32331211.

4.2 – Só será permitida a inscrição do candidato para um único cargo.

4.3 – A inscrição implica na aceitação tácita por parte do candidato de todos os requisitos, normas e condições estabelecidas no presente edital do Processo Seletivo Simplificado e nos editais complementares que a Comissão achar necessário para o bom andamento e fiel execução do Processo Seletivo Simplificado, com também do regulamento do Processo Seletivo Simplificado.

4.4 – O candidato portador de deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais inscritos, ficando reservado aos mesmos o percentual de até 5% (cinco por cento) das vagas.

5 – DA DATA DA PROVA DAS PUBLICAÇÕES E DOS RECURSOS:

5.2 - **Divulgação do Resultado do Processo Seletivo**:

5.2.1 - Data: 11/02/2010 às 17h.

Local: Prefeitura Municipal de Salto do Céu – MT

5.3 - No dia 12/02/2010 o candidato poderá apresentar recurso na Prefeitura Municipal de Salto do Céu – MT – Secretaria Municipal de Administração, Departamento Pessoal – Comissão de Coordenação e Avaliação de Processo Seletivo, no horário das 07h às 11h, desde que devidamente justificado, o que só será admitido para o único efeito de correção de notório erro de fato.

5.4 - **Divulgação do Resultado Final e Publicação da Homologação do Processo Seletivo**:

5.4.1 - Data: 12/02/2010 às 17h.

5.5. - **Apresentação dos Selecionados para Contratação**: 18/02/2010 às 07h.

Local: Prefeitura Municipal de Salto do Céu – MT – Departamento Pessoal

5.5.3 - Endereço: Rua Carlos Laet, Nº 11 – Salto do Céu/MT CEP: 78.270.00 – Fone: (065) 3233-1211.

6 – DOS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA:

6.1 – ser brasileiro que preencha os requisitos estabelecidos em lei, assim como estrangeiro na forma da lei;

6.2 – ter completado dezoito anos de idade;

6.3 – estar em gozo dos direitos políticos;

6.4 – estar quites com as obrigações militares quando homem;

6.5 – ter boa conduta;

6.6 – gozar de boa saúde física e mental e não ser portador de deficiência física incompatível com o exercício da função;

6.7 – atender às condições especiais, prescritas em lei ou regulamento, para determinadas funções;

6.8 – comprovante de escolaridade;

6.9 – não ter sido condenado por crime contra o patrimônio, contra administração, contra a fé pública, contra os costumes;

6.10 – a contratação dependerá de prévia inspeção médica oficial e só poderá ser contratado aquele que for julgado apto, física e mentalmente, para o exercício do cargo;

6.11 – apresentar original da Cédula de Identidade;

6.12 – apresentar original do CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

6.13 – apresentar original do Título de Eleitor e de Certidão de Regularidade eleitoral;

6.14 – apresentar original da certidão de nascimento (se solteiro) ou da certidão de casamento (se casado);

6.15 – apresentar original do documento comprobatório da escolaridade e requisitos exigidos neste edital para o cargo (histórico escolar e/ou certificado do ensino fundamental);

6.16 – original carteira de vacina dos filhos até sete anos de idade;

6.17 – original certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos.

7 – DAS PROVAS

7.1 - A seleção constará de avaliação de Prova Conhecimentos Específicos e Currículo.

7.1.1 - Na prova de conhecimentos específicos serão avaliados os conhecimentos básicos relacionados à função e consistirá em redação.

7.1.1.1 - Serão considerados habilitados na prova de conhecimentos específicos os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 50%.

7.1.1.2 - Os candidatos habilitados na prova de conhecimentos específicos terão seu currículo avaliado.

8 – DA REALIZAÇÃO DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

8.1 - A prova realizar-se-á em 11/02/2010, das 08h às 10h, na Av. Pedro Pedrossian, s/nº, sede da Secretaria Municipal de Ação Social.

8.1.2 - Para a realização da prova, o candidato deverá estar munido de:

- Protocolo de inscrição;
- Cédula de identidade original (RG);
- Caneta esferográfica, tipo comum, com carga de cor AZUL ou PRETA;
- Lápis e borracha.

8.1.3 - Não será admitido no local de provas, o candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o início da prova, devendo o mesmo comparecer ao local com antecedência de 01h, pois o local será fechado 15 (quinze) minutos antes do início da prova.

8.1.3.1 - Após o fechamento do local, nenhum candidato, sob qualquer hipótese poderá ingressar no local das provas.

8.1.3.2 - O candidato, para ingressar no local de prova, deverá portar documento de identidade original, não lhe sendo permitida a entrada ou entrega do documento após o horário do fechamento do local.

8.1.3.3 - Ainda que o candidato esteja no interior do local de provas, se estiver sem seu documento de identidade, será impedido de realizar prova e retirado.

8.1.4 - A duração da prova será de 02 (duas) horas.

8.1.5 - Durante a execução da prova, não será permitida consulta à legislação, livro, revista ou folheto, equipamento eletrônico de comunicação, o uso de máquina calculadora, como também não será admitida a comunicação entre os candidatos.

8.1.5.1 - Os telefones celulares serão desligados e guardados junto com as bolsas sob uma mesa.

8.1.6 - Não será permitido ao candidato, ausentar-se da sala de provas sem estar acompanhado por fiscal.

8.1.7 - O penúltimo e o último candidato que terminarem a prova, sairão juntos da sala devendo acompanhar o processo de lacração das folhas de respostas, assinando como testemunhas.

8.1.8 - Não haverá segunda chamada ou repetição da prova, importando a ausência ou o atraso do candidato, na sua exclusão, seja qual for o motivo alegado, como também sob nenhuma alegação será feita prova fora do local pré-estabelecido.

8.1.10 - O não comparecimento à prova excluirá automaticamente o candidato do Concurso.

9 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 – O inteiro teor deste Edital, as Portarias de Homologação e o resultado final (Ato de Homologação do Processo Seletivo Simplificado) serão publicados no Diário Oficial dos Municípios, AMM.

9.2 – É vedada a inscrição neste Processo Seletivo Simplificado de quaisquer membros da Comissão de Coordenação e Avaliação de Processo Seletivo;

9.3 – A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento;

9.4 – Os casos não previstos, no que tange à realização deste Processo Seletivo Simplificado, serão resolvidos, pela Comissão de Coordenação e Avaliação de Processo Seletivo.

9.5 – Desempate: ocorrendo empate quanto ao total de pontos obtidos, o desempate terá o seguinte critério:

8.5.1 - Candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o mais velho, na forma do disposto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do idoso);

9.5.2 - maior nota de prova de conhecimentos específicos

9.5.3 - maior número de filhos menores de 14 (quatorze) anos, conforme declaração no ato da inscrição.

9.6 - O presente processo seletivo simplificado terá validade por 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período, conforme interesse público e oportunidade da Administração.

Informações Fone: (065) 3233-1211

Salto do Céu/MT, 08 de fevereiro de 2010.

Osvaldo Katsuo Minakami
Prefeito Municipal

Anexo I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGOS	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Orientador Social do ProJovem Adolescente	• ProJovem • Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.69/1990 • LOAS - LEI nº 8742/93 - Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. • Lei n.º 11.692, de 10 de junho de 2008 - PROJOVEM • Decreto n.º 6.629, de 04 de novembro de 2008 • SUAS-Sistema Único da Assistência Social • Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) • Trabalho em grupo
Gestor da Bolsa Família	• Programa Bolsa Família • Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.69/1990 • LOAS - LEI nº 8742/93 - Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. • Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 • Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004 (e alterações) • SUAS-Sistema Único da Assistência Social • Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) • Trabalho em grupo
Técnico do Tele Centro de Informática	• Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.69/1990 • Noções básicas de digitação, conhecimentos em sistemas operacionais: Windows (Word, Excel), Conceito de INTERNET, Aplicativo: edição de texto, planilhas, organização de arquivos. • LOAS - LEI nº 8742/93 - Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. • Trabalho em grupo
Monitor de Artes	• Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.69/1990 • LOAS - LEI nº 8742/93 - Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. • Trabalho em grupo
Monitor de acompanhamento Escolar	• Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.69/1990 • LOAS - LEI nº 8742/93 - Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. • SUAS-Sistema Único da Assistência Social • Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) • Trabalho em grupo
Monitor de Esportes do PETI	• Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI • LOAS - LEI nº 8742/93 - Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. • Constituição Federal - Art. 7º, inciso XXXIII, Artigo 227 • Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069/1990: Capítulo V - Do Direito À Profissionalização e à Proteção No Trabalho • SUAS-Sistema Único da Assistência Social • Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) • Trabalho em grupo
Monitor do API, APD API (Atendimento a Pessoa Idosa) e APD (Atendimento a Pessoa com Deficiência)	• Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069/1990 • Lei Federal nº 10.741 Estatuto do Idoso • Lei nº 7.853/1989 • Decreto nº 3.298/1999 • LOAS - LEI nº 8742/93 - Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. • SUAS-Sistema Único da Assistência Social • Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) • Trabalho em grupo

Anexo II
Curriculum Vitae Simplificado

DADOS PESSOAIS:

Nome_____

Nascimento _____/_____/_____.

Sexo ( ) Masculino ( ) Feminino

RG _____

CPF_____

Endereço residencial

_____

_____

Bairro _____

CEP _____

Cidade_____/Estado_____

Telefone / Celular / Fax:_____

E-mail_____@_____

1. FORMAÇÃO PROFISSIONAL (Obs: Demonstração de formação compatível com os requisitos da função para a qual se candidatar. Titulação. Na descrição especificar (nesta ordem): curso, área, instituição, cidade, UF e data de conclusão).

_____

_____

2. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (Demonstração de experiência para a respectiva função. Na descrição especificar (nesta ordem): mês e ano de início, mês e ano de término, função, atividade, instituição, cidade e UF).

_____

_____

3. CARGO PROCESSO SELETIVO: _____

Declaro que as informações por mim fornecidas são verdadeiras.

Data ___/___/2010 _____
Assinatura

Aviso de Licitação
Pregão Presencial n.º 004/2010

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CEU – MT, através da sua Pregoeira Oficial, nomeada pela portaria nº 083/2009, do dia 18 de março de 2009, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Licitação na Modalidade **Pregão Presencial n.º 004/2010,** cujo objeto é a "***Seleção de Melhor Proposta Objetivando o Registro de Preços para aquisição futura e fracionada de Pneus, Câmaras de ar e Protetores,"*** em atendimento as Secretarias Municipais, tudo em conformidade com as Características Técnicas e Quantitativas Descritos em Edital e seus Anexos.

Nos termos da Lei Federal n.º 10.520/02 e pelo Decreto Municipal nº 15/2009 e subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, neste município de Salto do Céu - MT, com data prevista para abertura no dia **24/02/2010**, às 14h00min horas. Cópias do Edital e informações estarão disponíveis a partir do dia 09 de fevereiro de 2010, na Prefeitura Municipal, localizada à Rua Carlos Laet nº 11, Bairro Cachoeira, Salto do Céu – MT, no horário das 07h00 as 11h00 e das 13h00 as 17h00.

Informações: (65) 3233-1200. Ramal 26

Salto do Céu – MT, em 05 de Fevereiro de 2010.

Daniella Mamedes Cabral Vilela
Pregoeira Oficial

Aviso de Licitação
Pregão Presencial n.º 005/2010

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CEU – MT, através da sua Pregoeira Oficial, nomeada pela portaria nº 083/2009, do dia 18 de março de 2009, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Licitação na Modalidade **Pregão Presencial n.º 005/2010,** cujo objeto é a "***Seleção de Melhor Proposta Objetivando o Registro de Preços para Prestação de Serviços de Hospedagem e Alimentação"*** em atendimento as Secretarias Municipais, tudo em conformidade com as Características Técnicas e Quantitativas Descritos em Edital e seus Anexos.

Nos termos da Lei Federal n.º 10.520/02 e pelo Decreto Municipal nº 15/2009 e subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, neste município de Salto do Céu - MT, com data prevista para abertura no dia **25/02/2010**, às 14h00min horas. Cópias do Edital e informações estarão disponíveis a partir do dia 09 de fevereiro de 2010, na Prefeitura Municipal, localizada à Rua Carlos Laet nº 11, Bairro Cachoeira, Salto do Céu – MT, no horário das 07h00 as 11h00 e das 13h00 as 17h00.

Informações: (65) 3233-1200. Ramal 26

Salto do Céu – MT, em 05 de Fevereiro de 2010.

Daniella Mamedes Cabral Vilela
Pregoeira Oficial

Aviso de Licitação
Pregão Presencial n.º 006/2010

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CEU – MT, através da sua Pregoeira Oficial, nomeada pela portaria nº 083/2009, do dia 18 de março de 2009, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Licitação na Modalidade **Pregão Presencial n.º 006/2010,** cujo objeto é a "***Seleção de Melhor Proposta Objetivando o Registro de Preços para aquisição futura e fracionada de Materiais de Construção,"*** em atendimento as Secretarias Municipais, tudo em conformidade com as Características Técnicas e Quantitativas Descritos em Edital e seus Anexos.

Nos termos da Lei Federal n.º 10.520/02 e pelo Decreto Municipal nº 15/2009 e subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, neste município de Salto do Céu - MT, com data prevista para abertura no dia **26/02/2010**, às 14h00min horas. Cópias do Edital e informações estarão disponíveis a partir do dia 09 de fevereiro de 2010, na Prefeitura Municipal, localizada à Rua Carlos Laet nº 11, Bairro Cachoeira, Salto do Céu – MT, no horário das 07h00 as 11h00 e das 13h00 as 17h00.

Informações: (65) 3233-1200. Ramal 26

Salto do Céu – MT, em 09 de Fevereiro de 2010.

Daniella Mamedes Cabral Vilela
Pregoeira Oficial

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU
DECRETO Nº 009/2010

Homologa resultado do processo seletivo previsto no edital nº 001/2010.

OSVALDO KATSUO MINAKAMI, Prefeito do Município de Salto do Céu-MT, no uso de suas atribuições legais; Resolve:

HOMOLOGAR
Art. 1º Fica homologado resultado do processo seletivo visando a contratação temporária de: Médico, Químico, Assistente Social, Nutricionista, Tecnico de Laboratório, Agente Comunitário de Saúde. previsto no Edital nº 001/2010, conforme abaixo relacionado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Salto do Céu/MT, 08 de Fevereiro de 2010.

CARGOS	NOME
Médico	1º - CLAUDIO OLIVEIRA DO NASCIMENTO. 2º - SAMIR YOSHIO MATSUMOTO. 3º - JOÃO GUILHERME DONANZAN
Químico	MARCELO JOSÉ BATISTA DOS SANTOS LINO
Assistente Social	LILIAN MAY
Nutricionista	Não Houve Inscrito
Técnico de Laboratório	Não Houve Inscrito
Agente Comunitário de Saúde – Microárea – Comunidade São José	EDNALVA SOARES DOS SANTOS
Agente Comunitário de saúde Microárea – Comunidade Sepotuba	ODIVALDO SILVA DA CRUZ

Osvaldo Katsuo Minakami
Prefeito Municipal

EDITAL DE PUBLICAÇAO N.° 003/2010

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CEU, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 209 da Constituição Estadual, art. 31 § 3.° da Constituição Federal e art.109 da Lei Orgânica do Município, vem através do presente Edital tornar público as Contas Anuais da Câmara Municipal e Salto do Céu-MT, referente ao exercício de 2009,que encontra-se a disposição dos contribuintes, cidadãos os quais poderão questionar-lhe a sua legitimidade na forma da lei, nos horários de expediente durante 60 (sessenta) dias a partir de 05 de fevereiro de 2010.

Salto do Ceu-MT, 05 de fevereiro de 2010

.....

ALMERINDO CLARA PEREIRA

Prefeitura Municipal de Santa Carmem

EDITAL DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM/MT vem RETIFICAR a publicação do dia 12 de março de 2.009, referente ao edital 001/2009 onde constou o termo "PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2009" para constar como correto o termo "PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2009".

Publica-se, registra-se, cumpra-se;

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM/MT, 03 de Fevereiro de 2.010.

ALESSANDRO NICOLI
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos

PORTARIA Nº 140 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2010

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CONCURSADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JOÃO ROBERTO FERLIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICíPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR para exercer o cargo AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS, as Senhoras EVA VILMA SANTOS DE FARIA DOMINGOS e MÔNICA DAS GRAÇAS TEOTONIO, fazendo jus ao vencimento do cargo.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA PUBLICADA CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS
AOS 04 DE FEVEREIRO DE 2010

JOÃO ROBERTO FERLIN
Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa

EDITAL N. 001/2010

A COMISSÃO ELEITORAL RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL PARA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES PARA O TRIÊNIO 2.010/2.013, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM OBSERVÂNCIA AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A LEI MUNICIPAL N. 149/2001, FAZ PUBLICAR O PRESENTE EDITAL PARA CONHECIMENTO PÚBLICO E OBEDIÊNCIA, NA FORMA QUE A SEGUIR SE DETERMINA.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - O presente edital regulamenta a forma de escolha e os parâmetros legais para a execução da eleição para escolha dos conselheiros tutelares do Conselho Tutelar da cidade e Comarca de São Pedro da Cipa – MT, tratando-se órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, voltado ao atendimento da criança e do adolescente nos termos da Lei n. 8.069/90 – ECA e demais legislações aplicáveis à espécie, para o triênio 2.010/2.013.

Art. 2º - A escolha dos membros para o triênio 2.010/2.013 do Conselho Tutelar de São Pedro da Cipa - MT, cuja composição se dará por cinco conselheiros titulares e cinco suplentes, realizar-se-á em data, local e horário a ser estabelecido pela presente comissão eleitoral, através de sufrágio direto, facultativo e secreto dos eleitores previamente cadastrados e que pertençam ao município de São Pedro da Cipa – MT.

Artigo 3º - Deve o eleitor previamente cadastrado que desejar exerceu seu direito a voto comparecer a mesa receptora de votos munido com seu título de eleitor, sendo permitido seu acesso a cabina de votação após ser comprovada sua identificação através de documento oficial com foto.

Artigo 4º – O mandato dos Conselheiros será de 03 (três) anos, permitida uma reeleição, resguardada a condição de que os atuais conselheiros titulares, embora detenham tal prerrogativa, concorrerão na mesma condição de igualdade entre todos os inscritos.

Art. 5º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Pedro da Cipa – MT - CMDCA, na forma que for estabelecido per seu pleno, atribuiu a presente comissão eleitoral a responsabilidade da condução de todo o processo de escolha do Conselho Tutelar, incluindo seleção prévia, cabendo ainda a presente comissão eleitoral a função de Junta Apuradora, na contagem, apuração de votos e proclamação do resultado final.

Artigo 6º - Para recebimento dos votos, a Comissão Eleitoral formará mesas receptoras de votos, tantas quantas forem necessárias, compostas, preferencialmente, de conselheiros do CMDCA, titulares e suplentes, sendo permitida, por conveniência da perfeita condução do pleito eleitoral e por decisão fundamentada da presente comissão eleitoral, o complemento por cidadãos de notória idoneidade e conduta ilibada, sendo a presidência das mesas receptoras de votos estabelecida pela comissão eleitoral.

Artigo 7º - Compete a Comissão Eleitoral:

a. Organizar e coordenar todo o processo eleitoral para escolha dos membros do Conselho Tutelar, atuando também na função de Junta Apuradora, na contagem e apuração dos votos;

b. Receber, autuar e julgar os pedidos de inscrições dos candidatos concorrentes;

c. Receber e processar toda a documentação referente ao processo eleitoral;

d. Providenciar os recursos financeiros necessários à realização das eleições;

e. Decidir dos recursos e impugnações;

f. Designar os membros das Mesas Receptora dos votos;

g. Decidir todos os feitos postos a sua conclusão;

h. Decidir os casos omissos nessa Resolução;

i. Fazer proclamar o resultado e seus respectivos eleitos e suplentes.

II – DAS ETAPAS DO PROCESSO ELEITORAL

Artigo 8º - O Processo de Escolha se realizará em duas etapas, a saber:

I - inscrição dos candidatos e cadastramento de eleitores;

II - votação.

Artigo 9º - São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de membro do Conselho Tutelar:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - residir no Município;

IV - possuir Diploma de Ensino Médio;

V - atuação profissional de, no mínimo, 02 (dois) anos com criança ou adolescente, comprovada mediante documento oficial que confirme a relação de trabalho, cumulativamente ou isoladamente, nas seguintes áreas: *1)* estudos e pesquisas; *2)* atendimento direto; *3)* defesa e garantia de Direitos da Criança e do Adolescente;

VI – ser indicado por entidade devidamente cadastrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme disposto na Lei Municipal 149/2001.

VII – Não ter nenhum vínculo empregatício, salvo se for autônomo.

§1º - Será impedido de servir no mesmo Conselho Tutelar marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro (a), genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio (a) e sobrinho (a), padrasto ou madrasta e enteado (a).

§2º - O registro dos candidatos só poderá ser feito pelas instituições ou associações que atuam na área da infância e adolescência há mais de um ano e estejam legalmente constituídas, mediante apresentação de requerimento com nomes de candidatos com número não superior ao total de cargos a preencher no Conselho Tutelar do município e no máximo até 30 (trinta) dias antes da data designada para votação.

III – DA PUBLICIDADE

Artigo 10º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através de sua comissão eleitoral, providenciará a publicação, no Jornal do Município e/ou em jornal de circulação no Município, dos editais de convocação e de divulgação de todas as etapas do processo de escolha do Conselho Tutelar.

V – DAS INSCRIÇÕES

Artigo 11º - A inscrição provisória dos candidatos será realizada perante a comissão eleitoral instituída pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no período de 08 de fevereiro a 08 de abril do ano de 2010 para as inscrições dos candidatos, mediante apresentação de requerimento próprio e indicação de entidade cadastrada no CMDCA e dos seguintes documentos essenciais:

I - cédula de identidade;
II - título de eleitor;
III - comprovação de residência no Município;
IV - comprovação da atuação profissional ou voluntária, referida no artigo 9, inciso V e VI e §2º;
V - certificado de conclusão de Ensino Médio;
VI - certidão negativa expedida pelas justiças comum, federal e eleitoral e pela delegacia de polícia judiciária civil da comarca;
VII - publicação do ato de desligamento de Conselheiro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no Quadro de Publicações Oficiais do Município de São Pedro da Cipa para comprovação do disposto no artigo 11, parágrafo único;
VIII - declaração expressa atestando que o candidato não tem nenhum vínculo empregatício, salvo se for autônomo.
IX – foto 3x4 recente

Artigo 12º - Terminado o prazo para as inscrições provisórias dos candidatos, será iniciado o prazo de 05 (cinco) dias para impugnação, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fundada na ausência de documentos ou de qualquer dos requisitos legais para a função de Conselheiro Tutelar.
§1º - A impugnação às inscrições provisórias poderá ser proposta por qualquer cidadão, pelo Ministério Público e pelo próprio Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
§2º - Oferecida impugnação, o a Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através da Comissão Eleitoral decidirá, de forma escrita e fundamentada, em prazo não superior a 05 (cinco) dias, dando imediata ciência da decisão ao candidato impugnado.
§3º - Ao candidato cuja impugnação for julgada procedente caberá recurso da decisão para o pleno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem prejuízo das medidas judiciais previstas na legislação.

Artigo 13º - Não havendo impugnações ou após a solução destas, será publicado edital com os nomes dos candidatos que obtiveram o deferimento de suas inscrições preliminares, ocasião em que serão publicadas as inscrições definitivas.

VI – DO CADASTRAMENTO DE ELEITORES

Artigo 14º - visando à perfeita operacionalidade das mesas receptoras de voto, uma vez que, em sendo possível, irão recepcionar os votos através de urna eletrônica ou de forma manual, que deverá antecipadamente conter os dados dos eleitores cadastrados, será disponibilizado o prazo de trinta (60) dias para cadastramento de todos os cidadãos que residam no município de São Pedro da Cipa – MT e que se enquadrem nas prerrogativas exigidas para exercer o direito ao voto.
§ 1º - o cadastramento a que se refere o caput deste artigo, se dará em 60 dias, do dia 09 de fevereiro de 2010 a 09 de abril de 2010, das 12h00min às 18h00min horas, na sede do CMDCA, localizada no prédio do CRAS sito a Rua Rui Barbosa, 335, centro, sendo realizado apenas por pessoas previamente autorizadas pela comissão eleitoral.
§ 2º - de acordo com a conveniência que a situação exigir, poderá ser efetuado o cadastramento em locais fora do âmbito da sede do CMDCA, por pessoas previamente autorizadas e desde que fiscalizado diretamente por pelo menos um membro da comissão eleitoral.
§ 3º - será dada ampla divulgação a respeito do cadastramento prévio de eleitores, assim assegurando o amplo acesso ao legítimo direito ao voto nas eleições reguladas pelo presente edital.

VII – DA VOTAÇÃO E APURAÇÃO

Artigo 15º - A votação para eleição dos Conselheiros Tutelares será direta e secreta, em pleito realizado sob a coordenação e responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através de sua comissão eleitoral e fiscalização do Ministério Público.
§ 1º - a votação será realizada no dia 23 de maio do ano de 2010, com posto de votação em local de fácil acesso aos eleitores, com duração mínima de 06 (seis) horas.
§ 2º - a conveniência da comissão eleitoral serão criada tantas quantas mesas receptoras de votos sejam necessárias.
§ 3º - deverão ser oficiados, ainda, acerca da realização da votação e da apuração, o Juízo de Direito e a Promotoria de Justiça, com competência e atribuição, respectivamente, para a área da Infância e da Juventude da Comarca de Jaciara.

Artigo 16º - a votação se dará por meio eletrônico ou manual, por meio de urnas eletrônicas ou cédulas físicas, na hipótese de impossibilidade de utilização de urnas eletrônicas, sendo que a cédula utilizada para a eleição, de acordo com o modelo oficial, conterá o nome de todos os candidatos, podendo, em qualquer das formas de votação, cada eleitor votar tão somente em 01 (um) candidato.

Artigo 17º - no local de votação, a comissão eleitoral indicará tantas quantas sejam necessárias às mesas receptoras, que serão compostas por 01 (um) Presidente e 02 (dois) Mesários, bem como os respectivos Suplentes.

Parágrafo único. Não poderão ser nomeados Presidente e Mesários os candidatos e seus cônjuges, bem como seus parentes, ainda que por afinidade.

Artigo 18º - compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através de sua comissão eleitoral, a função de junta apuradora, bem como coordenar a apuração dos votos, garantida, em todas as fases, a fiscalização do Ministério Público.
Parágrafo único. A apuração dos votos será feita logo depois de encerrada a votação, em local de fácil acesso e instalações apropriadas.

Artigo 19º - serão eleitos Conselheiros Tutelares os 05 (cinco) candidatos mais votados, e serão considerados suplentes os 05 (cinco) imediatamente posteriores.

Parágrafo único. Em caso de empate na classificação terá preferência, sucessivamente, o candidato que:
I - tiver maior idade;
II - maior tempo de experiência profissional, conforme artigo 9, inciso V.

VIII – DA NOMEAÇÃO E POSSE DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES

Artigo 20º - concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará o resultado das eleições, fazendo publicar o edital correspondente nos meios adequados para pleno conhecimento, incluindo-se no Jornal do Município e em jornal de circulação no município.

Artigo 21º - após a proclamação do resultado da votação, o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente empossará os Conselheiros Tutelares eleitos, em sessão pública que realizar-se em local, data e hora a ser designado em edital.

X – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 22º - A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições do processo de seleção estabelecidos neste edital.

Artigo 23º - na classificação final entre candidatos com igual número de pontos ou votos, serão fatores de preferência os seguintes:
a) maior idade;
b) casado, viúvo ou separado judicialmente, nesta ordem;

Artigo 24º - Persistindo o empate após a aplicação dos fatores especificados no item acima, será realizado sorteio.

Artigo 25º - A inexatidão das afirmativas, a apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminará o candidato do processo de seleção, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.

XI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 26º - Todos os casos, problemas ou questões que surgirem e que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital, serão resolvidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Publique-se, registre, intimem-se e cumpra-se.

São Pedro da Cipa, 08 de fevereiro de 2010.

Raniel Cavalcante Leão
Presidente CMDCA

Prefeitura Municipal de Sinop

DECRETO Nº 020/2010
DATA: 05 de fevereiro de 2010.
SÚMULA: Abre de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 196.098,21 (cento e noventa e seis mil, noventa e oito reais e vinte e um centavos).

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº 4.320/64, e especialmente a Lei nº 1252/2010;

Art. 2º. Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Adicional Especial no valor de 196.098,21 (cento e noventa e seis mil, noventa e oito reais e vinte e um centavos), para atender as seguintes dotações:

11 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
11.010.0.0 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
11.010.0.0.12.362.0015.1136 – CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES (ESTADO/UNIÃO)
4.4.90.51.00.00.102 - Obras e Instalações R$ 196.098,21
(cento e noventa e seis mil, noventa e oito reais, vinte e um centavos).

Total R$ 196.098,21

Art. 3º. Servirá de cobertura para a abertura do Crédito Adicional Especial, mencionado no artigo anterior, conforme Artigo nº 15 da Lei Municipal nº 1135/2009, de 30/06/2009, os recursos provenientes do Convênio nº 190/2009, celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC e a Prefeitura Municipal de Sinop, não previstos na Lei Orçamentária do corrente exercício, e que será recepcionado na receita conforme Portaria Conjunta STN/SOF nº 3, de 2008.

Art.6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 05 de fevereiro de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal
Registre-se e Publique-se
Cumpra-se

SILVANO FERREIRA DO AMARAL
Sec. Mun.de Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 021/2010
DATA: 05 de fevereiro de 2010.
SÚMULA: Abre um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 996.604,00 (novecentos e noventa e seis mil reais, seiscentos e quatro reais).

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, **no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº 4.320/64, e especialmente a Lei nº 1253/2010;**

Art. 1º. Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 996.604,00 (novecentos e noventa e seis mil reais, seiscentos e quatro reais), para atender as seguintes dotações:
02 GABINETE DO PREFEITO
02.010.0.0 GABINETE DO PREFEITO
02.010.0.0.02.062.0002.1137 – CONSTRUÇÃO DA SEDE DA DEFENSORIA PUBLICA
4.4.90.00.00.00.301 - Aplicações diretas R$ 700.000,00
(setecentos mil reais)
4.4.90.00.00.00.999- Aplicações diretas R$ 296.604,00

Total R$ 996.604,00

Art. 2º. Servirá de cobertura para a abertura do Crédito Adicional Especial mencionado no artigo anterior, conforme Artigo nº 15 da Lei Municipal nº 1135/2009, de 30/06/2009, os recursos provenientes do Convênio nº 039/2009, celebrado entre a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso e a Prefeitura Municipal de Sinop, não previstos na Lei Orçamentária do corrente exercício, os quais serão recepcionados na receita conforme Portaria Conjunta STN/SOF nº 3, de 2008, e recursos provenientes da anulação da Reserva de Contingência, nos termos do Artigo 39 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 1135/2009) e Art.43, parágrafo 1º, inciso III da Lei Federal n.º 4320/64:
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
04.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
04.010.0.0.99.999.9999.9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
99.99.00.00.00.999- Reserva de Contingência R$ 296.604,00
- (duzentos e noventa e seis mil, seiscentos e quatro reais)
TOTAL R$ 296.604.00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 05 de fevereiro de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Cumpra-se

SILVANO FERREIRA DO AMARAL
Sec. Mun.de Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 022/2010
DATA: 05 de fevereiro de 2010
SÚMULA: Abre de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 141.950.00 (cento e quarenta e um mil, novecentos e cinqüenta reais).
JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, **no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº 4.320/64, e especialmente a Lei nº 1254/2010;**
Art. 1º. Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 141.950,00 (cento e quarenta e um mil, novecentos e cinqüenta reais), para atender as seguintes dotações:
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.010.0.0.04.126.0005.2013 – AÇÕES DE SUPORTE EM INFORMÁTICA
4.4.90.00.00.00.501 -Aplicações Direta R$ 141.950,00
(cento e quarenta e um mil, novecentos e cinqüenta reais)
17 - SECRETARIA DA CIDADE - SC
17.010.0.0 - SECRETARIA DA CIDADE - SC
17.010.0.0.15.126.0005.2129 – MOD. E INTER. DA REDE DE INFOR. E INFOR.
4.4.90.00.00.00.501 -Aplicações Direta R$ 15.050,00
(quinze mil e cinqüenta reais)
TOTAL R$ 157.000,00

Art. 2º. Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o Art.43, parágrafo 1º, inciso III da Lei Federal n.º 4320/64, ficam parcialmente anuladas as seguintes Dotações Orçamentárias:
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.010.0.0.04.122.0002.1012 - REFORMA ADMINISTRATIVA
3.3.90.00.00.00.501 - Aplicações diretas R$ 84.000,00 - (oitenta e quatro mil reais)
03.010.0.0.04.128.0004.1013 – TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES
3.3.90.00.00.00.501 - Aplicações diretas R$ 57.950,00 - (cinqüenta e sete mil, novecentos e cinqüenta reais)
11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
11.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
11.010.0.0.12.126.0005.2044 - REFORMA ADMINISTRATIVA
4.4.90.00.00.00.501 - Aplicações diretas R$ 15.050,00 - (quinze mil e cinqüenta reais)
TOTAL R$ 157.000,00

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP.
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 05 de fevereiro de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal
Registre-se e Publique-se
Cumpra-se

SILVANO FERREIRA DO AMARAL
Sec. Mun.de Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 023/2010
DATA: 05 de fevereiro de 2010
SÚMULA: Abre de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 245.276,61 (duzentos e quarenta e cinco mil, duzentos e setenta e seis reais).

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, **no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº 4.320/64, e especialmente a Lei nº 1255/2010;**

Art. 1º. Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 245.276,61 (duzentos e quarenta e cinco mil, duzentos e setenta e seis reais) para atender as seguintes dotações:

06 - SECRETARIA. MUN. DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE
06.010.0.0 - SECRETARIA. MUN. DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE
06.010.0.0.27.812.0008.1020 – CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS
4.4.90.00.00.00.301 -Aplicações Direta R$ 245.276,61
(duzentos e quarenta e cinco mil, duzentos e setenta e seis reais)

TOTAL R$ 245.276,61

Art. 2º. Servirá de cobertura para a abertura do Crédito Adicional Especial mencionado no artigo anterior, conforme Artigo nº 15 da Lei Municipal nº 1135/2009, de 30/06/2009, os recursos provenientes do Convênio nº 074/2009, Processo nº 751236/2009, com o Fundo de Desenvolvimento Desportivo – FUNDED-MT, não previstos na Lei Orçamentária do corrente exercício, que será recepcionado na receita conforme Portaria Conjunta STN/SOF nº 3, de 2008.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP.
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 05 de fevereiro de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Cumpra-se

SILVANO FERREIRA DO AMARAL
Sec. Mun.de Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 024/2010
DATA: 05 de fevereiro de 2010.
SÚMULA: Abre Crédito Adicional Especial no valor de R$ 2.010.000,00 (dois milhões e dez mil reais).

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº 4.320/64, e especialmente a Lei nº 1256/2010;**

Art. 1º. Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 2.010.000,00 (dois milhões e dez mil reais), para atender as seguintes dotações:

14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
14.010.0.0 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
14.010.0.0.10.302.0034.1138 – IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA
4.4.90.00.00.00.202 - Aplicações diretas R$ 2.000.000,00
(Dois milhões)4.4.90.00.00.00.201 - Aplicações diretas R$ 10.000,00
(Dez mil reais)

Total R$ 2.010.000,00

Art. 2º. Servirá de cobertura para a abertura do Crédito Adicional Especial, mencionado no art. 2º, conforme Artigo nº 15 da Lei Municipal nº 1135/2009, de 30/06/2009, o incentivo financeiro de investimentos para implantação da UPA em Sinop, estabelecido na Portaria nº 107, de 12/01/2010, do Ministério da Saúde, não previsto na Lei Orçamentária do corrente

exercício, que será recepcionado na receita, conforme Portaria Conjunta STN/SOF nº 3/2008, e recursos provenientes da anulação de dotação orçamentária, conforme Art.43, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 4320/64.

14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
14.010.0.0 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
14.010.0.0.10.301.0021.1096 - CAMPANHAS DE PREVENÇÃO
3.3.90.00.00.00.201 - Aplicações Direta R$ 10.000,00 - (dez mil reais)
TOTAL R$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 05 de fevereiro de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal
Registre-se e Publique-se
Cumpra-se

SILVANO FERREIRA DO AMARAL
Sec. Mun.de Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 025/2010
DATA: 05 de fevereiro de 2010.
SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 533.333,34 (quinhentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais, trinta e quatro centavos).

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, **no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº 4.320/64, e especialmente a Lei nº 1257/2010;**

Art. 1º. Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 533.333,34 (quinhentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais, trinta e quatro centavos), para atender as seguintes dotações:

14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
14.010.0.0 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
14.010.0.0.10.301.0021.1078 – IMPLANTAÇÃO, CONSTRUÇÃO, URBANIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE.
4.4.90.00.00.00.202 - Aplicações diretas R$ 533.333,34 (quinhentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais, trinta e quatro centavos)

TOTAL R$ 533.333,34

Art. 2º. Servirá de cobertura para a abertura do Crédito Adicional Suplementar, mencionado no art. 2º e conforme Artigo nº 15 da Lei Municipal nº 1135/2009, de 30/06/2009, os recursos provenientes do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços da Saúde, conforme Portaria nº 3.294 de 23/12/2009, do Ministério da Saúde, e que não estavam previstos na Lei Orçamentária do corrente exercício, sendo os mesmos recepcionados na receita conforme Portaria Conjunta STN/SOF nº 3/2008.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 05 de fevereiro de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal
Registre-se e Publique-se
Cumpra-se

SILVANO FERREIRA DO AMARAL
Sec. Mun.de Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 026/2010
DATA: 05 de fevereiro de 2010
SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 105.000,00 (Cento e cinco mil reais).

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, **no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº 4.320/64, e especialmente a Lei nº 1258/2010;**

Art. 1º. Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), para atender as seguintes dotações:

15 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP.
15.010.0.0 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP.
15.010.0.0.17.512.0031.1114 - AMPL. DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA.
4.4.90.00.00.00-999- Aplicações Diretas R$ 105.000,00 (Cento e cinco mil reais)

TOTAL R$ 105.000,00

Art. 2º. Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o Art.43, §1º, inciso III da Lei Federal n.º 4320/64, ficam parcialmente anuladas as seguintes Dotações Orçamentárias:

15 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP.
15.010.0.0 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP.
15.010.0.0.17.512.0031.1116 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS DO SAAES
4.4.90.00.00.00-999- Aplicações Diretas R$ 105.000,00 (Cento e cinco mil reais)

TOTAL R$ 105.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP.
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 05 de fevereiro de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal
Registre-se e Publique-se
Cumpra-se

SILVANO FERREIRA DO AMARAL
Sec. Mun.de Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 027/2010
DATA: 05 de fevereiro de 2010
SÚMULA: Abre Crédito Adicional Especial no valor de R$ 577.000,00 (quinhentos e setenta e sete mil reais).

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº 4.320/64, e especialmente a Lei nº 1259/2010;**
Art. 1º. Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 577.000,00 (quinhentos e setenta e sete mil reais), para atender as seguintes dotações:
15 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP.
15.010.0.0 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP.
15.010.0.0.17.512.0031.1115 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO.
4.4.90.00.00.00 - 999 - Aplicações Diretas R$ 577.000,00

(Quinhentos e setenta e sete mil reais)
4.4.90.00.00.00 – 301 - Aplicações Diretas R$ 3.327.148,00
(Três milhões, trezentos e vinte e sete mil, cento e quarenta e oito reais)
TOTAL R$ 3.904.148,00

Art. 2º. Servirá de cobertura para a abertura do Crédito Adicional Suplementar, mencionado no artigo anterior, os recursos provenientes do Governo Estadual não previstos na Lei Orçamentária do corrente exercício, os quais serão recepcionados na receita conforme Portaria Conjunta STN/SOF nº 3/2008.

Art. 3º. Para atender ao disposto no artigo anterior, de acordo com o Art. 43, § 1º, inciso III da Lei Federal n.º 4320/64, ficam parcialmente anuladas as seguintes Dotações Orçamentárias:
15 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP.
15.010.0.0 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP.
15.010.0.0.17.512.0031.2113 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO SAAES
3.3.90.00.00.00-999- Aplicações Diretas R$ 577.000,00
(Quinhentos e setenta e sete mil reais)

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP.
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 05 de fevereiro de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal
Registre-se e Publique-se
Cumpra-se

SILVANO FERREIRA DO AMARAL
Sec. Mun.de Finanças e Orçamento

LEI Nº 1252/2010
DATA:05 de fevereiro de 2010.

SÚMULA: Dispõe sobre a inclusão da Ação "CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES (ESTADO /UNIÃO)" no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias; autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial na estrutura da Lei Orçamentária Anual Lei Municipal nº 1205/2009) no valor de R$ 196.098,21 (cento e noventa e seis mil, noventa e oito reais e vinte e um centavos) para atender despesas com ampliação de Escola Estadual, e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir a Ação "CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES (ESTADO/UNIÃO)" no Programa 0014 – Construindo a Educação, do Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2010, para atender despesas com ampliação da Escola Estadual em Sinop/MT, e dá outras providências, conforme anexos.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, conforme inciso II, do art. 41 da Lei nº 4.320/64, a abrir no orçamento para o presente exercício Crédito Adicional Especial no valor de 196.098,21 (cento e noventa e seis mil, noventa e oito reais e vinte e um centavos), destinado a atender despesa com Ampliação da Escola Estadual, a qual não havia dotação orçamentária específica, suplementada e reduzida se necessário, nos termos do Art. 43, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, conforme segue:

11 SECRETARIA. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
11.010.0.0 SECRETARIA. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
11.010.0.0.12.362.0015.1136 – CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES (ESTADO /UNIÃO)
4.4.90.51.00.00.102z\ - Obras e InstalaçõesR$ 196.098,21
(cento e noventa e seis mil, noventa e oito reais, vinte e um centavos).

Total R$ 196.098,21

Art. 3º. Servirá de cobertura para a abertura do Crédito Adicional Especial, mencionado no artigo anterior, conforme Artigo nº 15 da Lei Municipal nº 1135/2009, de 30/06/2009, os recursos provenientes do Convênio nº 190/2009, celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC e a Prefeitura Municipal de Sinop, não previstos na Lei Orçamentária do corrente exercício, e que será recepcionado na receita conforme Portaria Conjunta STN/SOF nº 3, de 2008.

Art. 4º. Não ocorrendo a liberação dos recursos previstos no Art. 2º ainda no presente exercício e para garantir o equilíbrio das contas públicas serão aplicadas as regras estabelecidas no Artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 5º. O Orçamento Geral da Despesa da Administração Direta fica elevado a R$ 169.828.206,21 (cento e sessenta e nove milhões, oitocentos e vinte e oito mil, duzentos e seis reais, vinte e um centavos).

Art.6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 05 de fevereiro de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

ANEXO I

GERAÇÃO DE DESPESAS

EVENTO: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES (ESTADO/UNIÃO)

I. ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Art. 16, I e Parágrafo 2º da LRF

AÇÃO	IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO		
	2010	2011	2012
CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES (ESTADO/UNIÃO)	196.098,21	0,00	0,00
TOTAIS	196.098,21	0,00	0,00

MEMÓRIA DE CÁLCULO:
Para o ano de 2010: Valor conforme Plano de Trabalho integrante do Processo nº 801290/2009 - Convênio nº 190/2009 do Governo do Estado – SEDUC.
Para 2011 e 2012: Conforme Plano de Trabalho constante do Convênio supra a obra será executada em 2010, portanto, não haverá impacto financeiro para os exercícios de 2011 e 2012. A manutenção da referida Escola é de competência do Estado.

2. DEMONSTRATIVO DA ORIGEM DOS RECURSOS PARA O SEU CUSTEIO
Art. 17, parágrafo 1º da LRF

Fonte de Recursos	Valor Anual 2010
RECURSOS NÃO PREVISTOS NA LOA/2010	
CONVÊNIO Nº 190/2009 CELEBRADO COM A SEDUC – GOVERNO DO ESTADO	196.098,21
TOTAL	196.098,21

3. DEMONSTRAÇÃO DA COMPENSAÇÃO DAS DESPESAS GERADAS
Art. 17, Parágrafo 2º e Parágrafo 4º da LRF

EVENTO: AUMENTO DA RECEITA

Fonte de Recursos	2011	2012

TOTAL 0,00 0,00

A obra será executada em 2010, não havendo assim despesas para os exercícios de 2011 e 2012. Assim como a manutenção da referida escola será de competência do Estado.

Declaramos para todos os fins, que as adequações necessárias para atender as despesas geradas no Orçamento Fiscal vigente (LOA/2010) e a compatibilização ao PPA 2010-2013 e LDO-2010 constam desse Projeto de Lei.

Sinop-MT, 05 de fevereiro de 2010.

SILVANO FERREIRA DO AMARAL
Secretário Municipal de Finanças e Orçamento

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

LEI Nº 1254/2010
DATA: 05 de fevereiro de 2010

SÚMULA: Dispõe sobre a inclusão de Fonte de Recursos em ação do Plano Plurianual, (Lei Municipal nº 1235/2009), e Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2010, (Lei Municipal nº 1135/2009); autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 141.950.00 (cento e quarenta e um mil, novecentos e cinqüenta reais) na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2010, (Lei Municipal nº 1205/2009), destinada a custear despesas com Aquisição de Computadores e Equipamentos, suplementado e reduzido se necessário; e autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 15.050,00 (quinze mil e cinqüenta reais), respectivamente dentro das peças orçamentárias, e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir a Fonte 501 em Natureza de Despesa da Ação "2013 – AÇÕES DE SUPORTE EM INFORMÁTICA" do Plano Plurianual (Lei Municipal nº 1235/2009), bem como na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2010, (Lei Municipal nº 1135/2009), para custear despesas com aquisição de Computadores e Equipamentos, conforme anexos.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado conforme Inciso II, do Artigo 41 da Lei nº 4.320/64, a abrir no orçamento para o presente exercício, aprovado pela Lei Orçamentária Anual (Lei Municipal nº 1205/2009), Crédito Adicional Especial no valor de R$ 141.950,00 (cento e quarenta e um mil, novecentos e cinqüenta reais), destinado a atender despesas com a aquisição de computadores e equipamentos, via recurso PMAT, suplementada e reduzida se necessário, nos termos do Artigo 43, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, e a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 15.050,00 (quinze mil e cinqüenta reais) nos termos do Artigo 43, Parágrafo 1º, inciso III da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, para reforço das dotações consignadas no orçamento para o presente exercício, aprovado pela Lei Municipal nº 1205/2009 de 01 de dezembro de 2009, conforme segue:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.010.0.0.04.126.0005.2013 – AÇÕES DE SUPORTE EM INFORMÁTICA
4.4.90.00.00.00.501 -Aplicações Direta R$ 141.950,00
(cento e quarenta e um mil, novecentos e cinqüenta reais)
17 - SECRETARIA DA CIDADE - SC
17.010.0.0 - SECRETARIA DA CIDADE - SC
17.010.0.0.15.126.0005.2129 – MODERNIZAÇÃO E INTERLIGAÇÃO DA REDE DE INFORMAÇÃO E INFORMATIZAÇÃO
4.4.90.00.00.00.501 -Aplicações Direta R$ 15.050,00
(quinze mil e cinqüenta reais)

TOTAL R$ 157.000,00

Art. 3º. Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o Art.43, parágrafo 1º, inciso III da Lei Federal n.º 4320/64, ficam parcialmente anuladas as seguintes Dotações Orçamentárias:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.010.0.0.04.122.0002.1012 - REFORMA ADMINISTRATIVA
3.3.90.00.00.00.501 - Aplicações diretas R$ 84.000,00
- (oitenta e quatro mil reais)
03.010.0.0.04.128.0004.1013 – TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES
3.3.90.00.00.00.501 - Aplicações diretas R$ 57.950,00
- (cinqüenta e sete mil, novecentos e cinqüenta reais)

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
11.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
11.010.0.0.12.126.0005.2044 - REFORMA ADMINISTRATIVA
4.4.90.00.00.00.501 - Aplicações diretas R$ 15.050,00
- (quinze mil e cinqüenta reais)

TOTAL R$ 157.000,00

Art.4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP.
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 05 de fevereiro de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

ANEXO I

GERAÇÃO DE DESPESAS

EVENTO: CRIAÇÃO DE FONTE DE RECURSOS EM AÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

I. ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Art. 16, I e Parágrafo 2º da LRF

FONTE	IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
	2010	2011	2012	
	301	157.000,00	0,00	0,00
TOTAIS	157.000,00	0,00	0,00	

MEMÓRIA DE CÁLCULO:

Para o ano de 2010: Valor conforme Plano de Trabalho integrante do Processo PMAT.

Para 2011 e 2012: Conforme Plano de Trabalho constante do processo do PMAT serão atribuídas as despesas nas próximas peças de planejamento para os exercícios de 2011 e 2012.

2. DEMONSTRATIVO DA ORIGEM DOS RECURSOS PARA O SEU CUSTEIO

Art. 17, parágrafo 1º da LRF

Fonte de Recursos	Valor Anual 2010
ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES – FONTE 501 - LOA/2010	
03.010.0.0.04.122.0002.1012-3.3.90.00.00.00-501	84.000,00
03.010.0.0.04.128.0004.1013-3.3.90.00.00.00-501	57.950,00
11.010.0.0.12.126.0005.2044-4.4.90.00.00.00-501	15.050,00
TOTAL	157.000,00

3. DEMONSTRAÇÃO DA COMPENSAÇÃO DAS DESPESAS GERADAS

Art. 17, Parágrafo 2º e Parágrafo 4º da LRF

EVENTO: AUMENTO DA RECEITA

Fonte de Recursos	2011	2012
TOTAL	0,00	0,00

Conforme Plano de Trabalho constante do processo do PMAT serão atribuídas as despesas nas próximas peças de planejamento para os exercícios de 2011 e 2012.

Declaramos para todos os fins, que as adequações necessárias para atender as despesas geradas no Orçamento Fiscal vigente (LOA/ 2010) e a compatibilização ao PPA 2010-2013 e LDO-2010 constam desse Projeto de Lei.

Sinop-MT, 05 de fevereiro de 2010.

SILVANO FERREIRA DO AMARAL
Secretário Municipal de Finanças e Orçamento

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

LEI Nº 1255/2010
DATA: 05 de fevereiro de 2010

SÚMULA: Dispõe sobre a inclusão de Fonte de Recursos em ação do Plano Plurianual, (Lei Municipal nº 1235/2009) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2010, (Lei Municipal nº 1135/2009); e autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 245.276,61 (duzentos e quarenta e cinco mil, duzentos e setenta e seis reais) na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2010, (Lei Municipal nº 1205/ 2009) destinado a custear despesas com a Construção de Quadra Poliesportiva Coberta, conveniado com o Governo do Estado, e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir a Fonte 301 em Natureza de Despesa da Ação "1020 – CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS" do Plano Plurianual (Lei Municipal nº 1235/2009), bem como na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2010, (Lei Municipal nº 1135/2009), para custear despesas com a Construção de Quadra Poliesportiva Coberta, conveniado com o Governo do Estado, conforme anexos.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, conforme Inciso II, do Artigo 41 da Lei nº 4.320/64, a abrir no Orçamento para o presente exercício, aprovado pela Lei Orçamentária Anual (Lei Municipal nº 1205/2009) Crédito Adicional Especial no valor de R$ 245.276,61 (duzentos e quarenta e cinco mil, duzentos e setenta e seis reais) destinado a atender despesas com a Construção de Quadra Poliesportiva Coberta, objeto da proposta de convênio nº 074/2009-FUNDED, suplementada e reduzida se necessário, nos termos do Artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, conforme segue:

06 - SECRETARIA. MUN. DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE
06.010.0.0 - SECRETARIA. MUN. DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE
06.010.0.0.27.812.0008.1020 – CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS
4.4.90.00.00.00.301 -Aplicações Direta R$ 245.276,61
(duzentos e quarenta e cinco mil, duzentos e setenta e seis reais)

TOTAL R$ 245.276,61

Art. 3º. Servirá de cobertura para a abertura do Crédito Adicional Especial mencionado no artigo anterior, conforme Artigo nº 15 da Lei Municipal nº 1135/2009, de 30/06/2009, os recursos provenientes do Convênio nº 074/2009, Processo nº 751236/2009, com o Fundo de Desenvolvimento Desportivo – FUNDED-MT, não previstos na Lei Orçamentária do corrente exercício, que será recepcionado na receita conforme Portaria Conjunta STN/SOF nº 3, de 2008.

Art. 4º. Não ocorrendo a liberação dos recursos, previstos no Art. 3º, ainda no presente exercício, e para garantir o equilíbrio das contas públicas, serão aplicadas as regras estabelecidas no Artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal

Art. 5º. O Orçamento Geral da Despesa da Administração Direta fica elevado a R$ 170.773.482,82 (cento e setenta milhões, setecentos e setenta e três mil, quatrocentos e oitenta e dois reais, oitenta e dois centavos).

Art.6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP.
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 05 de fevereiro de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

ANEXO I

GERAÇÃO DE DESPESAS

EVENTO: CRIAÇÃO DE FONTE DE RECURSOS EM AÇÃO DA SECRETARIA MUN. DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

I. ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO
Art. 16, I e Parágrafo 2º da LRF

FONTE	IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO		
	2010	2011	2012
301	245.276,61	0,00	0,00
TOTAIS	**245.276,61**	**0,00**	**0,00**

MEMÓRIA DE CÁLCULO:
Para o ano de 2010: Valor conforme Plano de Trabalho integrante do Convênio nº 074/2009 – Processo nº 751236/2009 – Fundo de Desenvolvimento Desportivo – FUNDED-MT.
PARA 2011 E 2012: Não haverá impacto da referida obra em 2011e 2012, tendo em vista sua execução em 2010.

2. DEMONSTRATIVO DA ORIGEM DOS RECURSOS PARA O SEU CUSTEIO
Art. 17, parágrafo 1º da LRF

Fonte de Recursos RECURSOS NÃO PREVISTOS NA LOA/2010	Valor Anual 2010
Convênio nº 074/2009 – Processo nº 751236/2009 – Fundo de Desenvolvimento Desportivo – FUNDED-MT.	245.276,61
TOTAL	**245.276,61**

3. DEMONSTRAÇÃO DA COMPENSAÇÃO DAS DESPESAS GERADAS
Art. 17, Parágrafo 2º e Parágrafo 4º da LRF
EVENTO: AUMENTO DA RECEITA

Fonte de Recursos	2011	2012
TOTAL	0,00	0,00

A Construção de Quadra Poliesportiva Coberta na Gleba Mercedes tem seu cronograma de execução física e financeira em 2010, portanto não haverá impacto nos exercícios de 2011 e 2012. Com relação à sua manutenção, a mesma será incorporada nas despesas de ação específica da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude, através da reprogramação de gastos.

Declaramos para todos os fins, que as adequações necessárias para atender as despesas geradas no Orçamento Fiscal vigente (LOA/ 2010) e a compatibilização ao PPA 2010-2013 e LDO-2010 constam desse Projeto de Lei.

Sinop-MT, 05 de fevereiro de 2010.

SILVANO FERREIRA DO AMARAL
Secretário Municipal de Finanças e Orçamento

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

LEI Nº 1256/2010

DATA: 05 de fevereiro de 2010.
SÚMULA: Dispõe sobre a inclusão da Ação "IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA" no Plano Plurianual, (Lei Municipal nº 1235/2009), na Lei de Diretrizes Orçamentárias, (Lei Municipal nº 1135/2009) e autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial na

estrutura da Lei Orçamentária Anual (Lei Municipal nº 1205/2009) no valor de R$ 2.010.000,00 (dois milhões e dez mil reais) para atender despesas com serviços de atenção às urgências e emergências no Município, e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir a Ação "IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA" no Programa 0034 – Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Plano Plurianual, (Lei Municipal nº 1235/2009), e na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2010, (Lei Municipal nº 1135/2009), para atender despesas com serviços de atenção às urgências e emergências no Município de Sinop/MT, conforme anexos integrantes desta Lei.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, conforme inciso II do art. 41 da Lei nº 4.320/64, a abrir no orçamento para o presente exercício, aprovado pela Lei Orçamentária Anual (Lei Municipal nº 1205/2009), Crédito Adicional Especial no valor de R$ 2.010.000,00 (dois milhões e dez mil reais), destinados a atender despesa com a Implantação de Unidade de Pronto Atendimento - UPA em Sinop, objeto da Portaria nº 107, de 12/01/2010, do Ministério da Saúde, a qual não havia dotação orçamentária específica, suplementada e reduzida se necessário, nos termos do Art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei 4320/64, de 17 de marco de 1967, conforme segue:

14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
14.010.0.0 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
14.010.0.0.10.302.0034.1138 – IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA
4.4.90.00.00.00.202 - Aplicações diretas R$2.000.000,00
(Dois milhões)
4.4.90.00.00.00.201 - Aplicações diretas R$ 10.000,00
(Dez mil reais)

Total R$ 2.010.000,00

Art. 3º. Servirá de cobertura para a abertura do Crédito Adicional Especial, mencionado no art. 2º, conforme Artigo nº 15 da Lei Municipal nº 1135/2009, de 30/06/2009, o incentivo financeiro de investimentos para implantação da UPA em Sinop, estabelecido na Portaria nº 107, de 12/01/2010, do Ministério da Saúde, não previsto na Lei Orçamentária do corrente exercício, que será recepcionado na receita, conforme Portaria Conjunta STN/SOF nº 3/2008, e recursos provenientes da anulação de dotação orçamentária, conforme Art.43, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 4320/64.

14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
14.010.0.0 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
14.010.0.0.10.301.0021.1096 - CAMPANHAS DE PREVENÇÃO
3.3.90.00.00.00.201 - Aplicações Direta R$ 10.000,00
- (dez mil reais)
TOTAL R$ 10.000,00

Art. 4º. Não ocorrendo a liberação dos recursos previstos no Art. 3º, ainda no presente exercício, e para garantir o equilíbrio das contas públicas, serão aplicados as regras estabelecidas no Artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 5º. O Orçamento Geral da Despesa da Administração Direta fica elevado a R$ 172.528.206,21 (cento e setenta e dois milhões, quinhentos e vinte e oito mil, duzentos e seis reais, vinte e um centavos).

Art.6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 05 de fevereiro de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

ANEXO I

GERAÇÃO DE DESPESAS

EVENTO: IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA

I. ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO
Art. 16, I e Parágrafo 2º da LRF

AÇÃO	IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO		
	2010	2011	2012
IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA			
Fonte - 202	2.000.000,00		
Fonte – 201	10.000,00	0,00	0,00
TOTAL	2.010.000,00	0,00	0,00

MEMÓRIA DE CÁLCULO:
Para o ano de 2010: Valor conforme Portaria nº 107, de 12 de janeiro de 2010 do Ministério da Saúde.
Para 2011 e 2012: A obra será executada em 2010, portanto nao haverá impacto financeiro para os exercícios de 2011 e 2012.

2. DEMONSTRATIVO DA ORIGEM DOS RECURSOS PARA O SEU CUSTEIO
Art. 17, parágrafo 1º da LRF

Fonte de Recursos RECURSOS NÃO PREVISTOS NA LOA/2010 E ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valor Anual 2010
Portaria nº 107, de 12 de janeiro de 2010, do Ministério da Saúde	2.000.000,00
14.010.0.0.10.301.0021.1096 - CAMPANHAS DE PREVENÇÃO	10.000,00
TOTAL	2.010.000,00

3. DEMONSTRAÇÃO DA COMPENSAÇÃO DAS DESPESAS GERADAS
Art. 17, Parágrafo 2º e Parágrafo 4º da LRF
EVENTO: AUMENTO DA RECEITA

Fonte de Recursos	2011	2012
TOTAL	0,00	0,00

A Implantação da UPA será executada em 2010, portanto não haverá despesas para os exercícios de 2011 e 2012. Com relação à sua manutenção, a mesma será incorporada às despesas em ação específica da Secretaria Municipal de Saúde, através de reprogramação de gastos.

Declaramos para todos os fins, que as adequações necessárias para atender as despesas geradas no Orçamento Fiscal vigente (LOA/2010) e a compatibilização ao PPA 2010-2013 e LDO-2010 constam desse Projeto de Lei.

Sinop-MT, 05 de fevereiro de 2010.

SILVANO FERREIRA DO AMARAL
Secretário Municipal de Finanças e Orçamento

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

LEI Nº 1257/2010

DATA: 05 de fevereiro de 2010.
SÚMULA: Altera a denominação da Ação "1078" no PPA, LDO e LOA e autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 533.333,34 (quinhentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais, trinta e quatro centavos), respectivamente dentro das peças orçamentárias, para atender despesas com investimentos destinados à construção de Unidades Básicas de Saúde, e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Altera nas peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA) a Ação 1078, antes denominada "IMPLANTAÇÃO, CONSTRUÇÃO, URBANIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE DA FAMILIA", que passa a vigorar com a seguinte denominação: Ação 1078 - "IMPLANTAÇÃO, CONSTRUÇÃO, URBANIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE".

Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir no orçamento para o presente exercício, aprovado pela Lei Municipal nº 1205/2009, de 01 de dezembro de 2009, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 533.333,34 (quinhentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais, trinta e quatro centavos), suplementados e reduzidos se necessário, nos termos do Artigo 43, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, destinado à construção de Unidades Básicas de Saúde, objeto da Portaria nº 3.294, de 23 de dezembro de 2009, atendendo a seguinte dotação orçamentária:

14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
14.010.0.0 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
14.010.0.0.10.301.0021.1078 – I MPLANTAÇÃO, CONSTRUÇÃO, URBANIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE.

4.4.90.00.00.00.202 - Aplicações diretas R$ 533.333,34
(quinhentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais, trinta e quatro centavos)

TOTAL R$ 533.333,34

Art. 3º. Servirá de cobertura para a abertura do Crédito Adicional Suplementar, mencionado no art. 2º e conforme Artigo nº 15 da Lei Municipal nº 1135/2009, de 30/06/2009, os recursos provenientes do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços da Saúde, conforme Portaria nº 3.294 de 23/12/2009, do Ministério da Saúde, e que não estavam previstos na Lei Orçamentária do corrente exercício, sendo os mesmos recepcionados na receita conforme Portaria Conjunta STN/SOF nº 3/2008.

Art. 4º. Não ocorrendo à liberação dos recursos previstos no Art. 3º ainda no presente exercício e para garantir o equilíbrio das contas públicas serão aplicada as regras estabelecidas no Artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 5º. O Orçamento Geral da Despesa da Administração Direta fica elevado a R$ 173.061.539,55 (cento e setenta e três milhões, sessenta e um mil, quinhentos e trinta e nove reais, cinqüenta e cinco centavos).

Art.6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 05 de fevereiro de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

ANEXO I

EXPANSÃO DE DESPESA

EVENTO: IMPLANTAÇÃO, CONSTRUÇÃO, URBANIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE.

I. ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO
Art. 16, I e Parágrafo 2º da LRF

AÇÃO	IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO		
	2010	2011	2012
IMPLANTAÇÃO, CONSTRUÇÃO, URBANIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	533.333,34	0,00	0,00
TOTAIS	533.333,34	0,00	0,00

MEMÓRIA DE CÁLCULO:
Para o ano de 2010: Valor conforme Portaria nº 3.294, de 23 de dezembro de 2009, do Ministério da Saúde.
Para 2011 e 2012: Não haverá impacto da referida obra em 2011 e 2012.

2. DEMONSTRATIVO DA ORIGEM DOS RECURSOS PARA O SEU CUSTEIO
Art. 17, parágrafo 1º da LRF

Fonte de Recursos TRANSFERENCIA NÃO PREVISTA NA LOA/2010	Valor Anual 2010
Portaria nº 3.294, de 23 de dezembro de 2009, do Ministério da Saúde	533.333,34
TOTAL	533.333,34

3. DEMONSTRAÇÃO DA COMPENSAÇÃO DAS DESPESAS GERADAS
Art. 17, Parágrafo 2º e Parágrafo 4º da LRF
EVENTO: AUMENTO DA RECEITA

Fonte de Recursos	2011	2012
TOTAL	0,00	0,00

A Implantação das Unidades Básicas de Saúde será em 2010, portanto, não haverá impacto para os exercícios de 2011 e 2012. Com relação a sua manutenção, vale esclarecer que a mesma será incorporada nas despesas em ação específica da Secretaria Municipal de Saúde, através de reprogramação de gastos.

Declaramos para todos os fins, que as adequações necessárias para atender as despesas geradas no Orçamento Fiscal vigente (LOA/2010) constam desse Projeto de Lei. Declaramos também que as mesmas são compatíveis com o PPA 2010-2013, LDO-2010.

Sinop-MT, 05 de fevereiro de 2010.

SILVANO FERREIRA DO AMARAL
Secretário Municipal de Finanças e Orçamento

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

LEI Nº 1258/2010

DATA: 05 de fevereiro de 2010
SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 105.000,00 (Cento e cinco mil reais), dentro das peças orçamentárias, para reforço das dotações consignadas, suplementado e reduzido se necessário, e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;s

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir no Orçamento do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), nos termos do Artigo 43, §1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, para reforço das dotações consignadas no orçamento para o presente exercício:

15 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP.
15.010.0.0 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP.
15.010.0.0.17.512.0031.1114 - AMPL. DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA.
4.4.90.00.00.00-999 - Aplicações Diretas R$ 105.000,00
(Cento e cinco mil reais)

TOTAL R$ 105.000,00

Art. 2º. Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o Art.43, §1º, inciso III da Lei Federal n.º 4320/64, ficam parcialmente anuladas as seguintes Dotações Orçamentárias:

15 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP.
15.010.0.0 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP.
15.010.0.0.17.512.0031.1116 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS DO SAAES
4.4.90.00.00.00-999 - Aplicações Diretas R$ 105.000,00
(Cento e cinco mil reais)

TOTAL R$ 105.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP.
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 05 de fevereiro de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

LEI Nº 1258/2010

DATA: 05 de fevereiro de 2010
SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 105.000,00 (Cento e cinco mil reais), dentro das peças

orçamentárias, para reforço das dotações consignadas, suplementado e reduzido se necessário, e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;s

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir no Orçamento do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), nos termos do Artigo 43, §1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, para reforço das dotações consignadas no orçamento para o presente exercício:

15 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP.
15.010.0.0 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP.
15.010.0.0.17.512.0031.1114 -AMPL. DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA.
4.4.90.00.00.00-999 - Aplicações Diretas R$ 105.000,00
(Cento e cinco mil reais)

TOTAL R$ 105.000,00

Art. 2º. Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o Art.43, §1º, inciso III da Lei Federal n.º 4320/64, ficam parcialmente anuladas as seguintes Dotações Orçamentárias:

15 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP.
15.010.0.0 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP.
15.010.0.0.17.512.0031.1116 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS DO SAAES
4.4.90.00.00.00-999 - Aplicações Diretas R$ 105.000,00
(Cento e cinco mil reais)

TOTAL R$ 105.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP.
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 05 de fevereiro de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

LEI Nº 1259/2010

DATA: 05 de fevereiro de 2010

SÚMULA: Dispõe sobre a inclusão da Fonte de Recursos em Ação do Plano Plurianual, (Lei Municipal Nº. 1235/2009), da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2010, (Lei Municipal Nº. 1135/2009); autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial na estrutura da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2010 (Lei Municipal nº 1205/ 2009) no valor de R$ 577.000,00 (quinhentos e setenta e sete mil reais), destinados a atender contrapartida nas despesas com a Implantação do Sistema de Esgoto Sanitário, conveniado com o Governo Federal através do BNDES, suplementado e reduzido se necessário; e autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 3.327.148,00 (três milhões, trezentos e vinte e sete mil, cento e quarenta e oito reais), respectivamente dentro das peças orçamentárias, e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir a "Fonte 999" em Natureza de Despesa da Ação "1115 – IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO" no Programa 0031 – Saneamento Básico, do Plano Plurianual (Lei Municipal nº. 1235/2009) bem como, na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2010 (Lei Municipal Nº. 1135/2009), conforme anexos.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, conforme Inciso II, do Art. 41, da Lei nº 4.320/64, a abrir no orçamento para o presente exercício, aprovado pela Lei Orçamentária Anual (Lei Municipal nº 1205/2009), Crédito Adicional Especial no valor de R$ 577.000,00 (quinhentos e setenta e sete mil reais), destinado a atender contrapartida nas despesas com a Implantação do Sistema de Esgoto Sanitário, conveniado com o Governo Federal através do BNDES, suplementado e reduzido se necessário, nos termos do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, bem como autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 3.327.148,00 (três milhões, trezentos e vinte e sete mil, cento e quarenta e oito reais), nos termos do Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, para reforço das dotações consignadas no orçamento para o presente exercício, atendendo despesas com a Implantação do Sistema de Esgoto Sanitário:

15 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP.
15.010.0.0 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP.
15.010.0.0.17.512.0031.1115 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO.
4.4.90.00.00.00 - 999 - Aplicações Diretas R$ 577.000,00
(Quinhentos e setenta e sete mil reais)
4.4.90.00.00.00 – 301 - Aplicações Diretas R$ 3.327.148,00
(Três milhões, trezentos e vinte e sete mil, cento e quarenta e oito reais)

TOTAL R$ 3.904.148,00

Art. 3º. Servirá de cobertura para a abertura do Crédito Adicional Suplementar, mencionado no artigo anterior, os recursos provenientes do Governo Estadual não previstos na Lei Orçamentária do corrente exercício, os quais serão recepcionados na receita conforme Portaria Conjunta STN/SOF nº 3/2008.

Art. 4º. Para atender ao disposto no artigo anterior, de acordo com o Art. 43, § 1º, inciso III da Lei Federal n.º 4320/64, ficam parcialmente anuladas as seguintes Dotações Orçamentárias:

15 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP.
15.010.0.0 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP.
15.010.0.0.17.512.0031.2113 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO SAAES
3.3.90.00.00.00-999 - Aplicações Diretas R$ 577.000,00
(Quinhentos e setenta e sete mil reais)

Art. 5º. Não ocorrendo a liberação dos recursos supra, ainda dentro do corrente exercício financeiro, e, para garantir o equilíbrio das contas públicas, serão aplicadas as regras estabelecidas no Artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 6º. O Orçamento Geral da Despesa da Administração Direta fica elevado a R$ 34.435.858,00 (trinta e quatro milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, oitocentos e cinqüenta e oito reais).

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP.
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 05 de fevereiro de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

GERAÇÃO DE DESPESAS
EVENTO: CRIAÇÃO DE FONTE DE RECURSOS EM AÇÃO DO SAAES
I. ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO
Art. 16, I e Parágrafo 2º da LRF

FONTE	IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO PREVISTO		
	2010	2011	2012
999	577.000,00	0,00	0,00
301	3.327.148,00	4.264.533,00	96.129,00
TOTAIS	3.904.148,00	4.264.533,00	96.129,00

MEMÓRIA DE CÁLCULO:
PARA 2010: Valor conforme cronograma (convenio) junto ao Governo do Estado;
PARA 2011: Valor conforme cronograma (convenio) junto ao Governo do Estado;
PARA 2012: Valor conforme cronograma (convenio) junto ao Governo do Estado.

2. DEMONSTRATIVO DA ORIGEM DOS RECURSOS PARA O SEU CUSTEIO
Art.17,§ 1º da LRF.

Fonte de Recursos RECURSOS NÃO PREVISTOS NA LOA/2010 E ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES	2010
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO	
Convênio com Governo Estadual	3.327.148,00
Anulação - 15.010.0.0.17.512.0031.2113 – 3.3.90.00.00.00-999	577.000,00
TOTAL	3.904.148,00

3. DEMONSTRAÇÃO DA COMPENSAÇÃO DAS DESPESAS GERADAS
Art. 17, § 2º e § 4º da LRF.
EVENTO: AUMENTO DA RECEITA

Fonte de Recursos	2011	2012
Receitas Correntes Previstas para os Exercícios	-*-	-*-
TOTAL	-*-	-*-

PARA 2010: Sem impacto no exercício.
PARA 2011: Sem impacto no exercício.

Declaramos para todos os fins, que as adequações necessárias para atender as despesas geradas no Orçamento Fiscal vigente (LOA/2010) e a compatibilização ao PPA 2010-2013 e LDO-2010 constam desse Projeto de Lei.

Sinop-MT, 05 de fevereiro de 2010.

JUVENTINO JOSÉ DA SILVA
Diretor Presidente do SAAES

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

LEI Nº. 1260/2010

DATA: 05 de fevereiro de 2010
SÚMULA: Revoga a Lei n°1067/2008, de 26 de novembro de 2008.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:**

Art. 1º. Fica revogado a Lei n° 1067/2008, de 26 de novembro de 2008.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
Em, 05 de fevereiro de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Tabaporã

RESULTADO DE LICITAÇÃO.
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 03/2010.
TIPO MENOR PREÇO.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT, nomeada pela portaria nº 01/2010 de 04/01/2010, torna público aos interessados que a licitação na modalidade de Tomada de Preço nº 03/2010, cuja abertura se deu as 08:00 horas locais do dia 08 de fevereiro de 2010, Objeto: Contratar Empresa Para Prestar Serviços de Transportes Escolares. Sagrou se vencedora do certame, a empresa, M. Sokolowski ME, inscrita no CNPJ nº 08.195.122/0002-73, com sede na Rua Hélvia s/n no Município de Tabapora, com a proposta no valor de R$ 555.614,40.

Tabapora/MT. 08 de Fevereiro de 2010.

Comissão Permanente de Licitação
CRISTIANE BOBBO

RESULTADO DE LICITAÇÃO.
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 04/2010.
TIPO MENOR PREÇO.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT, nomeada pela portaria nº 01/2010 de 04/01/2010, torna público aos interessados que a licitação na modalidade de Tomada de Preço nº 04/2010, cuja abertura se deu as 14:00 horas locais do dia 05 de fevereiro de 2010, Objeto: Contratar Empresa na área de saúde e serviços de profissional de; Enfermeiro e Odontologia. Sagrou se vencedores do certame, Maryanne Saraiva e Silva, enfermeira, Proposta de serviços para o PSF III, valor de R$ 37.845,61, Mhayara Saraiva e Silva, Odontologia, proposta de serviços para PSF III, valor de R$ 37.845,61, Rodolfo Teotônio de Carvalho, Enfermeiro, proposta de serviços para PSF IV, proposta de R$ 37.900,61 e Ivanilda Teixeira, Enfermeiro, proposta de serviços para PSF de Americana do Norte, Distrito de Tabapora. Proposta de R$ 37.845,61, Porém, no Item serviços médicos não houve interessados. Tabapora/MT. 05 de Fevereiro de 2010.

Comissão Permanente de Licitação
CRISTIANE BOBBO

Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL EDITAL N°. 08/2010

O Município de Terra Nova do Norte - MT, através de sua Pregoeira, torna publico, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL N°. 08/2010, tendo como objeto: contratação de empresa para aquisição de gêneros alimentícios para atender o projeto viver no campo e merenda escolar que serão distribuídas nas escolas da rede publica do município de terra nova do norte-mt e para padaria central, com realização prevista para o dia 23 de fevereiro de 2010, às 8:00 (Oito Horas), horário de Mato Grosso. O edital completo estará disponível no site www.terranovadonorte.mt.gov.br e também no horário de expediente, na Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT / Departamento de Licitações, sito Clóves Felício Vettorato, 101, Centro, Terra Nova do Norte - MT.

Terra Nova do Norte - MT, 09 de fevereiro de 2010.

Elizangela de Oliveira Azevedo do Santos
Pregoeira

Prefeitura Municipal de Várzea Grande

AVISO DE RESULTADO. Pregão Eletrônico N. º 10/2009.

Referente à Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de equipamentos e material médico hospitalar, para atender a Secretaria de Saúde do Município de Várzea Grande. **A Prefeitura Municipal de Várzea Grande, através do seu Pregoeiro, torna público aos interessados que, no Pregão Eletrônico supracitado, cujo certame se deu às 09:30 horas (horário de Brasília) do dia 18/12/2009, sagraram-se vencedoras as empresas: Adlin Plásticos Ltda nos itens 02, 03, e 04 no valor total de R$ 14.400,00; Científica Médica Hospitalar Ltda nos itens 05, 06, 08 e 09 no valor total de R$ 43.939,98; Cirúrgica Eldorado Distribuidora de Prod. Médico Hospitalar Ltda no item 11 no valor total de R$ 9.600,00; Cirúrgica Trevo Ltda no item 07 no valor total de R$ 35.843,88; Cremer S.A. nos itens 13 e 14 no valor total de R$ 18.672,00; J. Médica Distrib. de Materiais Hospitalares Ltda nos itens 12 e 15 no valor total de R$ 54.400,00; PMH Produtos Médicos Hospitalares Ltda no item 01 no valor total de R$ 4.200,00; Sociedade Mercantil Centro Norte Ltda no item 10 no valor total de 7.140,00; Vital Produtos Médicos Hospitalares Ltda nos itens 16 e 17 no valor total de R$ 127.360,00.Várzea Grande – MT, 25 de janeiro de 2010**

. Luciano Raci de Lima –

Pregoeiro.

Jaqueline Beber Guimarães -

Secretaria de Saúde.

AVISO DE RESULTADO. Pregão Eletrônico N. º 11/2009.

Referente à aquisição de veículos tipo motocicleta, para atender as necessidades da Guarda Municipal de Várzea Grande. **A Prefeitura Municipal de Várzea Grande, através do seu Pregoeiro, torna público aos interessados que, no Pregão Eletrônico supracitado, cujo certame se deu às 09:30 horas (horário de Brasília) do dia 21/12/2009, sagrou-se vencedora a empresa: RB Comercial de Máquinas Ltda, no valor total de R$ 250.999,70. Várzea Grande – MT, 22 de janeiro de 2010.**

Luciano Raci de Lima
– Pregoeiro. Rachid

Herbert P. Mamed -
Secretário de Fazenda.

AVISO DE RESULTADO. Pregão Eletrônico N. º 12/2009

. Referente à Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de material médico-hospitalar, para atender a Secretaria de Saúde do Município de Várzea Grande. **A Prefeitura Municipal de Várzea Grande, através do seu Pregoeiro, torna público aos interessados que, no Pregão Eletrônico supracitado, cujo certame se deu às 09:30 horas (horário de Brasília) do dia 11/01/2010, sagrou-se vencedora a empresa: PMH Produtos Médicos Hospitalares Ltda, no valor total de R$ 16.440,00. Várzea Grande – MT, 28 de janeiro de 2010. Luciano Raci de Lima – Pregoeiro. Jaqueline Beber Guimarães - Secretária de Saúde.**

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO-TOMADA DE PREÇOS n. º013/2009.

A Prefeitura Municipal de Várzea Grande, através da Comissão Permanente de Licitação informa que, por força de liminar, na forma de mandado de segurança está suspensa a licitação Tomada de Preços nº. **013/2009**, que tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE PISO NAS QUADRAS POLIESPORTIVA DE ESCOLAS DE VÁRZEA GRANDE/MT**. Várzea Grande – MT, 08 de fevereiro de 2010. Nadir Martins Araújo - Presidente CPL.

ATO Nº. 691/ 2009.

Murilo Domingos, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, NOMEIA **DONATO BASTOS DE LIMA,** no cargo em Comissão de **Fiscal do Procon – DAS 1,** lotado na Procuradoria Municipal, com efeito retroativo, a partir de 02 de março de 2009.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 06 de Julho de 2009.

Murilo Domingos
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 1.1164 / 2009.
O Prefeito Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar o servidor **ISAC ABRÃO NASSARDEN**, lotado na Secretaria de Educação e Cultura de Várzea Grande, para responder interinamente no cargo de **Secretário Municipal de Educação e Cultura**, em substituição ao **Sr. Sebastião dos Reis Gonçalves,** pelo período de quarenta e cinco dias, a partir de 15 de dezembro**.**

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", em Várzea Grande, 17 de dezembro de 2009.

Sebastião dos Reis Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 010 /2010.

O Prefeito Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar o servidor **ROGERIO DOS SANTOS AJALA**, portador da cédula de Identidade RG nº 11919175 e inscrito no CPF sob nº 862.475.301-53, no cargo em comissão de Chefe de Divisão de Operação e Fiscalização DAÍ 2, lotado na Superintendência de Transporte Urbano - STU, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 04 de janeiro de 2010.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", em Várzea Grande, 06 de janeiro de 2010.

Sebastião dos Reis Gonçalves
Prefeito Municipal

Marcos José da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 004 /2010.

O Prefeito Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar a servidora **CILBENE DE ARRUDA VELO**, portadora da cédula de Identidade RG nº 14040450 e inscrita no CPF sob nº 001.103.931-04, no cargo em comissão de Chefe de Divisão de Projetos Especiais DAÍ 2, lotada no Gabinete do Prefeito, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 04 de janeiro de 2.010.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", em Várzea Grande, 06 de janeiro de 2010.

Sebastião dos Reis Gonçalves
Prefeito Municipal

Marcos José da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 005 /2010.

O Prefeito Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar a servidora **TANIA REGINA ELGER**, portadora da cédula de Identidade RG nº 937804 e inscrita no CPF sob nº 793.380.201-00, no cargo em comissão de Assessor de Imprensa DAS 2, lotada na Secretaria Municipal de Comunicação Social, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 04 de janeiro de 2.010.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", em Várzea Grande, 06 de janeiro de 2010.

Sebastião dos Reis Gonçalves
Prefeito Municipal

Marcos José da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 006 /2010.

O Prefeito Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar a servidora **SAMIRA SAVIA FIUZA METELO**, portadora da cédula de Identidade RG nº 15970019 e inscrita no CPF sob nº 017.124.691-85, no cargo em comissão de Coordenador DAS 1, lotada na Secretaria Municipal de Comunicação Social, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 04 de janeiro de 2.010.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", em Várzea Grande, 06 de janeiro de 2010.

Sebastião dos Reis Gonçalves
Prefeito Municipal

Marcos José da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 007 /2010.

O Prefeito Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar o servidor **ALTAIR PAIXÃO DOS SANTOS**, portador da cédula de Identidade RG nº 5976510 e inscrito no CPF sob nº 420.139.411-53, no cargo em comissão de Assessor DAS 2, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 04 de janeiro de 2.010.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", em Várzea Grande, 06 de janeiro de 2010.

Sebastião dos Reis Gonçalves
Prefeito Municipal

Marcos José da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 008 /2010.

O Prefeito Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar o servidor **JOSE FERNANDO GOMES DE ALMEIDA**, portador da cédula de Identidade RG nº 11167513 e inscrito no CPF sob nº 888.707.901-34, no cargo em comissão de Chefe de Divisão DAÍ 2, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 04 de janeiro de 2.010.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", em Várzea Grande, 06 de janeiro de 2010.

Sebastião dos Reis Gonçalves
Prefeito Municipal

Marcos José da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 009 /2010.

O Prefeito Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar o servidor **BRUNO RODRIGUES PARANHOS QUIDA**, portador da cédula de Identidade RG nº 16705602 e inscrito no CPF sob nº 025.259.081-39, no cargo em comissão de Chefe de Divisão de Acompanhamento DAÍ 2, lotado na Superintendência de Transporte Urbano - STU, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 04 de janeiro de 2010.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", em Várzea Grande, 06 de janeiro de 2010.

Sebastião dos Reis Gonçalves

Prefeito Municipal

Marcos José da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 011 /2010.

O Prefeito Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar a servidora **PAULA REGINA GAMA MARTINS**, portadora da cédula de Identidade RG nº 16663349 e inscrita no CPF sob nº 016.701.241.00, no cargo em comissão de Procurador Fiscal DAS 2, lotada na Procuradoria Geral do Município, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 04 de janeiro de 2010.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", em Várzea Grande, 06 de janeiro de 2010.

Sebastião dos Reis Gonçalves
Prefeito Municipal

Marcos José da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 035 /2010.

O Prefeito Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar a servidora LUCIMAR MINIGUINE DOS SANTOS, portadora da cédula de Identidade RG nº 14933683 – SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 974.433.521-15, no cargo em comissão de Chefe de Divisão DAI 2, lotada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Comunicação Social, a partir de 04 de janeiro de 2.010.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", em Várzea Grande, 18 de janeiro de 2010.

Sebastião dos Reis Gonçalves
Prefeito Municipal

Marcos José da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 036 /2010.

O Prefeito Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar a servidora MARIA CONCEIÇÃO MORAIS OLIVEIRA, portadora da cédula de Identidade RG nº 4487770 – SSP/MT e inscrita no CPF sob nº 594.042.641-72, no cargo em comissão de Chefe de Divisão DAI 2, lotada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social, a partir de 04 de janeiro de 2.010.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", em Várzea Grande, 18 de janeiro de 2010.

Sebastião dos Reis Gonçalves
Prefeito Municipal

Marcos José da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 038/2010.

Sebastião dos Reis Gonçalves, Prefeito Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Designar o servidor **MARCOS JOSÉ DA SILVA**, **Secretário Municipal de Administração**, para responder pelo cargo de **Ordenador de Despesas**, lotado na Secretaria Municipal de administração, a partir de 04 de janeiro de 2010.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", em Várzea Grande, 21 de janeiro de 2010.

Sebastião dos Reis Gonçalves
Prefeito Municipal

Portaria nº. 042/2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE, Sr. **SEBASTIÃO DOS REIS GONÇALVES**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG 0479934-8 e do CPF/MF 419.919.401.-06, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando a sentença proferida nos autos da Ação Civil Pública n° 140/2009 da 1ª Vara Especializada de Fazenda Pública da Comarca de Várzea Grande – MT, na qual o MM. Juízo declara REESTABELECIDA à pensão de mercê em favor da Sra. REGINA PEDROSA DA SILVA SOUZA,

Resolve:

REESTABELECER o pagamento da **PENSÃO DE MERCÊ** em favor da Sra. **REGINA PEDROSA DA SILVA SOUZA**, com efeito retroativo a 23 de dezembro de 2009.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 25 de janeiro de 2010.

SEBASTIÃO DOS REIS GONÇALVES
Prefeito Municipal

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2009
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2009.

Validade: 12 (doze) meses.
Inicio da Vigência: 08/02/2010.

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº 41/2009, celebrada entre a PEREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE e a Empresa cujo preço está a seguir registrado, em face à realização do Pregão Eletrônico nº 12/2009.

ITEM EMPRESA: PMH PROD. MÉD. HOSPITALRES LTDA
Marca QTD UNID UNIT. (R$)

01 Fita para teste de sensibilidade de glicemia, cx com 50 fitas, com fornecimento de 300 (trezentos) aparelhos (glicosímetro) novos sob forma de comodato. Acon 1.200 Cx. 13,70

Várzea Grande-MT, 05 de fevereiro de 2010.
CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CONTRATADA: PMH PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA

Prefeitura Municipal de Vera

DECRETO N° 009/2010
DATA: 04 de Fevereiro de 2010.
SÚMULA: "Dispõe sobre a homologação do Resultado Final do Concurso Público nº001/2009 de Vera-MT".

MOACIR LUIZ GIACOMELLI, **Prefeito Municipal de Vera, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei e em conformidade com o que dispõe o item 14.23 do Edital de Concurso Público nº 001/2009, aprovado pela Portaria nº 061 de 14 de Dezembro de 2009,**

D E C R E T A:

Art. 1º **- Fica homologado o resultado final do Concurso Público para provimento de cargos no Serviço Público Municipal da Prefeitura de Vera - MT, realizado nos termos do Edital nº 001/2009, consoantes às listagens anexas, que passam a fazer parte integrante deste Decreto.**

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SR. PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE VERA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2010.

MOACIR LUIZ GIACOMELLI
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PORTARIA N.º 004/2010

"Dispõe sobre a concessão do benefício APOSENTADORIA POR IDADE a servidora SENHORINHA ZUCK DOS SANTOS."

A Diretora Executiva do VERA-PREVI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de VERA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 40, § 1º, inciso III, alínea "B", da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 41/2003, combinado com Art. 12, inciso III, alínea *"B"*, da Lei Municipal n.º 851 de 01 de abril de 2009, que reestruturou a Previdência Municipal, anexo XII da Lei Complementar nº 009/2009, que altera o Anexo VI da Lei Complementar nº 007, de 04 de março de 2008, e os anexos III, VIII, XI e XIV da Lei Complementar nº 008, de 01 de julho de 2009 e dá outras providências

Art. 1º Conceder o benefício **APOSENTADORIA POR IDADE**, a servidora Sra. **SENHORINHA ZUCK DOS SANTOS**, brasileira, viúva, portadora da cédula de identidade RG nº 1008286-7, SJ/MT e CPF nº 514.772.891-00, efetiva no cargo de **ZELADORA, Nível "02", referência "C",** ", lotado na Secretaria Municipal De Saúde, com proventos proporcional, conforme processo administrativo do VERA-PREVI, n.º **2010.02.0001P**, a partir de 07 de Janeiro de 2010, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos e 04 de janeiro de 2010.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

VERA - MT, 02 de fevereiro de 2010.

MARIA ONEIDE MORO
Diretora Executiva do VERA-PREVI

Homologo:

MOACIR LUIZ GIACOMELLI
Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇO Nº 003/2010
PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 003/2010
CRITÉRIO: MENOR PREÇO GLOBAL.
OBJETO: CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA NO BAIRRO BOM JESUS, MUNICÍPIO DE VERA MT.

O Município de Vera MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que realizará às 08:00 horas do dia 26/02/2010, **LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇO**, regida pela lei 8.666/93, para a contratação supra citada. Outras informações e Edital completo poderão ser retirados somente na sala de licitação da Prefeitura Municipal com a Comissão Permanente de Licitação, de segunda a sexta feira no horário das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 14:00 horas.

Vera - MT, 09 de Fevereiro de 2010.
NAIR PRETTO.
Presidente CPL.

Associação Mato-grossense dos Municípios

ERRATA
A PUBLICACAO DO RESULTADO DE LICITAÇÃO ABAIXO REALIZADO NO DIA 04 DE FEVEREIRO DE 2010 O VALOR POR EXTENSO CORRETO R$ 77.550,71 (SETENTA E SETE MIL E QUINHENTOS E CINQUENTA REAIS E SETENTA E UM CENTAVOS).

REPUBLICAÇÃO

ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS-AMM
RESULTADO PROCESSO LICITATÓRIO – CARTA CONVITE 001/2010.
A ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS-AMM, através de sua Comissão de Licitação, torna Público o resultado do Processo Licitatório - Carta Convite nº. 001/2010, do tipo empreitada por menor preço global regida pela Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, que se realizou às 10 horas do dia 14/01/2010, ocasião em que se deu o ato público objetivando a abertura dos envelopes "documentação e proposta", para a contratação de empresa especializada para aquisição de material de expediente para atender as necessidades da AMM, onde foi vencedora a empresa ROTAFAR COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-EPP, no valor total de R$ 77.550,71 (setenta e sete mil e quinhentos e cinqüenta reais e setenta e um centavos).
Cuiabá-MT, 19 de janeiro de 2010.

Rubênia Rondon Nascimento
Presidente Interina da Comissão de Licitação

ERRATA
A PUBLICACAO DO RESULTADO DE LICITAÇÃO ABAIXO REALIZADO NO DIA 04 DE FEVEREIRO DE 2010 O VENCEDOR E FERNANDO CARLOS DA SILVA COSTA COM O VALOR DE R$ 77.653,30 (SETENTA E SETE MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E TRINTA CENTAVOS)

REPUBLICAÇÃO

ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS-AMM
RESULTADO PROCESSO LICITATÓRIO – CARTA CONVITE 002/2010.
A ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS-AMM, através de sua Comissão de Licitação, torna Público o resultado do Processo Licitatório - Carta Convite nº. 002/2010, do tipo empreitada por menor preço global regida pela Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, que se realizou às 16:00horas do dia 14/01/2010, ocasião em que se deu o ato público objetivando a abertura dos envelopes "documentação e proposta", para a contratação de empresa especializada no fornecimento de material de informática e para fotocopiadora, onde foi vencedora a empresa

FERNANDO CARLOS DA SILVA COSTA, no valor total de r$ 77.653,30 30 (setenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e três reais e trinta centavos).
Cuiabá-MT, 19 de Janeiro de 2010.

Rubênia Rondon Nascimento
Presidente Interina da Comissão de Licitação

ERRATA
A PUBLICACAO DO RESULTADO DE LICITAÇÃO ABAIXO REALIZADO NO DIA 04 DE FEVEREIRO DE 2010 O VALOR POR EXTENSO CORRETO E DE R$ 79.129,60 (SETENTA E NOVE MIL E CENTO E VINTE E NOVE REAIS E SESSENTA CENTAVOS).

REPUBLICAÇÃO

ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS-AMM
RESULTADO PROCESSO LICITATÓRIO – CARTA CONVITE 004/2010.
AASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS-AMM, através de sua Comissão de Licitação, torna Público o resultado do Processo Licitatório - Carta Convite nº. 004/2010, do tipo empreitada por menor preço global regida pela Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, que se realizou às 17:00 horas do dia 19/01/2010, ocasião em que se deu o ato público objetivando a abertura dos envelopes "documentação e proposta", para a contratação de empresa especializada no serviço de vigilância, não armada, onde foi vencedora a empresa Realiza Sistema De Higienização E Serviços Ltda., no valor total de R$ 79.129,60 (setenta e nove mil e cento e vinte e nove reais e sessenta centavos).
Cuiabá-MT, 19 de Janeiro de 2010.

Rubênia Rondon Nascimento
Presidente Interina da Comissão de Licitação

ERRATA
A PUBLICACAO DO TERMO DE CONTRATO ABAIXO REALIZADO NO DIA 04 DE FEVEREIRO DE 2010 ONDE SE LÊ TERMO DE CONTRATO Nº. 003/2010 O CORRETO É TERMO DE CONTRATO Nº. 004/2010, E ONDE SE LÊ R$ 77.550,71 (SETENTA E SETE MIL E QUINHENTOS REAIS E SETENTA E UM CENTAVOS) O CORRETO E R$ 77.550,71 (SETENTA E SETE MIL E QUINHENTOS E CINQUENTA REAIS E SETENTA E UM CENTAVOS).

REPUBLICAÇÃO

TERMO DE CONTRATO Nº. 004/2010
DATA: 25/01/2010
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de Material de expediente para atender as necessidades desta Associação, conforme o Processo de Licitação nº 001/2010 referente à Carta Convite nº 001/2010.
CONTRATANTE: Associação Matogrossense dos Municípios - AMM.
CONTRATADA: Rotafar Comércio e Representações Ltda-EPP.
VALOR: R$ 77.550,71 (setenta e sete mil e quinhentos e cinquenta reais e setenta e um centavos).
VIGÊNCIA: 25/01/2010 A 31/12/2010.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA
Presidente da AMM

ERRATA
A PUBLICACAO DO TERMO DE CONTRATO ABAIXO REALIZADO NO DIA 04 DE FEVEREIRO DE 2010 O VALOR POR EXTENSO CORRETO E R$ 79.129,60 (SETENTA E NOVE MIL E CENTO E VINTE E NOVE REAIS E SESSENTA CENTAVOS).

REPUBLICAÇÃO

TERMO DE CONTRATO Nº. 005/2010
DATA: 25/01/2010
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada no serviço de vigilância, não armada, período diurno e noturno, para o prédio da AMM e demais dependências, compreendendo o período de 12 horas para os dias úteis e 24 horas aos sábados, domingos e feriados, para atender as necessidades desta Associação, conforme o Processo de Licitação nº 004/2010 referente à Carta Convite nº 004/2010.
CONTRATANTE: Associação Matogrossense dos Municípios - AMM.
CONTRATADA: Realiza Sistema De Higienização E Serviços Ltda.
VALOR: R$ 79.129,60 (setenta e nove mil e cento e vinte e nove reais e sessenta e centavos).
VIGÊNCIA: 01/02/2010 A 31/12/2010.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA
Presidente da AMM

Consórcios Intermunicípais

EDITAL DE COMUNICAÇÃO.

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO VALE DO TELES PIRES**, cumprindo os dispositivos legais estabelecidos pelo art. 37 da Constituição Federal, art. 209 da Constituição Estadual, **COMUNICA** que a partir do dia 15/02/2010, as **CONTAS/BALANÇO GERAL** desta entidade, referente ao exercício financeiro de 2009, estarão a disposição para exame e apreciação dos interessados, na sede do Consórcio, nos termos da Legislação pertinente vigente.

ALTA FLORESTA - MT, 08 de Fevereiro de 2010.

ORODOVALDO ANTONIO DE MIRANDA
PRESIDENTE

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS

Av. Hist. Rubens de Mendonça, 3920, Morada do Ouro
CEP: 78.000-070 Cuiabá-MT
Fone: (65)2123-1200

Portal: www.amm.org.br

GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DA AMM

Orientação para publicação
De acordo com as instruções normativas do Jornal Oficial dos Municípios de 04 de maio de 2006, os documentos deverão ser encaminhados à Gerência de Comunicação até as 12 horas do dia anterior a publicação, digitalizados em disquete, CD ou enviadas para o e-mail: jornaloficial@amm.org.br

Atendimento Externo:
De segunda à sexta-feira – Das 8 às 12 horas
Das 13h30 às 17 horas

Distribuição: Via Correio

Jornal Oficial dos Municípios
Gerência de Comunicação: Malu Sousa
Editoração Eletrônica: Noides Cenio da Silva
Atendimento: Silvio Luiz Gomes da Silva (65) 2123-1270
Impressão: Asuir Nunes da Silva
E-mail: **jornaloficial@amm.org.br**